

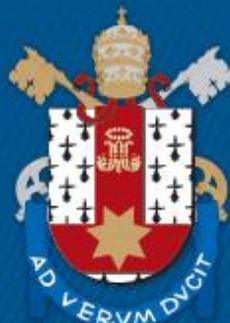
ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
DOUTORADO EM HISTÓRIA

AMANDA CHIAMENTI BOTH

**ADMINISTRAÇÃO PROVINCIAL E GOVERNABILIDADE NO IMPÉRIO BRASILEIRO:
UM ESTUDO A PARTIR DO PERFIL DE RECRUTAMENTO E DA COMUNICAÇÃO POLÍTICA
DOS PRESIDENTES DE PROVÍNCIA DO RIO GRANDE DO SUL (1845-1889).**

Porto Alegre
2020

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

AMANDA CHIAMENTI BOTH

ADMINISTRAÇÃO PROVINCIAL E GOVERNABILIDADE NO IMPÉRIO
BRASILEIRO:

UM ESTUDO A PARTIR DO PERFIL DE RECRUTAMENTO E DA
COMUNICAÇÃO POLÍTICA DOS PRESIDENTES DE PROVÍNCIA RS (1845-
1889).

Porto Alegre

2020

AMANDA CHIAMENTI BOTH

**ADMINISTRAÇÃO PROVINCIAL E GOVERNABILIDADE NO IMPÉRIO
BRASILEIRO: UM ESTUDO A PARTIR DO PERFIL DE RECRUTAMENTO E
DA COMUNICAÇÃO POLÍTICA DOS PRESIDENTES DE PROVÍNCIA DO
RIO GRANDE DO SUL (1845-1889).**

Tese apresentada como requisito para a obtenção do grau de Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Luciano Aronne de Abreu

Porto Alegre

2020

AMANDA CHIAMENTI BOTH

ADMINISTRAÇÃO PROVINCIAL E GOVERNABILIDADE NO IMPÉRIO
BRASILEIRO: UM ESTUDO A PARTIR DO PERFIL DE RECRUTAMENTO E DA
COMUNICAÇÃO POLÍTICA DOS PRESIDENTES DE PROVÍNCIA DO RIO
GRANDE DO SUL (1845-1889).

Tese apresentada como requisito para a obtenção do grau de Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovada em: ____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Luciano Aronne de Abreu - PUCRS

Prof. Dr. Adriano Comissoli - UFSM

Prof.^a Dr.^a Miriam Dolhnikoff – USP

Prof. Dr. Nuno Gonçalo Monteiro – ICS/UL

Prof. Dr. Fábio Kühn – UFRGS

Porto Alegre
2020

B749a Both, Amanda Chiamenti

Administração provincial e governabilidade no império brasileiro : um estudo a partir do perfil de recrutamento e da comunicação política dos presidentes de província RS (1845-1889) / Amanda Chiamenti Both . – 2020.

265.

Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Luciano Aronne de Abreu.

1. Presidente de província. 2. Comunicação política. 3. Práticas administrativas. I. Abreu, Luciano Aronne de. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Início essa seção agradecendo à bolsa concedida pela CAPES, tanto no Brasil, quando para realização do estágio doutoral em Lisboa. O financiamento da pesquisa por essa instituição foi crucial para mim, como é para tantos pesquisadores que dependem exclusivamente da bolsa. Nesse sentido, registro meu desejo de ver findado esse período trágico da história da ciência brasileira e, por isso, tributo minha profunda admiração aos pesquisadores que seguem produzindo, apesar dos recursos escassos e do clima de incerteza.

Agradeço ao meu orientador, com quem aprendi muito ao longo dos últimos anos. Não sei como uma pessoa tão ocupada encontra maneiras de estar sempre disponível para ajudar, e mantendo o bom humor. As lacunas e possíveis equívocos da tese são de minha inteira responsabilidade, pois o Luciano foi um leitor atento de todo o trabalho, corrigiu e deu sugestões. Ao mesmo tempo, proporcionou-me liberdade para levar a pesquisa pelos caminhos que julguei apropriados. Quem diria que essa parceria entre pessoas que trabalham com períodos históricos tão diferentes iria dar certo? Mas deu.

Da mesma forma agradeço ao Prof. Nuno Monteiro, orientador durante o período que estive na Universidade de Lisboa, que foi extremamente solícito e generoso. O Prof. indicou-me bibliografias que foram essenciais para os rumos que dei à tese e teve a paciência de ler alguns escritos ainda muito pouco elaborados. Também agradeço ao Arthur Curvelo, orientando de doutoramento do Prof. Nuno, que, em meio ao processo conturbado que sempre é o final da escrita de uma tese, encontrou tempo para dividir dicas preciosas de pesquisa e bibliografia. Cabe ainda um agradecimento ao Instituto de Ciências Sociais, que me proporcionou uma excelente estrutura de trabalho e uma biblioteca da qual sinto saudades.

Agradeço aos professores Fábio Kühn e Maria Fernanda Martins que compuseram a minha banca de qualificação. Suas contribuições foram muito importantes. Ainda ao Prof. Fábio, agradeço por, mais uma vez, aceitar o convite para participar da banca de defesa.

Igualmente agradeço à professora Miriam Dolhnikoff e aos professores Adriano Comissoli e Nuno Monteiro por, prontamente, aceitarem nosso convite para avaliar essa tese.

Agradeço ao Prof. André Fertig, meu primeiro orientador, no distante ano de 2009. Desde esse momento, Fertig nunca deixou de ser meu orientador, mas felizmente é também um amigo, com quem dividi muitos cafés ao longo dos anos. Agradeço por todas as indicações bibliográficas e de fontes, pela leitura de quase todos os meus textos e projetos.

Agradeço também aos demais professores que tive na graduação em História da UFSM, especialmente ao Prof. Luís Farinatti, de quem fui bolsista da iniciação científica. Os ensinamentos dessa experiência me acompanham até hoje.

Agradeço aos colegas historiadores que em algum momento compartilharam dicas e sanaram dúvidas. Para não cometer a injustiça de esquecer alguém, não citarei nomes.

Agradeço aos colegas da PUCRS, especialmente a Vitória e Grazi, companheiras em várias disciplinas. Agradeço ao Cris e a Tassi, com os quais tive o prazer de organizar um curso de extensão e aprender muito! Agradeço ao Rodrigo, que prestou toda ajuda possível na minha primeira experiência no mundo dos concursos.

Agradeço à Raissa, minha amiga e excelente historiadora com quem pude discutir os desafios dos nossos trabalhos graças à tecnologia! Foram muitas conversas sobre o rumo da historiografia do período imperial e sobre as incertezas da vida de uma recém doutora.

Ao Leandro, meu amigo de longa data, agradeço pelas conversas sobre as nossas pesquisas, quando estávamos entusiasmados ou quando estávamos desanimados, pelas conversas sobre a vida e o futuro, pelas incontáveis bobagens que nos fizeram rir. Agradeço especialmente pela ajuda com os problemas metodológicos que tive que resolver.

À Olívia, expresso minha mais profunda gratidão por tudo que dividiu comigo. A estadia em Lisboa não teria tido a mesma graça. Agradeço por todos aqueles momentos, cafés da manhã e almoços, nossas jantadas com vinho bom e barato. Todos os nossos passeios pelos parques e museus. Com ela aprendi o real significado de ser uma pesquisadora. É uma das pessoas mais iluminadas que eu tive o privilégio de conhecer.

Às minhas amigas de fora do mundo acadêmico: Ana Cristina, Paula, Elisa, Ana Paula e Bruna, agradeço por terem compreendido minhas ausências, sobretudo nesse último ano e por sempre torcerem por mim.

Não poderia deixar de agradecer à Cris, minha terapeuta tão querida, sobretudo nesse período em que finalmente começamos a levar à sério a saúde mental no ambiente acadêmico. Esse percurso não teria sido tão proveitoso e divertido, mesmo nas adversidades, sem teu suporte.

Cresci cercada de professores. Meus pais foram professores. Meu pai foi professor de história e eu lia os materiais que ele produzia para seus alunos e assistia os filmes que ele passava em sala de aula. Essa convivência com a História desde cedo me influenciou de forma decisiva. Por sua vez, minha mãe, professores de biologia, me influenciou com sua predileção pelos romances investigativos. Houve tempo em que tentei enveredar por outros caminhos, principalmente por ver a desvalorização que os professores sofriam cotidianamente. Mas não houve jeito. Ingressei na graduação em História e, desde lá, não tive mais dúvidas.

Mesmo receosos do futuro que me aguardava, meus pais sempre forneceram todo o suporte para que eu pudesse perseguir meus objetivos. Agradeço por tudo que eles proporcionaram e por ensinarem o valor da educação e da liberdade. Agradeço também à Dinda Iria, à minha irmã, Camila, que tendo também trilhado a carreira acadêmica dividiu comigo suas experiências, e ao meu avô Irineu, que infelizmente partiu há bastante tempo, mas continua sendo meu exemplo de alegria e bom humor.

Por fim, agradeço ao Eduardo, meu companheiro há tantos anos. Esse trabalho tem um pouquinho dele, pelo que me ajudou nos momentos finais da escrita e da formatação da tese, mas, principalmente, pelo tanto que tornou minha vida mais divertida nos momentos em que eu estive apreensiva. Agradeço por ficar me ouvindo contar as histórias que encontrava nas fontes. Agradeço por ser minha casa e meu conforto. Agradeço por tudo que me ensina, sem perceber, e por dividir a vida comigo.

RESUMO

Em 1823, pouco tempo após a emancipação do Brasil, foi aprovada a lei que delineou a arquitetura do governo das províncias e instituiu que em cada uma delas existiria um Presidente, o qual seria nomeado e amovível pelo Imperador. Ao longo desse trabalho, sustentamos a tese de que os presidentes foram peças extremamente relevantes no ordenamento imperial, tanto por representarem o elemento institucional responsável por conectar as províncias ao governo central, quanto por sua atuação administrativa frente às questões provinciais. Especificamente, buscamos identificar, através das comunicações políticas, as práticas administrativas que conformaram um modo de governar a província. A investigação privilegiou a província do Rio Grande do Sul, no período de 1845, após a suplantação da revolta Farroupilha, e se estende até 1889. Para examinar esse contexto, realizamos uma análise da estruturação da esfera provincial do poder, atentando especialmente para as legislações que regulamentaram a atuação do presidente. Assim, constatamos que suas competências se concentravam principalmente na fiscalização dos órgãos e instituições vinculadas ao Estado, bem como no recolhimento de informações sobre o funcionamento dos mesmos. Em seguida, traçamos um perfil dos indivíduos nomeados para o cargo. Em seguida, traçamos um perfil dos indivíduos nomeados para o cargo, e, desse modo, verificamos que essa escolha ocorria dentro de um universo políticos formados em direito, mas que os demais critérios variavam de acordo com a conjuntura. Conduzimos também uma investigação das diferentes formas de comunicação política utilizadas pelos presidentes, visando conhecer os principais interlocutores e os temas que pautavam essas comunicações. Era através da interlocução constante com as autoridades provinciais que o presidente obtinha os meios necessários à governação dessa unidade territorial. Ao mesmo tempo, o presidente repassava parte dessas informações ao governo central, que acumulava um conhecimento do que ocorria na província, para que, assim, pudesse tomar resoluções quando solicitadas e decidir quando e como intervir. O desempenho dessas funções ao longo do tempo conformou práticas administrativas que eram utilizadas pelos titulares do cargo, sendo a principal delas a construção de circuitos comunicacionais que possibilitavam o recolhimento de informações sobre a província e seus habitantes. A informação era, portanto, uma das principais formas de encurtar a distância do tão vasto império brasileiro.

Palavras-chave: Presidente de província; Comunicação política; Práticas administrativas.

ABSTRACT

In 1823, shortly after Brazil's emancipation, the law that outlined the architecture of the provincial government was approved and instituted that in each province there would be a President, who would be appointed and removable by the Emperor's. Throughout this work, we supported the thesis that provincial presidents were extremely relevant pieces in the Imperial world because they represent the institutional element responsible for connecting provinces to the central government, along with their administrative actions regarding provincial issues. Specifically, we seek to identify the administrative practices that conformed the way to govern the province through the analysis of the political communications. The investigation favored the province of Rio Grande do Sul, in the period between 1845, after the supplanting of the Farroupilha' uprising, and 1889. To investigate this conjecture, we carried out an analysis of the political power structure at provincial sphere, paying especial attention to the legislation that regulated the president's performance. We found that their competencies had focused mainly on the supervision of organs and institutions linked to the State, and on the information collection regarding its functioning. Furthermore, we profiled the individuals named for the positions. We verified that such choice was direct towards politicians with a law degree, and the other criteria varied accordingly the current conjecture. We also investigated the different forms of political communication used by the presidents, aiming to know both the main interlocutors and the other people who guided these communications. We observed that it was through constant dialogue with the provincial authorities that the president obtained the means necessary for the governance of this territorial unity. The performance of these functions over time conformed administrative practices that were used by the position holders, and indeed the most important function was the assembly of communication circuits that allowed the collection of information about the province and its inhabitants. The president passed some of this information to the central government, that guided the resolutions to be taken when necessary. These data were also taken in to account to decide when and how to intervene. Therefore, the information exchange carried out through these paths was one of the main ways to shorten the distances of the vast Brazilian's empire.

Keywords: Province President; Political communication; Administrative practices.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Palácio da Presidência da Província.....	88
Figura 2: Organograma da estrutura do poder judiciário.....	124

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Autoridades provinciais destinatárias das comunicações expedidas pelo presidente da província do RS (09/1868-05/1869)	104
Gráfico 2 – Comunicações expedidas pelos presidentes às autoridades da província do RS 1.....	107
Gráfico 3 – Comunicações expedidas pelos presidentes às autoridades da província do RS 2.....	107
Gráfico 4 – Autoridades do circuito externo destinatárias das comunicações expedidas pelo presidente da província do RS (09/1868-05/1869).....	114
Gráfico 5 – Comunicações expedidas pelo presidente da província do RS aos ministérios do Império (09/1868-05/1869).....	115
Gráfico 6 – Comunicações expedidas pelos presidentes da província do RS aos ministérios do Império.....	119
Gráfico 7 – Principais temas das comunicações expedidas pelo presidente da província do RS (09/1868-05/1869).....	129
Gráfico 8 – Incidências dos principais tópicos nas comunicações do tema <i>Força</i> expedidas pelo presidente da província RS (09/1868-05/1869).....	131
Gráfico 9 – Ações do presidente da província nas comunicações expedidas pelo presidente do RS para o circuito interno (09/1868-05/1869).....	163
Gráfico 10 – Ações do presidente da província nas comunicações expedidas pelo presidente do RS para o circuito externo (09/1868-05/1869).....	171
Gráfico 11 – Incidência das categorias temáticas nos relatórios dos presidentes da província do RS.....	189
Gráfico 12 – Ocorrência das categorias nos relatórios dos presidentes da província do RS (1845-1889).....	193
Gráfico 13 – Total de tópicos por ano nos relatórios dos presidentes de província do Rio Grande do Sul (1845-1889).....	200

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Tempo no cargo dos presidentes por província 1845 – 1889 (%).....	58
Quadro 2 – Sucessão de gabinetes ministeriais e presidentes da província do Rio Grande do Sul (1845-1889).....	59
Quadro 3 – Naturalidade dos presidentes da província do Rio Grande do Sul por década (1845-1889).....	69
Quadro 4 – Naturalidade dos presidentes de MG, RS, PE, BH e SC (1845-1889).....	72
Quadro 5 – População, Riqueza e Representação política das províncias início do Segundo Reinado (%).....	73
Quadro 6 – Destinatários das comunicações expedidas pelo presidente da província do RS (09/1868-05/1869).....	101
Quadro 7 – Principais áreas de concentração das comunicações relativas a cargos expedidas pelo presidente da província do RS (09/1868-05/1869).....	135
Quadro 8– Principais áreas de concentração das comunicações relativas a cargos expedidas pelo presidente da província do RS (09/1868-05/1869).....	138
Quadro 9 – Categorias analisadas a partir dos relatórios dos presidentes da província do RS (1845-1889)	187
Quadro 10 - Expediente da secretaria de governo da província do Rio Grande do Sul.....	203

LISTA DE ABREVIATURAS

ABSB - Arquivo Particular do Barão de São Borja

AHRS – Arquivo Histórico Rio Grande do Sul

FPJACC – Fundo Particular João Antônio Corrêa da Câmara

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

IHGRS – Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
CAPÍTULO 1: A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA ESFERA PROVINCIAL E A CRIAÇÃO DO CARGO DE PRESIDENTE DE PROVÍNCIA.....	23
1.1. A Corte em terras americanas, Revolução do Porto e a Independência brasileira.....	23
1.2. Criação do cargo e legislação.....	28
CAPÍTULO 2: UM PERFIL DOS PRESIDENTES DO RIO GRANDE DE SUL E DA PRESIDÊNCIA DA PROVÍNCIA.....	49
2.1. Trajetórias: Formação educacional, atuação profissional e faixa etária.....	51
2.2. “Todos sabem que vem apenas para ganhar a eleição”: a rotatividade do cargo.....	57
2.3. “[...] nada pode fazer porque desconhece os problemas da província”: a naturalidade dos presidentes.....	69
CAPÍTULO 3: AS COMUNICAÇÕES QUE PARTEM DO PRESIDENTE: CIRCUITO INTERNOS E EXTERNOS.....	81
3.1. Os fluxos comunicacionais internos.....	91
3.2. Os fluxos comunicacionais externos.....	95
CAPÍTULO 4: OS INTERLOCUTORES DA COMUNICAÇÃO.....	101
4.1. Comunicação interna.....	101
4.2. Interlocutores circuito externo.....	114
CAPÍTULO 5: OS TEMAS DA COMUNICAÇÃO.....	127
5.1. Força.....	129
5.2. Cargos e provimentos.....	133
5.3. Navegação e marinha.....	142
5.4. Colonização.....	144
5.5. Negócios estrangeiros.....	148
5.6. Eleições.....	150
5.7. Municipalidades.....	155
5.8. Obras públicas.....	156
5.9. Justiça.....	157
5.10. Outros.....	159
CAPÍTULO 6: A ATUAÇÃO DO PRESIDENTE NO COTIDIANO DA ADMINISTRAÇÃO.....	162
6.1. Atuação no circuito interno.....	162
6.1.1. Informativo.....	163
6.1.2. Instruções específicas.....	164
6.1.3. Envio de informações.....	167
6.1.4. Solicitação de informação.....	168
6.1.5. Aprovação e autorização.....	169
6.1.6. Acusa o recebimento.....	170
6.2. Atuação do presidente circuito externo.....	171
6.2.1. Envio de informação.....	172
6.2.2. Informativo.....	177
6.2.3. Encaminhamento.....	177
6.2.4. Pedido de aprovação.....	180
6.2.5. Solicitações.....	181
6.2.6. Acusa recebimento.....	182
6.2.7. Consultas.....	182

CAPÍTULO 7: A ADMINISTRAÇÃO NOS RELATÓRIOS DOS PRESIDENTES DE PROVÍNCIA.....	184
7.2. Imediatos auxiliares da administração: a secretaria de governo e seus empregados.....	199
7.2.1. A estrutura da secretaria de governo.....	201
7.2.2. Memória administrativa e padrões de governabilidade.....	205
CAPÍTULO 8: A CIRCULAÇÃO DE NOTÍCIAS E INFORMAÇÕES ATRAVÉS DE CIRCUITOS COMUNICACIONAIS INFORMAIS.....	210
8.1. A expectativa.....	211
8.2. As recomendações e as amizades.....	213
8.3. Redes governativas e tipos de vínculos.....	216
8.4. A administração de João Pedro Carvalho de Moraes.....	227
8.4.1 O Presidente e o Barão.....	234
CONCLUSÃO.....	243
FONTES E OBRAS DE REFERÊNCIA.....	248
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	252
ANEXO I – Ano e local de formação dos presidentes da província do Rio Grande do Sul e rio-grandenses bacharéis em direito.....	259
ANEXO II - Cargos ocupados pelos presidentes da província do Rio Grande do Sul antes e depois da nomeação.....	262
ANEXO III – Mapa da província do Rio Grande do Sul (1872).....	264
ANEXO IV - Fluxo dos circuitos comunicacionais do Presidente de Província – RS.....	265

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas observa-se um crescimento, extremamente relevante, na historiografia brasileira de estudos que tiveram como objeto a análise das dinâmicas provinciais nas suas diversas facetas, resultantes da percepção de que não é possível compreender o Império sem atentar para as sociedades regionais, bem como para as formas de interação entre elas e delas com a Corte¹. No âmbito das instituições políticas, tais pesquisas concentram-se, sobretudo, na institucionalização dos espaços provinciais de poder após a Independência, na criação e atuação das assembleias provinciais e na inserção das elites regionais e locais nesses espaços. Figura central nesse arranjo, a presidência da província não privilegiada por esses estudos.

O presidente de província era um agente do poder executivo que atuava na esfera provincial. De livre nomeação e remoção do imperador, o presidente ocupava a posição cimeira entre as autoridades provinciais, e todos que se localizassem na província estavam a ele subordinados. Suas atribuições eram bastante alargadas, incluindo a fiscalização de todas as repartições da província, a resolução temporária de conflitos de jurisdição, o provimento de diversos cargos, a apuração de quaisquer eventos que ocorressem na província, dentre outras.

Apesar disso, a ênfase da historiografia na atuação política dos presidentes de província fez com que poucos esforços fossem direcionados ao estudo do executivo provincial, embora o tema seja incluindo, ainda que tangencialmente, em muitos trabalhos. A maior parte das obras que mencionam o presidente de província pode ser enquadrada em três vertentes principais². A primeira vertente preocupa-se em repetir sentenças, muitas vezes formuladas pelos contemporâneos e utilizadas no contexto das disputas políticas, usualmente empregadas para definir os presidentes e suas atribuições – de que eram delegados do imperador nas províncias, nomeados para vencer as eleições para o partido que ocupava o gabinete ministerial e que, por serem de fora da província e ficarem pouco tempo no cargo não tinham condições de se dedicar à administração –, sem

¹ DOLHNIKOFF, *O Pacto Imperial: origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Globo, 2005.; MARTINS; Maria Fernanda Vieira. *A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007; VARGAS, Jonas M. *Entre a Paróquia e a Corte: a elite política do Rio Grande do Sul (1850-1889)*. Santa Maria: Ed. UFSM, 2010.

² Convém frisar que essa classificação teve como critério a abordagem da presidência da província, que não consistiu no foco de análise de nenhum dos trabalhos, os quais apresentam uma gama de discussões e conclusões que não se resume à apreciação que fizeram da presidência de província ou dos presidentes.

verificações empíricas consistentes ou problematizações acerca do sentido dessas afirmações³.

A segunda vertente ocupa-se da conformação dos poderes provinciais – concentrada majoritariamente no período entre a independência e o Ato Adicional (1834) ou, menos frequentemente, estende-se até a Lei de interpretação do Ato Adicional (1841) –, e enfoca o presidente de província como um dos agentes com os quais os poderes provinciais, sobretudo os conselhos ou assembleias, se relacionavam. Esses trabalhos expõem resultados embasados em ampla pesquisa empírica, sobretudo da legislação, e na apropriação de importantes referenciais teóricos⁴.

Por fim, na terceira vertente enquadram-se os estudos que abordam os perfis e as estratégias das elites locais, provinciais e imperiais. Ainda que contemplem enfoques diversificados e orientações teóricas até mesmo antagônicas, os trabalhos incluídos nessa vertente abordam a trajetória pessoal e/ou institucional de indivíduos que foram, em algum momento, presidentes de província⁵. Além destes, trabalhos que se concentram na atividade de agentes sociais que integravam as elites do império e suas redes de relacionamento auxiliaram a desvelar um âmbito de atuação extremamente relevante dos presidentes de província, qual seja, o das suas interações com os habitantes da província⁶.

Em que pese se tratem de perspectivas relevantes e contributivas ao debate historiográfico, a tese que ora se apresenta partiu de outro prisma ao adotar como ponto de partida os presidentes da província e seus modos de governar. Acreditamos que esse seja um objeto privilegiado para compreendermos as dinâmicas da governação das

³ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Capítulos de História do Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

⁴ SLEMIAN, Andréa. *Sob o Império das Leis: Constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1822-1834)*. São Paulo: Hucitec, 2009; FERNANDES, Renata Silva. *As províncias do Império e o “governo por conselhos”*: o Conselho de Governo e o Conselho Geral de Minas Gerais (1825-1834). Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2018.; DOLHNIKOFF, *O pacto imperial*, op. cit.; OLIVEIRA, Carlos Eduardo França de. *Construtores do Império, defensores da província: São Paulo e Minas Gerais na formação do Estado nacional e dos poderes locais, 1823-1834*. Tese (Doutorado) – USP, São Paulo, 2014.

⁵ CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

⁶ VARGAS, *Entre a paróquia e a Corte*, op. cit.; MUGGE, Miquéias Henrique. *Senhores da Guerra: Elites militares no Sul do Império do Brasil (Comandantes Superiores da Guarda Nacional – 1845-1873)*. Tese (Doutorado). UFRJ, Rio de Janeiro, 2016; CIRINO, Raissa Gabrielle Vieira. *Pela boa ordem da província e pela glória do Império: famílias, estratégias e suas tramas na administração imperial do Maranhão (c.18750-c. 1840)*. Tese (Doutorado) – UFJF, Juiz de Fora, 2019.

províncias, assim como a forma pela qual elas interagiam com o centro de poder situado na Corte, tornando possível a existência de um Estado nacional unificado.

Após a independência de Portugal, o principal canal institucional de comunicação entre os grupos provinciais e nacionais foram os presidentes de província, uma vez que eles estavam situados em uma posição intermediária entre o governo central e as esferas locais de poder. Por essa razão, para a presidência da província confluíam os anseios e as demandas das instituições localizadas em vários níveis da administração imperial. Aos presidentes era delegada uma série de incumbências visando a gerência cotidiana da província, bem como o controle desse território por parte do governo situado na Corte. Tal controle, é importante precisar, não implicava a subordinação constante da província pelo governo imperial, mas o acesso às informações acerca do que lá ocorria.

Diante disso, o escopo do trabalho consistiu em investigar quem eram os presidentes de província e de quais mecanismos eles lançavam mão para governar a unidade territorial sob seu comando, posto que o cotidiano da província dependia, em larga escala, da atuação do presidente, mesmo que esses agentes do governo viessem a priorizar seus ganhos políticos. Para tanto, enfocaremos a província do Rio Grande do Sul, no arco temporal que se inicia no ano de 1845, após o final da revolução Farroupilha, revolta que afetou toda a província do Rio Grande do Sul e estabeleceu uma estrutura de governo paralela à estrutura imperial, e se estende até o final do Império, em 1889.

Não se trata de negar o caráter político do cargo de presidente de província, tampouco de refutar a evidente possibilidade que este possuía de intervir nos processos políticos a partir da prerrogativa de prover e fiscalizar cargos-chave na polícia, na guarda nacional, no judiciário, etc., assim como através de acordos cuidadosamente tecidos com parte das elites provinciais, processos esses que foram analisados a fundo pela historiografia. Ao contrário, nos apropriamos dessas conclusões e as assumimos como premissas para, então, investigarmos o funcionamento da administração da província, até mesmo porque através dos mecanismos administrativos era possível atuar politicamente. Obviamente, não pretendemos com isso implicar que as imbricações entre as elites regionais e a construção e sustentação do Estado imperial representem um debate encerrado, mas que os consistentes estudos existentes permitem tomar suas conclusões como pressupostos, ainda que com cautela.

Ao adentrarmos nos meandros da administração provincial, detectamos a necessidade de manter sempre no horizonte de trabalho a preocupação de identificar os mecanismos institucionais construídos através do emprego contínuo das mesmas práticas, mas, concomitantemente, compreender que esses mecanismos sofriam atualizações a cada vez que eram utilizados pelos presidentes. Buscamos, portanto, conciliar esses dois aspectos fundamentais, as continuidades, representadas pelos modos de governar, e as mudanças, verificadas nas transmutações conjunturais, das quais a rotatividade dos titulares da presidência era um dos sintomas. Como há tempos referiu Reinhart Koselleck acerca da historicidade dos conceitos, foi necessário atentar-se às diacronias presentes na sincronia⁷. Essas duas perspectivas são indissociáveis.

A partir disso, concluímos que um dos fatores mais relevantes para a construção da governabilidade era o acesso às informações do que ocorria na província e todos os desdobramentos que se seguiam. Por isso, a operacionalização de circuitos de comunicação internos e externos à província consistiu no principal mecanismo utilizado para governá-la. Saber manejar esses circuitos era uma habilidade imprescindível à governação. A presidência da província era o ponto onde os circuitos comunicacionais externos, integrados principalmente por agentes do poder executivo central, e os circuitos internos, constituído majoritariamente por autoridades provinciais, se encontravam.

Ainda que não fosse o único meio de transportar informações, a comunicação escrita consistiu em um dos pilares da governação, porque possibilitava a redução das distâncias entre as paróquias e a capital da província, e entre a capital da província e a Corte. Por vezes, a comunicação escrita era utilizada até por autoridades que se encontravam na mesma cidade, mas que, por alguma razão, não conseguiam se encontrar pessoalmente. A necessidade de comunicar uma ocorrência, entretanto, não era a única razão que levava as autoridades a produzirem ofícios e correspondências. O entendimento da necessidade de acumular informações e saberes sobre a província, sua geografia e potencialidades econômicas, seus habitantes, as autoridades nela existentes e os comportamentos das mesmas, levou a criação de leis e regulamentos que moldaram a arquitetura dos circuitos comunicacionais, a periodicidade e a intensidade da comunicação entre seus interlocutores. Ainda que a busca por informações cada vez mais precisas tenha marcado as leis que orientavam a prática administrativa, listas, tabelas e

⁷ KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n.10, 1992, pp. 132-135.

números podiam ser manipulados e usados politicamente de forma muito efetiva, uma vez que eram revestidos pela capa ilusória da neutralidade.

A fim de sustentar essa hipótese, a tese contém três eixos explicativos. No primeiro, desenvolvido no **capítulo 1**, discutimos o contexto da institucionalização da esfera provincial no período pós-emancipação, bem como os debates e concepções de Estado que circundaram a criação do cargo de presidente da província. Nesse sentido, dedicamos especial atenção à regulamentação da ação da presidência da província, com enfoque em três momentos: a criação do cargo, em 1823, a aprovação do Ato adicional e do regimento de 20 de outubro de 1834 que definiu as competências da presidência, e ao conjunto de reformas das décadas de 1840 que visava centralizar sob o olhar do executivo nacional o provimento e a fiscalização de algumas áreas da justiça e da polícia, o que acarretou na ampliação das atribuições da presidência.

O segundo eixo, desenvolvido no **capítulo 2**, consiste na construção do perfil do conjunto de indivíduos que foram nomeados para ocupar a presidência da província do Rio Grande do Sul buscando responder questões relativas à naturalidade, à formação, à atuação profissional e ao tempo de permanência dos presidentes no cargo. Somado a isso, realizamos a análise comparativa desses aspectos entre os presidentes do Rio Grande do Sul e das províncias de Minas Gerais, Pernambuco, Bahia e Santa Catarina, a fim de observar se a política de nomeações do governo central atingia de forma uniforme as províncias.

O terceiro e último eixo abrange os capítulos três a oito. Nesses capítulos nos debruçamos sobre a investigação das comunicações políticas emitidas pelo presidente da província em circuitos comunicacionais institucionalizados ou não, que possuíam orientações espaciais diversas. Assim, no **capítulo 3**, apresentamos as rotas comunicacionais institucionais nas quais os presidentes estavam inseridos, explorando suas características, que acabavam conformar as dinâmicas governativas. Essas rotas foram divididas em dois conjuntos: os circuitos de comunicação internos, que incluíam as comunicações que circulavam no interior da província, e os circuitos de comunicação externos, que abarcavam as comunicações encaminhadas para fora da província.

Desvendados os principais traços dessas rotas comunicacionais, nos **capítulos 4 e 5** examinamos, respectivamente, os interlocutores da presidência da província e os temas que orientavam a produção da comunicação política, buscando avaliar as similaridades e

os contrastes entre os circuitos interno e externo. O **capítulo 6** foi dedicado à análise dos instrumentos administrativos que podiam ser empregados através do envio de comunicações escritas. A incidência maior ou menor, bem como a ausência, de um mesmo instrumento nos diferentes circuitos revelou como se dava a atuação do presidente de província em relação a diferentes espaços de poder.

O **capítulo 7** concentrou-se na apreciação de outra forma de comunicação política, a saber, os relatórios presidenciais. Por se tratarem de documentos bastante completos, são, sem dúvidas, os mais utilizados pelos pesquisadores que abordam a presidência da província, mas também uma série de outros temas. Realizamos uma análise quantitativa dos temas abordados nos relatórios ao longo de todo o período em foco, visando destacar o caráter político desse documento, bem como sua importância na construção de saberes e práticas governativas compartilhadas por autoridades situadas em diferentes províncias. A partir dos dados constantes nesses relatórios também procedemos a uma análise da secretaria de presidência e de seus funcionários.

Por fim, no **capítulo 8** investigamos rotas comunicacionais informais articuladas no interior e no exterior da província. Inicialmente, estudamos as informações que circulavam nessas rotas sobre a chegada ou partida de um presidente e também sobre o comportamento dos presidentes a frente da administração da província. Além disso, analisamos como os vínculos estabelecidos entre os presidentes e os habitantes da província influenciavam a conformação de práticas governativas. Apesar de partirmos da observação das relações pessoais, intentamos focar como essas relações se entrelaçavam com a institucionalidade da presidência da província.

CAPÍTULO 1: A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA ESFERA PROVINCIAL E A CRIAÇÃO DO CARGO DE PRESIDENTE DE PROVÍNCIA.

1.1. A Corte em terras americanas, Revolução do Porto e a Independência brasileira.

A esfera de poder na qual se inseriam os presidentes de província foi sendo conformada no início do Oitocentos a partir de conjunturas que suscitaram alterações e complexificações na estrutura administrativa e a criação de espaços de representação para as elites que foram engendradas nas capitanias. Dentre os principais eventos desencadeadores de mudanças na sociedade colonial esteve a transmigração da família real para o Brasil e a Revolução do Porto, ocorrida em Portugal.

No início do século XIX o mundo assistia ao avanço das tropas napoleônicas pela Europa e poucos territórios não foram ocupados pelos franceses, sendo a Grã-Bretanha o único país capaz de fazer frente ao império francês. Portugal havia optado por manter uma posição de neutralidade diante desse conflito, o que não foi viável por muito tempo. Em meados de 1807, Napoleão Bonaparte exigiu que o príncipe regente, Dom João, tomasse uma decisão quanto a apoiar o Império francês ou a Grã-Bretanha. Ainda que não tenha sido aceita uniformemente, a opção de Dom João, em conjunto com o Conselho de Estado, foi de aliar-se aos britânicos e transferir a Corte para o Brasil, a fim de preservar a monarquia, uma vez que, se permanecessem em Lisboa e o exército francês tomasse a cidade, era provável que a Corte fosse aprisionada, tirando de cena o mais importante sustentáculo da monarquia⁸.

A Corte chegou ao Brasil em março de 1808, dando início a um período de profundas transformações na América portuguesa⁹. O império luso passou a ser

⁸ MARTINS, Maria Fernanda. Conduzindo a barca do Estado em mares revoltos: 1808 e a transmigração da família real portuguesa. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. (Org.). *O Brasil Colonial, 1720-1821*. 1ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, v. 3, p. 685-727, p. 687.

⁹ A cidade do Rio de Janeiro foi a mais afetada, pois muitos habitantes mais abastados cederam suas casas para os nobres que vieram acompanhando o rei – na expectativa de serem recompensados por seus bons serviços – e outros foram obrigados a deixar suas propriedades, dado que os nobres tinham “direito de requisitar moradia, quando estivessem fora do lugar de sua residência efetiva”. Além disso, foi realizada uma série de obras a fim de assemelhar o Rio de Janeiro a Lisboa. As práticas culturais foram renovadas e diversificadas, foi criada a imprensa régia, ainda que submetida à censura para evitar a difusão de ideais da revolução francesa. Segundo Lúcia Neves e Humberto Machado “A presença da Corte contribuiu ainda, decisivamente, para alterar o estilo de vida no Brasil, quer na maneira de morar, quer no mobiliário, quer no uso das roupas, quer no próprio comportamento social. [...] Todos os dias, o soberano recebia seus súditos para a cerimônia do beija-mão, na qual era possível avançar pequenos pleitos e solicitar providências

administrado do Rio de Janeiro e foi preciso estabelecer instituições que atendessem às novas necessidades da administração. Em 10 de março de 1808 foram criadas por decreto as secretarias de Negócios do Reino e Erário, de Negócios Estrangeiros e da Guerra e de Negócios da Marinha e Domínios ultramarinos, e o decreto de 14 de março do mesmo ano determinou que os governadores gerais deveriam se dirigir diretamente a cada secretaria¹⁰. Também foram reeditados no Brasil o Real Erário, o Desembargo do Paço, a Casa de Suplicação, a Mesa de Consciência e Ordens, o Conselho Militar e de Justiça, a Intendência da Polícia, a Chancelaria-mor e a Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação. Além dessa complexificação da estrutura político-administrativa, ocorreram mudanças na estrutura judiciária que passaram pelo aumento no número de cargos, bem como por uma melhor definição de funções e jurisdições¹¹. Assim,

A instalação da corte portuguesa no Brasil em 1808 provocou uma singular e profunda alteração na estrutura administrativa luso-brasileira, particularmente a partir da montagem de um vasto instrumental político-institucional que se criava com o objetivo de adaptar os domínios coloniais à nova conjuntura, mesmo considerando-se que se tratava de um processo já em curso desde o desenvolvimento da política pombalina, uma vez que a cidade do Rio de Janeiro já era a capital dos domínios portugueses na América, abrigando, desde 1763, a sede do governo e a residência oficial dos vice-reis no Brasil¹².

Em 1814 as forças de Napoleão Bonaparte foram derrotadas, deixando, assim, de existir as razões que levaram a Corte portuguesa a se instalar na sua colônia americana. Apesar dessa mudança, a Corte manteve-se no Brasil, situação que gerou descontentamento em Portugal, que enfrentava um profundo desgaste das suas estruturas econômicas, políticas e sociais desde a partida da Corte e das invasões francesas. É nesse contexto que, em 1820, ocorre a Revolução Constitucionalista do Porto que demandava a elaboração de uma constituição para reger a monarquia e a nação portuguesa¹³. Diante

[...] Jantares, bailes, reuniões em casas particulares começavam então, timidamente, a integrar o cenário urbano”. NEVES, Lúcia M. Bastos P.; MACHADO, Humberto Fernandes. *O Império do Brasil*. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 32 e 43.

¹⁰ MIRANDA, Marcia Eckert. *Continente de São Pedro: a administração pública no período colonial*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do RS/ Ministério Público do Estado do RS/CORAG, 2000, p. 30.

¹¹ MARTINS, *Conduzindo a barca do Estado*, Op. cit., p. 694-703.

¹² Idem, 694.

¹³ Esse movimento surgia como uma resposta a “uma espécie de desapontamento quase que generalizado do lusitano diante da situação vexatória com que se viu obrigado a conviver [...] quando a sede do reino foi transferida para a América portuguesa, de onde as ordens passaram a vir” (CABRAL, 2006, p. 391) e, por isso, a força motriz da Revolução foram as ideias de “liberdade contra o despotismo e de regeneração contra

desse cenário tenso e incerto, Dom João retornou para Portugal, deixando no Brasil seu filho, Pedro I, como príncipe regente.

Esse processo revolucionário teve forte impacto no Brasil, mas não de forma homogênea. Segundo Serra Júnior, as províncias

“passaram a apoiar, conforme seus interesses, diferentes centros de poder: as Cortes Lisboetas ou a Corte bragantina no Rio de Janeiro. As províncias da região Centro-Sul, por exemplo, eram contrárias ao retorno de Dom João para Portugal [...] Ao contrário destas, as províncias do Nordeste (como foi o caso do Maranhão, Bahia e Pará) estreitaram os laços com Lisboa, considerando o movimento revolucionário vintista um meio de manutenção de seus interesses e de atendimento de suas reivindicações”¹⁴

Portanto, as províncias do norte e nordeste apoiaram o movimento constitucionalista, visto que eram mais próximas de Lisboa, em virtude, principalmente, de vínculos favorecidos pelas intensas relações comerciais que mantinham, razão pela qual sentiam-se prejudicadas com a reorientação da hierarquia espacial que havia colocado o Rio de Janeiro no centro do império luso.

Em 1821 começaram a surgir nas províncias Juntas Provisórias de Governo, instituições inspiradas nas Cortes lisboetas, que minavam a autoridade do príncipe regente - e, por extensão, do Rio de Janeiro, de onde Dom João governava o império desde 1808 -, uma vez que respondiam diretamente a Lisboa. As Juntas, integrada por representantes provinciais eleitos, era encarregada de questões “civis, econômicas, administrativas e de polícia”¹⁵. Não causa estranhamento, à luz do que foi acima explicado, que dentre as primeiras províncias a formar Juntas de Governo estivessem a Bahia e o Pará.

Da mesma forma que em outras províncias do Brasil, os ânimos ficaram agitados na província de São Pedro¹⁶. Ao longo do ano de 1821, ocorreram vários levantes. Em

a decadência” (VARGUES apud CABRAL, 2006, p. 391). CABRAL, Flavio José Gomes. Os efeitos da revolução do Porto na província de Pernambuco e a crise do sistema colonial no Nordeste do Brasil. *FRONTERAS* (Instituto Colombiano De Cultura Hispanica), v. 11, p. 377-400, 2006.

¹⁴ SERRA JÚNIOR, Arnaldo Soares. *Delegados régios e magistrados eletivos em tempos de construção do Estado Nacional: as relações entre os chefes do executivo provincial e os juizes distritais do Maranhão (1827-1841)*. Dissertação (Mestrado). São Luís, 2015, p. 38.

¹⁵ MIRANDA, Marcia Eckert. *Ao Sul das Cortes: a Independência na Província do Rio Grande de São Pedro do Sul*. *NUEVO MUNDO-MUNDOS NUEVOS*, v. 1, p. 65334-20, 2013.

¹⁶ Sobre o processo de independência no Rio Grande do Sul conferir: COMISSOLI, Adriano. *A serviço de Sua Majestade: administração, elites e poderes no extremo meridional brasileiro (1808c. – 1831c.)*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, UFRJ, 2011; MIRANDA, Marcia Eckert. *A estalagem e o Império: crise do Antigo Regime, fiscalidade e fronteira na província de São Pedro (1808-1831)*. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, 2006; PICCOLO, Helga. *O processo de independência numa região*

abril, por exemplo, um motim realizado por diversas tropas forçou as autoridades a jurarem a Constituição que estava sendo elaborada em Portugal. Já em agosto, a nomeação de um novo governador-geral ensejou a organização um novo levante. Desta vez, a intenção dos sublevados era depor o governante e instalar uma junta provisória. Contudo, o movimento não chegou a ser levado adiante¹⁷. Apesar dessas manifestações de apoio ao movimento constitucional do Porto, parte da população era contrária ao alinhamento ao movimento. Assim, não houve na província uma posição unânime. Houve a formação de uma Junta Provisória na província, mas ela “não seguia as diretrizes do decreto das Cortes”¹⁸.

Para elaborar a constituição, as Cortes em Lisboa convocaram representantes das várias partes da nação portuguesa, incluindo o Brasil que enviou representantes por províncias. Esse processo desvelou antagonismos existentes entre parte dos deputados do Brasil e os de Portugal, haja vista que os últimos nutriam o desejo de retomar, ou regenerar, o papel central de Lisboa em detrimento do Rio de Janeiro. As tensões entre Brasil e Portugal foram se acentuando, até que as Cortes exigiram o regresso de D. Pedro, que havia ficado como príncipe regente no Brasil quando D. João partiu para Portugal a fim de acalmar os ânimos dos revolucionários. A opção do príncipe de permanecer no Brasil, contando com o apoio de diversos setores das elites coloniais, marcou a ruptura com a metrópole lusa. Assim,

“A eclosão do constitucionalismo na América portuguesa abriria um amplo espaço de instabilidade política ao criar possibilidades e expectativas de transformação da ordem política, e mesmo social [...] A formação das Juntas foi, dessa maneira, um processo permeado de tensões das mais diversas ordens, sendo comum que vilas se negassem à sua autoridade, além das tentativas de formação de outras que não fossem nas denominadas capitais. O pano de fundo desses conflitos era a rearticulação dos espaços de poder que, tendo em vista o modelo de um Estado liberal, investia nas esferas provinciais em detrimento das Câmaras”¹⁹.

Desse modo, quando projetos de constituição de um Estado brasileiro autônomo, independente de Portugal, começaram a despontar na colônia, a ainda incipiente esfera provincial havia adquirido significativa importância política, pela prévia experiência das

fronteira: o Rio Grande de São Pedro entre duas formações históricas. In: István JANCSÓ (Org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2005.

¹⁷ COMISSOLI, *A serviço de Sua Majestade*, op. cit., p. 166; MIRANDA, *A estalagem o Império*, op. cit., p. 144.

¹⁸ MIRANDA, *A estalagem o Império*, op. cit., p. 147.

¹⁹ SLEMIAN, *O império das leis...*, op. cit., p. 66.

Juntas de Governo. Além disso, achava-se difundido entre os habitantes da colônia um repertório liberal e constitucional que seria largamente explorado na construção dos projetos independentistas²⁰.

A separação do Brasil de Portugal e a organização do Estado nacional consistiam em processos distintos. A formatação do Estado brasileiro passava pela construção da unidade em torno de uma autoridade central. A viabilização do Estado imperial requeria, portanto, o engendramento de um arranjo institucional que assegurasse o lugar a ser ocupado pelas elites regionais, de modo que estas tivessem seus interesses atendidos e, simultaneamente, sustentassem a existência de um centro de poder. O presidente de província desempenhou função vital nesse arranjo, por ser o principal canal de comunicação entre essas partes. Para chegar a esse arranjo, o caminho mais frequentemente utilizado foi a negociação e a conciliação, visto que estas marcavam “os limites da representação, da legitimidade do poder, e o conseqüente papel das instituições governamentais na mediação de interesses”²¹

Contudo, o fato de que a independência do Brasil ocorreu de forma menos belicosa que outros processos similares que se desenrolavam nas vizinhas colônias hispânicas pode encobrir nossa visão de aspectos importantes acerca da independência brasileira. Contudo, ao observar o processo por ele mesmo, fica evidente que o projeto de formar um Estado independente de Portugal esteve longe de ser aceito de maneira uníssona nas diferentes províncias, tampouco se deu pacificamente. Essas multiplicidades que caracterizaram o processo de independência tornam-se inteligíveis à medida que tomamos ciência que o mesmo não foi produto da vontade nacional, dado que a nação não existia. Por essa razão, existiram diferentes projetos em disputa que atendiam aos anseios específicos das elites das diferentes regiões da América lusa. Desse modo, de acordo com Jancsó e Pimenta, “Para os homens que viveram a dissolução do Império português na América, a percepção da crise não se deu de modo uniforme, com o que das diferentes percepções resultaram múltiplos projetos políticos”²².

Apesar dos conflitos, em 1822 todas as províncias foram convocadas a enviar representantes para o início dos trabalhos da Assembleia Constituinte. A ideia de uma

²⁰ Um dos impactos da Revolução do Porto foi o fim da censura prévia dos escritos impressos em todo império português, o que facilitou a circulação e difusão de ideais liberais antes censurados. SENA, Op. cit., SLEMIAN, *O império das leis...*, Op. cit.

²¹ MARTINS, *A velha arte de governar...*, Op. cit., p. 45.

²² JANCÓS; PIMENTA, *Peças de um mosaico...*, Op. cit., p. 397.

monarquia constitucional era a opção da maioria dos deputados, uma vez que a presença do rei oferecia legitimidade necessária para evitar grandes rupturas que colocassem em risco a ordem social²³, e “poucas ameaças são mais sentidas pelas elites que aquelas dirigidas à hierarquia social e à ordem estabelecida, mais temidas em momentos de convulsões sociais de qualquer natureza”²⁴.

1.2. Criação do cargo e legislação

Forjar uma unidade entre as províncias capaz de acomodar, em alguma medida, diferentes interesses e de legitimar a existência de um poder central foi matéria capital e necessária para a viabilidade do Estado monárquico brasileiro²⁵. O elemento unificador parece ter sido a necessidade, do ponto de vista das elites, da conservação da ordem social excludente e hierarquizada e da escravidão. Assim, as elites abriram mão de parte do poder e autonomia que detinham até então em favor da construção de uma autoridade central, para que esta se ocupasse de manter a paz social necessária para que as elites pudessem continuar com suas atividades econômicas. Assim, tanto o Estado necessitava do apoio das elites regionais, já que não arrecadava tributos suficientes para sustentar um aparato institucional capaz de se impor pelo emprego da força, quanto as elites beneficiavam-se da segurança e da legitimidade a elas conferida pelo apoio da monarquia. Contudo, “não seria fácil acomodar em uma mesma nação territórios tão distintos [...] e cujas elites apresentavam demandas muitas vezes contraditórias entre si”²⁶.

A negociação entre as diferentes partes concorreu para o estabelecimento das instituições e das suas dinâmicas de funcionamento²⁷. Os debates ocorridos na Assembleia Constituinte oferecem indícios acerca de como esse arranjo era projetado pelas elites e seus representantes. No início dos trabalhos da constituinte foram apresentadas “três propostas para a regularização dos governos provinciais” e em todas estavam previstas “a extinção das Juntas de Governo e a nomeação de um presidente pelo Imperador”²⁸, as especificidades ficavam por conta, principalmente, de definir a qual

²³ GRAHAM, *Clientelismo e política*, Op. cit., p. 7.

²⁴ MARTINS, *A velha arte de governar*, Op. cit., p. 47.

²⁵ MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

²⁶ DOLHNIKOFF, *O pacto imperial*, op. cit.

²⁷ Idem, p. 20.

²⁸ OLIVEIRA, *Construtores do Império, defensores da província*, Op. cit., p. 71.

autoridade estaria submetido o Comando das Armas das províncias, se ao presidente ou ao imperador. Foi levado à discussão a proposta apresentada por Antônio Carlos Ribeiro Machado, representante de Minas Gerais, o que não transcorreu sem conflitos, posto que parte dos deputados era contrária a extinção das Juntas e uma parcela diminuta não entendia ser necessária a criação de um cargo exclusivamente executivo²⁹.

Slemian aponta que, embora tenha sido dissolvida, os debates que tiveram vez na Constituinte não podem ser desconsiderados, uma vez que indicam os projetos de país e os diferentes interesses em disputa. Ademais, a Assembleia chegou a aprovar seis leis, dentre as quais estava o decreto que dava nova forma para o governo das províncias³⁰. Porém,

“As discordâncias em torno de alguns pontos do projeto de Antonio Carlos revelam que não havia um consenso entre os membros da Constituinte acerca da organização dos eventos provinciais e das relações com o governo central. Mesmo após a aprovação de suas matérias, artigos como o 3º - que garantia a escolha do presidente da província pelo imperador – foram recorrentemente aludidos e criticados, de modo que a aprovação final do texto se deu em meio a um clima não consensual”³¹.

Apesar das discordâncias, em 20 de outubro 1823 foi aprovada a lei que dava os primeiros contornos ao governo das províncias e que, embora se tratasse de uma forma provisória, permaneceu essencialmente a mesma até 1834. A partir de então ficou estabelecido que nas províncias existiria um presidente e um secretário, ambos escolhidos pelo imperador, além de um Conselho privativo e eletivo³², intitulado conselho de presidência ou de governo. Os conselhos seriam formados por seis membros, eleitos da mesma forma que os deputados gerais, exigindo-se dos mesmos que possuíssem a idade mínima de 30 anos e residissem na província há, pelo menos, seis anos. Por seu turno, o presidente era nomeado diretamente pelo imperador e amovível, sempre que este julgasse conveniente³³.

²⁹ Os diversos projetos e debates que tiveram vez na Assembleia Constituinte podem ser aprofundados em SLEMIAN, O império das leis..., Op. cit. e em FERNANDES, Renata Silva. *O governo das províncias do Império do Brasil: os Conselhos de Governo e os Conselhos Gerais de Província nos debates parlamentares (1823-1834)*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História, 2014.

³⁰ SLEMIAN, *O Império das leis...*, op. cit., p. 73.

³¹ OLIVEIRA, *Construtores do Império, defensores da província...*, op. cit., p. 72.

³² A constituição outorgada em 1824 previa ainda a criação de Conselhos Gerais nas províncias. No entanto, eles foram criados apenas em 1828, após a elaboração de uma lei que regulamentou seu funcionamento.

³³ BRASIL. Art. 3. Lei de 20 de Outubro de 1823. Coleção das Leis do Império do Brasil.

O conselho de governo não era permanente, reunindo-se uma vez ao ano pelo período de dois meses ou quando o presidente convocasse. Embora usualmente tenha sido considerado de pouca importância, o conselho de presidência possuía voto deliberativo em relação a uma série de assuntos³⁴, ao passo que o presidente possuía o voto de qualidade. Nas matérias não especificadas como de competência do presidente em conselho, ou seja, não quais a deliberação conjunta não era obrigatória, as resoluções eram exclusivas do presidente, ainda que nesses casos o conselho pudesse ser escutado em caráter consultivo.

Além dessas instituições, a constituição outorgada em 1824 ordenava ainda a criação de conselhos gerais nas províncias³⁵. No entanto, eles foram criados apenas em 1828, após a elaboração de uma lei que regulamentou seu funcionamento. A partir desse momento, os dois conselhos operaram concomitantemente nas províncias do Império. O conselho geral era um órgão legislativo, composto por 20 ou 13 conselheiros, de acordo com o tamanho da população da província, que eram eleitos para um mandato de dois anos, ao longo do qual se reuniam apenas duas vezes, posto que estava prevista uma sessão por ano.

A ideia de introduzir em cada unidade administrativa um agente nomeado pelo poder central não era nova. Na França revolucionária, esse modelo havia sido

³⁴ OLIVEIRA, *Construtores do Império, defensores da província...*, Op. cit. Os assuntos nos quais o Conselho de Presidência tinha voto deliberativo eram: “1º Fomento da agricultura, comércio, indústria, artes, salubridade, e comodidade geral; 2º Promoção da educação da mocidade, 3º Vigiar sobre estabelecimentos de caridade, prisões, e casas de correção e trabalho, 3º Propor que se estabeleçam Câmaras, onde as deve haver, 5º Propor obras novas, 6º Dar parte ao governo dos abusos que notar na arrecadação das rendas [...] 10º Cuidar em promover o bom tratamento dos escravos, e propor arbítrios para facilitar sua lenta emancipação [...], 12º Decidir temporariamente os conflitos de jurisdição entre as Autoridades. Mas se o conflito aparecer entre o Presidente e outra qualquer Autoridade, será decidido pela Relação do Distrito; 13º Suspender Magistrados; 14º, Suspender o Comandante Militar do Comando da Força Armada [...] 16º Determinar despesas extraordinárias”. Lei de 20 de Outubro de 1823. Coleção das Leis do Império. Disponível em file:///D:/textos%20doc/collecao_leis_1823_parte1.pdf Acessado em 25/04/2018.

³⁵Os estudos acerca da criação e atuação dos conselhos foram preteridos por muito tempo, sobretudo o conselho presidencial, posto que muitos trabalhos os consideraram órgãos exclusivamente consultivos ou, ainda, “os confundiam com seus congêneres, os Conselhos Gerais”. Na última década, entretanto, os pesquisadores têm chamado a atenção para o papel relevante nesses órgãos “Em meio a uma crise político-administrativa desencadeada pela inauguração do novo Estado, as novas instituições regionais foram determinantes para aplacar esse quadro, minimizando o risco de uma fragmentação territorial, ao mesmo tempo em que abriram caminho para a representatividade política das províncias dentro do Império em gestação”. CIRINO, Raíssa Vieira. Império, família e poder: os ‘ilustres membros’ do Conselho de Presidência do Maranhão (1825-1829). *REVISTA ESCRITA DA HISTÓRIA*, v. 6, p. 80-112, 2016, p. 84. Cf.: FERNANDES, *As províncias do Império*, Op. cit.; CIRINO, Raíssa Gabrielle Vieira. *Pelo bem da pátria” e pelo Imperador: O Conselho Presidencial do Maranhão na construção do Império (1825 – 1831)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2015; OLIVEIRA, 2014, Op. cit.

implementado. Após o início da revolução, em 1789, os revolucionários aboliram os privilégios que algumas províncias e cidades desfrutavam, e urgia a formulação de “uma nova elaboração institucional” a fim de garantir a “manutenção do controle sobre o território”³⁶. Essa nova organização precisava estar alinhada aos ideais de igualdade que orientavam os revolucionários. Por essa razão, foram criados departamentos, que, na concepção original, eram exclusivamente “circunscrições administrativas”³⁷.

A legislação que instituiu os departamentos, também instituiu uma organização administrativa formada por um “conselho de departamento, com funções deliberativas”, um diretório de departamento, com atribuições executivas, e um procurador-síndico “igualmente eletivo, representante do Poder Executivo central junto às autoridades departamentais”³⁸. Contudo, essa disposição institucional enfrentou constantes entraves ao seu funcionamento, levando-a a sucessivas reformulações em busca de um modelo que obtivesse êxito. Em meio a esse contexto, em 1800, foi conformada uma nova organização administrativa – que se mostraria a mais longeva –, segundo a qual existiria em cada departamento um prefeito, de livre nomeação do governo, que seria o único encarregado da administração desses territórios³⁹.

O transcorrer do período pós-emancipação testemunhou o crescimento das agitações populares e de movimentos de políticos contrários ao reinado de dom Pedro I, que criticavam o despotismo do imperador. Esse contexto levou à abdicação de dom Pedro em 07 de abril de 1831 e inaugurou o período regencial da monarquia brasileira. A partir desse momento intensificaram-se as modificações no sentido de uma descentralização da autoridade, favorecida pela própria ausência do imperador, que teria seu auge na aprovação do Ato Adicional à constituição, em 1834. A principal mudança introduzida pelo Ato Adicional ocorreu no âmbito provincial, onde foram extintos os conselhos de presidência e os conselhos gerais e criadas as Assembleias Provinciais, órgãos representativos dos eleitores das províncias. Os efeitos dessas modificações foram sentidos no poder executivo provincial, dado que agora o presidente não mais contava com um conselho que o auxiliasse a deliberar, bem como no poder legislativo, porque,

³⁶ FERNANDES, *As províncias do Império*, Op. cit., p. 38.

³⁷ Idem. p. 40.

³⁸ Idem.

³⁹ POUSSOU, Jean-Pierre. La création et l'évolution d'un modèle d'organisation administrative territoriale: la France, de la Révolution française à la III République. In: SOUSA, Fernando de. *Os Governos Cívicos de Portugal e a Estruturação Político-Administrativa do Estado no Ocidente*. CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, 2014, p. 227.

embora os conselhos gerais fossem instituições representativas, com atribuições propositivas, “as leis propostas pelos Conselhos deveriam ser submetidas à aprovação da Assembleia Geral”⁴⁰, o que tornava atribuição legislativa uma novidade na esfera provincial.

Em 1834, às modificações na legislação efetuadas pelo Ato Adicional, seguiu-se a elaboração de um regimento no Senado com vistas a definir e regular as atribuições dos presidentes de província. O regimento foi um marco importante, pois estabeleceu que o presidente era a “primeira autoridade da província”, definiu suas competências, dentre as quais estava a de sancionar ou não as leis elaboradas pela Assembleia Legislativa provincial recém-criada. Nos casos em que a lei não fosse sancionada, o presidente deveria justificar sua decisão e enviá-la novamente para Assembleia, e caso os deputados derrubassem o veto do presidente por maioria simples, a lei deveria ser aprovada.

O regimento de 1834 ampliou as competências do presidente e efetivou uma concentração de poder nas mãos de uma única autoridade, uma vez que, até esse momento o presidente governava em conjunto com o grupo de conselheiros que compunham o conselho de presidência e, a partir de então, passou a ocupar sozinho o topo da hierarquia do poder executivo na província. Assim, somadas às obrigações determinadas pela lei de 20 de outubro de 1823, o artigo 5º do regimento dos presidentes de província informava que a essa autoridade competia:

- 1º Executar e fazer executar as Leis.
- 2º Exigir dos empregados as informações e participações que julgar convenientes para a boa execução das Leis.
- 3º Inspeccionar todas as Repartições, para conhecer o estado delas, e dar as providencias necessárias para que estejam, e se conservem segundo as Leis.
- 4º Dispor da força a bem da segurança e tranquilidade da Província. Somente porém nos casos extraordinários, e indispensáveis, fará remover as Guardas Nacionais para fora dos seus municípios [...]
- 5º Exercer sobre as Tesourarias Provinciais as atribuições conferidas pela Lei de 4 de Outubro de 1831, que organizou o Tesouro Nacional.
- 6º Prover os empregos que a Lei lhe incumbem, e provisoriamente aqueles, cuja nomeação pertence ao Imperador.
- 7º Cometer a empregados gerais negócios regionais, e vice-versa.
- 8º Suspender a qualquer empregado por abuso, omissão, ou erro cometido em seu ofício [...]
- 9º. Cumprir e mandar cumprir todas as ordens e Decretos do Governo sobre qualquer objeto da administração da Província, para o que lhe serão diretamente remetidos.

⁴⁰ OLIVEIRA, Kelly Eleutério Machado. A Assembleia Provincial de Minas Gerais e a formação do Estado Nacional Brasileiro, 1835-1845. Tese (Doutorado em História). UFOP. 2018, p. 48.

10º. Receber juramento, e dar posse aos empregados, cujo exercício se estenda a toda Província ou a uma só Comarca [...]

11º Decidir temporariamente os conflitos de jurisdição [...]

12º Participar ao Governo os embaraços, que encontrar na execução das Leis, e todos os acontecimentos notáveis, que tiverem lugar a Província ou suas imediações, ajuntando-lhes as reflexões sobre a origem, circunstancias e resultados das mesmas.

13º Informar com brevidade os requerimentos ou prestações, que por seu intermédio se fizerem ao Governo. Bem assim as promoções militares, as quais lhe devem ser apresentadas, para dar sobre elas o seu parecer, sem o que não poderão ser confirmadas.

14º Conceder licença aos empregados públicos [...]

Com as competências ampliadas, a presidência fiscalizava, em algum nível, o provimento e/ou o funcionamento de todas as áreas do governo da província. A governança, em sua face institucional, estava pautada em “informações e cálculos” acerca da província, que eram parte de um governo “permanente e positivo”⁴¹. Essa característica sinalizava um processo vivenciado “por diversas realidades europeias, sobretudo a partir do século XVIII”, de ampliação das funções de Estado, que não mais era apenas o mediador de conflitos e executor das leis, mas passava a ser responsável por promover o bem comum⁴². Disso decorreu, obrigatoriamente, o alargamento do que era entendido como funções de governo, uma vez que era preciso incorporar novos mecanismos ao modo de governar que possibilitassem executar as novas funções. Em Portugal, esse processo ocorreu nomeadamente a partir de meados do oitocentos, quando a administração, até então passiva e limada a “fazer justiça, preservando os direitos adquiridos”⁴³, passou a atuar de forma mais ativa, “provocando, com isso, o deslocamento de algumas funções de governo e o avanço de uma gestão mais interventiva, ainda em um sentido mais *disciplinador e regulador*”⁴⁴. Essa administração interventiva ocorreu por meio de mecanismos disciplinadores do chamado Estado de Polícia, termo que não se restringia, naquele contexto ao emprego da força, mas que “abarcava inúmeras ações

⁴¹ SUBTIL, José. As mudanças em curso na segunda metade do século XVIII: a ciência de polícia e o novo perfil dos funcionários régios, p. 66. In: STUMPF, Roberta & CHATURVEDULA, Nandini (orgs.). *Cargos e ofícios nas monarquias ibéricas: provimento, controlo e venalidade (séculos XVII e XVIII)*. Lisboa: Centro de História de Além-Mar: Universidade Nova de Lisboa: Universidade dos Açores, 2012. pp. 65-82.

⁴² Renata Silva. *As províncias do Império e o “governo por conselhos”*: o Conselho de Governo e o Conselho Geral de Minas Gerais (1825-1834). Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2018

⁴³ SUBTIL, José. O direito de polícia nas vésperas do Estado liberal em Portugal. In: FONSECA, Ricardo Marcelo (coord.). *As formas do direito: ordem, razão e decisão*. Curitiba: Juruá Editora, 2013, p. 275.

⁴⁴ FERNANDES, *As províncias do Império*, Op. cit., p. 67. Grifo nosso.

concretas de controle, regulamentação e repressão destinadas a dar expressão ao “bem comum”⁴⁵.

Segundo Fernandes, esse paradigma administrativo pautou a ação do governo provincial no contexto pós-emancipação e defendemos que o Estado de polícia continua a orientar o modo de governar da administração provincial na segunda metade do século XIX. Contudo, a criação de novas repartições administrativas especializadas – como a de obras públicas e terras públicas – e a reestruturação de algumas instituições⁴⁶ – como a polícia e a guarda nacional – geraram uma menor interferência direta da presidência nesses assuntos. Em contrapartida, as prerrogativas de provimento dos postos e de fiscalização dessas repartições se mantiveram.

Assim, a modificação na arquitetura institucional do governo das províncias não ensejou mudanças nas matérias que eram de competência da administração executiva, antes, levou a uma centralização das tarefas que antes eram de competência de um executor (presidente) em colaboração com um “organismo coletivo” e “eletivo” (conselho de governo) nas mãos apenas do presidente, de tal modo que a caracterização de Fernandes da legislação do conselho de governo pode ser utilizada genericamente, sem maiores prejuízos, para análise para a atuação do presidente de província após 1834. Segundo a autora, “As palavras utilizadas nessas especificações [das competências do conselho] ora sinalizam para um papel mais ativo (como os termos fomentar, promover, formar), outras propositivo (propor) ou ainda regulador e de averiguação (vigiar)”⁴⁷, bem como apontam para as “atribuições de *verificação* da observância das leis e dos “abusos introduzidos na pública administração”, incluindo, mesmo que de maneira restrita, até mesmo funções de *punição* previamente determinadas pela lei”⁴⁸

Acrescentamos, entretanto, que essas funções dependiam da comunicação com as diversas autoridades, instituições e indivíduos da província para serem efetivadas e que os circuitos comunicacionais que eram criados a partir dessa prática desempenharam um papel basilar para a manutenção de uma autoridade central em dois aspectos: primeiro, ao integrar esses diversos agentes políticos que respondiam ao centro de poder da

⁴⁵ Idem, p. 51.

⁴⁶ Na década de 1840 até o início da 1850, a regulamentação dessas instituições foi alvo de reformas que reorganizaram o funcionamento, ligando-as ao governo central, principalmente através da vinculação direta ao presidente da província, a quem deveriam prestar esclarecimentos e enviar informações periodicamente. Esses processos serão esmiuçados ainda nesse capítulo.

⁴⁷ FERNANDES, *As províncias do Império*, Op. cit., p. 129.

⁴⁸ Idem.

monarquia, representado pelo presidente, segundo, ao fornecer à presidência informações sobre todos os aspectos da província, possibilitando um “controle” permanente da situação.

A lei n. 40 de 3 de outubro de 1834 também delegou às assembleias a escolha do vice-presidente, o qual deveria assumir a administração da província caso o presidente precisasse se afastar ou no interstício entre a exoneração de um presidente e a posse do próximo nomeado. Segundo o artigo 6º do regimento

A assembleia Legislativa Provincial nomearia seis cidadãos para servirem de Vice-Presidente, e um no impedimento do outro. A lista deles será levada ao Imperador por intermédio do Presidente da Província, e com informação deste, a fim de ser determinada a ordem numérica da substituição: entretanto, servirá de Vice-Presidente o que estiver em primeiro lugar na lista, ou na falta deste os imediatos [...] ⁴⁹

Apesar de ser de indicação da Assembleia, a determinação de quem teria a preferência em assumir interinamente em casos de ausência do presidente era prerrogativa do imperador, com o auxílio das observações do presidente. Os vice-presidentes assumiam o governo das províncias com frequência, ainda que normalmente por curtos períodos, uma vez que entre a remoção de um presidente e a nomeação de outro poderiam passar alguns meses. Ademais, mesmo após nomeados, os presidentes poderiam demorar a tomar posse da administração, o que era mais recorrente em províncias mais afastadas da Corte, prolongando a administração dos vice-presidentes ⁵⁰.

Fernandes afirma que a maior parte dos artigos do projeto de lei que regulamentava a atuação dos presidentes foi aprovada sem grandes controvérsias. Os debates mais intensos ocorreram em torno dos artigos que definiam como seria a relação entre presidente e assembleia provincial, remetendo ao delicado equilíbrio de forças entre a desejada autonomia das elites provinciais e construção da unidade nacional necessária para salvaguardar a ordem e a escravidão. Assim,

Ocorria um acréscimo das possibilidades de autonomia provincial no que se refere ao legislativo, mas o executivo, atrelado a partir de então somente à escolha do Imperador, sem vínculos *a priori* com as províncias e com dependência direta do poder central, era consagrado

⁴⁹ BRASIL. Lei nº 40 de 03 de outubro de 1834. Coleção das Leis do Império do Brasil.

⁵⁰ Em artigo de 2012, Ernesto de Sena abordou as intensas disputas entre as elites provinciais do Mato Grosso em torno da indicação dos vice-presidentes que resultaram no conflito que posteriormente ficou conhecido como Rusga. SENA, Ernesto Cerveira de. Além do eventual substituto. A trama política e os vice-presidentes em Mato Grosso (1834-1857). *Almanack*. Guarulhos, n.04, p.75-90, 2º semestre de 2012.

como uma peça fundamental de união e de manutenção da monarquia social⁵¹.

Como já referido, os presidentes eram nomeados pelo imperador e, mesmo quando, em 1834, foi conferido às assembleias provinciais o direito de nomear os vice-presidentes, o mesmo não se estendeu aos presidentes⁵². Existia um entendimento geral acerca da importância da presidência da província para a construção do Estado, ainda que a forma como esse processo se daria estivesse em disputa. Assim, mesmo para os que desejavam maior autonomia provincial,

“para os próprios defensores da reforma constitucional [Ato Adicional], a uniformidade do império dependia da existência de delegados do governo central em cada província. As reformas liberais impuseram um modelo que previa a autonomia das províncias, mas com o cuidado de não colocar em risco a integridade territorial e nacional”⁵³.

Para Gouvêa, apesar das modificações introduzidas pelo ato adicional, o Estado brasileiro permanecia “fortemente centralizado a partir da sede imperial da monarquia constitucional brasileira” o que podia ser atestado pela manutenção da indicação imperial dos presidentes de província⁵⁴. Contudo, como será demonstrando a seguir, a administração das províncias se viabilizava também através do acionamento de redes de sociabilidade regionais, que conformavam os limites da centralização. Ademais, é preciso levar em conta os próprios interesses dos indivíduos nomeados, que não eram exclusivamente agentes do governo nas províncias, sobretudo

[...] em uma administração em que os cargos públicos – com frequência e como norma geral – eram contemplados como propriedade de seus donos, e na qual estes ainda os possuíam em propriedade privada dos meios objetivos da administração, a burocracia constituía mais um impedimento do que um eficiente instrumento de poder para a imposição da política monárquica⁵⁵

⁵¹ FERNANDES, *O governo das províncias*, Op. cit., p. 249.

⁵² O fato de não terem ocorrido modificações, não significa que não houve tentativas. Em 1834, quando o projeto de regulamentação das atribuições dos presidentes de província elaborado pelos senadores chegou à câmara, novamente aventou-se a ideia de que os presidentes fossem escolhidos pelo Imperador a partir de uma lista tríplice elaborada na província. FERNANDES, *O governo das províncias*, op. cit., p. 245.

⁵³ DOLHNIKOFF, Miriam. *História do Brasil Império*. São Paulo: Contexto, 2017, p. 53.

⁵⁴ GOUVÊA, *O Império das Províncias*, op. cit., p. 19.

⁵⁵ DUCHHARDT, Heinz; ASCH, Ronald G. (eds.). *El Absolutismo, un mito? Revision de un concepto historiográfico clave*. Barcelona: Idea Books, 2000, p. 39 apud MARTINS, Maria Fernanda Vieira; CORREA, Maria Letícia. Para uma leitura teórica da historiografia sobre a formação do Estado no Brasil. *Acervo* (Rio de Janeiro), v. 25, p. 17-30, 2012, p. 25.

No período em que essas leis foram publicadas eclodiram revoltas por todo o império, algumas de caráter popular, outras dirigidas pelas elites desejosas de mais autonomia em relação ao governo central. Nesses casos, foi corrente que, entre as demandas dos revoltosos, estivesse a troca de um presidente da província ou o direito de escolher por eleição os administradores provinciais. As contestações generalizadas levaram medo ao governo, o qual, uma vez sufocadas as revoltas, empreendeu uma reforma na constituição, através de uma interpretação do Ato Adicional, visando corrigir o que foi entendido como excessos do liberalismo da década anterior.

Assim, em 1840 é aprovada a lei de Interpretação do Ato Adicional, que congregava no governo central e nas autoridades diretamente a ele subordinadas parte das atribuições que haviam sido direcionadas à esfera de poder provincial e local. Com essa finalidade, as incumbências do chefe do executivo provincial sofreram algumas alterações. No Ato Adicional havia sido estabelecido que em duas situações o presidente poderia não sancionar uma lei sem que esta fosse novamente encaminhada para a Assembleia Provincial, mas sim enviada para a apreciação na Câmara dos Deputados. Estavam contempladas nessa circunstância as leis que o presidente julgasse atentatórias aos interesses de outras províncias ou a tratados internacionais. Entretanto, no bojo das reformas conservadoras⁵⁶ que vinham ocorrendo desde finais da década de 1830, a aprovação da Lei de Interpretação do Ato Adicional (1840) ampliou o poder de veto do presidente ao declarar que: “O art. 16 do Ato Adicional compreende implicitamente o caso, em que o Presidente da Província negue a Sanção a um Projeto por entender que ofende a Constituição do Império”⁵⁷.

Outrossim, a ampla autonomia que havia sido concedida às assembleias provinciais com o Ato Adicional sofreu reduções, ficando circunscrita a um número menor de questões, como explicitado pelo artigo 3º o qual definia que as assembleias apenas podiam criar empregos provinciais “cujas funções são relativas a objetos sobre os quais podem legislar as Assembleias Legislativas de província e de maneira nenhuma aqueles que são criados por leis gerais relativas a objetos de competência do poder

⁵⁶ A expressão “regresso conservador” foi alcunhada pelos contemporâneos e, posteriormente, foi apropriada pelos historiadores para referenciar um período em que foram postas em prática uma série de medidas que tinha por objetivo restabelecer a ordem, corrigindo os “excessos do reformismo liberal” (LINCH, 2015, p. 317). Uma análise dos significados da expressão é realizada em LYNCH, Christian Edward Cyril. Modulando o tempo histórico: Bernardo Pereira de Vasconcelos e o conceito de “regresso” no debate parlamentar brasileiro (1838-1840). *Almanack*. Guarulhos. n. 10, p. 314-334, agosto de 2015.

⁵⁷ BRASIL. Artigo 7º da Lei n. 105 de 12 de Maio de 1840. Coleção das Leis do Império do Brasil.

legislativo geral”⁵⁸. Essas mudanças somadas ao fato de que ao presidente cabia decidir provisoriamente sobre conflitos de jurisdição, bem como julgar a constitucionalidade das leis votadas pela assembleia, compôs um cenário onde “as assembleias provinciais se mantiveram duplamente sob controle, impedidas de legislar fora do que então consideravam sua jurisdição e evitando-se que essa legislação viesse de encontro às leis gerais do país ou as sobrepujasse”⁵⁹.

Fica patente, portanto, que se por um lado as assembleias consubstanciaram-se em importantes espaços para a atuação das elites políticas provinciais, por outro é preciso relativizar as afirmações de Dolhnikoff acerca dos impactos da reforma constitucional de 1840. Para a historiadora as reformas postas em prática pelo regresso, como a Lei de Interpretação do Ato Adicional e a reforma do Código do Processo Criminal, visavam à centralização do aparato judiciário, mas não promoviam modificações de cunho substancial no arranjo institucional que vigorava até então. Desse modo, as elites regionais continuavam a dispor de autonomia nos assuntos que eram de seu interesse. De fato, o poder de atuação das assembleias não foi esvaziado, mas as prerrogativas do presidente de província de apreciar a jurisdição e a constitucionalidade das leis por elas criadas alteravam as regras do jogo e aumentavam a importância da negociação entre elites provinciais e governo. Dolhnikoff pontua essa colocação estratégica do presidente, mas sob uma perspectiva unilateral, destacando como presidente dependia da habilidade de negociação com as elites regionais para desempenhar seu papel, tanto nos aspectos relacionados ao âmbito da política institucional, como aliar-se aos deputados provinciais para sustentar seus vetos na Assembleia, quanto à política realizada fora desses espaços, como as alianças efetuadas com políticos influentes, “capazes de selar alianças nas diversas localidades” necessárias para conquistar o sucesso eleitoral, mas silenciando quanto à necessidade das elites regionais de aliarem-se ao presidente para atingirem suas pretensões junto ao governo central.

Outra modificação no governo das províncias deu-se no âmbito da vice-presidência. O decreto nº 207, aprovado em 18 de setembro de 1841, alterou a regra para a escolha dos vice-presidentes, que passaram a ser “da livre nomeação do Imperador, que os poderá remover, quando entender que assim convêm ao bom serviço do Estado”⁶⁰.

⁵⁸ BRASIL. Artigo 3º da Lei n. 105 de 12 de Maio de 1840. Coleção das Leis do Império do Brasil.

⁵⁹ MARTINS, *A velha arte de governar*, Op. cit., p. 333.

⁶⁰ BRASIL. Decreto de 18 de Setembro de 1841. Coleção das Leis do Império do Brasil.

Para Dolhnikoff, tal mudança “não era tão contrária ao projeto liberal” e nada mais foi que “uma adequação para garantir que fossem cumpridos os propósitos da reforma constitucional de 1834, de ter um agente do governo central na província”⁶¹. Por um lado, a medida não transmutou de todo a lógica descentralizadora da escolha dos vice-presidentes introduzida em 1834, uma vez que estes continuaram, em sua maioria, sendo escolhidos entre os naturais da província⁶². Por outro lado, não podemos retirar importância do fato de que a decisão cabia exclusivamente, ao menos na letra da lei, ao governo central, muitas vezes com as informações prestadas pelos próprios presidentes, como ilustrado pela nomeação de Abel Graça como vice-presidente do Pará.

Em, 1870, prestes a deixar a administração da província do Pará para assumir seu lugar como deputado geral, João Alfredo Corrêa de Oliveira explicitou suas preocupações sobre quem o sucederia em função tão importante como era a presidência da província, e ofereceu ao Ministro do Império, Paulino de Sousa, suas opiniões sobre os possíveis candidatos. Alguns, apontou Correa de Oliveira, não podiam ser escolhidos porque também tinham sido eleitos deputados. Já o Coronel Miguel Antônio Pinto Guimarães era, segundo o presidente, homem honrado, mas já havia sido presidente em outra ocasião e “resultaram-lhe tão grandes desgostos e incômodos que está resolvido a não abandonar mais a casa, descanso e negócios que tem na cidade de Santarém”⁶³. E prosseguia

O 4º vice-presidente é o Dr. Antônio Gonçalves Nunes, de quem tenho formado bom conceito, é muito fraco e condescendente [...]. Restam o 5º e o 6º. Aquele é o Dr. João Lourenço Paes de Souza e este é o Dr. José Coelho da Gama e Abreu, diretor da repartição das obras públicas. Digo a V. Ex^a. com franqueza que lhe devo, que o Dr. Paes e Souza não é homem a quem o Governo deva confiar a administração de qualquer província, e menos à desta, onde é muito conhecido, e não inspira a confiança de ninguém. [...] Finalmente o Dr. Gama e Abreu não pode inspirar confiança ao Governo: é adversário declarado e exaltado da situação atual [...] Considero conveniente a nomeação de um vice-presidente em lugar que lhe compita substituir-me [...]. A pessoa é o Dr. Abel Graça, Juiz de Direito de Santarém, moço honesto, sensato, inteligente, e de muita prudência, sua qualidade predominante. É irmão do deputado Heráclito Graça, e conservador dedicado. É genro do Desembargador Leitão da Cunha, e é meu amigo há muitos anos, merecendo-me cada vez maior confiança. [...]⁶⁴

⁶¹ DOLHNIKOFF, *O pacto imperial...*, Op. Cit., p. 148-149.

⁶² No Rio Grande do Sul dos 20 vice-presidentes que ocuparam o cargo interinamente no período em foco, 16 eram rio-grandenses, um era natural de Santa Catarina. Não identificamos o local de nascimento de apenas três vice-presidentes. Ver SENA, Além do eventual substituto, Op. Cit.

⁶³ Carta de João Alfredo Correa de Oliveira. 31.01.1870. Memorial Denis Bernardes (MDB) – Repositório Institucional UFPE.

⁶⁴ Carta de João Alfredo Correa de Oliveira. 31.01.1870. Memorial Denis Bernardes (MDB) – Repositório Institucional UFPE.

Com essa descrição, João Alfredo estabelecia o valor do Dr. Abel da Graça a partir de dois parâmetros. Primeiro elencava as qualidades pessoais do indicado, atestando seu caráter a partir das suas relações pessoais e familiares, depois, assinalava o alinhamento do Dr. Graça ao governo conservador. Após a missiva, Abel da Graça foi nomeado presidente da província do Pará de abril a setembro de 1870 e em julho de 1871 foi nomeado presidente da mesma província, cargo no qual permaneceu até junho do ano seguinte. Esse caso ao mesmo tempo em que atesta como as autoridades ligadas ao governo central passaram a concentrar maior poder de decisão, demonstra os limites do processo de centralização, uma vez que este se materializava através de uma estrutura fundamentada em relações pessoais e valores de lealdade e reciprocidade. Assim, os presidentes e, portanto, a presidência da província não podem ser encarados a partir de uma perspectiva dualista e excludente, pela qual ou eram delegados do imperador ou reféns das forças provinciais, pois, na sociedade brasileira do século XIX, ser agente do governo e atuar em benefício próprio ou dos amigos não configuravam comportamentos contraditórios.

Apesar das mudanças na legislação, a efetivação de uma maior ingerência do governo central sobre as províncias seria uma difícil tarefa, haja vista a resistência das elites provinciais em abrir mão da autonomia que tinham desfrutado durante a vigência do Ato Adicional. Nesse cenário a ação dos presidentes de província foi fundamental, posto que, utilizando das prerrogativas legais anteriormente, auxiliavam o governo a controlar o funcionamento das assembleias. Paralelamente, o presidente “seria o principal intermediário e um fundamental agente de negociação, por proporcionar um privilegiado fluxo de informação e reproduzir os elos de ligação entre as elites e autoridades locais e autoridades locais e governo central”⁶⁵.

Baseado nesse cenário perpassado por leis que visavam aumentar a centralização e pela ausência de revoltas desde o fim da Revolução Praieira, em 1848, José Murilo de Carvalho entende que nesse período a centralização do Estado brasileiro encontra-se definida, a partir de uma autoridade central fortalecida capaz de se impor às forças locais e regionais⁶⁶. Para o autor, essa conformação foi resultado da ação de uma elite política

⁶⁵ MARTINS, *A velha arte de governar*, Op. cit., p. 338.

⁶⁶ CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 249.

letrada, caracterizada pela unidade ideológica e de treinamento proporcionada pela experiência compartilhada no ensino superior em Coimbra e, posteriormente, nas faculdades de direito do Império. Um dos aspectos desse treinamento seria a circulação, especialmente no judiciário e na administração, a qual possibilitaria o desenvolvimento de uma perspectiva menos provinciana⁶⁷. A presidência da província, por esse prisma, constituiria um passo na carreira para aqueles que almejavam postos mais altos na política. Assim, o protagonismo dessa elite treinada parece estar, para Carvalho, atrelada à concepção de desvinculamento dos interesses locais e afinada aos interesses de Estado ou nacionais⁶⁸.

Ilmar de Mattos apresenta uma perspectiva semelhante no que diz respeito ao protagonismo da formação do Estado residir em um único grupo. Contudo, entende que foi a classe dos fazendeiros fluminenses, que, identificados com um pequeno grupo de políticos localizados no Rio de Janeiro, os *Squaremas*, conseguiu sobrepor seus interesses ao das outras regiões e torná-los interesses do Estado, consolidando a centralização. Para Mattos, a administração pública figurou como um dos meios mais importantes para a difusão dos ideais Squarema que “privilegiaram os cargos intermediário, geralmente localizados no “círculo provincial””⁶⁹, caso dos presidentes, sobretudo nas regiões mais distantes da Corte. Assim, diverge da tese da existência de uma elite homogênea distante da sociedade, apontando as diferenças e semelhanças entre o Partido Liberal e Conservador, salientando a vitória do modelo defendido pelo último, mas mantém a perspectiva centralista.

O caso da Revolução Farroupilha nos permite repensar as asserções de Carvalho e de Mattos acerca de como se deu a conformação de forças no governo a partir do *Regresso*. A Farroupilha foi um conflito que ocorreu na província do Rio Grande do Sul no interim de meados de 1835 a março de 1845, que, em momentos e intensidades variadas, afetou toda a província. O estopim do conflito não pode ser atribuído a uma única causa. Dentre os diversos elementos motivadores estavam a insatisfação com a política fiscal do Império e o descontentamento de parte da elite provincial com a administração do então presidente da província Antônio Rodrigues Fernandes Braga⁷⁰.

⁶⁷ Idem. p. 124.

⁶⁸ Idem. p. 133.

⁶⁹ MATTOS, Ilmar Rohloff. *O tempo squarema*. São Paulo: HUCITEC/INL, 1987, p. 215.

⁷⁰ A revolução farroupilha já foi objeto de estudo de diversos autores. Dentre eles podemos destacar LEITMAN, Spencer. *Raízes Sócio-econômicas da Guerra dos Farrapos*. Rio de Janeiro: Graal, 1979; FLORES, Moacyr. *Revolução Farroupilha*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1985.

Ao longo da revolta, outras reivindicações surgiram, não existindo uma homogeneidade entre os revoltosos quanto aos objetivos que desejavam alcançar⁷¹.

Diversas parcelas da elite – os chamados legalistas – mantiveram-se ao lado do Império, enfrentando os revoltosos. Essa parcela, portanto, não precisou ser “convencida pelo regresso”, como advogou Carvalho, porque já haviam se posicionado ao lado projeto do governo monárquico centralizado. Questionando a tese de Ilmar de Mattos de que as elites provinciais foram cooptadas pela ação dos Saquaremas, Jonas Vargas afirma que

[...] vários rio-grandenses posicionaram-se contra o projeto descentralizador e republicano dos farrapos. Tal postura deu-se muito antes dos Saquaremas subirem ao poder, o que revela que os mesmos possuíam ideias próprias e não foram apenas cooptados por um projeto vindo do Centro. Nas primeiras décadas do Império, o território foi mantido e a monarquia consolidou-se somente porque parte das demandas das elites regionais em todo Brasil foram atendidas. No Rio Grande do Sul, estes mesmos legalistas contribuíram com suas fortunas e homens por algo que defendiam segundo as próprias conjunturas políticas e econômicas da província e não por algo exclusivamente oriundo do Centro⁷².

Além disso, é preciso considerar que, embora os farroupilhas tenham sido vencidos pelas tropas imperiais, o acordo entre eles e o general Caxias, representante do governo imperial, procurou apaziguar os ânimos e conceder alguns benefícios aos rebeldes, visando assegurar que os mesmos não se sentissem subjugados e humilhados. Afinal, apesar de derrotada, essa parcela da elite rio-grandense deu mostras de sua força. O fim de dez anos de conflito armado no Rio Grande do Sul foi selado com o tratado de paz de Ponche Verde, no qual constava que

Art. 1º - Fica nomeado Presidente da Província o indivíduo que for indicado pelos republicanos.

Art. 2º - Pleno e inteiro esquecimento de todos os atos praticados pelos republicanos durante a luta, sem ser, em nenhum caso, permitida a

⁷¹ Não cabe aqui nos estendermos nas explicações sobre esse conflito tão complexo e multifacetado. Para os objetivos dessa pesquisa é suficiente apontar que durante a guerra, os rebeldes chegaram a organizar um estado independente que contava com uma estrutura legal e militar. Ainda que os farroupilhas não tenham conseguido tomar todo o Rio Grande do Sul e que desde o início da década de 1840 estivessem enfraquecidos, o fato é que coexistiram na província duas estruturas de governo durante guerra. Esse motivo já justificaria o início do recorte cronológico após o final do conflito, posto que o intervalo de tempo entre 1840 e o início de 1845 não atenderia à premissa que embasa o problema de pesquisa proposto nesse projeto, a saber, a noção de que o presidente de província era uma importante via de relacionamento entre as elites da província e o governo central.

⁷²VARGAS, Jonas M. *Entre a Paróquia e a Corte: a elite política do Rio Grande do Sul (1850-1889)*. Santa Maria: Ed. UFSM, 2010, p. 196.

instauração de processos contra eles, nem mesmo para reivindicação de interesses privados.

[...]Art. 8º - Os oficiais republicanos não serão constrangidos a serviço militar algum; e quando, espontaneamente, queiram servir, serão admitidos em seus postos.

Art. 9º - Os soldados republicanos ficam dispensados do recrutamento.

Art. 10º - Só os Generais deixam de ser admitidos em seus postos, porém, em tudo mais, gozarão da imunidade concedida aos oficiais [...]

Como se pode observar, se trata de uma solução negociada entre os líderes farroupilhas e o representante do governo imperial, o Barão de Caxias, com condições favoráveis aos rebeldes, afinal, o governo sabia que não podia prescindir do apoio de homens tão influentes em uma região de fronteira cercada por tensões⁷³. Ao final, os rebeldes escolheram Caxias para ocupar a presidência, visando garantir que os termos do acordo fossem mantidos. Mügge destaca que alguns rebeldes fizeram parte da base de apoio à administração de Caxias, ainda que “David Canabarro, seu aliado a partir do armistício, tornou-se uma sentinela naquelas paragens”⁷⁴. Assim, percebe-se que a elite política situada na Corte não foi a única protagonista do regresso. As províncias possuíam dinâmicas próprias e relacionavam-se com o centro de forma ativa, condicionando a forma e o ritmo segundo os quais se deu a construção do Estado. Desse modo, o processo de centralização desse Estado precisa ser estudado não apenas por seus avanços, mas também pelos limites que são impostos à sua ação⁷⁵.

Esse contexto marcou o início de um período no qual, para sustentar o projeto de um Estado centralizado, as elites regionais e o governo central estavam em negociação e tensão permanentes. Nesse arranjo o presidente da província era o agente mais relevante da estrutura institucional. É essencial perceber que a relação entre províncias e a Corte era uma via de mão dupla, como advertiu o historiador Xavier Pujol referindo-se às pesquisas sobre a constituição dos Estados modernos europeus, não se trata de substituir os estudos sobre os Estados de uma perspectiva de cima para baixo (da capital para os territórios), por uma de baixo para cima, perpetuando uma lógica dualista. Antes, trata-se

⁷³ MUGGE, Miquéias Henrique. Sobre pacificação e reorganização: a Guarda Nacional e a província do Rio Grande do Sul após a Revolução Farroupilha. *Oficina do Historiador*, v. 7, p. 1472-1494, 2014.

⁷⁴ *Idem*. p. 1476.

⁷⁵ PUJOL, Xavier Gil. Centralismo e localismo? Sobre as relações políticas e culturais entre capital e territórios nas monarquias europeias dos séculos XVI e XVII. *Penélope*, nº 6, 1991, p. 119-144.

de realizar uma investigação que varie a escala de análise, visando compreender as formas de relacionamento entre todas as esferas de poder⁷⁶.

Se, por um lado, o governo central intensificava o controle sobre a esfera provincial de poder, caminhando no sentido do fortalecimento da autoridade central, por outro lado não dispunha de uma estrutura institucional e de recursos financeiros que lhe permitisse prescindir do apoio das elites provinciais e locais. A complexidade das articulações entre as orientações do gabinete ministerial, os interesses e habilidades individuais do presidente e os interesses das elites provinciais pode ser demonstrada pelas correspondências trocadas entre o presidente, Ângelo Muniz da Silva Ferraz, e o líder liberal, Manoel Osório.

Silva Ferraz foi nomeado para a presidência da província do Rio Grande Sul em outubro de 1857, durante o gabinete de Olinda (05/1857-12/1858) que seguia, em linhas gerais, o esforço da conciliação, e era um nome de peso para a administração de uma província onde as marcas do longo confronto contra o Império e intra-elites ainda se faziam sentir. Ao assumir a presidência, o conservador Silva Ferraz escreveu a Osório pedindo “todo o seu apoio e coadjuvação para que se efetue com presteza a organização dos corpos, que se devem destacar para a composição do Corpo do Exército de Observação”⁷⁷. A aparente boa relação entre os dois não durou muito, haja vista que a atuação do presidente Ferraz favorecia majoritariamente a facção de maioria conservadora na província – então chamada de Liga⁷⁸ –, o que permitiu que fossem cometidas “inúmeras arbitrariedades” aos opositores da Liga, “provocando muitos ataques da oposição liderada por Félix da Cunha e Luís Bello” que eram aliados de Osório⁷⁹.

Na tentativa de evitar o rompimento de relações, Silva Ferraz escreveu a Osório alegando que

A oposição que ás ocultas e de um modo pouco leal procurava
lançar embaraços na marcha da minha administração, hoje de apresenta

⁷⁶ Idem.

⁷⁷ Carta de Ângelo Muniz da Silva Ferraz. 19/10/1857. OSÓRIO, Fernando Luís. *História do General Osório*. Rio de Janeiro: Typografia de G. Leuzinger & Filhos. 1º volume, 1894, p. 617.

⁷⁸ Após a Revolução Farroupilha o cenário político-partidário da província mostrava-se pouco definido e bastante dividido. Em 1852 foi criada a *Liga*, uma facção composta por uma maioria de conservadores, mas que também contava com a presença de liberais. No mesmo ano surgiu a *Contra-Liga*, que também reunia liberais e conservadores, mas com preponderância dos primeiros. Sobre o contexto político da província ver: PICCOLO, Helga I. A política rio-grandense no Império. In: *RS: economia & política*. 2. Ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993 e VARGAS, *Entre a paróquia e a corte...*, Op. cit.

⁷⁹ VARGAS, *Entre a paróquia e a Corte...*, Op. cit., p. 60.

ás claras, tendo por diretores na imprensa o Dr. Felix Xavier da Cunha e José Candido Gomes, e por Chefes os Drs. Luis Alves Leite de Oliveira Bello e Luis de Freitas e Castro, e alguns Deputados Gerais. Não há motivo algum, [...] e unicamente penso que este passo assim dado, sem prudência ou tino político,, tem por base a firme resolução que tomei, desde que aqui cheguei, de, observando o programa de conciliação que segue o Governo atual, aprovado e recomendado pelo meu Augusto Amo, não distinguir os habitantes desta Província pelo partido a que pertencem, procurar diretamente entender-me com as pessoas distintas da Província, [...] não cativando-me à direção e governo das que se chamam Chefes de partido, e que de ordinário somente curam seus interesses particulares, com prejuízo e sacrifício da Província.⁸⁰

Silva Ferraz buscou deslegitimar a oposição e amparar suas ações no programa de governo que primava pela conciliação, afirmando que não buscou entender-se diretamente com “as pessoas distintas da Província” para dar bom andamento a sua administração. Contudo, isso não foi o suficiente para manter a frágil aliança com Osório, que embora reiterasse nas missivas ao presidente que era soldado do Império e não lhe cabia fazer oposição, dava sinais de desaprovação aos rumos da província, como quando não assinou um manifesto à Silva Ferraz assinado por vários oficiais. O presidente tentou, sem êxito, novamente conseguir o apoio de Osório. Então “em represália, Osório foi transferido de São Borja para Jaguarão, onde, com rendimentos reduzidos, assumiu o controle da fronteira”. Posteriormente, Osório foi nomeado para um cargo no Norte do país, mas, “por intervenção de seus amigos, seu destino, ao invés do Norte do Império, foi a Corte”⁸¹.

Ferraz tentou diversas vezes angariar o apoio de Osório por saber da enorme influência desse líder no Rio Grande do Sul. Contudo, a orientação do governo de evitar conflitos entre facções e garantir ampla base de sustentação ao gabinete mostrou-se tarefa difícil na província. Em parte, porque esta encontrava-se profundamente cindida entre facções, mas também porque, apesar de declarar seguir fielmente as orientações do governo, o conservador Silva Ferraz privilegiou seus amigos na província. Em tese, ao ocupar um cargo em um Estado consolidado e centralizado nos moldes descritos por Carvalho, por exemplo, as ações de um agente do governo não sofreriam a interferência das forças provinciais, mas tanto Silva Ferraz governou articulado a elas, quanto Osório evitou a transferência para o norte pela ação de seus amigos na Corte. Isso demonstra

⁸⁰ Carta de Ângelo Muniz da Silva Ferraz. 26/03/1858. Grifo meu. OSÓRIO, Fernando Luís. *História do General Osório*. Rio de Janeiro: Typografia de G. Leuzinger & Filhos. 1º volume, 1894, p. 627-628.

⁸¹ VARGAS, *Entre a paróquia e a Corte*, Op. cit., p. 61.

como as decisões originadas no centro encontravam limitações quando eram postas em prática nas provinciais.

Ademais, nota-se que tanto as ações de iniciativa do governo, quanto as de iniciativas das elites provinciais eram frequentemente materializadas através da utilização combinada de mecanismos legais e ativação de vínculos pessoais⁸². Para Richard Graham, esses vínculos consistiam em laços clientelistas que articulavam os níveis da política e da administração e destes com os potentados locais. Partindo dessa concepção, o autor tratou o presidente de província como uma importante figura da sociedade imperial, uma vez que possuía o papel de conceder benefícios – principalmente em forma de nomeações e cargos – a fim de angariar o apoio necessário à vitória do partido do governo nas eleições.

Ainda que tenha mencionado que os presidentes “intervenham em numerosos assuntos, pequenos e grandes”, Graham ressaltou exclusivamente o viés político-partidário dessas atribuições, reiterando a percepção de que a função principal do presidente era “gerar dividendos eleitorais”. O autor realizou um grande avanço ao destacar como o clientelismo aproximava Estado e sociedade. Todavia, deixou de lado aspectos importantes ao afirmar que o clientelismo sustentava todas as relações e que o Estado existia para sustenta-lo.

Incorporando as contribuições de Graham, mas argumentando ser o clientelismo um meio e não o fim da ação política, Maria Fernanda Martins apontou a importância das redes sociais para a construção do Estado⁸³. Estudando o Conselho de Estado e seus integrantes, a autora percebeu a relevância das elites provinciais no sistema político imperial. Através da análise de trajetória e das redes de sociabilidade dos conselheiros, Martins constatou que eles eram membros de tradicionais e poderosas famílias nas respectivas províncias, além de manterem contato com famílias das elites de outras províncias, constituindo uma espécie de elite interprovincial que se via representada nos mais importantes círculos da política imperial.

Ademais, ao analisar as consultas submetidas ao Conselho referenciou como as questões relativas aos conflitos de jurisdição refletiam as tentativas do governo central em manter sob seu controle as autoridades locais e provinciais, especialmente no que

⁸² No caso acima exposto, a tentativa de criação de um vínculo com Osório por parte de Silva Ferraz não teve sucesso, o que teve consequências para Osório.

⁸³ MARTINS, *A velha arte de governar*, Op. cit.

dizia respeito à criação de leis pelas assembleias provinciais. Contudo, como demonstrou Martins, esse processo era uma via de mão dupla, pois, de maneira geral, a construção de uma autoridade central era um objetivo compartilhado, ainda que não necessariamente pelos mesmos motivos. Ainda de acordo a autora, os presidentes de província foram importantes atores desse processo, uma vez que eram os principais intermediários entre as elites regionais e o governo central e tinham como função promover a negociação entre as partes.

Na mesma linha de Maria Fernanda Martins, Jonas Vargas examinou a elite política do Rio Grande do Sul⁸⁴. Através da investigação das relações políticas e sociais que os membros dessa elite política e suas famílias mantinham no Rio de Janeiro e na província, Vargas percebeu a existência de estratégias familiares que visavam à aproximação com o mundo da Corte, ressaltando o protagonismo das elites provinciais.

Ainda que não fossem o objeto da pesquisa de Vargas, alguns presidentes foram estudados, haja vista que também integravam a elite política rio-grandense. Ademais, o autor apontou como as negociações eram a chave para a manutenção das alianças entre os presidentes de província e os potentados locais. Pois, ainda que nem sempre seus interesses convergissem, uns não poderiam prescindir dos outros. Desse modo tanto a tese de Martins, quanto a dissertação de Vargas incluem um elemento importante no que diz respeito aos presidentes de província, pois, além de ressaltar a importância da negociação com as elites provinciais apontada por outros autores⁸⁵, eles acrescentam as elites locais nessa equação.

A escolha do gabinete ministerial dos presidentes da província era feita pensando em alguém capaz de levar a política ministerial às províncias. Mas, ainda que o presidente dispusesse de amplas prerrogativas na administração da província, tal empreitada não podia ser levada a cabo sem a colaboração das lideranças regionais e locais, haja vista a debilidade do aparato estatal e, sobretudo, do fato de o Estado imperial não deter o monopólio do uso da força – basta atentarmos para o caso da Guarda Nacional. Dessa forma, quando os desejos das lideranças provinciais – que podiam ser inclusive do mesmo partido que estava no poder no governo central – e do governo central não convergiam, o

⁸⁴ VARGAS, *Entre a paróquia e a Corte*, op. cit.

⁸⁵ DOHLNIKOFF, *O Pacto Imperial*, op. c it.

governo não tinha condições de impor-se, de modo que a estratégia mais utilizada para esses casos foi a negociação.

No capítulo a seguir, buscaremos desvendar os principais traços do perfil dos indivíduos nomeados para a presidência do Rio Grande do Sul, bem como avaliar o significado dessas escolhas.

CAPÍTULO 2: UM PERFIL DOS PRESIDENTES DO RIO GRANDE DO SUL E DA PRESIDÊNCIA DA PROVÍNCIA

A partir de 1840 verifica-se o esforço do governo imperial em centralizar a administração, a polícia e a justiça, objetivando fortalecer a autoridade central, o que passava pela atuação dos presidentes de província. Contudo, observando as nomeações para a presidência isoladamente e em comparação a outras províncias do Império constatamos que as ações do governo eram condicionadas pelas condições das províncias, tanto no seu caráter estrutural, quanto circunstancial. Como se demonstrará a seguir, contextos distintos fizeram com que critérios distintos fossem relevantes para a escolha do presidente, demonstrando fluidez do governo, que visava garantir o apoio das elites provinciais e o alinhamento do comportamento das mesmas aos rumos do governo, lançando mão de mecanismos variados que eram operacionalizados, com frequência, pelo presidente da província.

Objetivando avançar na compreensão do funcionamento da presidência da província, nosso primeiro passo é conhecer aqueles que desempenharam tal função. Com essa finalidade, faremos uso do método prosopográfico, que, quando aplicado ao estudo de grupos dirigentes, nos ajuda a entender o funcionamento das instituições, uma vez que explica as origens da ação política através do contexto social dos atores, ou seja, permite desvelar os interesses que orientam as realizações de determinada instituição⁸⁶.

Ao longo do período entre 1845 e 1889, a província do Rio Grande do Sul foi administrada por 59 presidentes. Haja vista que 21 desses eram vice-presidentes que haviam assumido interinamente⁸⁷, os dados que serão adiante discutidos têm por base um total de 39 indivíduos, ou seja, aqueles que efetivamente foram nomeados para tal função⁸⁸. Diferente de cargos como os de senadores e deputados, não havia exigências à nomeação dos presidentes de província. Entretanto, as trajetórias dos indivíduos indicados para o exercício do cargo deixam transparecer a existência de critérios, ainda

⁸⁶ STONE, Lawrence. *Prosopography*. Daedalus, 1971.

⁸⁷ O cargo de vice-presidente foi criado em 1834. Inicialmente os vice-presidentes eram escolhidos entre os deputados provinciais, mas na década de 1840 passaram a ser de nomeação direta do governo central. Era nomeado um total sequencial de seis indivíduos, normalmente habitantes da província, que deveriam preencher o cargo caso o presidente precisasse se afastar ou em caso de vacância. SENA, Além do eventual substituto, op. cit.

⁸⁸ As informações sobre os presidentes de província foram pinçadas de variadas fontes que estão listadas no Apêndice 1, bem como de algumas obras referenciadas na bibliografia, sobretudo em MARTINS, *A velha arte de governar*, Op. cit. e VARGAS, *Entre a paróquia e a Corte*, op. cit.

que de maneira informal, sendo os mais frequentes a formação em direito e o não pertencimento à província que iriam administrar.

Diante do entendimento da existência de uma hierarquia entre as províncias⁸⁹, buscamos realizar uma análise comparativa entre algumas delas a fim de avaliar se tais critérios poderiam ser mais ou menos determinantes de acordo com a unidade administrativa em questão. A hipótese era de que nas províncias que haviam experimentado uma maior pujança no período colonial, as elites provinciais teriam mais poder para influenciar as nomeações de presidentes. Por essa razão, optamos por comparar as províncias de Minas Gerais, Bahia, Pernambuco e Santa Catarina – além, é claro, do Rio Grande do Sul, nosso recorte espacial principal. As três primeiras províncias tinham tido um importante papel econômico e político, com variações de intensidade, no período colonial. Por outro lado, Santa Catarina era uma província de pouco peso no cenário nacional e forneceu uma melhor perspectiva para os dados⁹⁰. Essa hipótese, qual seja, de que algumas províncias teriam mais espaço para negociar a nomeação dos presidentes de província junto ao governo em razão da sua constituição histórica, mostrou-se verdadeira, sinalizando que as elites interferiam, ainda que de maneira limitada, nas políticas do governo, mesmo quando se tratava da escolha do “delegado do imperador”, reiterando o que afirmou Xavier Pujol, de que o processo de centralização dos Estados nacionais precisa ser estudado não apenas por seus avanços, mas também pelos limites que são impostos à sua ação⁹¹.

Isso pode ser observado ao analisarmos as nomeações apenas para o Rio Grande do Sul. A comparação das substituições dos gabinetes ministeriais com as trocas na presidência da província revelou que - diferente do que afirmam Richard Graham, Sérgio Buarque de Holanda, Patrícia Nascimento, entre outros⁹² – nem todas as trocas de gabinete suscitavam alterações na ocupação de todos os cargos ligados ao governo

⁸⁹ CARVALHO, *A construção da ordem.*, op. cit.

⁹⁰ Para as províncias de Minas Gerais, Santa Catarina, Bahia e Pernambuco coletamos informações referentes apenas ao tempo de permanência no cargo, o local de nascimento e a formação educacional dos presidentes.

⁹¹ PUJOL, Xavier Gil. *Centralismo e localismo? Sobre as relações políticas e culturais entre capital e territórios nas monarquias europeias dos séculos XVI e XVII*. Penélope, nº 6, 1991, p. 119-144.

⁹² GRAHAM, *Clientelismo e política*, op. cit., HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Capítulos de História do Império*. Fernando A. Novais (Org). São Paulo: Companhia das Letras, 2010., NASCIMENTO, Patrícia Emanuelle. *Elites políticas e projetos de integração em Goiás (1822-1855)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, 2003.

central, como o de presidente de província. Essa constatação reforça a importância de entendermos a província também a partir de suas dinâmicas próprias.

2.1. Trajetórias: Formação educacional, atuação profissional e faixa etária.

Jerônimo Martiniano Figueira de Mello, nascido no Ceará, em 19 de abril de 1809, trilhou um caminho na vida pública que se assemelha em muitos pontos ao da maioria dos homens que ocuparam o cargo de presidente da província no Rio Grande do Sul. Formado bacharel em direito pela faculdade de Olinda, iniciou a vida profissional atuando no judiciário como promotor público, juiz de direito e Desembargadores da Relação (1851) na província de Pernambuco, e ministro do Supremo Tribunal de Justiça (1873). Também ocupou cargos na administração pública, como de secretário do presidente da província da província de Pernambuco (1849) e depois foi nomeado presidente das províncias do Maranhão (1842) e do Rio Grande do Sul (1871-72). Foi também eleito deputado pelo Ceará e depois por Pernambuco e, em 1865, tornou-se senador.

A trajetória de Figueira de Mello ilustra também um fenômeno comum da sociedade do Oitocentos, qual seja, a não especialização profissional, que foi comum à maioria dos presidentes do Rio Grande do Sul. Não raro eles também atuavam como advogados, escreviam para periódicos e administravam os negócios familiares. A atuação profissional dos presidentes que administraram o Rio Grande de Sul no período em foco se deu predominantemente na arena política, na qual atuaram 32 presidentes (82% do total). Contudo, como exemplifica o caso de Figueira de Mello, as incursões no meio jurídico eram comuns, sobretudo nos primeiros anos de vida profissional, sendo que 39% dos presidentes ocuparam cargos jurídicos ou praticaram a advocacia, o que em nada surpreende, dada a formação majoritária em direito, questão que será aprofundada adiante.

Pedro Tavares de Almeida aludiu à dificuldade de encontrar critérios precisos para a classificação sócio-ocupacional dos sujeitos históricos quando, precisamente, as fronteiras entre as atividades eram bastante fluidas. Segundo Almeida, a “parcimônia das fontes quanto às trajetórias profissionais de muitos indivíduos, por causa da reconhecida

persistência de uma pluralidade de vínculos ocupacionais na época” leva à necessidade de “fazer opções que simplificam a realidade retratada”⁹³.

Diante disso, surge a questão: a presidência da província constituía-se em uma etapa da carreira política, de modo que após o mandato os políticos estariam aptos a exercer cargos de maior importância? A idade dos presidentes quando de suas nomeações fornece alguns indícios. Dos 38 indivíduos para os quais encontramos essa informação, 78% tinham mais de 40 anos de idade e apenas um tomou posse da presidência com menos de 30 anos.

Embora os presidentes não fossem propriamente jovens, essa constatação, se considerada isoladamente, pouco clareia a questão. Esses dados adquirem mais significado quando observamos que entre os 29 presidentes que trilharam carreiras majoritariamente no âmbito político⁹⁴, 26 deles fizeram parte da alta cúpula da política imperial, composta por deputados gerais, senadores, ministros e/ou conselheiros de estado⁹⁵ (Anexo II). Entre esses presidentes que fizeram parte da elite política, 17 já haviam ingressado nesse círculo antes de serem presidentes da província de São Pedro. Observando esses 17 presidentes em relação ao total de nomeados para o Rio Grande do Sul, veremos que 43,6% dos indivíduos que ocuparam a presidência no período 1845-89 já faziam parte da elite política imperial.

Seria possível restringir ainda mais a definição de elite política e compô-la apenas pelos cargos que tinham seus titulares escolhidos pelo imperador, de forma direta ou indireta. Segundo esse critério, integrariam a elite da elite política apenas os senadores, escolhidos pelo imperador a partir de uma lista tríplice contendo os nomes mais votados da província, os ministros, que ou eram escolhidos diretamente pelo imperador ou, a partir de 1847, pelo presidente do conselho de ministros, este indicado pelo monarca, e, finalmente, os conselheiros de Estado, perfazendo 51,7% dos presidentes do Rio Grande

⁹³ ALMEIDA, Pedro Tavares. *A construção do Estado Liberal*. Elite política e burocracia na “Regeneração” (1851-1890). Dissertação de Doutorado. Universidade Nova de Lisboa, 1995, p. 10.

⁹⁴ A presidência da província, como discutido, era um cargo administrativo e também político. Por essa razão, o desempenho dessa função foi contabilizado como a ocupação de um cargo político.

⁹⁵ Adotamos a definição proposta por José Murilo de Carvalho, em *A construção da ordem*, na qual o autor utiliza o “critério das posições formais” para definir a elite a qual ele chama de “real”, mas aqui assumiremos que se trata da elite política institucional. Segundo Carvalho, pode-se considerar que esse grupo “inclui quase a totalidade dos homens que tomavam as decisões dentro do governo central”. CARVALHO, *A construção da ordem*, Op. cit., p. 51-57.

do Sul, dos quais 24% (7) integravam esse seletivo grupo antes da nomeação para presidência.

Houve ainda quatro casos de ex-presidentes que após adentrarem nos quadros da elite política do Império foram nomeados para administrar outras províncias⁹⁶. Assim, se por um lado a realização de uma boa administração a frente da presidência da província podia servir como um degrau na carreira da vida pública, por outro, o cargo não estava reservado, necessariamente, a nomes de pouco peso político e prestígio. Antônio Pimenta Bueno tinha sido desembargador da Relação do Maranhão e da Corte, além de ministro dos estrangeiros quando assumiu a presidência do Rio Grande do Sul.

A característica mais comum entre os presidentes foi a formação em direito. Dos 39 presidentes que administraram a província no período em foco, 32 possuíam formação superior, sendo 30 (77%) formados em direito, dos quais 10 diplomaram-se em Pernambuco (Olinda e Recife), 17 em São Paulo e 3 em Coimbra. A forte presença do bacharelismo foi também uma característica elite política imperial e das elites provinciais⁹⁷, e como demonstrado, em diversas ocasiões os mesmos indivíduos ocupavam postos na administração, no judiciário e na política.

Até quase o final da década de 1820 o Brasil não possuía nenhum curso superior e os habitantes da colônia, depois império, que almejavam a formação em direito dirigiam-se à Universidade de Coimbra, de modo que muitos membros da elite política haviam recebido a mesma formação. As faculdades de direito de São Paulo e Olinda foram criadas por uma lei apenas em 1827⁹⁸. Nessas academias que era formada a maioria dos presidentes do Rio Grande do Sul, com uma leve maioria de formados em São Paulo (43,3% eram formados em São Paulo, 30% em Recife, 13,3% em Coimbra, para os demais não foi possível identificar o local de formação). Por existirem apenas duas dessas instituições no Império para onde eram encaminhados os filhos das elites de todas as regiões do país, as academias de direito tiveram papel fundamental na formação dos quadros da elite política brasileira. Na sua clássica obra sobre as bases para a constituição

⁹⁶ O rio-grandense Henrique d'Ávila, que foi presidente entre abril de 1880 e março de 1881, tornou-se senador (1882) e Ministro dos transportes e agricultura (1883) e, em 1889 foi nomeado para administrar a província do Ceará. Do mesmo modo, o pernambucano Francisco de Carvalho Soares Brandão após ser presidente do Rio Grande do Sul (maio de 1881 – janeiro 1882), foi eleito senador por Pernambuco em 1882 e, em 1882, escolhido para ocupar a presidência da província de São Paulo.

⁹⁷ Como demonstraram, por exemplo, CARVALHO, *A construção da ordem*, op. cit., VARGAS, *Entre a paróquia e Corte*, op. cit.

⁹⁸ ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder: bacharelismo liberal na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p.88.

do Estado monárquico, José Murilo de Carvalho argumenta que essa formação comum à elite imperial resultou em uma homogeneidade ideológica, que seria mais intensa na elite existente à época da independência, capaz de manter o Estado unificado, a despeito das heterogêneas elites regionais. Carvalho faz uma grande contribuição à historiografia ao demonstrar a presença maciça de bacharéis na política e ao destacar as contribuições desse fenômeno na construção do Estado.

Contudo, discordamos do autor quanto à hipótese da unidade ideológica da elite brasileira. A tese de Carvalho de que a formação comum seria o suficiente para superar o contexto social e econômico dos bacharéis, seus laços familiares, afetivos e comerciais, em um universo onde as relações de sociabilidade eram estruturantes e os indivíduos existiam a partir de suas famílias, parece pouco provável. Como diversos pesquisadores demonstraram, os membros da elite política permaneciam vinculados às elites provinciais e locais por laços familiares, de amizade e compromisso e a capacidade de articulação das elites através dessas redes de relacionamento foi fundamental para a construção e manutenção do Estado imperial⁹⁹.

Assim, a centralidade das academias de direito e dos bacharéis repousava em outros aspectos. O primeiro deles diz respeito aos conhecimentos técnicos específicos adquiridos ao longo do curso. O rompimento com Portugal deu início a um processo de formatação do Estado brasileiro nos moldes de uma monarquia constitucional, ou seja, embasado em leis. Tal processo favoreceu o domínio daqueles que possuíam o conhecimento da cultura jurídica letrada.

Esse não era um fenômeno novo. O direito e a lei foram protagonistas na formação dos Estados modernos¹⁰⁰. No caso do Estado português observa-se a persistência da interpretação corporativa do paradigma jusnaturalista ao longo de quase todo o século XVIII, que atribuía ao rei essencialmente a distribuição da justiça. Por essa razão, até esse período não existia um discurso político autônomo do discurso político¹⁰¹.

Desse fenômeno decorre uma característica fundamental da ordem político-administrativa portuguesa que se refere à identificação da arte de governar com uma ciência prática, o que, por sua vez, conduz à formação de uma vasta estrutura de conselhos, juntas e tribunais

⁹⁹ MARTINS, *A velha arte de governar*, op. cit., VARGAS, *Entre a paróquia e a Corte*, op. cit., BOTH, *A trama que sustentava o Império*.

¹⁰⁰ Ver HESPANHA, António Manuel. *Às Vésperas do Leviathan*. Instituições e Poder Político. Portugal. Século XVII. Coimbra: Livraria Almedina, 1994.

¹⁰¹ MARTINS, *A velha arte de governar*, op. cit., p. 56

compostos por letrados, aqueles que dominam essa essência jurídica (jurisprudência) [...] ¹⁰²

O segundo ponto refere-se a como as academias constituíram-se em importantes espaços de socialização para elite brasileira ¹⁰³. Posto que a maioria dos presidentes era bacharel e que no Brasil existiam apenas dois locais para obter o diploma em direito, as faculdades proporcionavam o contato entre os filhos das famílias de elite de todo o Império. Além de frequentarem os mesmos restaurantes e cafés e participarem dos mesmos eventos sociais, os estudantes envolviam-se em uma série de atividades paralelas à formação acadêmica, como a contribuição em jornais, clubes literários e debates políticos que fomentavam ainda mais a criação de laços de amizade e reciprocidade entre eles ¹⁰⁴.

Como já mencionado, pesquisas recentes demonstraram a centralidade das relações sociais para a construção do Estado imperial, bem como o papel nodal das academias de direito para a integração entre as famílias de elite de diferentes províncias ¹⁰⁵. Entretanto, a lacuna de dados acerca dos presidentes enquanto grupo não nos permitia até então estender essas conclusões aos presidentes de província ¹⁰⁶. Contudo,

¹⁰² Idem., p. 56.

¹⁰³ Essa questão foi apontada e analisada a fundo por diversos autores como: ADORNO. *Os aprendizes do poder...*, op. cit., KIRKENDALL, Andrew J. *Classe Mates – Male student culture and the making of a political class in 19th century Brazil*. Lincoln & London: University of Nebraska Press, 2002; VARGAS, *Entre a paróquia e a Corte*, op. cit., CARVALHO, *A construção da ordem*, op. cit.

¹⁰⁴ Ou seja, não desconsideramos a importância do treinamento e do conhecimento comum entre a elite política e, no que nos interessa, aos presidentes, mas que esses aspectos não excluem a importância das ligações socioeconômicas desses mesmos indivíduos. Os atores sociais que atuavam diretamente no Estado permaneciam vinculados às suas regiões de origem e/ou atuação, “onde estavam suas bases eleitorais, econômicas e sociais, através de vínculos familiares e redes de relações com as pessoas influentes” BOTH, Amanda Chiamenti. *A trama que sustentava o Império: mediação entre as elites locais e o Estado Imperial Brasileiro (Jaguarão, segunda metade do século XIX)*. Dissertação. PUCRS, Porto Alegre, 2016, p. 54.; VARGAS, *Entre a paróquia e a Corte*, op. cit., MARTINS, *A velha arte de governar*, op. cit.

¹⁰⁵ KIRKENDALL, *Classe Mates*, op. cit.

¹⁰⁶ A maior parte dos trabalhos aborda a presidência da província sob uma perspectiva institucional (SLEMIAN, *Sob o império das leis*, op. cit.; DOLHNIKOFF, *O pacto imperial*, op. cit.; GOUVÊA, *O império das províncias*, op. cit.), analisando a legislação e a relação entre presidentes e os demais poderes provinciais, com especial ênfase na Assembleia provincial. Por isso, informações sobre as características dos nomeados para o cargo são pontuais, referindo-se a situações específicas. Possivelmente as únicas referências acerca do perfil dos presidentes de província estejam nas obras já citadas de José Murilo de Carvalho e na dissertação de Arnaldo Serra Junior. Carvalho afirma que a nomeação para a presidência da província era uma porta de entrada para a elite política, podendo-se disso depreender que os presidentes apresentariam as mesmas características da elite política definida pelo autor. Trata-se, contudo, de uma estimativa com base nos grupos estudados por Carvalho e não em um conjunto de presidentes. Já a dissertação de Serra Júnior apresenta a formação educacional dos presidentes da província do Maranhão entre 1827 e 1841, abrangendo um total de 14 indivíduos entre presidentes e vices. Restringindo apenas aos presidentes para melhor comparação com nossos dados, o período referido pelo autor conta com oito presidentes, sendo três bacharéis. Além da pequena amostragem, Serra Junior não explora as relações entre formação educacional, socialização e naturalidade. CARVALHO, *A construção da ordem*, op. cit., p. 56. SERRA JUNIOR, *Delegados régios e magistrados eletivos*, op. cit., p. 79.

diante dos dados aqui apresentados fica patente que o fato de serem os presidentes naturais de outras províncias não deve nos conduzir a considerar *a priori* a ausência de vínculos destes com as elites regionais, uma vez que as nomeações ocorriam, majoritariamente, dentro de um universo restrito composto por políticos que tinham formação em direito. Por isso, seria razoável supor que muitos dos homens que estiveram à frente da presidência da província conhecessem membros das famílias da elite rio-grandense pela formação compartilhada.

No caso dos presidentes nomeados para administrar o Rio Grande do Sul, havia uma predileção pelos bacharéis diplomados em São Paulo, onde formaram-se 16 presidentes, enquanto 10 realizaram o curso em Olinda ou Recife. Exceto pela década de 1850 onde o número de indivíduos formados nos dois locais é igual (2), nas décadas posteriores os bacharéis da academia do Largo do São Francisco, em São Paulo, constituíram a maioria, ainda que por uma margem pequena.

Visando verificar se, de fato, as academias de direito foram ambientes que proporcionaram a convivência entre os futuros presidentes e os habitantes da província, analisamos o ano e o local de formação dos presidentes do Rio Grande de Sul e dos bacharéis da província (Anexo I). Consideramos que os integrantes desses dois grupos possivelmente haviam se conhecido se: 1) houvessem se formado no mesmo ano, ou 2) houvessem se formado um ano antes ou depois. Segundo esses critérios, nove presidentes formados em São Paulo conviveram com rio-grandenses, o que equivale a 56,2%, ao passo isso ocorreu com cinco presidentes formados em Recife, ou seja, em metade dos casos.

Era comum encontrar na imprensa editoriais que denunciavam as ações autoritárias e descabidas do “*delegado do imperador*”, e afirmavam ser o desconhecimento da realidade provincial a principal causa de tal conduta. Os discursos parlamentares também estão recheados de acusações similares. Todavia, é preciso ter em mente que se tratavam de discursos afinados com propósitos políticos, proferidos com uma intencionalidade, e o historiador deve ter o cuidado de não assumir o discurso reproduzido nas fontes. Os fatos ocorridos durante a administração de João Pedro Carvalho de Moraes (1872 – 1874) revelam como as relações entre elites regionais e presidente de província podiam ser variadas.

Carvalho de Moraes, nascido no Rio de Janeiro, foi nomeado por um gabinete conservador no momento em que a Assembleia Provincial do Rio Grande do Sul era dominada pelos liberais, que organizaram forte oposição ao dito presidente. Apesar disso, o líder do partido liberal na fronteira sudoeste do Rio Grande, Henrique d'Ávila, defendia publicamente o presidente, afirmando que eles tinham sido colegas na faculdade de direito, como Ávila declarou em um discurso na Assembleia, afirmando que o presidente era um amigo muito honrado. Curiosamente, alguns meses antes, o presidente Carvalho de Moraes havia aprovado a execução de uma importante obra no Rio Jaguarão, cidade de onde era natural Henrique d'Ávila.

Os presidentes com formação militar foram uma presença importante no Rio Grande do Sul (18%), o que é compreensível dada a proximidade com as repúblicas do Prata e a sucessão de guerras nas quais o exército da província, bem como a Guarda Nacional, foram compelidos a lutar. Para o mesmo período em Pernambuco, por exemplo, identificamos apenas um presidente militar. Em contrapartida, no período colonial “Raros foram os governadores não militares nomeados para as conquistas ultramarinas” e “Em se tratando em territórios de disputa, como era o sul da América meridional, essa experiência [militar] se tornava então pré-requisito fundamental”¹⁰⁷. Embora o Rio Grande apresente um índice de presidentes militares superior as províncias de Bahia, Pernambuco e Minas, a formação majoritária é de presidentes bacharéis. Percebemos, assim, que as mudanças no perfil dos administradores – guardadas as diferenças entre as funções e a estrutura na qual atuavam governadores e presidente –, que refletem as novas necessidades e a transformação da própria sociedade.

2.2. “Todos sabem que vem apenas para ganhar a eleição”: a rotatividade do cargo.

As províncias ficavam, de maneira geral, menos de um ano sob a administração do mesmo presidente. No Rio Grande do Sul, a maioria dos presidentes ficou de 6 a 10 meses do cargo. O mesmo padrão foi observado em Minas Gerais e Bahia. Já em Pernambuco o tempo de permanência da maioria dos presidentes foi inferior – 40% ficaram de 1 a 5 meses, possivelmente um reflexo das intensas lutas entre as elites daquela

¹⁰⁷ SILVA, Augusto da. *O governo da ilha de Santa Catarina e sua terra firme: território, administração e sociedade (1738-1808)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2013, p. 97-98.

província, que, organizadas em torno dos partidos e das dissidências deles – como o Partido Praieiro -, influenciavam nas nomeações para presidência¹⁰⁸.

Quadro 1: Tempo no cargo dos presidentes por província 1845 – 1889 (%)

Meses	RS	MG	PE	BH	SC
1 – 5	13	19	40,8	22,8	22,6
6 – 10	50	48,6	36,7	43	35,6
11 – 15	18,4	21,6	20,5	28,5	22,6
16 – 20	8	8	2	0	9,6
21 – 25	2,6	0	0	5,7	0
26 ou mais	8	2,8	0	0	9,6

Essa rotatividade que caracterizou a presidência da província foi muito referida nos estudos que tocaram nesse tema, ainda que tangencialmente. Como acertadamente apontaram Vitor Izecksohn e Miquéias Mugge “muitas discussões sobre administração provincial vão pouco além de algumas tabelas demonstrativas da rapidez com a qual os presidentes mudaram suas ocupações”¹⁰⁹. Uma das razões apontadas para o pouco tempo que os presidentes permaneciam a frente da administração é a constante troca dos quadros do poder executivo nacional.

No período de 1845 a 1889 houveram 33 gabinetes que permaneceram no poder em média 15 meses¹¹⁰. Parte da historiografia no tocante a esse assunto afirma que cada substituição ministerial ocasionava a troca de comando da presidência da província¹¹¹, seguindo-se uma onda de demissões e nomeações de funcionários visando preencher os cargos públicos com apoiadores que auxiliassem a garantir a vitória nas eleições¹¹². Nas

¹⁰⁸ Para uma análise das disputas entre facções em Pernambuco ver: CARVALHO, Marcus J. M. de. Os nomes da revolução: lideranças populares na Insurreição Praieira, Recife, 1848-1849. *Rev. Bras. Hist.*, São Paulo, v. 23, n. 45, p. 209-238, Julho de 2003.

¹⁰⁹ IZECKSOHN, Vitor; MÜGGE, Miquéias Henrique. A criação do Terceiro Corpo do Exército na província do Rio Grande do Sul: conflitos políticos resultantes da administração militar nos anos críticos da Guerra do Paraguai (1866-1867). *Revista Brasileira de História*, v. 36, p. 1-25, 2016, p. 3.

¹¹⁰ CARVALHO, *A construção da ordem*, op. cit., p. 210.

¹¹¹ GRAHAM, *Clientelismo e política*, op. cit., DOHLNIKOFF, *O pacto imperial*, op. cit., HOLANDA, *Capítulos de história do Império*, op. cit.

¹¹² Dolhnikoff alega que o presidente era “uma espécie de delegado seu (do imperador) na região. Entre suas funções estava garantir a vitória nas eleições dos candidatos afinados com o ministério em exercício”. DOHLNIKOFF, *O pacto imperial*, op. cit., p. 100-101. Os autores mencionam a função não oficial do presidente de vencer as eleições para o gabinete. CARVALHO, *A construção da ordem*, op. cit., SERRA JÚNIOR, *Delegados régios e magistrados eletivo*, op. cit.

palavras de Buarque de Holanda “A falta de continuidade na administração tornava-se especialmente sensível nas províncias, onde os presidentes, expedidos da Corte, só permaneciam tempo necessário para assegurar a vitória ministerial”¹¹³. Contudo, a análise conjunta das substituições ministeriais e dos presidentes de província (quadro 2) indica que nem sempre à troca de gabinete seguiu-se a troca do presidente da província, uma vez que em apenas 10 casos (25,6%) a nomeação ou exoneração de um presidente coincidiu com o começo ou o término de um gabinete ministerial¹¹⁴, e, destes, apenas em duas situações a mudança correspondeu à alteração de partido no poder.

Quadro 2: Sucessão de gabinetes ministeriais e presidentes da província do Rio Grande do Sul (1845-1889)

Período	Gabinetes Ministeriais	Partido	Presidentes da Província do RS	Período
1844- Maio 1846	Almeida Torres (Visconde de Macaé)	Liberal	Luis Alves de Lima e Silva (Conde de Caxias)	1842-Mar 1846
Maio 1846 – Maio 1847	Holanda Cavalcanti	Liberal	Manoel Antônio Galvão	Dez 1846 - Mar 1848
Maio 1847 – Mar 1848	Alves Branco (2º Visconde de Caravelas)	Liberal		
Mar 1848 – Maio 1848	Almeida Torres (Visconde de Macaé)	Liberal	Francisco Soares de Andrea (Barão de Caçapava)	Abril 1848 – Mar 1850
Maio 1848 – 29 Set 1848	Francisco de Paula Souza	Liberal		

¹¹³ HOLANDA. *Capítulos de história do Império*, op. cit., p. 169.

¹¹⁴ Foi considerado coincidente quando a nomeação ou exoneração de um presidente ocorreu até dois meses após a mudança de gabinete.

Período	Gabinetes Ministeriais	Partido	Presidentes da Província do RS	Período
29 Set 1848 – Junho 1849	Pedro Araújo Lima (Visconde de Olinda)	Conservador		
Out 1849 – Maio 1852	José da Costa Carvalho (Visconde de Monte Alegre)	Conservador	José Antônio Pimenta Bueno (Marquês de São Vicente)	Março – Nov 1850
			Pedro Ferreira de Oliveira	Nov 1850 – Junho 1851
			Luis Alves de Lima e Silva (Conde de Caxias)	Junho – Set 1851
Maio 1852 – Set 1853	Joaquim José Rodrigues Torres (futuro Visconde de Itaboraí)	Conservador	João Vieira Cansação Sinimbu	Dez 1852 - Julho 1855
Set 1853 – Set 1856	Honório Hermeto Carneiro Leão (Visconde de Paraná)	Conservador (Conciliação)	Manuel Vieira Tosta (Barão de Muritiba)	Set 1855 – Abril 1856
			Jerônimo Francisco Coelho	Abril 1856 – Mar 1857
Set 1856 – Maio 1857	Luis Alves de Lima e Silva (Conde de Caxias)	Conservador (Conciliação)		

Período	Gabinetes Ministeriais	Partido	Presidentes da Província do RS	Período
Maio 1857 – Dez 1858	Pedro Araújo Lima (Visconde de Olinda)	Liberal (Conciliação)	Ângelo Muniz da Silva Ferraz (Barão de Uruguaina)	Out 1857 – Abril 1859
Dez 1858 – Ago 1859	Limpo de Abreu (Visconde de Abaeté)	Conservador (Conciliação)		
Ago 1859 –Mar 1861	Ângelo Muniz da Silva Ferraz (Barão de Uruguaina)	Conservador (Conciliação)	Joaquim Antão Fernandes Leão	Maio 1859 – Out 1861
Mar 1861 – Maio 1862	Luis Alves de Lima e Silva (Conde de Caxias)	Conservador (Conciliação)	Francisco de Assim Pereira da Rocha	Março – Dez 1862
20 – 30 Maio 1862	Zacarias de Góis e Vasconcelos	Liga Progressista		
Maio 1862 – Jan 1864	Pedro Araújo Lima (Marquês de Olinda)	Liga Progressista	Esperidião Elói de Barros Pimentel	Jan 1863 – Mar 1864

Período	Gabinetes Ministeriais	Partido	Presidentes da Província do RS	Período
Jan – Ago 1864	Zacarias de Góis e Vasconcelos	Liga Progressista		
Ago 1864 – Maio 1865	Francisco Furtado	Liga Progressista	João Marcelino de Souza Gonzaga	Maio 1864 – Junho 1865
Maio 1865 – Ago 1866	Pedro Araújo Lima (Visconde de Olinda)	Liga Progressista	Francisco do Rego Barros (Conde da Boa Vista)	Julho 1865 – Abril 1866
Ago 1866 – Julho 1868	Zacarias de Góis e Vasconcelos	Liga Progressista	Francisco Inácio Marcondes Homem de Melo (Barão de Homem de Melo)	Jan 1867 – Abril 1868
Julho 1868 – Set 1870	Joaquim José Rodrigues Torres (Visconde de Itaboraí)	Conservador	Guilherme Xavier de Souza	Julho – Ago 1868
			Antônio da Costa Pinto e Silva	Set 1868 – Maio 1869
			João Sertório (Barão do Sertório)	Junho 1869 – Ago 1870
Set 1870 – Mar 1871	José Antônio Pimenta Bueno	Conservador	Francisco Xavier Pinto de Lima (Barão de Pinto de Lima)	Nov 1870 – Maio 1871
		Conservador		

Período	Gabinetes Ministeriais	Partido	Presidentes da Província do RS	Período
Mar 1871 – Junho 1875	José Maria da Silva Paranhos (Visconde do Rio Branco)		Jerônimo Martiniano Figueira de Melo	Out 1871 – Julho 1872
			José Fernandes da Costa Pereira Junior	Julho – Dez 1872
			João Pedro Carvalho de Moraes	Dez 1872 – Mar 1875
			José Antônio de Azevedo Castro	Mar 1875 – Abril 1876
Junho 1875 – Jan 1878	Luís Alves de Lima e Silva	Conservador	Tristão de Alencar Araripe	Mar 1875 – Abril 1876
			Francisco de Farias Lemos	Mai 1877 – Fev 1878
			Américo de Moura Marcondes de Andrade	Mar 1878 – Jan 1879
Jan 1878 – Março 1880	João Luís Vieira Cansanção Sinimbu	Liberal	Felisberto Pereira da Silva	Jan – Julho 1879
			Henrique Francisco d'Ávila	Abril 1880 – Mar 1881
Mar 1880 – Jan 1882	José Antônio Saraiva	Liberal	Francisco de Carvalho Soares Brandão	Mai 1881 – Jan 1882
			José Leandro Godoi e Vasconcelos	Mar – Set 1882
Jan – Julho 1882	Martinho Campos	Liberal		
Julho 1882 – Maio 1883	João Lustosa da Cunha Paranaguá (2º Visconde de Paranaguá)	Liberal	José Antônio de Souza Lima (Barão de Souza Lima)	Out 1882 – Junho 1883

Período	Gabinetes Ministeriais	Partido	Presidentes da Província do RS	Período
Maio 1883 – Junho 1884	Lafaiete Rodrigues Pereira	Liberal	José Julio de Albuquerque Barros	Julho 1883 – Set 1885
Junho 1884 – Maio 1885	Manuel Pinto de Souza Dantas	Liberal		
Maio – Ago 1885	José Antônio Saraiva	Liberal		
Ago 1885 – Mar 1888	João Maurício Wanderley (Barão de Cotegipe)	Conservador	Henrique Pereira Lucena (Barão de Lucena)	Out 1885 – Maio 1886
			Manoel Deodoro da Fonseca	Maio – Nov 1886
			Miguel Calmon du Pin e Almeida (Marquês de Abrantes)	Nov – Dez 1886
			Bento Luis de Oliveira Lisboa	Jan – Abril 1887
			Rodrigo de Azambuja Vilanova	Jan – Ago 1888
Março 1888 – Junho 1889	João Alfredo Correia de Oliveira	Conservador	Joaquim Galdino Pimentel	Dez 1888 – Junho 1889
Junho – Nov 1889	Afonso Celso de Assis Figueiredo (Visconde de Ouro Preto)	Liberal	Gaspar Silveira Martins	Junho –Nov 1889

Embora a rotatividade observada na presidência da província estivesse, em alguns casos, relacionada às substituições ministeriais, essa vinculação não era automática. Além disso, a “filiação” partidária não se apresentou como um aspecto decisivo para a compreensão da alternância de indivíduos na presidência¹¹⁵. Nesse sentido, há de se

¹¹⁵ Marcus Carvalho demonstrou que, dependendo das circunstâncias, o partido do presidente e o partido do gabinete podiam não convergir. Analisando o caso de Pernambuco, o autor aponta que apesar dos liberais

mencionar que em seis ocasiões o Rio Grande do Sul teve mais de um presidente durante um mesmo gabinete – o que ocorreu geralmente em ministérios que se estenderam por longos períodos, como o ministério do Barão de Cotegipe (08/1885 – 03/1888), no decurso do qual foram nomeados cinco presidentes para administrar o Rio Grande. Assim, a leitura do quadro revela que as explicações usualmente apresentadas para elucidar o fenômeno da rotatividade da presidência da província são insuficientes. Ademais, indica que a realidade regional não pode, ao menos no caso do Rio Grande do Sul, ser explicada exclusivamente como reflexo da política nacional, mas que era influenciada por questões conjunturais próprias e pelos interesses particulares dos atores envolvidos.

Nesse sentido, retomando as conclusões de Angela Alonso, Sérgio Ferraz ponderou que as substituições ministeriais se tratavam de mudanças de situação, que eram, no limite, mudanças de alianças entre diferentes círculos de sociabilidade, as quais podiam ocorrer por razões diversas, refletindo a estrutura da própria sociedade. Analisando algumas nomeações individualmente, constata-se que a decisão final sobre quem deveria ser escolhido para determinada presidência podia resultar de fatores muito variados, assim como a resolução de que havia chegado a hora de um presidente ser removido. Caxias, por exemplo, governou a província em momentos delicados, nos quais sua presença servia para acalmar os ânimos dos rio-grandenses e para organizar as forças da província, dado seu histórico de negociações com a elite provincial durante a revolta Farroupilha. Por outro lado, José Fernandes da Costa Pereira Júnior (07-12/1872) teve seu nome sugerido ao ministério pelo seu antecessor, Jerônimo Martiniano Figueira de Melo (10/1871-07/1872)¹¹⁶.

Em alguns casos, um presidente era nomeado para desenvolver uma tarefa específica na província. Em artigo recente, Izecksohn e Mugge analisaram as relações entre os poderes provinciais, o presidente e o governo central durante a organização do 3º Corpo do Exército durante a Guerra do Paraguai, que constituiu um momento de grande

estarem nos gabinetes de 1844 a 1848, em 1845 o presidente da província nomeado era representante justamente da facção dissidente do Partido Liberal, conhecida como Partido Praieiro. Segundo Carvalho, isso ocorreu porque “na Corte os deputados Pernambucanos ligados ao Partido Praieiro haviam se aliado a Aureliano, o Visconde de Sepetiba, que segundo Nabuco, tinha uma enorme influência pessoal sobre Pedro II”. CARVALHO, Os nomes da revolução, op. cit., p. 211.

¹¹⁶ O ministro dos negócios do império escreveu a Figueira de Melo que “Em resposta declaro a V. Ex. que o governo satisfaz o desejo que manifesta naquela carta, sendo indicado para substituí-lo o Dr. José Fernandes da Costa Pereira, a quem V. Ex. passará a administração da província”. João Alfredo Correia de Oliveira, Ministro dos negócios do Império. Disponível em <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/22031>. Acessado em 13/02/2020.

tensão na província. Homem de Mello foi colocado à frente da província do Ceará em meados de 1865 e foi bem-sucedido em suas ações para angariar voluntários que engrossariam as fileiras do Exército no sul do país. Diante disso, foi enviado para administrar o Rio Grande do Sul, substituindo o vice-presidente em exercício, o rio-grandense Pereira da Cunha, considerado “pouco enérgico”¹¹⁷ para governar em tempos difíceis.

Além de Homem de Mello, o Comando das Armas da Província e o Ministério da Guerra também foram ocupados por homens altamente capacitados para lidar com tal situação, a saber, o General Osório, futuro Barão do Herval, e o Visconde de Paranaguá, respectivamente. Explicitando toda essa complexa conjuntura, os autores demonstraram como a cooperação entre essas esferas de poder possibilitou o sucesso na organização do Terceiro Corpo do Exército, bem como a centralidade de Homem de Mello que detinha as habilidades necessárias e a capacidade de mediar não apenas as relações entre autoridades, mas as necessidades dessas com os desejos dos potentados locais. Assim,

Para superar esses entraves foram essenciais as ligações de Homem de Mello com os setores não militarizados das elites provinciais e as alianças do Barão do Herval com os líderes do Partido Liberal, além de suas conexões de compadrio e amizade com homens que, além de se ocuparem de seus afazeres como estancieiros e comerciantes, viviam para guerrear ¹¹⁸.

Há ainda outros fatores a serem considerados. Era possível que em alguns casos o presidente desejasse ficar próximo de sua província natal ou mais próximo da Corte – e, portanto, do centro de poder do Império – deixando, assim, a presidência quando surgisse um posto que atendessem a esses critérios. Por vezes os presidentes simplesmente não se adaptavam à vida na província que administravam, como parece ter sido o caso de Henrique Pereira Lucena, que administrou o Rio Grande na década de 1880. Valendo-se de um depoimento de um viajante russo, Sérgio Buarque de Holanda afirma que Lucena

“[...] só se preocupava em contar os dias que ficaria naquele desterro fazendo jus a um lugar no novo ministério, que tinha como coisa certa. Tudo lhe repugnava na província: “bandidos” e “loucos” eram os epítetos mais mimosos que dava aos naturais do Rio Grande. Tanto ele como toda sua família achavam uma excentricidade do estrangeiro, russo de nascimento, gastar em terra tão fria como Porto Alegre o tempo que poderia melhor aproveitar nas amenidades do Rio de Janeiro”¹¹⁹

¹¹⁷ IZECKSOHN; MUGGE, A criação do Terceiro Corpo do Exército, op. cit., p. 5.

¹¹⁸ Idem, p. 18.

¹¹⁹ HOLANDA, *Capítulos de História*, op. cit., p. 175.

Quaisquer que fossem os motivos, o fato é que o período de permanência dos presidentes no cargo foi relativamente curto, o que poderia gerar instabilidade política, já que não haveria continuidade na administração, e social, uma vez que alternava as alianças costuradas entre elites regionais e governo central por intermédio do presidente. Entretanto, ainda que o pouco tempo à frente da administração tornasse difícil ao presidente desenvolver políticas de longo prazo, a rotatividade não estava, necessariamente, associada à instabilidade, visto que o desembarque de um novo presidente na província abria um leque de oportunidades para que as facções da província se aproximassem do “delegado do imperador”. Ou seja, cada nova nomeação podia gerar um rearranjo de forças políticas na província, dando às facções até então descontentes a oportunidade de se aproximarem do presidente, fornecendo parte das condições necessárias para a estabilidade do sistema político imperial a nível regional. Acerca da movimentação que a chegada de um novo presidente gerava na província, Serra Júnior afirma

“O desembarque do presidente nas terras do Maranhão era um momento de grande comoção social e política, despertando não só a atenção da população mais pobre, que se levava pela curiosidade de entender o que se passava no porto, mas também pela oportunidade dos agentes políticos locais, que se aproximaram e conquistaram o apoio do enviado da Corte, uma vez que ele, além de servir como uma ponte entre o Rio de Janeiro e a província, poderia conceder benefícios políticos, como a nomeação de alguns indivíduos para cargos públicos”¹²⁰.

Mesmo quando a nomeação de um presidente não correspondia a uma troca partidária, modificações podiam ocorrer, sobretudo quando mantemos no horizonte uma questão imprescindível para a compreensão do período: os partidos políticos, assim como a sociedade, eram estruturados a partir de relações pessoais, de modo que uma mudança de quadro, ainda que dentro de um mesmo partido, poderia gerar alterações significativas nas províncias.

Na província do Rio Grande do Sul, por exemplo, em 1879 teve vez uma importante divisão no interior do Partido Liberal. Gaspar Silveira Martins e Manoel Luis Osório, líderes liberais, compunham o gabinete de João Cansação Sinimbu. Nesse momento debatia-se a implementação de uma reforma eleitoral, da qual Silveira Martins

¹²⁰ SERRA JÚNIOR, *Delegados régios e magistrados eletivos*, op. cit., p. 54.

defendia que fosse parte a elegibilidade dos acatólicos. Segundo Monica Rossato, historiadora que estudou a trajetória desse político, “a defesa da elegibilidade dos acatólicos trouxe vantagens à afirmação de sua liderança no Partido Liberal e a base de apoio dos imigrantes da província”¹²¹. Todavia, esse item não entrou na pauta de reforma e, insatisfeito com o rumo dos acontecimentos, Silveira Martins afastou-se do seu lugar no gabinete. Manuel Osório, por sua vez, não seguiu o exemplo do conterrâneo e permaneceu à frente do Ministério da Guerra. Essa situação provocou reações diversas na província, mas a maioria dos liberais apoiou a atitude de Silveira Martins.

Apesar da saída de Silveira Martins, o rio-grandense Felisberto Pereira da Silva, indicado por ele para assumir a administração da província (Janeiro – Julho 1879) manteve-se no posto, o que suscitou preocupação em Osório, seus familiares e aliados, que temiam retaliações de Pereira da Silva ao que foi considerado como não apoio do General à Gaspar Martins, conquanto todos integrassem o mesmo partido. Nas correspondências que enviava a seu pai, Manoella Osório expressava a apreensão que essa situação causava:

[...] Dizem que o Dr. Felisberto é homem do Dr. Gaspar, não sei se serão intrigas, o que dizem na Assembleia como muito certo. Certo é que ele é muito antipatizado pelo gênio esquisito que tem. Se tivéssemos que enviar por qualquer circunstância um novo presidente para a província o único que vejo no caso é o Visconde de Pelotas, se quiser aceitar, do contrário antes que mandem um do norte¹²²

Pouco tempo depois, em 1880, Felisberto rompeu “suas relações políticas com Silveira Martins, demonstrando que as redes de relações não eram eternas e podiam apresentar fraturas significativas”¹²³.

Esse quadro corrobora a constatação de Martins de que a nomeação para o cargo de presidentes das províncias seguia uma lógica conjuntural. Ainda, de acordo com a historiadora, se tratava de uma escolha que exigia cuidado e ponderação, dadas as amplas funções do cargo, o que “justificaria, por exemplo, o envio de políticos importantes na

¹²¹ ROSSATO, Monica. *Relações de poder na região fronteira platina: família, trajetória e atuação política de Gaspar Silveira Martins*. Dissertação (mestrado). UFSM, 2014, p. 123.

¹²² Manoella Osório. 21/05/1879. IHGB. Arquivo do General Osório. Notação: DL229.030.

¹²³ VARGAS, *Entre a paróquia e a Corte: os mediadores e as estratégias familiares da elite política no Rio Grande do Sul*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História – UFRGS. Porto Alegre, 2007, p. 46, nota de rodapé 26. (Esta nota consta apenas na dissertação do autor e foi suprimida quando a obra foi transformada em livro).

Corte para as províncias, particularmente em momentos de conflito”¹²⁴. De fato, a escolha do nome não era uma tarefa simples e podia incitar conflitos entre os ministros.

2.3. “[...] nada pode fazer porque desconhece os problemas da província”: a naturalidade dos presidentes.

De maneira geral, os presidentes não eram nascidos na província para qual eram nomeados como administradores. Assim, uma das características compartilhada entre muitos presidentes era a de serem naturais de outras regiões do Império que não aquela que estavam designados a administrar. De fato, 92% dos presidentes não haviam nascido na província de São Pedro¹²⁵.

A política do Império no que se refere à naturalidade dos indivíduos nomeados para a presidência das províncias visava impedir a formação de vínculos entre os presidentes e as elites provinciais para que, assim, estivesse à frente da província um agente capaz de executar suas ordens e de manter-se fiel às suas decisões, uma vez que o cargo de presidente concentrava inúmeras atribuições e tinha raízes nas práticas empregadas pela Coroa portuguesa para administração de seus territórios.

Quadro 3: Naturalidade dos presidentes da província do Rio Grande do Sul por década (1845-1889) *

Província	1845-49	1850	1860	1870	1880-89	Total
Alagoas	0	1	1	0	1	3
Bahia	1	2	0	1	1	5
Ceará	0	0	0	2	1	3
Lisboa	1	0	0	0	0	1
Minas Gerais	1	0	0	0	1	2
Paraíba	0	0	1	0	0	1
Pernambuco	0	0	1	1	3	5
Rio de Janeiro	1	2	1	3	1	8
Rio Grande do Sul	0	0	0	1	3	4
Santa Catarina	0	1	1	0	0	2
São Paulo	0	1	3	1	0	5
Não Identificado	0	0	0	0	1	1

¹²⁴ MARTINS, *A velha arte de governar*, op. cit., p. 312.

¹²⁵ Não identifiquei o local de nascimento de apenas um presidente

*O número total de presidentes apresentados na tabela é 40 porque Luís Alves de Lima e Silva, natural do Rio de Janeiro, foi presidente em 1845 e novamente em 1851.

A maioria dos nomeados era natural do Rio De Janeiro, seguido por Pernambuco, Bahia e São Paulo, províncias consideradas as mais dinâmicas do império. Por outro lado, o Rio Grande do Sul ficou atrás no número de presidentes apenas para essas províncias. Note-se que apenas 5% dos presidentes eram de Minas Gerais, que também era uma província importante. Analisando a origem dos presidentes diacronicamente, percebemos que os 4 rio-grandenses que ocuparam o cargo foram nomeados de 1879 em diante. (1879, 1880, 1888 e 1889). Não por acaso, um ano antes, em fevereiro de 1878, dois rio-grandenses eram nomeados para o executivo nacional pela primeira vez. Gaspar Silveira Martins foi nomeado para Ministro da Fazenda e Manoel Luís Osório (Marquês do Herval) para a pasta da Guerra. A partir de então, o Rio Grande do Sul contava com representantes junto ao governo central capazes de influenciar as nomeações para presidência da província.

Esses dados refletem uma mudança ocorrida na composição da elite política imperial nas décadas finais do Império, em consequência de uma modificação no equilíbrio de poder entre as províncias, bem como em decorrência do papel decisivo que os rio-grandenses tiveram na vitória do Império na Guerra do Paraguai. Como demonstrado por Vargas, “A campanha do Paraguai afetou positivamente a carreira de Osório, Corrêa da Câmara e outros militares”¹²⁶. Assim, entre 1878 e 1889 o Rio Grande do Sul “deixava de ser uma província sem representantes na elite dirigente”, uma vez que teve “mais que o dobro de ministros que em todas as décadas anteriores somadas”¹²⁷. Contudo, não se pode exagerar no impacto dessas mudanças, visto que as províncias que já ocupavam postos no governo central conservaram seu lugar de prestígio. Tal crescimento, portanto, não impactou de forma homogênea todas as instituições imperiais. Algumas mais tradicionais, como o Conselho de Estado, no qual a vitaliciedade dos membros ditava a tendência a permanências, o crescimento da importância política e econômica da província de São Paulo, onde nasceram 5 dos presidentes do Rio Grande do Sul, não se refletiu na composição do Conselho¹²⁸.

¹²⁶ VARGAS, *Entre a paróquia e a Corte*, op. cit., p. 191.

¹²⁷ *Idem*, p. 11.

¹²⁸ MARTINS, *A velha arte de governar*, op. cit., p. 103.

Essa combinação era empregada pelo império luso para a escolha de governadores, vice-reis e conselheiros de governo para os territórios da conquista, como destacou Nuno Monteiro¹²⁹. Segundo o historiador português, além de atributos como pureza de sangue, ser prudente e cavaleiro, que eram partilhados por um considerável número de nobres¹³⁰,

“na prática, o universo dos elegíveis era muito mais limitado. Uma primeira restrição decorria desde logo da integração nas redes das facções nobiliárquicas cortesãs e das suas facções indianas. Como, em muitos casos, a escolha do futuro titular era antecedida de consultas aos principais do Reino, a pertença a esses grupos de patrocínio determinava em boa parte a visibilidade e o reconhecimento, por parte da monarquia, dos serviços prestados e da aptidão para o exercício do cargo. Outros fatores também pesaram no processo de tomada de decisão do soberano: trajetórias pessoais e a situação concreta dos candidatos à data de sua nomeação”¹³¹

Esse padrão na nomeação dos presidentes ocorreu também em outras províncias do Império. A maioria dos presidentes designados para Minas Gerais, Pernambuco, Bahia e Santa Catarina também não era de naturais da província (quadro 4). Todavia, ainda que em todas as províncias mencionadas a taxa de presidentes não nativos tenha sido superior a 50%, esse quadro apresentava matizes que devem ser destacados. A percentagem de presidentes que eram naturais da província que estavam administrando era cerca de quatro vezes superior em Minas Gerais e Bahia à percentagem do Rio Grande do Sul¹³². Em Santa Catarina, província de pouco destaque, ao que tudo indica nenhum presidente nativo foi nomeado¹³³.

¹²⁹ CUNHA, Mafalda Soares da & MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Vice-reis, governadores e conselheiros de Governo do Estado da Índia (1505-1834): recrutamento e caracterização social. *Penélope – Fazer e Desfazer a História*, 15, Celta Editora, 1995, pp. 91-120.

¹³⁰ Idem, p. 93.

¹³¹ Idem, p. 93.

¹³² Dolnikoff pontua essas diferenças entre os índices de naturalidade dos presidentes de algumas províncias: “na Bahia, no decorrer dos 65 anos que separaram a criação do cargo de presidente pela Constituição de 1824 do fim do Império em 1889, a presidência foi exercida por baianos durante um total de 41 anos. No Rio de Janeiro, a presidência foi ocupada por longos anos por membros da própria elite fluminense, que depois integrariam a direção saquarema, como foi o caso de Paulino de Souza”. Contudo a autora não insinua nenhuma explicação para essas diferenças. DOLNIKOFF, *O pacto imperial*, op. cit, p. 102.

¹³³ SILVA, *O governo da Ilha de Santa Catarina*, op. cit.

Quadro 4: Naturalidade dos presidentes de MG, RS, PE, BH e SC (1845-1889)

	Rio Grande do Sul	Minas Gerais	Pernambuco	Bahia	Santa Catarina
Fora da Província	89%	65%	68,4%	58%	96,8%
Da província	8%	32%	16,3%	34%	-

Como houve uma parcela de indivíduos para os quais não foi possível identificar o local de nascimento, os percentuais da tabela acima não têm como somatória 100%.

A política de provimento do cargo de presidente de província ocorria em consonância com uma diretriz geral – não nomear indivíduos nativos para a administração da província –, mas os limites dessa orientação podiam variar de acordo com a província em questão. Essa distinção era consequência da existência de uma hierarquização das províncias, a qual era moldada por diversos fatores interligados, como a classificação em províncias de “primeira grandeza” ou “primeira importância”, onde estavam incluídas Pará, Maranhão, Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás¹³⁴. Aos presidentes das províncias de primeira importância era destinado um ordenado de 3.200 mil-réis anualmente, ao passo que os presidentes das demais províncias recebiam 2.400 mil-réis¹³⁵.

Verificava-se, desse modo, a ocorrência de mecanismos institucionalizados de diferenciação, alicerçados principalmente no peso populacional e econômico das províncias, que tinham sua expressão também no número de deputados gerais e senadores a que cada uma tinha direito. Essa desigualdade, segundo Carvalho, “levava ao maior favorecimento de umas em relação às outras”¹³⁶. As províncias de primeira importância detinham mais cadeiras nos espaços de representação, como demonstrado por Carvalho (quadro 5). Enquanto a Bahia, por exemplo, possuía seis senadores, o Rio Grande do Sul

¹³⁴ Carlos Corrêa explica que essa classificação “provinha da importância e grandeza das extintas capitanias” e, embora “não houvesse oficialmente essa designação, constituiu-se numa política que foi transferida para as províncias e permaneceu até o final do Império”. CORRÊA, Carlos Humberto P. *A presidência de província no Império*. Anais do XXII Simpósio Nacional de História, 2003, p. 2.

¹³⁵ CORRÊA, *A presidência da província no Império*, op. cit. p. 3; CIRINO, Império, família e poder, op. cit., p. 89. Esse não é um fenômeno exclusivo do império do Brasil e tende a ocorrer em governos que se estendem por grandes extensões territoriais. Mafalda Soares e Nuno Monteiro apontaram, por exemplo, que nos territórios do império atlântico português havia uma hierarquização dos territórios de acordo com seus pesos políticos, que se traduziu em remunerações de diferentes valores aos seus administradores. CUNHA; MONTEIRO. *Governadores e capitães-mores do império atlântico português nos séculos XVII e XVIII*, p. 205-207.

¹³⁶ CARVALHO, *A construção da ordem*, op. cit., p. 133.

possuía quatro. Além disso, a diferença também pode ser percebida nas instituições que tinham seus integrantes escolhidos pelo imperador, como o Conselho de Ministros e o Conselho de Estado¹³⁷.

Quadro 5: População, Riqueza e Representação política das províncias início do Segundo Reinado (%)

<i>Províncias</i>	<i>População*</i>	<i>Riqueza**</i>	<i>Nº de Ministros***</i>	<i>Nº de Deputados</i>
Bahia	14,33	17,42	26,09	13,33
Rio/D. Federal	15,63	17,76	17,39	9,52
Minas Gerais	16,93	8,91	21,75	19,05
Pernambuco	12,37	14,34	4,34	12,38
São Paulo	6,51	5,83	21,75	8,57
Rio G. do Sul	2,62	4,57	0,00	2,85
Subtotal	68,39	68,83	91,32	65,70
Outras	31,61	31,17	8,68	34,30
Total	100	100	100	100

* Estimada para 1854 pelo ministro do Império, no relatório de 1856, p. 409.

** Indicada pela receita provincial de 1840-41. Amaro Cavalcanti, *Resenha Financeira do Ex-Império do Brasil em 1889*, p. 280.

*** Período de 1840-53.

Fonte: CARVALHO, José Murilo. *A construção da ordem*, Op. cit., p. 135.

Embasava essa hierarquização um desnivelamento econômico e social, que impactava o poder relativo das elites provinciais e, em decorrência, influenciava a capacidade das mesmas de negociarem nomeações de presidentes mais favoráveis aos seus interesses. Para compreender o processo que arquitetou essa hierarquia, é necessário

¹³⁷ Analisando a origem provincial dos Ministros do império no interstício de 1822-1889, José Murilo de Carvalho demonstrou que 80% dos ministros “provinham de seis províncias [Bahia, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Pernambuco, São Paulo e Rio Grande do Sul] entre as 19 que existiam”. Quanto aos Conselheiros de Estado, entre os anos de 1842 e 1889, a concentração era ainda mais significativa, uma vez que quatro províncias (Bahia, Minas Gerais, Pernambuco e Rio de Janeiro) eram o local de origem de 68% dos conselheiros. O Conselho, por ser um órgão vitalício, sentiu apenas nos anos finais do império o crescimento da importância de províncias como São Paulo e Rio Grande do Sul, sendo o destino das elites mais tradicionais. Ademais, diferentemente do observado por Carvalho em relação à composição dos ministérios, no Conselho de Estado foi destacada a participação de portugueses, que constituíram 9,7% do total de conselheiros. CARVALHO, *A construção da ordem*, op. cit., p. 134; MARTINS, *A velha arte de governar*, op. cit., p. 102.

voltar-se ao início da ocupação portuguesa no Brasil, onde estavam as raízes da importância política e econômica de algumas províncias, haja vista que ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII as províncias da Bahia, Minas Gerais e Pernambuco foram centrais para a Coroa portuguesa em termos econômicos, em temporalidades distintas¹³⁸.

No primeiro momento de contato dos portugueses com o Brasil, a atividade lusa concentrou-se no litoral, dedicando à exploração do pau-brasil. Passada essa fase inicial, o açúcar tornou-se o principal produto de exportação do Brasil. O cultivo sistemático da cana-de-açúcar teve início na década de 1530 e, embora tenha sido plantada em todas as capitanias, a maioria das tentativas foi frustrada. O caso mais bem sucedido ocorreu na capitania de Pernambuco, seguida da Bahia, onde a produção de cana prosperou tempos depois, muito em razão dos grandes investimentos realizados pela Coroa depois que Salvador tornou-se sede do governo português nas Américas e passou a abrigar inúmeras estruturas administrativas¹³⁹.

Mesmo com o desenvolvimento de outras culturas ao longo do século XVII e XVIII – como o tabaco e o algodão, que também ocuparam lugar de destaque – a produção de açúcar permaneceu como a *atividade nuclear*¹⁴⁰ dessas regiões¹⁴¹. Uma das consequências dessa vasta produção foi “a existência de uma comunidade mercantil, e os comerciantes eram parte importante da estrutura social baiana e pernambucana em fins do século XVI”¹⁴².

Posteriormente, foi descoberto ouro nas Minas Gerais. Segundo Antônio Jucá de Sampaio “não há uma “data de fundação” para a exploração aurífera em Minas Gerais. O que há de concreto é que na década de 1690 o ouro começa a fluir em quantidades fluentes

¹³⁸ É crucial destacar que não abordamos a importância dessas atividades produtivas pela perspectiva de *ciclos produtivos* já utilizada pela historiografia para explicar a dinâmica da colonização portuguesa. Nossa intenção, ao expormos a centralidade econômica dessas regiões, é 1) destacar que em consequência dessa centralidade foram instaladas estruturas administrativas a fim de fiscalizar e tributar essas produções, e 2) demonstrar que, em relação a outras províncias que desenvolviam atividades econômicas que geravam receitas menores, as elites que se constituíram nessas regiões concentraram maior poder econômico.

¹³⁹ MATTOSO, 1983, p. 9.

¹⁴⁰ Termo empregado por Clotilde Paiva, que define atividade nuclear como “a mais rentosa, mas não necessariamente a que envolvia a maior parte da população”. PAIVA, Clotilde. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*. Tese de doutorado. USP. São Paulo, 1996, p. 31.

¹⁴¹ Segundo Schwartz “Houve tantos bons quanto maus períodos e, embora o Brasil nunca recuperasse sua posição relativa como fornecedor de açúcar no mercado internacional, a indústria açucareira e a classe dos senhores de engenho permaneceram dominantes em regiões como Bahia e Pernambuco”. SCHUARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial 1550-1835*. Tradução Laura Teixeira Motta São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 144.

¹⁴² SCHUARTZ, *Segredos internos*, op. cit., p. 145.

dessa região para outras áreas coloniais”¹⁴³. A exploração do ouro produz efeitos em toda a colônia, como o aumento do preço dos escravos, a inflação, o deslocamento populacional em direção às minas, principalmente de habitantes de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro – movimento que se observa também em Portugal. Em Minas, houve um acelerado crescimento da população¹⁴⁴, da demanda por cativos e de produtos agrícolas, que resultou no crescimento dessa atividade na região. Esse processo, tal qual em Pernambuco e Bahia, provocou o surgimento de uma elite mercantil.

Para se ter a dimensão da diferença de status que as capitanias de Minas, Bahia e Rio de Janeiro possuíam em relação às demais, podemos observar o fluxo comunicacional dessas regiões com Lisboa.

Ao longo de todo o século XVII, entre 1640 e 1700, os governadores-gerais que estavam na Bahia, cabeça do Estado do Brasil, foram responsáveis por quase 50% dos documentos emitidos, e as outras capitanias pelo restante, com destaque para o Rio de Janeiro, com cerca de 20%, e o Maranhão e Pernambuco, com 10% cada. No século XVIII, com a mineração e a transferência da sede do vice-reinado para a capitania do Rio de Janeiro, em percentuais aproximados, os resultados são outros: o Rio de Janeiro aparece com 22% das emissões, e a capitania da Bahia com 13%, enquanto Maranhão alcança em torno de 23% e o Pará 18%. Minas Gerais, com 9%, e São Paulo, com 5%, são pouco expressivos¹⁴⁵.

Na segunda metade do século XVIII, Minas experimenta uma queda significativa na extração aurífera, que não corresponde, todavia, à desarticulação das estruturas sociais ali consolidadas, como afirmava a historiografia, haja vista que essa região possuía uma economia diversificada¹⁴⁶. Segundo Carla Almeida, a elite social e econômica mineira do período colonial não era especializada e se dedicava ao comércio, à mineração e à agricultura¹⁴⁷.

¹⁴³ SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. A curva do tempo: as transformações na economia e na sociedade do Estado do Brasil no século XVIII. In: João Luís Ribeiro Fragoso; Maria de Fátima Gouvêa. (Org.). *O Brasil Colonial*, volume 3. 1ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, v. 1, p. 307-338, Nota 7.

¹⁴⁴ No final do Setecentos a população [de Minas Gerais] já contava em torno de 30 mil habitantes. SAMPAIO, A curva do tempo, op. cit., p. 311.

¹⁴⁵ COSENTINO, Francisco *et al.* Governadores reinóis e ultramarinos. Em *Um reino e suas repúblicas no Atlântico: comunicações políticas entre Portugal, Brasil e Angola nos séculos XVII e XVIII*. Org. Monteiro, Nuno Gonçalo e Fragoso, João. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017, p. 316.

¹⁴⁶ Para a compreensão do debate historiográfico acerca da ideia de decadência de Minas Gerais e da existência de outras atividades produtivas bem desenvolvidas e capazes de gerar acumulação ver: ANDRADE, Leandro Braga de. A formação econômica de Minas Gerais e a perspectiva regional: encontros e desencontros da historiografia sobre os séculos XVIII e XIX. Caderno Caminhos da História (Universidade Severino Sombra), v. 6, p. 1-19, 2010 e PAIVA, op. cit.

¹⁴⁷ ALMEIDA, Carla Maria Carvalho. *Homens ricos, homens bons: Produção e hierarquização social em Minas Colonial: 1750-1822*. Tese de doutorado. Niterói. ICH/UFF, 2011.

Essas províncias, portanto, foram importantes pelos produtos que exportavam e pela intensa atividade mercantil que nelas se estabeleceu¹⁴⁸, o que produziu dois efeitos importantes: o primeiro refere-se à criação de um aparelho administrativo nessas regiões já por volta do Setecentos, a fim de melhor gerir e controlar as riquezas produzidas. O segundo efeito era a possibilidade de enriquecimento dos sujeitos envolvidos nessas atividades, ou seja, o surgimento de uma elite econômica detentora de vultoso capital.

A pujança da principal atividade econômica (fosse a mineração ou a exploração da cana-de-açúcar) e o estabelecimento de uma estrutura administrativa possibilitaram o desenvolvimento dessas regiões e a constituição de elites que não só detinham riqueza, como estavam ligadas aos postos administrativos, direta ou indiretamente. Outro fator importante era a proximidade espacial com o centro administrativo – num primeiro momento no caso das províncias do Norte, e depois no caso de Minas Gerais – o que possibilitava maior inserção dessas elites no centro de poder, que podia ocorrer de forma direta ou através do estabelecimento de relações com pessoas e famílias influentes.

No caso do Rio Grande do Sul, o desenvolvimento econômico e administrativo deu-se de maneira distinta. A ocupação lusa do Rio Grande do Sul ocorreu posteriormente à ocupação das demais regiões da colônia e esteve pautada em dois eixos principais, a saber, a preocupação com a defesa do território e a exploração do gado vacum. Conflitos com os países vizinhos, bem como internos, foram uma constante ao longo dos séculos XVIII e XIX na província. Quanto às atividades produtivas, as duas principais foram a criação de gado em moldes extensivos e a produção de charque, sendo a última aquela que proporcionava maiores lucros, de modo que os charqueadores foram os proprietários mais ricos do Rio Grande no século XIX¹⁴⁹, ocupando o topo da hierarquia econômica da província¹⁵⁰.

Os primeiros estabelecimentos de charque foram instalados por volta de 1780, “fruto do investimento de comerciantes que viram no declínio econômico

¹⁴⁸ Ao lado do Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia eram as principais praças mercantis brasileiras no final do século XVIII. SAMPAIO, op. cit., p. 327.

¹⁴⁹ VARGAS, *Pelas margens do Atlântico*, Op. cit.

¹⁵⁰ Não é possível proceder a uma separação mecânica entre estancieiros e charqueadores. Como demonstrou Vargas, muitos charqueadores eram também proprietários de estâncias, sobretudo na campanha rio-grandense e na Banda Oriental do Uruguai, onde as pastagens eram de melhor qualidade. Outrossim, laços de parentesco e compadrio também eram responsáveis por manter charqueadores e estancieiros bastante próximos. Ver: VARGAS, Jonas Moreira. Entre Jaguarão e Tacuarembó: os charqueadores de Pelotas (RS) e os seus interesses políticos e econômicos na região da campanha rio-grandense e no norte do Uruguai (c. 1840 - c. 1870). *Estudios Históricos* (Rivera), v. 11, p. 1-22, 2013.

cearense/piauiense uma oportunidade de novos negócios”¹⁵¹, porquanto estas capitânicas tinham sido as principais produtoras de charque até então. A produção foi alçada a outro patamar quando, nas últimas décadas do século XVIII, “houve um grande desenvolvimento tanto na agroexportação, como na produção e no comércio de gêneros alimentícios, favorecendo um intenso fluxo de escravos para ambos os setores da economia brasileira” e, em consequência, aumentando exponencialmente a demanda por charque. Diante desse cenário, no início do século XIX Pelotas já figurava como a principal produtora de carne seca, visto que

A notável ampliação do número de *plantations* açucareiras tanto no Sudeste e no nordeste brasileiro, quanto no Caribe, provocou a entrada de centenas de milhares de escravos africanos nas mencionadas plantações criando uma elevada demanda por alimentos. Neste contexto, não apenas Pelotas como também Montevidéu e Buenos Aires, destacaram-se como os principais centros produtores de carne seca e salgada da América do Sul ¹⁵².

Soma-se a isso o crescimento da procura por couro, em virtude da Revolução Industrial transcorrida na Inglaterra. Nesse sentido, Vargas aponta que “Analisando as exportações do Brasil para Inglaterra entre 1770 e 1821, foi possível perceber que os couros chegaram a ultrapassar os 15% dos valores negociados no período”¹⁵³. Apesar desses valores, a indústria do charque era uma atividade de menor monta se comparada às demais analisadas. Para além disso, a elite econômica formada a partir dessa atividade produtiva era muito recente.

Para a Coroa portuguesa os interesses econômicos na região não eram de primeira ordem, mas os interesses estratégicos para a manutenção dos domínios eram, uma vez que o território era vizinho às possessões espanholas. Em consequência, a atuação da Coroa portuguesa na capitania de São Pedro se concentrou em proteger a colônia contra possíveis investidas dos súditos espanhóis. Nesse sentido, é significativo que o primeiro status administrativo atribuído ao continente de São Pedro tenha sido o de Comandância Militar (1737-1761), governado por Comandantes militares.

O contexto belicoso que permeou a formação da sociedade sulina teve importantes consequências, como “uma presença débil dos órgãos oficiais da Coroa e de representação

¹⁵¹ VARGAS, Jonas Moreira. Capitães, comendadores, negociantes: a primeira geração de charqueadores de Pelotas e a sua elite (1790-1835). *Revista Latino-Americana de História*, v. 3, p. 1-23, 2013, p. 39.

¹⁵² VARGAS, *Pelas margens do Atlântico*, Op. cit., p. 18.

¹⁵³ Idem. p. 39.

institucional local que estimulou o fortalecimento dos potentados locais, em especial os ocupantes de postos militares”¹⁵⁴. Essa concentração de poderes nas mãos dos potentados locais não ia de encontro ao sistema político da Coroa, ao contrário, “a presença do monarca se fazia sentir justamente por meio dessas lideranças locais, capazes de mobilizar homens e recursos para prestar o “Real Serviço de Sua Majestade””¹⁵⁵. Segundo Márcia Eckert, “o controle sobre terras, homens, cavalos e gado constituiu-se na base do poder dos estancieiros, poder que se tornou o elo mais forte da ligação entre esses homens e o governo metropolitano”¹⁵⁶.

É apenas no século XIX que a estrutura da capitania começa a ser ampliada. Se ao longo de todo século XVIII a capitania teve apenas uma vila, o alvorecer do século XIX testemunhou a criação de quatro vilas e Rio Grande e Porto Alegre tiveram suas situações regularizadas¹⁵⁷. De acordo com Comissoli, “o efeito prático mais importante [do aumento do número de vilas] respeita a multiplicação dos ofícios de atuação local, havendo mais juízes ordinários, tabeliães e escrivães espalhados pelo Continente”¹⁵⁸. É apenas em 1809 que o Rio Grande do Sul é alçado ao status de capitania-geral (antes, em 1760 havia se tornado capitania subalterna), ao que correspondeu a criação de novos ofícios e alterações e a ampliação da estruturara judiciária.

Assim, algumas províncias detinham mais influência nas ações do governo central em detrimento de outras, o que impactava as margens de negociação que possuíam com o governo. Embora essa composição de poderes tenha se alterado ao longo do segundo reinado – como fica expresso pela nomeação de rio-grandenses para presidentes da província do Rio Grande do Sul na última década do Império –, as profundas raízes do poder dessas elites demorariam a sofrer golpes que se refletissem de forma significativa na composição das instituições imperiais. Tais conclusões vão ao encontro do que estudos como o de Maria Fernanda Martins e o de Carlos Eduardo de Oliveira¹⁵⁹ demonstraram

¹⁵⁴ COMISSOLI, Adriano. *A serviço de Sua Majestade: administração, elites e poderes no extremo meridional brasileiro (1808c. – 1831c.)*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, UFRJ, 2011, p. 62.

¹⁵⁵ Idem. p. 63.

¹⁵⁶ MIRANDA, *A estalagem e o Império*, op. cit., p. 13.

¹⁵⁷ Desde a invasão espanhola a Câmara de Rio Grande havia sido transferida primeiro para Viamão, em 1763, e depois para Porto Alegre, em 1773. Desse modo, Porto Alegre operava como a capital da capitania desde essa data, ainda que não oficialmente, posto que não possuía o estatuto de vila. COMISSOLI, Adriano. *Os “homens bons” e a Câmara municipal de Porto Alegre (1767-1808)*. Porto Alegre: Gráfica da UFRGS, 2008.

¹⁵⁸ Idem. p. 68

¹⁵⁹ MARTINS, *A velha arte de governar*, op. cit; OLIVEIRA, Carlos Eduardo França de. *Construtores do Império, defensores da província: São Paulo e Minas Gerais na formação do Estado nacional e dos poderes*

acerca do papel central desempenhado por determinadas famílias de elite que expandiram seu poder econômico e influência para mais de uma província, principalmente através de alianças matrimoniais, e consubstanciaram-se em elementos chave para a construção de uma autoridade central, o que ocorreu através de negociações e da ativação de vínculos familiares e de sociabilidade que se estendiam do Rio de Janeiro para as províncias mais importantes. Dessa maneira, famílias de Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia e Pernambuco conseguiram se perpetuar no poder e alcançaram o mais alto círculo de influência na Corte.

Analisando as fortunas dos conselheiros de estado, por exemplo, Martins destaca como o poder dessa elite imperial representada pelos membros do conselho de Estado, estava alicerçado em redes familiares e comerciais construídas ainda no período colonial,

“[...] suas fortunas pessoais, em grande medida herdadas de seus pais – e em geral ampliadas mais tarde, com os dotes matrimoniais –, parece encontrar suas origens nas atividades comerciais amplamente empreendidas por seus antepassados, bem como na economia açucareira do nordeste e Rio de Janeiro”.¹⁶⁰

Mais ricas e mais experientes, essas famílias foram capazes de integrar, de forma consistente ao longo dos anos, os quadros da elite imperial. Assim, é compreensível que a maior parte dos presidentes de província fossem oriundos dessas regiões, como demonstramos anteriormente, ao passo que em todo o período e em todas as províncias analisadas apenas um rio-grandense tenha se tornado presidente¹⁶¹. Embora apenas alguns desses homens já fizessem parte da elite política imperial, a indicação sempre partia de alguém próximo ao imperador, portando, os presidentes de província eram homens de confiança dos integrantes dessa elite política.

Essas nuances remetem à centralidade que tiveram os mecanismos de negociação entre elites provinciais e governo central para a manutenção do Império. Ou seja, ainda que as elites provinciais não impedissem as políticas do centro – como demonstraram as experiências anteriores da Farroupilha e da Praieira – eram capazes de condicionar essas políticas, ditando a forma como atingiam as províncias. Dessa forma, o esforço para o

locais, 1823-1834. Tese (Doutorado em História) – USP, Programa de Pós-Graduação em História, São Paulo, 2014.

¹⁶⁰ MARTINS, *A velha arte de governar*, op. cit.

¹⁶¹ Foi Luís Antônio da Silva Nunes, que governou a Bahia entre setembro de 1875 e janeiro de 1877. Silva Nunes era genro de Manuel Vieira Tosta, o Barão de Muritiba, que era natural da Bahia e havia administrado o Rio Grande do Sul em meados da década de 1850.

desenvolvimento da administração não podia ser levado a cabo sem a colaboração das elites locais e regionais, ou, pelo menos, da parcela mais poderosa delas, principalmente nas localidades mais distantes das capitais, nas quais alguns homens ou grupos mediavam a forma pela qual as ações do Estado chegariam àquelas comunidades.

Examinado o perfil dos presidentes de província, nos capítulos que seguem nos dedicaremos a analisar de que forma esses homens administraram a província do Rio Grande do Sul, enfocando suas relações com as autoridades provinciais e com o governo central.

CAPÍTULO 3: AS COMUNICAÇÕES QUE PARTEM DO PRESIDENTE: CIRCUITO INTERNOS E EXTERNOS

O centro político e administrativo do império brasileiro estava situado na cidade do Rio de Janeiro, onde se encontrava o imperador, sua Corte e os principais órgãos do governo, como os ministérios e o conselho de Estado. Para os personagens que circulavam na Corte, a vida política e as decisões governamentais se desenrolavam rapidamente. Contudo, essa era uma pequena porção do vasto império brasileiro, então como o imperador, seus conselheiros de Estado e os ministros arbitravam acerca das demandas advindas das províncias? A historiografia demonstrou, por exemplo, que muitas informações moviam-se através de redes de sociabilidade costuradas entre políticos da elite imperial e membros das elites regionais e locais forjadas nas diversas províncias¹⁶². As ligações entre agentes comerciais, as trocas de correspondências entre membros de ordens religiosas, bem como a mobilidade de pessoas pelo território, também representavam formas de transmissão de informação.

Contudo, essas rotas de comunicação eram intermitentes e imprevisíveis, e o governo central necessitava dispor de informações regulares e sistematizadas sobre seu território para tomar as medidas necessárias com vistas a manter a unidade territorial e a estabilidade social. A solução utilizada foi a articulação de rotas institucionais através das quais a comunicação escrita circulava, transportando todo tipo de comunicação necessária à atividade governativa. Dessa maneira, as possibilidades de interação entre as partes acabavam por condicionar as formas de governar, e as formas de interação no Brasil do século XIX estavam, invariavelmente, ligadas à comunicação escrita. Segundo Cosentino e Monteiro “a comunicação escrita está indissociavelmente ligada à ampliação dos territórios de algum modo sujeitos a uma autoridade política e ao seu centro, mais ou menos configurado no plano geográfico”¹⁶³.

Operavam esses circuitos comunicacionais as autoridades localizadas nas províncias, que tinham a incumbência de participar o estado das coisas nos territórios ao governo central. A existência dessa estrutura administrativa e comunicacional, que tinha

¹⁶² MARTINS, 2007, Op. cit., VARGAS, 2010, Op. cit. FARINATTI, Luís Augusto; VARGAS, Jonas Moreira. Alargados horizontes: estratégias familiares da elite política regional entre a Fronteira, a Corte e a Europa (Rio Grande do Sul c.1830 - c. 1850). *Lócus* (UFJF), v. 23, p. 123-147, 2017.

¹⁶³ COSENTINO, Francisco e MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Grupos corporativos e comunicação política. In: FRAGOSO; MONTEIRO, 2017, Op. cit., p. 443.

sua expressão máxima do presidente, bem como de legislações determinavam a obrigação dos presidentes de comunicar uma série de situações, mas não deve ser lida como um indício de que esses agentes operassem, necessariamente, como instrumentos do governo central nas províncias. Como a análise da comunicação política elucidará, mesmo diante de toda regulamentação, a estrutura administrativa apresentava fissuras nas quais tanto os presidentes, quando demais atores dessa trama, podiam acomodar suas obrigações da forma que lhes fosse mais conveniente, no que podiam lograr êxito ou não.

A Corte, contudo, não era o único centro de decisão do império. Ao longo do século XVIII, as instâncias intermediárias de poder, como os governadores de capitania, foram obtendo cada mais relevância na arquitetura administrativa do império português¹⁶⁴. Após a independência, o crescimento das estruturas administrativas nas províncias, bem como a criação de espaços regionais de representação política, dotou a instância provincial de crescente importância e tornou a presidência provincial um centro decisório, redimensionando o ordenamento institucional e as formas de controle sobre os canais de comunicação¹⁶⁵. Assim, coloca-se, na esteira do questionamento enunciado acima sobre como o governo central governava as províncias, a questão de como a presidência da província governava a unidade territorial sob sua jurisdição.

Visando responder a essas perguntas, nos capítulos que seguem, centraremos a investigação na circulação de informações que ocorria através das vias institucionais do Estado imperial brasileiro, tendo como ponto de partida as rotas comunicacionais que partiam do presidente da província do Rio Grande do Sul, buscando compreender como se dava a governação da província de uma perspectiva regional e imperial.

A governança de Estados de grandes extensões, nos quais a presença de um representante do centro de poder em todos os lugares a todos os momentos era inviável, passava pelo conhecimento do que ocorria em todas as partes, para que, assim, o governo

¹⁶⁴ Esse movimento de fortalecimento de instâncias intermédias, concentrando, sobretudo, a comunicação entre as conquistas e o centro do império português começa a ser percebido nos séculos XVII e XVIII. Cf. CURVELO, Arthur. Circuitos internos de comunicação política: Os Governadores de Pernambuco e as Capitâneas do Norte (1654-1746). In: ALMEIDA, Carla Maria de C. (org.) Diálogos com o império: câmaras ultramarinas e comunicação política na monarquia pluricontinental portuguesa (séculos XVII e XVIII). Belo Horizonte: Fino Traço, 2019. MONTEIRO, Nuno Gonçalo e FRAGOSO, João (orgs). *Um reino e suas repúblicas no Atlântico: comunicações políticas entre Portugal, Brasil e Angola nos séculos XVII e XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

¹⁶⁵ Comissoli assinala esse reordenamento das rotas comunicacionais afirmando que “Se outrora a comunicação entre periferias e centro se manifestava majoritariamente pelas Câmaras e pelos comandantes militares, capazes de influenciar as requisições dos vassallos, a partir de 1820 percebe-se o surgimento de novo escalonamento institucional. Até então qualquer Câmara de qualquer parte da monarquia portuguesa escrevia diretamente ao rei”. COMISSOLI, *A serviço de Sua Majestade*, op. cit., p. 321.

pudesse tomar resoluções quando estas fossem solicitadas e decidir quando e como intervir. A distância, como afirmou Silvia Sellers-García- “era mediada por documentos – pela comunicação”¹⁶⁶. O império brasileiro, de proporções continentais, deparou-se com essa questão de como “administrar a distância” a fim de manter a unidade territorial e viabilizar a construção de uma autoridade central.

Desse modo, o recolhimento e repasse regular de informações consistia em um elemento-chave para a governança. Na organização institucional do império brasileiro, os presidentes eram figuras essenciais e estratégicas para mediar o fluxo da comunicação política, dado seu posicionamento intermediário entre as autoridades centrais e aquelas de atuação provincial e local, uma vez que a comunicação com o centro geraria ao governo imperial um fluxo demasiado volumoso de correspondências, que dificultariam a seleção das questões de maior interesse do governo, assim como daquelas que demandavam arbitrações urgentes. Assim, argumentaremos que a presidência da província foi a principal responsável pelo recolhimento, armazenamento e sistematização das informações acerca da província – incluindo a estrutura estatal, os ocupantes dos postos e os acontecimentos -, que circulavam através das comunicações e que se constituíram em uma ferramenta para a governação, posto que o controle da comunicação e da informação eram vitais para a sustentação dos Estados¹⁶⁷. Uma vez que a comunicação é um fenômeno amplo e multifacetado, podendo abranger quase todas as atividades humanas¹⁶⁸, definimos este estudo no âmbito da comunicação política, referindo-nos à “circulação de informações e ideias concernentes às instituições políticas”¹⁶⁹, conceituação realizada por Felipe de Vivo.

Os estudos de impérios transoceânicos tributam às comunicações políticas um lugar de destaque, como ferramenta imprescindível para manejar o problema da distância entre o centro na monarquia e os territórios dominados. Nesse sentido, a obra de Arndt Brendecke acerca da expansão e administração do império espanhol nos séculos XVI e

¹⁶⁶ SELLERS-GARCÍA, Sylvia. *Distance and documents at the Spanish Empire's Periphery*. Stanford: Stanford University Press, 2014, p. 3.

¹⁶⁷ Banks, Kenneth J. *Chasing empire across the sea: communications and the French State in the French Atlantic, 1713-1763*. Montreal: McGill-Queen's University Press, 2006, p. 10.

¹⁶⁸ DUMOLYN, Jan. Political Communication and Political Power in the Middle Ages: A conceptual Journey. *Edad Media. Revista de Historia*, 13, 2012, p. 33-55, p. 33.

¹⁶⁹ VIVO, Felipe de. Information and communication in Venice: rethinking Early Modern Politics. *Apud CURVELO, Arthur. Governar Pernambuco e as “capitanias anexas”*: O Perfil de Recrutamento, a Comunicação Política e as Jurisdições dos Governadores da Capitania de Pernambuco (c.1654-c.1756). Tese de doutoramento, 2019, p. 36.

XVII figurou como uma referência fundamental para a elaboração desta tese¹⁷⁰. O autor analisou os mecanismos de recolhimento e repasse de informação que foram construídos a partir dos desafios impostos à Coroa espanhola para a administração do “novo mundo” e identificou aspectos interessantes, como a “cegueira do Rei”. Segundo Brendecke, à medida que o rei expandia seu domínio sobre novos territórios, crescia sua dependência de intermediários que repassassem informações sobre os mesmos.

Da necessidade de governar aquilo que não se podia ver com os próprios olhos, surgiram e foram aperfeiçoados diversos meios de adquirir informação, como questionários enviados às autoridades situadas nos domínios, os quais possuíam o intuito de obter informações padronizadas e objetivas. A relevância desses mecanismos residia na função que a informação e o saber tinham como fontes de legitimidade do poder do soberano, posto que este apenas podia governar de forma justa se dispusesse de informações de qualidade. Disso decorreu a importância crescente que adquiriram as pessoas e os suportes – como listas, mapas e relatórios – capazes de entregar e controlar a informação.

Parte das conclusões, mas, sobretudo, das perguntas colocadas por Brendecke, podem ser adaptadas ao estudo da administração do império do Brasil. Como as informações eram recolhidas e organizadas? Quem era responsável por enviá-las? De que forma isso deveria ser feito? Como elas eram utilizadas no cotidiano da governação? Obviamente, alguns aspectos diferem do império espanhol, como a existência, no Brasil oitocentista, de uma estrutura institucional hierarquizada e bem definida através da qual o fluxo comunicacional deveria deslocar-se de acordo com caminhos e periodicidades pré-definidos. Se, por um lado, é verdade que nem sempre essas definições eram respeitadas, por outro, elas existiram e conformaram os meios de governar. Também cabe ressaltar que, como demonstraremos, as comunicações políticas não circulavam exclusivamente por circuitos institucionais, mas acabavam por cruzar-se com eles, e o presidente de província era um dos principais pontos dessa intersecção.

No caso do império português destacam-se as investigações apresentadas na obra *Um reino e suas repúblicas no Atlântico: comunicações políticas entre Portugal, Brasil e Angola nos séculos XVII e XVIII*, organizado por Nuno Monteiro e João Fragoso¹⁷¹, na

¹⁷⁰ BRENDECKE, Arndt. *Imperio e información: funciones del saber en el dominio colonial español*. Madrid: Iberoamericana, 2016.

¹⁷¹ FRAGOSO; MONTEIRO, *Um reino e suas repúblicas no Atlântico*, op. cit.

qual vários artigos veicularam novas propostas teóricas e metodológicas para o estudo das comunicações políticas, de seus temas e interlocutores, além de apresentarem resultados instigadores, consequência da análise comparada de diferentes territórios.

Os historiadores que se dedicam ao estudo da América portuguesa igualmente têm se beneficiado dessa perspectiva teórico-metodológica e produziram trabalhos que avançaram na compreensão da governança do império português na América¹⁷². Não obstante as importantes contribuições, como assinalou Arthur Curvelo, essa é uma abordagem bastante recente e ainda pouco difundida. No que tange à historiografia do império brasileiro, o terreno das comunicações políticas permanece praticamente inexplorado, mas esperamos demonstrar que essa linha de trabalho pode apresentar resultados interessantes.

Exposta a senda teórica e metodológica da análise que realizaremos das comunicações políticas escritas, passaremos agora a explorar o terreno no qual desenvolveremos a investigação. Se em muitos temas de pesquisa o desafio a ser contornado é a falta de fontes, a pesquisa sobre administração apresenta o desafio oposto: há muitas fontes, tornando-se imprescindível selecionar aquelas que mais se adequam ao escopo da investigação. A análise apresentada nos próximos capítulos baseou-se nos documentos produzidos no período correspondente à administração da província do Rio Grande de Sul pelo presidente Antônio da Costa Pinto e Silva. Natural do Rio de Janeiro, bacharel pela academia de São Paulo, quando foi nomeado para a presidência da província rio-grandense o conservador Pinto e Silva já detinha prática administrativa como fiscal da Repartição Geral de Terras Públicas (1857), secretário da Caixa econômica do Rio de Janeiro (1859) e membro do conselho diretor da Inspeção Geral da Instrução Pública do Rio de Janeiro, além da experiência política adquirida como deputado provincial no Rio de Janeiro e, em seguida, pelos anos em que esteve na assembleia geral como deputado por São Paulo (1857-1876)¹⁷³.

¹⁷² ARAÚJO, Hugo André Flores. *A construção da governabilidade no Estado do Brasil: perfil social, dinâmicas políticas e redes governativas do governo-geral (1642-1682)*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018. COMISSOLI, Adriano; MEDEIROS, Clarissa Prestes. Governadores e generais: comunicação, inteligência e defesa no Rio Grande de São Pedro Português. *Revista Navigator: subsídios para a história marítima do Brasil*. Rio de Janeiro, V. 13, n o 26, 2017. CURVELO, *Governar Pernambuco e as “capitanias anexas”*, op. cit.

¹⁷³ Posteriormente foi presidente das províncias de São Paulo (1870-71), Paraíba (1885) e Rio de Janeiro (1885), acumulando com o mandato de deputado geral.

Essa breve descrição de trajetória, com ênfase no âmbito profissional, poderia ser adaptada à maioria dos homens que ocuparam a presidência do Rio Grande do Sul, conforme exposto no capítulo anterior. Considerando o perfil coletivo dos presidentes, Pinto e Silva pode ser tomado como um indivíduo representativo desse conjunto. Por outro lado, concluímos que tão ou mais importante que as características comuns aos presidentes, eram as singularidades, que aliadas à conjuntura da província e do império eram os fatores que confluíam para a escolha do indivíduo a ser nomeado. Diante disso, o presidente escolhido para conduzir essa investigação foi Pinto e Silva como poderia ter sido outro, optamos por um indivíduo pouco conhecido – se considerarmos nomes como Homem de Melo, Barão de Muritiba e Marquês de Caxias, que foram nomes de grande destaque no cenário nacional –, e que assumiu a presidência em meio ao crítico contexto de guerra contra o Paraguai¹⁷⁴.

Ainda assim, poderíamos nos perguntar qual validade de abordar um único presidente, como saber se as análises construídas a partir dos dados de uma única administração são representativas e podem ser extrapoladas para outros recortes temporais ou espaciais? A resposta perpassa três aspectos: 1) o objetivo é estudar os mecanismos da governança, ficando em segundo plano, desse modo, as atuações individuais dos presidentes, as quais se manifestavam em torno dos mesmos padrões de governabilidade ou nas brechas¹⁷⁵ dos mesmos, 2) as conclusões do primeiro capítulo demonstraram que a conjuntura é um elemento chave para a compreensão da dinâmica político-administrativa do Estado monárquico. Diante disso, a questão que se coloca é: pode algum recorte ser mais representativo que outro ou as administrações de todas as presidências eram permeadas de especificidades vindas dos sujeitos envolvidos e das

¹⁷⁴ A guerra contra o Paraguai, ou guerra da Tríplice Aliança, foi um confronto que começou em dezembro de 1864 e se estendeu até março de 1870, envolvendo Argentina, Uruguai, Brasil e Paraguai. Nas origens do conflito esteve a ascensão de Bernardo Berro, do partido *blanco*, ao governo uruguaio, em 1860. A partir de então, Berro promoveu uma série de medidas para lesar rio-grandenses que possuíam terras e criações de gado naquele país. Após intensa pressão dos rio-grandenses, o império brasileiro decidiu intervir na situação. Há que se destacar que o império brasileiro tinha também interesse em manter a livre navegação na bacia do Prata e, por isso, buscava evitar a consolidação de uma aliança entre Solano López e os *blancos* uruguaios. A essa ação do império, Solano López respondeu invadindo a província do Mato Grosso, dando início ao conflito. A Tríplice Aliança foi formada ainda pelo Uruguai, após a deposição de Bernardo Berro, e pela Argentina, de Bartolomé Mitre, que temia uma aliança entre Solano López e os federalistas argentinos, que se opunham ao governo unitário de Buenos Aires. Cf. DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. 2/5. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

¹⁷⁵ Segundo o historiador italiano Giovanni Levi, os sistemas normativos que atuam em uma formação social não são totalmente coerentes entre si, sendo, eventualmente, contraditórios em alguns aspectos. Dessa contradição decorre a formação de fissuras nos sistemas normativos que se apresentam como um caminho alternativo aos indivíduos. LIMA, Henrique Espada. *A micro-história italiana – Escalas, indícios e singularidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 260.

circunstâncias nas quais estavam atuando, e 3) houve uma questão de ordem prática que se impôs implacavelmente, a saber: o volume de fontes que uma administração relativamente curta produzia. Não obstante, buscamos, sempre que possível, comparar os dados da administração de Pinto e Silva com os de outros períodos.

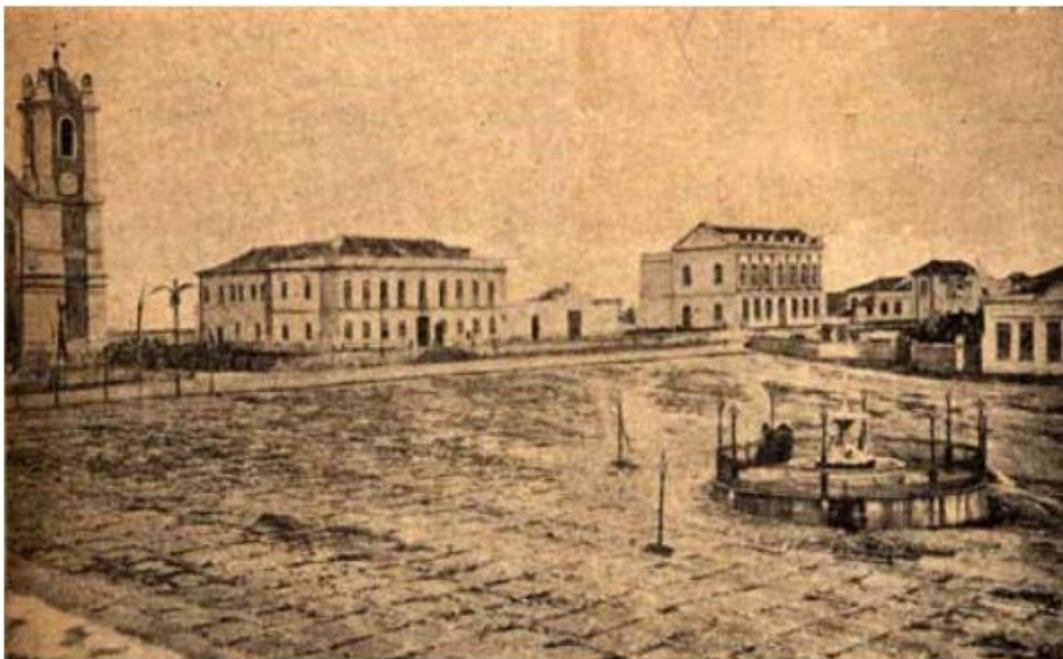
Em um período de aproximadamente nove meses, Antônio da Costa Pinto e Silva produziu pelo menos 3886 registros documentais¹⁷⁶. Essa documentação inclui apenas as comunicações encaminhadas pelo presidente, uma vez que, como ocorre com a maioria dos registros administrativos, as documentações recebidas não são armazenadas de forma tão sistemática quanto as expedidas¹⁷⁷. Esse número, no entanto, destoa do que se poderia estimar tendo como base o quadro desenhado pelos demonstrativos do expediente da secretaria de governo constantes nos relatórios dos presidentes de província¹⁷⁸. Nesses demonstrativos, existentes para os anos de 1846 a 1849, observa-se que, em um período de doze meses, a secretaria da presidência da província expedia entre aproximadamente 10 mil comunicações.

¹⁷⁶ A quantidade de documentos pode ser superior, uma vez que além dos ofícios e correspondências registradas, muitos documentos podiam ser produzidos de forma informal e precisamos considerar a possibilidade de uma porcentagem de documentos perdidos pela precária organização dos arquivos da secretaria de governo muitas vezes mencionada pelos presidentes, como se verá adiante, bem como pela ação do tempo.

¹⁷⁷ Araújo aponta a mesma questão com relação às correspondências dos governadores-gerais: “Essa opção [pelas correspondências emitidas] é também uma imposição da própria massa documental, afinal ao longo da pesquisa encontramos um número muito baixo de cartas destinadas aos governadores-gerais, o que inviabiliza a reconstrução e análise sobre a troca de correspondências entre as várias partes da América Portuguesa”. ARAÚJO, *A construção da governabilidade no Estado do Brasil*, op. cit., p. 118.

¹⁷⁸ Os relatórios presidenciais eram documentos produzidos com a finalidade de serem apresentados na abertura da primeira sessão da assembleia legislativa provincial ou a cada troca de titularidade na presidência, nos quais deveria ser descrito o estado da província em todos os âmbitos administrativos, além de narrados os principais acontecimentos ocorridos na província desde o último relatório que havia sido produzido. Esses documentos, que serão explorados no capítulo 7, eram permeados de informações e relatórios anexos produzidos por repartições públicas provinciais.

Figura 1: Palácio da Presidência da Província.



Praça da Matriz, com o palácio da presidência ao centro, conhecido como “palácio de barro”. Ao lado esquerdo está a igreja da matriz e, ao lado esquerdo, o prédio onde funcionava a assembleia provincial.
Fonte: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/vivaocentro/default.php?reg=10&p_secao=118

Essa discrepância deve-se a dois fatores. Primeiro, é bastante plausível que nem todos os códices referentes à administração pública tenham sido preservados, como sinalizam as lacunas na documentação em determinados arcos temporais¹⁷⁹. Os registros dos ofícios expedidos ao comandante da guarda nacional de Porto Alegre e São Leopoldo, por exemplo, existem apenas para o período de 1865 a 1868, mas nesse ano termina antes do início da administração de Pinto e Silva (16/09/1868), voltando a ser registrado apenas anos depois. Por outro lado, em nenhum dos anos nos quais a documentação está organizada por interlocutores, existem, no AHRs, códices de registros de comunicações expedidas à tesouraria provincial, à repartição de obras públicas, ao ministério da Fazenda ou ao conselho supremo militar, que estão incluídas nos quadros do expediente da

¹⁷⁹ A comunicação expedida pelos presidentes de província para o circuito comunicacional interno no interstício que essa pesquisa abrange foram registradas seguindo dois métodos. O primeiro, que vai de 1845 a 1870, é de livros de registros – códices – elencados pela autoridade ou grupo de pessoas a quem se destina a comunicação. No segundo método, adotado de 1871 a 1889, os registros foram realizados em livros que correspondem ao mês de sua produção.

secretaria anexados aos relatórios presidenciais¹⁸⁰. Todavia, através da documentação que dispomos encontramos indícios de como era a comunicação com esses órgãos.

Além disso, é possível que nem todos os documentos emitidos fossem registrados nos arquivos, o que parece ter sido especialmente o caso das correspondências, já que não há assentamento das mesmas. Portanto, “é preciso ter em conta que as formas de organizar os arquivos na época e as práticas de registo dos atos de Governo na secretaria poderiam, em grande medida, condicionar as amostras disponíveis à investigação”¹⁸¹. Nesse sentido, Curvelo aventa a possibilidade de que muito da comunicação ocorresse na forma de bilhetes¹⁸², dos quais apenas uma parcela era registrada na secretaria. Essa é uma possibilidade que se verifica também no caso da presidência, como indica a existência de maços de documentos avulsos. Corrobora essa hipótese o fato de que nos códices a partir 1871, quando os registros deixam de ser organizados pela autoridade a que eram destinados os ofícios e passam a ser organizados pelo mês em que foram produzidos, é possível encontrar diversos bilhetes avulsos que foram apenas depositados entre as páginas. No que diz respeito à comunicação intraprovincial, há que se considerar que parte dela ainda poderia ocorrer verbalmente, sobretudo porque autoridades importantes da província estavam situadas na capital da província, tal qual o presidente.

Uma vez elucidadas essas características do *corpus* documental, as linhas que seguem objetivam investigar a prática governativa através das comunicações políticas, separando-as em dois conjuntos: o primeiro corresponde aos circuitos de comunicação internos, que incluíam as autoridades, instituições e particulares da província sob jurisdição do presidente; e o segundo corresponde aos circuitos de comunicação externos, compostos pelos ministérios, pelos presidentes de outras províncias, por instituições e pessoas da Corte e de outras províncias, bem como por autoridades que se encontravam na província, mas não respondiam diretamente ao presidente, como ocorria com os cônsules. Destacaremos os principais interlocutores e temas que norteavam a comunicação, bem como o emprego as práticas administrativas que tais comunicações desvelam.

¹⁸⁰ A comunicação entre as repartições que compunham a estrutura fazendária, como se verá, possuía especificidades, que serão demonstradas nos capítulos seguintes.

¹⁸¹ CURVELO, *Governar Pernambuco e as “capitanias anexas”*, op. cit., p. 398.

¹⁸² *Idem*, p. 399.

Um dos aspectos que se tornará mais evidente ao longo da exposição é o impacto das leis aprovadas entre 1840 e 1850 na administração provincial, na medida em que traduziram o esforço do governo central em vigiar as áreas sob sua jurisdição. Além da aprovação de medidas que centralizavam em uma cadeia de comando diretamente vinculada ao governo central a gestão de áreas importantes, como a distribuição da justiça e o direito ao uso legal da força física, esse período testemunhou a reorganização bastante abrangente das secretarias de Estado, com o intuito de conferir racionalidade e celeridade ao trabalho dessas repartições.

Nesse sentido, Ivan Vellasco arguiu que a centralização da administração judiciária resultante da aprovação da lei de interpretação do ato adicional (1840) e da reforma do código do processo criminal (1841) foi capital nesse processo de intensificação de controle e vigilância, aludindo ao fato de que os presidentes, até então, tentavam “exercer o controle sobre o estado das coisas”, mas não conseguiam ser efetivos:

“Toda a correspondência mantida e sua regularidade definida pelo movimento do correio, toda essa permanente troca de informações, enfim, acusa o intento centralizador. Entretanto, essa linha de transmissão de informações e solicitações ininterrupta entre o presidente e as autoridades locais nos mais ínfimos lugarejos revelava todos os óbices ao implemento desse controle. Transmitiam-se e centralizavam-se informações. Demandando providências acerca de presos fugitivos em outras vilas e comarcas, informações sobre o recrutamento para o cumprimento da “cota da vila”, procedimentos administrativos e de polícia, cobranças de mapas estatísticos da criminalidade, o presidente de província repassava ordens e informações aos juizes de direito, que repassavam aos juizes de paz, que lhes respondia ou fazia diretamente ao presidente, reclamando dificuldades em cumpri-las por falta de pedestres, pela indisciplina da Guarda Nacional ou outro problema qualquer”¹⁸³.

Esse excerto no qual o autor refere-se ao contexto pré-Reforma do Código do Processo Criminal em Minas Gerais, apresenta um quadro bastante apurado dos assuntos que pautavam a comunicação com as autoridades ligadas ao exercício da justiça e da força ainda décadas depois, no Rio Grande do Sul, como veremos a seguir. De fato, tomadas isoladamente, essas comunicações podem transmitir a ideia de que pouco se fazia com relação à administração da província, de que se tratava de “uma comunicação burocrática

¹⁸³ VELLASCO, Ivan de Andrade. *As seduções da ordem: violência, criminalidade e administração da justiça: Minas Gerais – século 19*. 1º. ed. Bauru/São Paulo: EDUSC/ANPOCS, 2004, p.134.

e vazia de conteúdo”¹⁸⁴. Ao longo desse capítulo argumentaremos que era exatamente nessa dimensão de agente capitalizador dos fluxos comunicacionais entre as autoridades da província e dessas com o governo no Rio de Janeiro que residia centralidade do presidente de província para a conformação e sustentação do Estado imperial (Conferir anexo IV). A atuação mais ou menos exitosa do presidente - assumindo que a mais exitosa seria aquela em que ele consegue exercer suas funções atribuídas em lei – podia variar de situação para situação e dependia de uma série de fatores, que iam desde a conjuntura da província, a relação que estabelecia com as elites locais e mesmo suas ambições pessoais. Todavia, a comunicação constante com todas as autoridades da província aparece como um ponto de permanência.

3.1. Os fluxos comunicacionais internos

Formalmente, o presidente estava ciente de todas as comunicações ocorridas entre as autoridades da província, em decorrência da existência de caminhos pré-estabelecidos para o transcurso das comunicações. Duas situações principais foram verificadas: 1) quando subordinados enviavam uma comunicação aos superiores que, por sua vez, enviavam ofício ao presidente, fosse para comunicá-lo, fosse para que ele arbitrasse a respeito ou, ainda, para que ele encaminhasse à autoridade competente; 2) quando uma autoridade necessitava comunicar-se com outra, de âmbito diferente, e encaminhava ofício ao presidente que iniciava o diálogo ou então mediava-o totalmente. Essas situações estão diretamente relacionadas à atuação do presidente que desempenhava uma função fiscalizadora das repartições, instituições e autoridades, bem como uma “mediação horizontal”¹⁸⁵ entre as mesmas.

O caminho percorrido para comunicação era o mesmo em todos os casos, tanto das comunicações que iam em direção ao presidente, quanto das que partiam dele. O contato direto do presidente se dava com as autoridades máximas de cada área, quando essas existiam. No caso do circuito comunicacional interno seriam exemplos dessas

¹⁸⁴ Explicando as fontes utilizadas para analisar o período após a aprovação do Código do Processo Criminal (1832) na comarca do Rio das Mortes (Minas Gerais), Vellasco aponta que “[...] a correspondência com o Presidente da província começa a diminuir em volume a partir de 1836, passando a caracterizar-se por uma comunicação burocrática e vazia de conteúdo (“acusos o recebimento do ofício...”). VELLASCO, *Op. cit.*, 2004, p. 123.

¹⁸⁵ Expressão utilizada por Renata Fernandes para caracterizar a atuação do presidente de província em conselho, no período após a independência até a extinção desse órgão, em 1834. FERNANDES, *As províncias do Império*, *Op. cit.*, p. 180.

autoridades o comandante das armas, o chefe de polícia, o agente da colonização, o comandante do exército, o inspetor geral da instrução pública. Assim, caso o presidente necessitasse encaminhar uma ordem a um subdelegado, ele repassaria a ordem ao chefe de polícia, que por sua vez daria o “cumpra-se” ao subdelegado. Essas situações constituíram uma parcela significativa das instruções específicas proferidas pelo presidente.

Houve ocasiões, bem menos numerosas, em que o presidente se dirigia diretamente aos subordinados. De maneira geral, era com o intuito de comunicar nomeações ou exonerações para algum cargo, o que pode ser verificado especialmente nos ofícios expedidos a professores e subdelegados. Excepcionais foram as vezes em que essa comunicação direta ocorreu em razão de eventos críticos que exigiam urgência na transmissão das informações e instruções. Qualquer que fosse a razão que levava o presidente a ignorar os circuitos convencionais, a autoridade sob a qual o empregado alvo da comunicação estava subordinado era sempre notificada que uma comunicação direta havia sido feita, bem como seu conteúdo.

Por outro lado, caso um empregado ou agente subordinado desejasse algo que carecia de aprovação da presidência, ele primeiro enviava ao seu superior imediato, fazendo a comunicação percorrer uma cadeia hierárquica até atingir a presidência da província. Desse modo, se um guarda nacional quisesse pedir dispensa do serviço de destacamento em um município por motivos de saúde, ele fazia o pedido ao comandante superior, que o repassava ao comandante das armas, que só então enviava ao presidente, o qual arbitrava se e onde seria feita a inspeção de saúde para definir o destino daquele guarda. Uma vez realizada a inspeção, o relatório era enviado ao presidente que, juntamente com sua decisão o encaminhava ao comandante das armas ou comandante superior responsável pelo guarda, de maneira que a comunicação percorria o caminho inverso.

Eventualmente, os habitantes da província também encaminhavam petições ou, mais comumente, denúncias ao presidente. Porém, ao que tudo indica, o envio de petições era predominantemente mediado por autoridades e corporações, como a câmara municipal, os juízes de paz, os comandantes superiores da guarda nacional, etc. De maneira geral, as petições abarcavam pedidos de dispensa ou de isenção do serviço no exército ou na guarda nacional.

Esses fluxos comunicacionais produziam uma quantidade expressiva de documentos. Em um único dia a presidência podia expedir até 56 ofícios. A comunicação mais intensa e rápida se dava com as autoridades que estavam, tal qual a presidência, sediadas na capital da província. Já os intervalos das comunicações estavam relacionados à proximidade e à relevância que determinado interlocutor tinha na arquitetura de poderes da província. À título de exemplo, relatamos esse caso ocorrido no dia primeiro de outubro de 1868, quando o Presidente informou a três oficiais da Guarda Nacional que estes haviam sido nomeados para integrar uma Junta de Apelação que julgaria a sentença “proferida pelo Conselho Disciplinar a que responde o Alferes da GNal destacado” em Porto Alegre, Inocente José Rodrigues¹⁸⁶. Dentre os oficiais estava o Major José Antônio Rodrigues Ferreira, que solicitou a dispensa da referida nomeação, a qual foi concedida no dia oito do mesmo mês de outubro¹⁸⁷.

A celeridade na resolução de questões mais urgentes passava pelo trabalho da secretaria de governo¹⁸⁸. Organizada em seções encarregadas dos assuntos internos e externos à província¹⁸⁹, os oficiais selecionavam as questões mais urgentes, apresentavam ao chefe da sua seção, que apenas após conferir o trabalho dos seus oficiais levava ao secretário, que por fim apresentaria ao presidente.

As leis aprovadas na década de 1840 modificaram a forma como diversas instituições eram administradas, dentre outras coisas, instituindo a existência de um fluxo regular de comunicação entre autoridades da província e o presidente, estipulando, inclusive, quais informações deveriam ser relatadas e, em muitos casos, em quais épocas do ano. Esse fator constitui um indicativo do papel que a presidência desempenhou no segundo reinado como um polo receptor das demandas advindas da estrutura institucional da província. O conteúdo e a frequência das comunicações analisadas a seguir igualmente sinaliza nessa direção. Não obstante, procuramos avaliar se a presidência era único destinatário das comunicações expedidas pelas autoridades provinciais ou se elas comunicavam-se diretamente com outras autoridades, dispensando a mediação da presidência.

¹⁸⁶ A-4 74 Para os corpos e divisões, comandos superiores e oficiais da Guarda Nacional 1865-1870 (caixa 136). 01/10/1868

¹⁸⁷ Idem 08/10/1868

¹⁸⁸ Muitos assuntos podiam ser apresentados ao presidente paralelamente aos caminhos institucionais, mas não constituem o foco desse capítulo.

¹⁸⁹ A organização da estrutura da secretaria de governo será abordada no capítulo 7.

A alternativa óbvia seria quantificar os destinatários dos ofícios expedidos por essas autoridades. Esse caminho, entretanto, revelou-se impossível de ser trilhado, posto que selecionamos os fundos documentais de duas das autoridades que mais receberam comunicações da presidência: o chefe de polícia e o comandante das armas da província, e constatamos que todos os documentos expedidos eram destinados à presidência. Contudo, isso não se deu necessariamente porque o presidente era o único interlocutor dessas autoridades, mas porque esses fundos foram constituídos pelos documentos que foram recebidos na secretaria da presidência, o que é facilmente identificável pelas anotações nas margens dos ofícios. Essas anotações registravam a data em que o ofício havia sido respondido, sempre um dia após a sua expedição, e a data em que havia sido encaminhado às instâncias superiores, quando necessário.

Apesar dessa documentação não ser capaz de responder à pergunta anteriormente lançada, todas as evidências apontam para a presidência da província como o principal, embora provavelmente não o único, interlocutor das autoridades provinciais. Mas as comunicações expedidas por essas autoridades revelaram outro ponto, qual seja, o volume de ofícios encaminhados à presidência era superior à quantidade de respostas que a mesma emitia. Para exemplificar é pertinente mencionar que, apenas nos meses de setembro e outubro de 1868, o chefe de polícia encaminhou 159 ofícios à presidência. Ao passo que, entre 16 de setembro, quando Pinto e Silva assumiu a administração, à 31 de outubro, a presidência emitiu 89 ofícios. A diferença só seria compensada se nos 15 primeiros dias do mês de setembro o vice-presidente Israel Rodrigues Barcelos houvesse destinado 70 ofícios ao chefe de polícia.

Mas as anotações de resposta nos próprios ofícios oferecem pistas. Algumas que diziam apenas “arquivo” podem indicar que esses ofícios não eram respondidos. Além disso, constatou-se que muitos ofícios enviados pelo chefe de polícia não informavam nenhum acontecimento, apenas afirmavam que cabia “informar que nada de notável” havia ocorrido na província. Não observamos nenhum registro dessas comunicações sendo respondidas pela presidência, nem mesmo com a fórmula “acuso o recebimento do ofício de Vossa Excelência”, que usualmente precedia comunicações com informações pouco relevantes, como se verá adiante. Importa apontar nesse caso que a obrigação de comunicar era seguida à risca pela autoridade policial, mesmo quando nada havia a ser comunicado. Para além disso, pode-se supor, com razoável segurança, que o volume diário de papéis recebidos na secretaria da presidência era muito expressivo.

3.2. Os fluxos comunicacionais externos

Nos circuitos externos de comunicação foram incluídas todas as comunicações enviadas pelos presidentes a autoridades e instituições situadas fora da província e àquelas na província que não estavam subordinadas ao presidente. Para análise desse circuito, foi construído um banco de dados composto de dois fundos documentais, quais sejam: o registro dos ofícios expedidos pela presidência, sob guarda do AHRS, e correspondências recebidas da presidência da província do Rio Grande do Sul no ministério da Justiça, depositadas no Arquivo Nacional, em razão de não encontrar-se no AHRS o livro de registros da comunicação expedida para esse ministério no período em foco.

Os documentos recebidos por uma instituição tendiam a ser arquivados de forma menos sistemática se comparada ao registro de documentos expedidos, uma vez que se tratavam de papéis avulsos que transitavam por diversos oficiais das secretarias dos ministérios. As anotações feitas nas margens dos ofícios recebidos na pasta da justiça revelam vestígios do caminho percorrido por esses documentos. Em um ofício da presidência do Rio Grande do Sul que acompanhava o envio de um mapa dos crimes ocorridos na província, encontram-se cinco comentários correspondente a um diálogo entre empregados da secretaria e talvez com o próprio ministro da Justiça, que tem início com a indagação de por que o presidente estava remetendo aqueles documentos, a qual um empregado responde:

Anotação 2: São remetidos para a estatística, que pertence à 2ª seção.

Anotação 3: Perguntei por que, e não para que. Sei que servem para a estatística, mas em virtude de que lei, regulamento, circular, ordem ou determinação vem eles.

Anotação 3: São remetidos em virtude de 29 de Dezembro de 1855 para a confecção do mapa mensal, que presentemente se acha abolido por força do novo Regulamento desta secretaria de Estado. E pois tais mapas nenhuma serventia tem, e por isto quase todos os Presidentes de Província deixaram de remete-los em face do mesmo Regulamento, que deu nova forma à estatística. Devem, portanto, ir para o arquivo.

Anotação 4: Expeça Aviso declarando que não remete em vista do Art. 27 do decreto N° 3572 de 30 de 1865, apenas os dispense¹⁹⁰.

Como se pode ver, não apenas um documento passava pelas mãos de diversas pessoas, como também podia circular várias vezes até que houvesse uma decisão a seu respeito.

¹⁹⁰ Anotação no ofício do presidente da província do Rio Grande do Sul ao ministério da justiça. 29/12/1868. AN. IJ1 - 591 Justiça.

Movimentação essa que favorecia o extravio de documentos e a falha em arquivá-los da forma adequada.

Pontualmente e de maneira qualitativa também foram utilizados documentos constantes nos fundos de correspondências recebidas nas Secretaria dos Negócios do Império e dos Negócios da Guerra, por abarcarem uma grande riqueza de informações, como as cópias de documentos que eram anexadas aos ofícios expedidos pelo presidente, bem como as anotações dos empregados da secretaria acima descritas e, por vezes, a resposta enviada ao presidente. Apesar disso, diante da maior sistematização encontrada nos registros feitos pela secretaria da presidência, optamos por utilizar esse fundo documental para a quantificação das comunicações.

Faz-se necessário ainda um esclarecimento acerca dos termos empregados para designar alguns interlocutores do circuito comunicacional externo. Na legislação as secretarias de Estado eram aquelas dirigidas pelos ministros nomeados pelo imperador, de forma que eram chamadas *secretaria de Estado dos negócios estrangeiros*, ou *secretaria de Estado dos negócios da fazenda*, e assim por diante. Contudo, também é possível encontrar na documentação a designação dessas pastas como ministérios. Assim, esses termos foram utilizados neste trabalho como sinônimos.

Cotejando os dois circuitos comunicacionais, chama atenção a discrepância entre o volume de comunicações emitidas pelo presidente no sentido ascendente e descendente¹⁹¹. Se no primeiro caso o presidente chegava a enviar 56 ofícios em um único dia, o total de documentos no sentido ascendente não ultrapassava 20 ofícios diários, mais comumente girando entre 5 a 8 ofícios. Essa diferença é explicada por três fatores principais. O primeiro é que era reduzida a quantidade de órgãos (secretarias e demais repartições) aos quais o presidente deveria se dirigir, mas também, e nesse ponto reside um elemento importante da atuação da presidência, porque nem todos os acontecimentos e decisões que passavam pelo presidente eram comunicados aos ministérios.

O segundo fator que contribuía para essa diferença de volume era a característica das comunicações. Ao passo que uma única questão ocorrida na província suscitava que

¹⁹¹ Arthur Curvelo emprega os termos ascendente e descendente para referir-se ao posicionamento dos interlocutores na hierarquia institucional. Nesta tese esses termos foram apropriados da perspectiva do posicionamento do presidente da província, configurando o sentido “ascendente” as autoridades superiores e “descendentes” aqueles interlocutores que integravam o circuito comunicacional interno da província. CURVELO, *Governar Pernambuco e as “capitanias anexas”*, op. cit., p. 42-51.

o presidente encaminhasse diversos ofícios a fim de apurar o ocorrido e, se fosse o caso, definisse instruções para resolvê-lo, quando era o caso de essa questão ser encaminhada aos ministérios, isso era feito com toda a apuração já feita, de modo que ao ofício do presidente eram anexadas todas as cópias das apurações feitas junto às pessoas envolvidas. Ilustra bem esse ponto uma contenda que se deu no município de Jaguarão, entre a câmara municipal e o juiz de direito da respectiva comarca. Segundo a representação feita pela referida câmara à presidência da província, o juiz Severino Alves de Carvalho teria obrigado o secretário da câmara a entregar-lhe documentos, a fim de averiguar uma denúncia de irregularidades praticadas pelos vereadores na demissão do ex-secretário da casa.

Quando o presidente encaminhou a representação ao ministério da justiça, ela estava acompanhada das informações prestadas pelo juiz, que afirmou ter recebido denúncia do promotor público de

[...] ter sido aquela indicação [da demissão] feita por pessoa alheia à Câmara e dar-se portanto o crime de suborno, cuja existência cumpria investigar, por isso oficiou à câmara pedindo a remessa da mesma indicação em próprio original, e, sabendo que ela a isto se negava, oficiou-lhe por segunda vez prevenindo-a de que se passava a ir pessoalmente ao seu arquivo examinar o documento[...]. Com efeito ali se dirigiu, conseguindo depois de grande relutância por parte daquela corporação efetuar o tal exame, pelo qual verifico ser real o fato denunciado por isso que era a citada indicação escrita pelo bacharel Henrique Francisco d'Ávila, em consequência mandou autua-la e instaurou a este um processo por crime de responsabilidade¹⁹².

Pinto e Silva também informava já ter tomado algumas providências para acalmar os ânimos no município. Na resposta do ministério constava, além do ofício do juiz, a representação da câmara municipal, documentos que foram remetidos juntamente com o ofício do presidente, para que o ministro pudesse “a respeito resolver como entender de justiça”. As averiguações que precediam o encaminhamento de uma questão ao governo central produziam uma troca de comunicação que explica o maior volume constatado no circuito interno.

Por fim, um fator essencial diz respeito à distância. A comunicação do presidente com seus interlocutores, fossem eles do circuito interno ou externo, somente se efetivava quando o suporte que carregava essa comunicação, no caso, o papel, era transportado e entregue nas mãos do destinatário. O principal meio de deslocamento no período imperial

¹⁹² Presidente da província ao ministro da Justiça. 07/01/1869. AN. IJ1 - 592 Justiça.

era a navegação. Em meados do século XIX, uma viagem em um navio a vapor saindo do porto do Rio de Janeiro até o porto de Rio Grande, na porção mais ao sul da província do Rio Grande do Sul, levava cerca de cinco dias, tempo que podia se estender dependendo das condições climáticas. Chegada a embarcação na cidade de Rio Grande, os documentos ainda precisavam ser conduzidos até Porto Alegre, trajeto que demorava mais 22 horas¹⁹³. Dessa forma, o tempo entre o presidente emitir uma comunicação e ela chegar a um interlocutor na Corte era de, pelo menos, seis dias. É bem verdade que o acesso a alguns pontos da província também podia ser bem demorado, e isso ajudará a explicar a grande preocupação do governo em expandir a rede de estradas e pontes. Por outro lado, os principais interlocutores do presidente na província, como se demonstrará a seguir, estavam situados na capital da província.

Não obstante esses fatores que ajudam a explicar o volume reduzido de comunicações expedidas para o circuito externo, sobretudo destinadas às secretarias de Estado, é pertinente o questionamento se, de fato, eram os presidentes os principais interlocutores do governo central na província ou se outras autoridades dirigiam-se diretamente às autoridades cimeiras da administração imperial. Assim, a fim de avaliar o peso dos presidentes como interlocutores do governo central, buscou-se identificar quais outras autoridades provinciais poderiam também integrar esse circuito comunicacional originado na Corte. Para isso, localizamos nos documentos expedidos pelos ministros, chamados de *Avisos Ministeriais*, quais foram os remetentes da comunicação à qual o aviso dava solução e a quem esse aviso era destinado. Para tanto, utilizamos um conjunto de publicações denominado Coleção das Leis do Império do Brasil, no qual eram publicados os avisos ministeriais, bem como leis aprovadas pelas casas legislativas.

Os avisos eram o principal instrumento de comunicação do executivo imperial com todas as demais autoridades do território nacional. O envio de qualquer informação ou ordem, as respostas às dúvidas encaminhadas, a aprovação ou desaprovação de qualquer ato era comunicado através da expedição de um aviso. Fernando Coelho, referindo-se especificamente aos avisos do ministério da justiça, afirma que

¹⁹³ As informações sobre o tempo de viagem foram retiradas do manuscrito “A Província do Rio Grande do Sul – descrição e viagens”, de autoria do milanês Henrique Schutel Ambauer (1840-1899), que realizou uma viagem pela província no ano de 1858. Esse documento foi analisado no artigo de Valter Filho. FILHO, Valter Antônio Noal. A viagem de Ambauer pela Província do Rio Grande. *Estudos Ibero-Americanos*, vol. 38, 2012, pp. S223-S239. A cidade de Rio Grande, onde ficava o principal porto do Rio Grande do Sul, ficava na porção sul da província. A distância entre Porto Alegre, que era a capital da província, e Rio Grande pode ser observada no mapa constante no Anexo III, ao final da tese.

Ao se analisar a produção doutrinária e a publicação de obras vinculadas à prática jurídica durante o Império – especialmente a partir dos anos de 1840 – pode-se verificar que as fontes jurídicas indicavam a importância dos avisos ministeriais para a interpretação das leis. Em especial, chamava atenção a interpretação determinada pelos avisos sendo entendida como obrigatória e especificando a “correta interpretação” de importantes transformações legislativas, como o Código de Processo Criminal¹⁹⁴.

Essa função dos avisos como instrumentos de interpretação e explicação da lei perpassa a emissão de avisos de outros ministérios. Infelizmente, nem todos os avisos expedidos eram publicados nessa coleção, o que é facilmente constado pelos próprios ofícios da presidência, que por vezes mencionam ser aquele documento uma resposta a um determinado aviso que não se encontra publicado. Observando os avisos incluídos na coleção, é difícil identificar um critério seletivo que justificasse a edição desse conjunto de avisos. Coelho observou o mesmo. Segundo ele “não é possível reconhecer um padrão consistente sobre a publicação dos avisos de acordo com a importância concreta ou pelo seu conteúdo geral”¹⁹⁵.

Apesar destas lacunas, a observação desses avisos publicados no interstício de 1868 a 1871, abrangendo, portanto, anos de guerra e de paz, explicitou algumas características da comunicação. Existem 111 avisos publicados que se destinavam à província do Rio Grande do Sul que correspondem a esse período, dos quais 54 não tiveram como destinatário o presidente. Contudo, com apenas uma exceção, todos esses casos eram de avisos expedidos pelo ministério da fazenda enviados à tesouraria provincial. A comunicação direta entre executivo nacional e repartições provinciais parece ter ficado restrito aos órgãos constitutivos do tesouro nacional.

Além disso, mesmo quando alguma autoridade provincial enviava uma comunicação diretamente aos ministérios, esquivando-se da intermediação da presidência da província, a resposta dos ministérios era encaminhada ao presidente, para que este desse o devido encaminhamento, o que ocorreu em três avisos. O aviso N. 479 expedido pelo ministério da agricultura, comércio e obras públicas em seis de novembro de 1868 ilustra o caso. Nele, o ministro enunciava ao presidente: “Ilmo. e Exm. Sr. – Em ofício de 8 de julho do corrente ano, consultou Ernesto Diniz Street, Comissário Especial do

¹⁹⁴ COELHO, Fernando Nagib Marcos. *Tipos normativos e separação dos poderes: a função política do aviso ministerial na regência (1831-1840)*. Tese (Doutorado). UFSC. Florianópolis, 2016, p. 160.

¹⁹⁵ COELHO, 2016, Op. cit., p. 162.

Governo em S. Leopoldo” e, após expor a questão em consulta, bem como a resposta a mesma, concluía “[...] assim o comunico à V. Ex. para seu conhecimento e para que o faça constar aquele Comissário”¹⁹⁶.

Os caminhos pré-estabelecidos moldavam a arquitetura dos circuitos comunicacionais que se entrelaçavam na presidência. Através da análise temas que abordavam, dos interlocutores mais recorrentes e das ações da presidência que esses documentos comunicavam, é possível nos aproximarmos dos mecanismos institucionais utilizados para o governo da província. Assim, iniciaremos essa empreitada no capítulo seguinte, identificando quem eram os principais interlocutores da presidência da província do Rio Grande do Sul.

¹⁹⁶ BRASIL, Coleção das Leis do Império do Brasil. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/doimperio/colecao6.html> Acessado em 13/08/2019.

CAPÍTULO 4: OS INTERLOCUTORES DA COMUNICAÇÃO

4.1. Comunicação interna

Pelas características do fluxo comunicacional elucidadas no capítulo anterior, não causa surpresa os dados constantes na tabela abaixo, os quais demonstram que pouco mais de 90% dos interlocutores do presidente no circuito de comunicação interno da província eram *autoridades* ou agentes *vinculados ao governo*¹⁹⁷. Em segundo lugar figuravam os *particulares*, que constituíam 6%. Esse dado, todavia, contém nuances que relativizam a caracterização dos destinatários como pessoas da população em geral. Isso porque 40% dessas comunicações destinadas a particulares tinham por finalidade informar a nomeação dos receptores incluídos nessa categoria a algum cargo. Assim, esses particulares estavam na iminência de se tornarem autoridades. Outra variedade de interlocutor que se aproxima dessa situação é a de médicos que eram nomeados para proceder a inspeções de saúde em empregados públicos, guardas nacionais, soldados, dentre outros, mas não ocupavam postos dentro da estrutura estatal, sendo suas nomeações destinadas a casos específicos.

Quadro 6: Destinatários das comunicações expedidas pelo presidente da província do RS (09/1868-05/1869)

Destinatários	%
Autoridades	91,5
Particulares	6,5
Instituições	1
Comissões	1

Outra parcela das comunicações para particulares destinava-se a empresas, com destaque para as empresas responsáveis por colônias de imigrantes, ou particulares que eram contratados para executar serviços públicos, que constituíam cerca 6% dos ofícios encaminhados a particulares e apenas 0,6% do total das comunicações do circuito interno. Contudo, a contratação de serviços por parte da administração pública foi o tema de

¹⁹⁷ Doravante, quando nos referirmos às autoridades provinciais estarão incluídos também os agentes ligados ao governo, ainda que estes não detivessem poder de decisão sobre alguma área, como no caso dos professores, guardas nacionais e policiais.

diversas mensagens expedidas pelo presidente da província. Por fim, ainda no que concerne às comunicações remetidas a particulares cabe salientar que 7,6% foram enviadas a mulheres. À miúdo, esses ofícios consistiam em respostas a pedidos de pensão ao governo imperial por terem ficado viúvas de maridos que combatera no teatro da guerra ou a pedidos de dispensa do serviço militar ou de destacamento ou em notificações de nomeação para o posto de professora. O único contexto em que as mulheres foram tratadas na documentação administrativa sem estarem relacionadas a um homem, quer seja o pai, marido ou filhos, foi quando era abordada a atuação profissional das mesmas como professoras. No quadro geral dos circuitos comunicacionais, em apenas 3,3% as mulheres figuraram como as destinatárias ou como tema da comunicação, havendo uma ausência do gênero feminino em outros temas.

Resta explicar quem compõe as categorias *comissões* e *instituições*, que, embora juntas totalizem somente 2% das comunicações internas, desnudam pontos importantes da administração provincial. As comissões eram formadas, essencialmente, para a execução de obras, sobretudo aquelas executadas em igrejas, para fiscalização de serviços públicos executados por particulares, e decorriam da ausência de estrutura e pessoal na administração provincial para realizar tais tarefas. Assim, o presidente nomeava um conjunto de indivíduos notáveis das localidades onde as obras seriam realizadas, cada um para desempenhar uma função na comissão (ex.: presidente, tesoureiro, secretário), a qual era responsável pelos orçamentos, pelos pedidos de materiais e verbas, por informar qualquer incidente e por fiscalizar se a execução da obra transcorria de acordo com os projetos previamente aprovados pela repartição de obras públicas, se fosse o caso, ou pela autoridade responsável.

Alguns ofícios enviados aos *particulares* informavam justamente a nomeação dos mesmos para membros dessas comissões. Todavia, esses casos são subrepresentados pela análise sob a perspectiva dos interlocutores, posto que muitas delas eram atribuídas a indivíduos que já ocupavam postos em instituições ligadas ao Estado, especialmente os oficiais da guarda nacional. O ofício de nomeação do Doutor Manuel José de Campos, em março de 1869, ilustra as funcionalidades das comissões. Conforme o Presidente:

Convindo examinar o estado da Companhia Hidráulica Porto Alegre não só quanto a sua administração, como ao serviço e limpeza das águas tenho resolvido nomear a Vmcê. para, em comissão com o Coronel Inocêncio Veloso Pederneiras e o Dr. Felisberto Pereira da Silva, proceder ao citado exame, na inteligência de que a comissão deverá

também informar se a Companhia tem cumprido as condições do contrato que em 7 de Setembro de 1867 celebrou com a Presidência da Província o Dr. Francisco Antônio Pereira Rocha e propor as medidas que julgar convenientes. Espero que Vmcê não se recusará, a bem do serviço público, a fazer parte dessa referida comissão¹⁹⁸.

Para a dita comissão foram nomeados, além do Doutor José de Campos, futuro Barão de Guaíba, o Coronel do exército Inocêncio Pederneiras, que também seria agraciado com o título nobiliárquico de Barão de Bujuru, já no apagar das luzes da monarquia, além de ter sido deputado pelo Rio Grande do Sul, Felisberto Pereira da Silva, bacharel em direito, membro do partido liberal e presidente da província (1879).

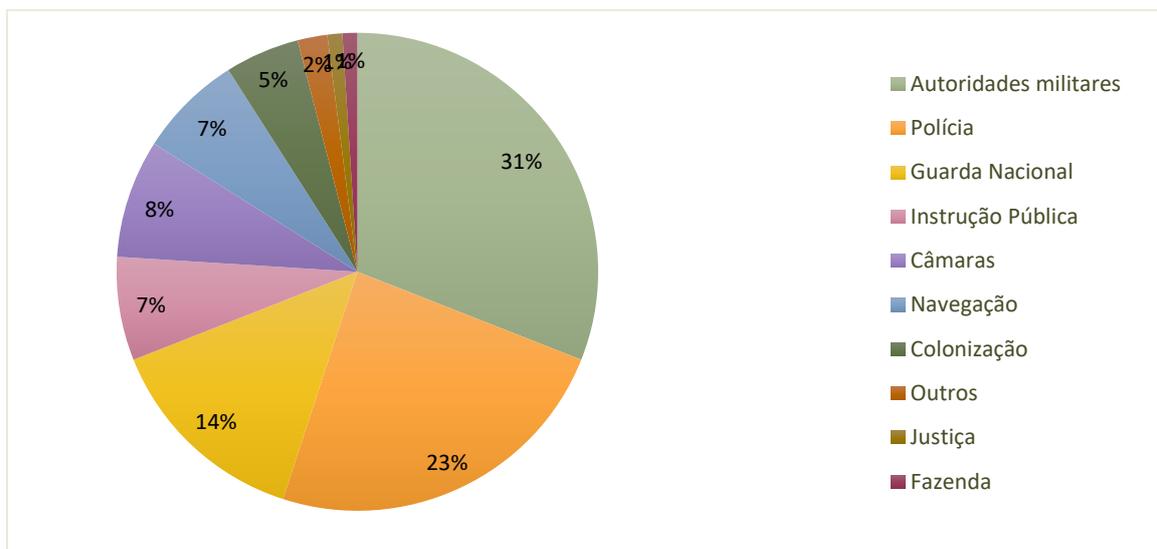
Já as instituições abarcam entidades de saúde e assistência, como as Santas Casas em diversas localidades e asilos, irmandades, associações de profissionais e comerciais, as praças de comércio de Rio Grande e Porto Alegre, bem como as bibliotecas e o arquivo público da província. As comunicações com essas instituições se resumem a três aspectos: 1) o envio de exemplares dos atos expedidos pela presidência e dos quadros estatísticos e geográficos da província; 2) a solicitação de informações estatísticas sobre a instituição¹⁹⁹, e 3) informando a liberação de verbas para o custeio ordinário ou reformas.

Em muitos casos, as leis que regulavam a atuação das autoridades provinciais estipulavam a obrigatoriedade da comunicação com a presidência da província, por meio da qual deveriam participar ao presidente não apenas as ocorrências excepcionais, mas prestar informações periodicamente sobre o estado da instituição a qual estavam à frente. O gráfico abaixo expõe de maneira pormenorizada as autoridades que integravam o quadro de interlocutores da presidência da província. Os ofícios destinados às autoridades militares, policiais e da guarda nacional somados perfazem 67% do total das comunicações do circuito interno.

¹⁹⁸ Ofício de 12/03/1869. Códice A-5 117 Autoridades diversas.

¹⁹⁹ Essas solicitações podiam ser de informações gerais, o “estado” da instituição, ou de pontos específicos como “uma estatística demonstrativa gêneros importados e exportados no ano de 1868”, como foi solicitado às praças de comércio da Rio Grande e Porto Alegre, em março de 1869. Posteriormente, esses dados eram incorporados aos relatórios produzidos pelos presidentes da província. Ofício de 31/03/1869. Códice A-5 117 Autoridades diversas.

Gráfico 1: Autoridades provinciais destinatárias das comunicações expedidas pelo presidente da província do RS (09/1868-05/1869)



Como era de se esperar em um contexto belicoso, os ofícios enviados às autoridades militares constituem a maior parcela das comunicações. Nessa categoria estão incluídas as comunicações com o comandante das armas da província, com o diretor do arsenal de guerra e com o comandante do exército na província²⁰⁰.

O comandante das armas era a maior autoridade militar da província²⁰¹, subordinado apenas ao presidente²⁰². O posto de governador/comandante das armas da província foi criado em 1821, fruto das modificações na organização do território provocadas pela Revolução Liberal do Porto, que alterou as “formas de governo das capitâneas, com a criação das Juntas Provisórias e dos governadores/comandantes das armas subordinados diretamente a Portugal”. Contudo, em 1831 “o decreto de 5 dezembro mandou suprimir os comandos das Armas das províncias de São Paulo, Goiás, Minas Gerais, Espírito Santo, Sergipe, Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí”. Nessas províncias, as funções anteriormente atribuídas aos comandantes das armas foram transferidas para os presidentes. No Rio Grande do Sul, o cargo foi mantido devido à

²⁰⁰ No código do Comando do Exército constam registros de ofícios enviados ao Marques de Caxias e ao Conde D’Eu. Esses registros, todavia, foram excluídos dessa contagem, posto que não compunham o quadro de autoridades sob jurisdição provincial.

²⁰¹ BRASIL. Decreto n. 293. Regulamento sobre as atribuições dos Comandantes das Armas. 08/05/1843.

²⁰² Dicionário da Administração Pública Brasileira. Período Colonial (1500-1822). Comando das Armas. Disponível em: <<http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-periodo-colonial/156-comandante-das-armas>>. Acessado em 25/08/2019.

centralidade da organização da força militar para a manutenção da integridade territorial do império.

Em maio de 1843 foi aprovado um decreto que regulamentou as atribuições dos comandantes e determinou minuciosamente a periodicidade do envio de informações ao presidente, bem como deixou patente a vinculação hierárquica ao mesmo. O artigo 2º, que versava sobre as competências do comandante, instituiu que esse deveria informar ao presidente todas as nomeações provisórias que efetuasse, “fazendo as exigências deste, quando com elas não se conformar”²⁰³. Os artigos 3º ao 6º tratavam notadamente do envio de informações ao presidente e à secretaria de Estado dos Negócios da Guerra, estipulando as datas e a frequência que tais informações deveriam ser remetidas. O mapa das forças de todos os corpos, por exemplo, devia ser enviado diariamente, ao passo que as informações detalhadas da força efetiva da 1ª linha, mapa das altas e baixas e o mapa estatístico e criminal das tropas necessitavam ser enviados no dia 1º dos meses de janeiro, abril, julho e outubro²⁰⁴. Cabe sublinhar, ainda, o artigo 13º do regulamento, o qual ordenava que o comandante das armas estava obrigado a prestar esclarecimentos sobre todos os negócios militares acerca dos quais o governo ou o Tribunal do Conselho supremo militar interpelasse o presidente, evidenciando que as esferas militares superiores igualmente se comunicavam com as autoridades da província através da presidência.

Visando testar se essa supremacia dos interlocutores militares era decorrência exclusivamente do contexto belicoso, cotejamos esses dados com os números constantes nos mapas demonstrativos do expediente da secretaria de governo presentes nos relatórios de 1846, 1847 e 1849²⁰⁵. O leque de interlocutores listados nesses mapas supera aquele

²⁰³ BRASIL, Decreto n. 293. Regulamento sobre as atribuições dos Comandantes das Armas. Art. 2º, §4. Decreto n. 293. 08/05/1843.

²⁰⁴ BRASIL, Decreto n. 293. Regulamento sobre as atribuições dos Comandantes das Armas. Art. 5º.

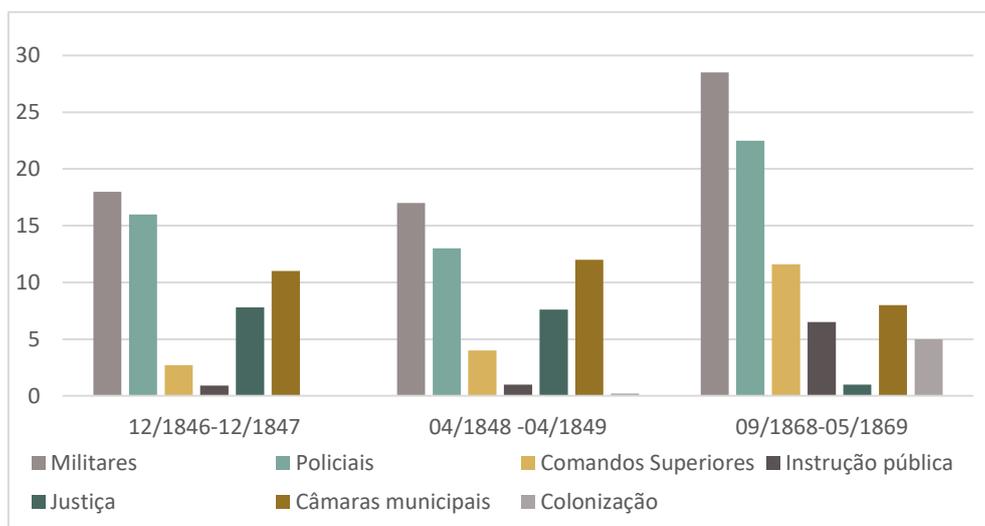
²⁰⁵ Nos demais relatórios não foi possível encontrar mapas demonstrativos do expediente. Relatório do presidente da província Manuel Antônio Galvão, Porto Alegre, 05/10/1847. Anexo 2, p. s/n.. Consta o expediente de 11/12/1846 a 30/09/1847. Acessado em 09/09/2019. Disponível em <http://ddsnext.crl.edu/titles/182?terms&item_id=4533#c=4&m=7&s=0&cv=20&r=0&xywh=0%2C-67%2C4383%2C3092>; Relatório do vice-presidente da província João Capistrano de Miranda Castro, Porto Alegre, 04/03/1848. Anexo nº 2, p. s/n.. Consta o expediente de 01/10 a 31/12/1847. Acessado em 09/09/2019. Disponível em <http://ddsnext.crl.edu/titles/182?terms&item_id=4534#c=4&m=8&s=0&cv=21&r=0&xywh=-306%2C0%2C4066%2C2868>; Relatório do presidente da província Francisco José de Souza Soares de Andrea, Porto Alegre, 01/06/1849. Consta o expediente de 10/04/1848 a 30/04/1849. Anexo s/n, p. s/n. Acessado em 09/09/2019. Disponível em <http://ddsnext.crl.edu/titles/182?terms&item_id=4536#c=4&m=10&s=0&cv=36&r=0&xywh=-1312%2C0%2C4751%2C3351>

que nos foi possível reconstruir com as fontes produzidas pela administração de Antônio Pinto e Silva (09/1868 – 05/1869) que se encontram preservadas no AHRS, razão pela qual expomos abaixo dois gráficos, que apresentam índices calculados com base em totais diferentes para os interstícios 1846-1847 e 1848-1849. No gráfico 2 apresentamos o percentual de ofícios enviados às autoridades considerando como total (100%) todos os ofícios expedidos às autoridades que compunham o circuito interno de comunicação constantes no expediente da secretaria²⁰⁶, ao passo que, no gráfico 3 os percentuais foram calculados considerando como total apenas a soma das autoridades que podem também ser encontradas como destinatárias da comunicação expedida no período da administração de Pinto e Silva²⁰⁷. A metodologia para a administração Pinto e Silva é a mesma descrita anteriormente e permaneceu inalterada nos dois cenários, ou seja, nos gráficos 2 e 3 os percentuais da administração Pinto e Silva foram calculados tomando como total as comunicações enviadas às autoridades do circuito interno. Assim é possível tanto apreciar as variações entre períodos e aferir se estas coadunam com as tendências reveladas pela análise do expediente da secretaria da presidência, quanto verificar se a ausência de alguns interlocutores constatada em nossa análise poderia alterar significativamente os percentuais, conduzindo a conclusões equivocadas.

²⁰⁶ São elas: Chefe de polícia, Juízes de Direito, Juízes Municipais, Delegados, Subdelegados, Juízes de Paz, Tesouraria da Fazenda, Administração provincial, Assembleia provincial, Comando das Armas, Autoridades Militares, Comandos Superiores da Guarda Nacional, Capitania do Porto, Câmaras municipais, Diversas autoridades, Instrução primária, Obras públicas, Pagadoria militar, Arsenal de Guerra.

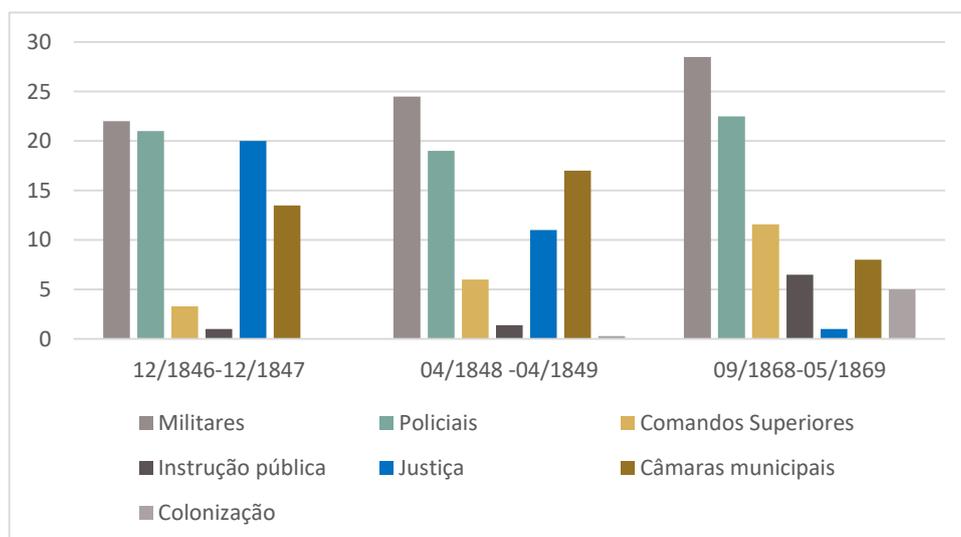
²⁰⁷ Nesse caso, delimitamo-nos apenas às autoridades para as quais os ofícios eram registrados em códices exclusivos, como os comandantes superiores da guarda nacional, as autoridades coloniais, etc. Os ofícios enviados a Diversas Autoridades foram excluídos dessa contagem, posto que em nosso banco de dados essas autoridades foram especificadas. Pela mesma razão, os dados referentes aos anos de 1868-69 sofreram pequenas modificações nas categorias Autoridades da Guarda Nacional e da Instrução Pública. No que se refere à guarda nacional, incluímos apenas os ofícios destinados aos Comandantes Superiores, como sugere a nomenclatura empregada no demonstrativo do expediente para os demais períodos e no que concerne à instrução, excluímos os ofícios enviados aos professores. Por fim, alguns oficiais não foram incluídos nem nas autoridades militares, nem nas autoridades da guarda nacional porque não havia um indicativo nas fontes de à qual instituição pertenciam esses oficiais.

Gráfico 2: Comunicações expedidas pelos presidentes às autoridades da província RS 1*. (%)



*Para os interstícios de 1846-1847 e 1848-1849 o total é composto por todos os ofícios expedidos às autoridades que compunham o circuito interno de comunicação constantes no expediente da secretaria.

Gráfico 3: Comunicações expedidas pelos presidentes às autoridades da província do RS 2 (%)



A comunicação assídua com as autoridades militares e com as autoridades policiais foi uma constante na governança da província de São Pedro. Contudo, o presidente comunicou-se mais com as autoridades militares do que com qualquer outra autoridade da província, situação atestada nos diferentes cenários e arcos temporais expostos, apesar das pequenas variações.

A força policial, desde a reforma do código do processo criminal, era organizada pelo chefe de polícia de cada província, que respondia ao presidente da província e ao

ministro da justiça, o que explicaria o elevado volume de ofícios. Além disso, a lei determinava que os delegados e subdelegados²⁰⁸, bem como seus respectivos seis suplentes, seriam nomeados pelo presidente da província. Assim, observa-se que pouco mais da metade desses ofícios dirigiam-se diretamente ao delegados e subdelegados e seus respectivos suplentes, indicando um atalho do fluxo comunicacional que, entretanto, era utilizado quase que exclusivamente para informar nomeações e exonerações. Mais precisamente, dos 653 ofícios remetidos às autoridades policiais, 51,7% tinham como destino os delegados, subdelegados e suplentes, sendo que desses, 92% tratavam-se de comunicados de nomeação ou exoneração. Em contrapartida, as comunicações que tinham por finalidade discutir aspectos da conformação do corpo policial e da logística da segurança da população eram destinadas diretamente ao chefe de polícia.

Outro braço da garantia de segurança e manutenção da ordem interna, a guarda nacional não passou ileso pelas reformas centralizadoras. A milícia foi reorganizada e teve sua administração centralizada pela lei n. 602 de 1850 e, depois, para as províncias fronteiriças ainda foi aprovada nova lei em 1857. Esse lapso de quase uma década entre as modificações realizadas nessas instituições – polícia e guarda nacional – contribuiu para a diferença nos fluxos comunicacionais diacronicamente, como se pode perceber nos gráficos acima.

Desde sua criação, em 1831, até 1850, a ordenação da milícia cidadã era feita em bases provinciais, seguindo-se que cada província definia os regulamentos que regiam o funcionamento da guarda nacional em seu território. Por essa razão que, na província do Rio Grande do Sul, os comandantes e oficiais da guarda eram indicados pelo presidente da província, ao passo que na maioria das províncias o provimento destes postos se dava através de eleições, nas quais participavam todos os membros da milícia. Assim, a lei de 1850, ao estabelecer uma organização centralizada, na qual todas as unidades da guarda nacional estavam vinculadas ao ministro da justiça, através do presidente de província, gerou profundas modificações. Seriam instalados comandos superiores, responsáveis pela organização de todos os corpos, e tanto os comandantes superiores, quanto os oficiais – superiores e inferiores – seriam nomeados pelo ministro da justiça, a partir de propostas enviadas pelos comandantes superiores ao presidente da província, que as encaminharia ao ministério, acompanhadas de seu parecer.

²⁰⁸ Os delegados tinham sua jurisdição circunscrita ao termo e os subdelegados ao distrito.

Em abril de 1854 foi publicado um decreto que regulamentava as atribuições de comandantes superiores e oficiais. De acordo com Fertig

A partir, portanto, da lei de 1854, havia uma intenção explícita do governo imperial em vigiar mais de perto as ações das guardas nacionais ao nível local. Com tal finalidade, vários parágrafos do artigo que tratava das atribuições dos comandantes superiores prescreviam que cabia a estes manter uma comunicação constante com as autoridades do Estado imperial responsáveis pela milícia. [...] Entre as obrigações [...] estava a de enviar ao governo imperial ou ao presidente de província, a cada trimestre, o mapa geral da força sob seu comando e remeter as folhas mensais de vencimento daqueles cargos da milícia que eram remunerados. Além disso, deveria, a cada semestre informar [...] o grau de instrução de seus Corpos, Companhias e Seções avulsas, bem como remeter, também a cada seis meses, um mapa de todo armamento, correame, munições de guerra e mais objetos fornecidos pelo Estado imperial²⁰⁹.

Como acertadamente assinala o autor, a nova organização tinha a finalidade de “vigiar mais de perto” a guarda. A centralização da administração dessa instituição tão relevante e capilarizada na sociedade imperial não implicava a subjugação de seus membros, mas passava, essencialmente, pelo acúmulo de informações por parte do governo acerca dos membros e da operacionalização da milícia, que, assim, detinha os saberes estratégicos necessários para quando necessitasse mobilizar essa força. Além disso, a ampla margem de ação dos comandantes superiores para atuarem manejando essas normas ou nas fissuras delas é bem documentada²¹⁰.

Essas modificações consistiram, sem dúvida, em um passo importante no que dizia respeito à inserção de boa parte da população masculina em uma instituição que estava diretamente vinculada ao Centro de poder. Nesse sentido, geraram um fluxo comunicacional importante entre essas autoridades e o presidente da província. Todavia, Miquéias Mügge aponta que, apesar do importante papel que os comandantes superiores desempenhavam no interior da estrutura institucional, “a figura do comandante aficionado às tarefas burocráticas me aparece um pouco forçada para este caso”²¹¹. Compartilhando dessa perspectiva, é importante ainda salientar que, se por um lado a Guarda Nacional ampliava as possibilidades de controle do Estado sobre a população, por outro, emprestava a legitimidade da Coroa aos chefes locais e colocava sob comando

²⁰⁹ FERTIG, *Clientelismo político em tempos belicosos*, Op. cit., p. 23.

²¹⁰ Cf.: MUGGE, FERTIG, 2010, Op. cit.

²¹¹ MÜGGE, 2016, *Op. cit.*, p. 72.

deles uma milícia de cidadãos com autorização para dispor do emprego da força nas localidades²¹².

Analisando a relação de nomeados para os comandos superiores entre 1850 e 1873, Mügge verificou que muitos permaneceram ocupados pelo mesmo oficial por longos períodos. Cotejando esses dados com as nomeações para a presidência da província evidencia-se que a nomeação para os comandos superiores não coincide com a de novos presidentes. O comando superior de Rio Grande, por exemplo, foi o que mais vezes teve seu comandante substituído: seis vezes entre 1850 e 1878. Ao passo que nesse mesmo íterim 23 presidentes de ambos os partidos, conservador e liberal, administraram a província sulina. Importante lembrar que, desde 1850, os comandantes superiores eram nomeados pelo ministro de Justiça a partir do envio de propostas do presidente da província. Ora, essa situação não se encaixa na configuração descrita por parte da historiografia de que às trocas ministeriais seguiam-se às trocas de presidentes de províncias e, a partir daí, de todos os demais cargos vinculados ao poder central, importantes para o sucesso nos pleitos eleitorais. A guarda nacional era, comprovadamente, uma das instituições mais suscetível a ter suas atividades orientadas politicamente visando ganhos eleitorais²¹³.

Diante disso, poder-se-ia arguir que a conjuntura específica do Rio Grande do Sul teria influenciado esse estado de coisas. Afinal, uma província que fazia fronteira com outros países da região do Prata e que, na expressão de Luís Farinatti, viveu uma *endemia bélica* no período²¹⁴ (Guerra da Cisplatina, em 1828, Guerra civil de 1835 a 1845, Guerra contra Oribe e Rosas 1851, Guerra do Paraguai, entre 1865 e 1870) levando os efetivos da guarda a serem frequentemente mobilizados para o teatro da guerra, poderia constituir uma exceção. De fato, analisando as ações de alguns comandantes, Mügge afirma que “haveria uma margem de ação relativamente ampla”, resultante

não só da necessidade do Império em contar com homens para liderar soldados, sua riqueza material ou ser galardões: em um extenso rol de

²¹² Segundo Miquéias Mügge “A prestação de serviços administrativos unia-se ao controle direto sobre homens: eram altos oficiais da administração oitocentista; afinal, enviavam missivas, organizavam corpos, revisavam tabelas, anotavam estados de saúde e, concomitantemente, eram militares partícipes, como será demonstrado, de famílias que compunham potentados locais. O exercício do poder político, assim, funcionava de uma maneira dupla: nomeados pelo poder central, mas também inseridos em um contexto em que as relações pessoais eram fundamentais”. MÜGGE, 2016, *Op. cit.*, p. 70-71.

²¹³ FERTIG, André. *Clientelismo político em tempos belicosos*. A Guarda Nacional da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul na defesa do Império do Brasil (1850-1873). Santa Maria: Ed UFSM, 2010.

²¹⁴ FARINATTI, Luís Augusto Ebbeling. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865)*. Santa Maria: Editora da UFSM, 2010.

documentos é especialmente destacado o capital informativo desses homens e sua capacidade de influenciar localmente, conectando aldeia, capital e Corte²¹⁵.

Contudo, se as práticas políticas do governo modificavam-se conforme a província em que eram aplicadas, como sinalizou também a análise das políticas de nomeação dos presidentes de diferentes províncias que apresentamos no capítulo 2, é preciso incluir nas explicações sobre o império do Brasil as diferentes realidades que o integravam. Como argumentamos anteriormente, as realidades provinciais não constituem versões imperfeitas da história do que se passava na Corte e não é possível insistir em teorizações generalizantes que tratam todos os “*casos destoantes*” como “*exceções*”²¹⁶.

Merece destaque ainda a retração da interlocução com os agentes da justiça de cerca de 7,5% nos anos 1846-47 e 1848-49 para 1%²¹⁷ em 1868-69, sintomática da reforma do código do processo criminal de 1841, que esvaziou os poderes dos juízes de paz²¹⁸ ao transferi-los para os delegados e subdelegados e separou as funções de polícia e de justiça. Assim, enquanto os ofícios enviados aos juízes de paz equivaliam a 52% das comunicações com as autoridades judiciais no primeiro período, passaram a 26% em 1848-49, caindo para 8% em fins da década de 1860. Para além dos impactos da reforma do código do processo, há de se considerar que o findar recente da guerra civil na província em 1845 pode, por um lado, ter suscitado um contato mais frequente entre presidentes da província e autoridades locais e, por outro, ter dificultado a implementação de reformas.

A documentação relativa aos temas *Justiça, Polícia e Guarda Nacional* desnuda o impacto expressivo que as reformas postas em prática na década de 1840 e início da década de 1850 tiveram na administração provincial. Dentre essas, destaca-se a Reforma do Código do Processo Criminal, aprovada em 1841 e regulada por dois decretos de 1842,

²¹⁵ MÜGGE, 2016, *Op. cit.*, p. 91-92.

²¹⁶ Martins elucidou os problemas dessa posição teórica em MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *Das racionalidades da História: o Império do Brasil em perspectiva teórica. Almanack*. 2012, n.4, pp.53-62.

²¹⁷ Tomando como 100% o total dos ofícios expedidos para autoridades do circuito interno.

²¹⁸ O cargo de juiz de paz, criado em 1827, era eletivo e não exigia formação em direito. As críticas não tardaram a surgir e concentravam-se principalmente no questionamento da capacidade da magistratura leiga e eletiva de exercer a justiça apropriadamente, posto sua ausência de formação e seu comprometimento com os poderes locais. Cf.: FLORY, Thomas. *El juez de paz y el jurado en el Brasil Imperial, 1808-1871: control social y estabilidad política en el nuevo Estado*. México: Fondo de Cultura Económica, 1986; SODRÉ, Elaine Leona de Vargas. *Disputa pelo monopólio de uma força (i)legítima: Estado e Administração Judiciária no Brasil imperial (Rio Grande do Sul, 1833-1871)*. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de História, PUC/RS, Porto Alegre, 2009.

que “preocupou-se essencialmente com os cargos (juiz de paz, delegados, promotores públicos, juizes municipais e de órfãos) e com as instituições (Júri e Polícia) que estavam desvinculados do controle do governo central e criou mecanismos de sujeição”²¹⁹

Na categoria *autoridades da navegação* estão incluídas as comunicações enviadas aos agentes da navegação, como o inspetor da barra e os agentes das companhias de navegação, independentemente de onde estivessem sedeadas as empresas, bem como as autoridades da marinha²²⁰. Estas, conforme determinado na lei de outubro de 1823 que delineou o governo das províncias, quando “estacionadas nos portos provinciais” ficavam subordinadas “ao presidente para lhe dar a direção, que exigir o bem, e a segurança do Estado, exceto quando por ordens positivas do ministério [da marinha] lhe for o contrário determinado”²²¹.

A instrução pública era uma das facetas mais significativas do “bem comum”, sendo de competência do governo, mais especificamente, do presidente de província “promover a educação da mocidade”²²². Neste ponto, há de se fazer uma distinção importante entre as comunicações destinadas às autoridades da instrução e aos professores. Ao lado do caso das comunicações destinadas a delegados, subdelegados e seus suplentes, essa foi a única situação em que a interlocução com agentes que não são responsáveis pelo gerenciamento da repartição assumiu um patamar tão significativo, perfazendo 27,6% do total da categoria. Todavia, os assuntos abordados nesses ofícios limitavam-se à participação de nomeações, licenças ou exonerações.

Por outro lado, os ofícios destinados às autoridades cimeiras da repartição de instrução pública ocupavam-se das mais diversas pautas – que, obviamente, também incluíam aspectos concernentes ao provimento de cargos –, como a ponderação sobre quais livros seriam adotados para o ensino, a compra de materiais e a produção de

²¹⁹ SODRÉ, 2009, *Op. cit.*, p. 246. Sodré sustenta que os resultados das modificações propostas pela lei se deram na longa duração, mas foram importantes, sobretudo para a profissionalização da magistratura. A autora ainda pontua as dificuldades impostas à execução da Reforma especialmente na província no Rio Grande do Sul, uma vez que a aprovação e regulamentação da lei se deu em meio à Revolta Farroupilha, “Assim, o que se percebe entre 1842 e 1846 é um “período estático”, criavam-se lugares, nomeavam-se juizes, mas na prática os cargos estavam vagos ou nominalmente ocupados sob responsabilidade de suplentes que, na maioria das vezes, nada sabiam sobre administração judiciária. Mas tudo indica que o funcionamento satisfatório não ocorreu em nenhuma parte do país” SODRÉ, *Op. cit.*, 2009, p. 245.

²²⁰ Os elementos que pautaram essa opção ficarão evidentes no capítulo seguinte. Resumidamente, o conteúdo dos ofícios e ordens destinados aos agentes da navegação e da marinha apresentaram distinções ínfimas, revelando-se mais produtivo mantê-los agrupados em uma mesma categoria analítica.

²²¹ BRASIL, Coleção das leis do Império. Lei de 20 de Outubro de 1823. Dá nova forma aos governos das províncias. Artigo 31.

²²²Idem. Artigo 5º, parágrafo 2º.

relatórios sobre o estado da instrução na província. Até mesmo a performance dos professores era esquadrihada, como atesta o ofício encaminhado ao inspetor geral da instrução pública, no qual o presidente informa que o delegado de polícia de Taquari oficiou ao “D. Chefe de polícia da província, contra o modo porque desempenha seus deveres o professor público daquela localidade Marciano Ignácio de Oliveira”. O presidente concluiu o documento chamando atenção do inspetor “para os factos relatados no referido ofício”, certamente esperando que o mesmo prosseguisse a uma verificação da situação, a fim de cumprir com sua obrigação de receber queixas contra empregados públicos e averiguá-las e, se necessário, suspendê-los por “abuso, omissão, ou erro cometido em seu ofício”²²³.

A interlocução com as câmaras municipais não figura entre as mais significativas e, em qualquer dos cenários apresentados nos gráficos 2 e 3, é inferior no período em foco do que na segunda metade da década de 1840. Essa comunicação, todavia, era necessária para o governo dos municípios, posto que diversos projetos elaborados pelos vereadores necessitavam de aprovação da presidência para prosseguirem. Assim era, por exemplo, para execução de obras públicas de qualquer natureza, como a construção de logradouros, pontes e mesmo a reforma de edificações e vias já existentes. Ou seja, os presidentes fiscalizavam e tutelavam as câmaras, papel compartilhado, desde 1834, com as assembleias provinciais²²⁴. As câmaras desempenhavam um papel importante na organização e fiscalização dos pleitos eleitorais, e essa, como se verá adiante, constituiu uma das principais pautas da comunicação entre esse órgão municipal e o presidente da província.

As questões relativas à fazenda e fiscalidade eram essenciais para o exercício governativo em qualquer instância. Por isso mesmo, chama atenção a escassez de comunicações cujos destinatários fossem agentes da fazenda provincial. Tomando como parâmetro as tabelas demonstrativas do expediente da secretaria de governo (gráficos 2 e 3) correspondentes aos anos administrativos de 1846 a 1849, supomos que houvesse códigos contendo o registro dessas comunicações, mas que, infelizmente, não foram preservados. Além disso, esse era um setor do governo que possuía uma estrutura um tanto diferenciada dos demais, apresentado uma vinculação mais direta com os órgãos

²²³ BRASIL, Lei N. 40 de 3 de outubro de 1834 – Dá Regimento aos Presidentes de Província, e extingue o Conselho da Presidência. Artigo 5º, parágrafo 8º.

²²⁴ Das assembleias provinciais dependia o orçamento destinado às câmaras municipais, a aprovação dos códigos de postura municipais e a criação ou extinção dos empregos municipais.

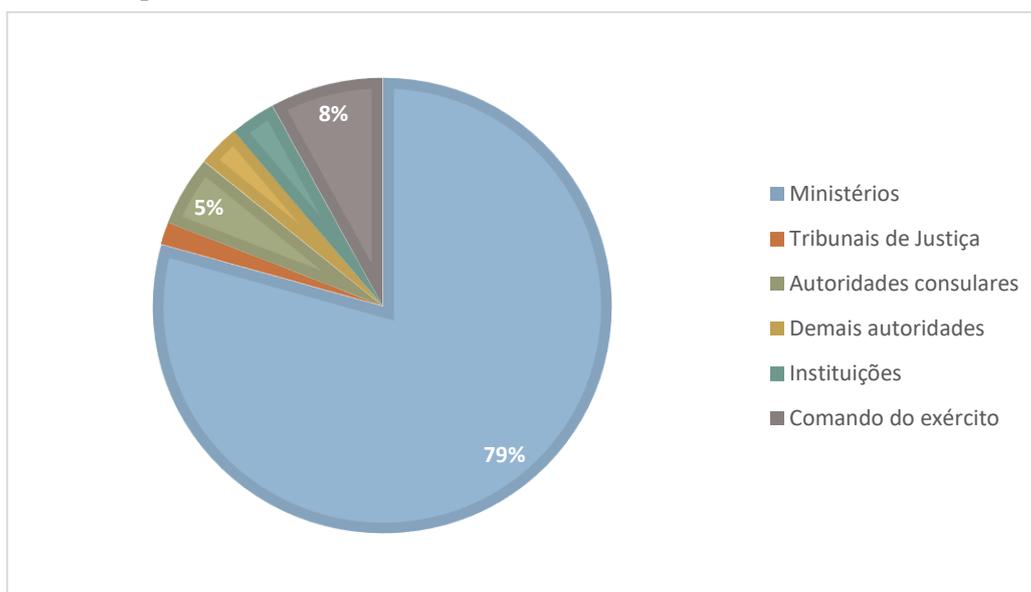
competentes do governo central. Essa estrutura será explicada no subcapítulo seguinte e no capítulo 7. Em que pese essa lacuna documental que não nos permite avaliar quantitativamente a interlocução do presidente com as autoridades fazendárias, é possível, através dos registros que dispomos, encontrar indícios de como a presidência atuava com relação a essa repartição, o que será exposto posteriormente, uma vez que as questões relativas à fazenda estiveram presentes como temas subjacentes em muitas missivas.

4.2. Interlocutores circuito externo

Os circuitos externos de comunicação concentravam-se principalmente na interlocução com autoridades e instituições situadas na Corte, que foi o destino de nada menos que 83% da comunicação enviada pelo presidente da província, ainda que incluíssem outras províncias e até autoridades estrangeiras.

Embora a quase totalidade das missivas fosse endereçada especificamente aos ministros, algumas eram destinadas especificamente a funcionários das secretarias dos respectivos ministérios, notadamente quando respondiam questões concernentes às seções específicas, posto que as secretarias ministeriais estavam divididas em seções, cada qual responsável por parte das matérias sob jurisdição da pasta em questão. Nesses casos, os ofícios foram contabilizados como remetidos aos ministérios.

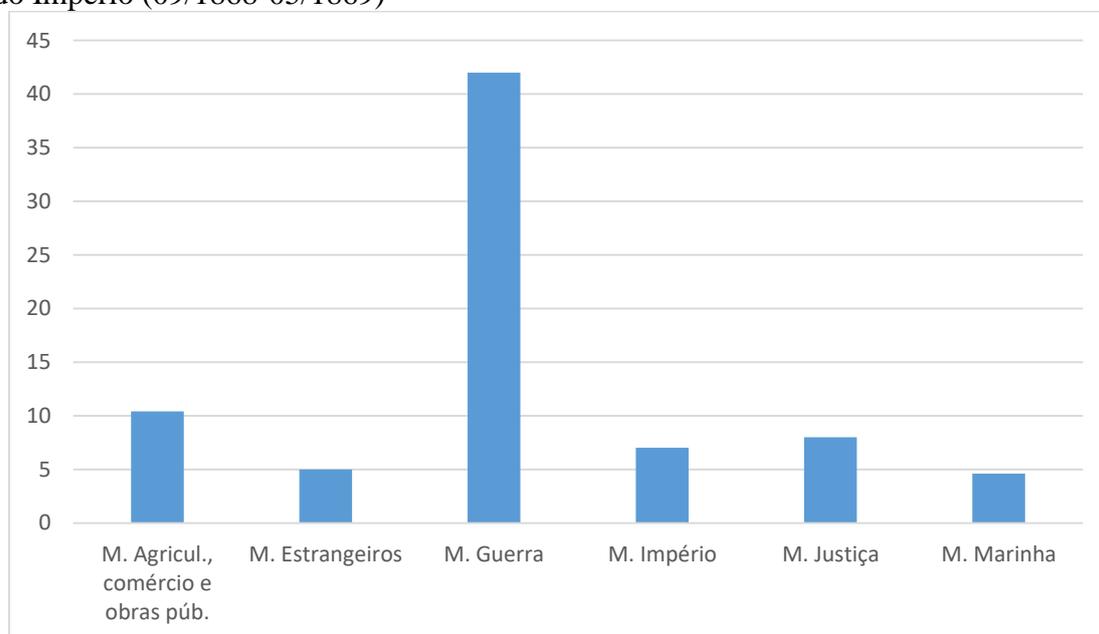
Gráfico 4: Autoridades do circuito externo destinatárias das comunicações expedidas pelo presidente da província do RS (09/1868-05/1869)



A interlocução mais intensa no circuito externo deu-se com as secretarias de Estado, as quais o presidente estava subordinado. Os ministros ocupavam posições de extrema relevância, uma vez que era através deles que o imperador, chefe do executivo, exercia seus poderes²²⁵. Além de ocuparem as posições cimeiras do poder executivo, o que garantia ampla possibilidade de intervenção nos assuntos concernentes às suas respectivas pastas, os ministros logravam muita influência política e social por circularem no mais prestigioso círculo da Corte, próximos ao imperador²²⁶.

Existiam oito secretarias de Estado à época da administração de Pinto e Silva: das Relações Exteriores, dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, dos Negócios da Fazenda, dos Negócios da Guerra, dos Negócios da Justiça, dos Negócios da Marinha, dos Negócios do Império e dos Negócios Estrangeiros. Desses, não possuímos apenas a documentação enviada pelo presidente ao ministério dos Negócios da Fazenda.

Gráfico 5: Comunicações expedidas pelo presidente da província do RS aos ministérios do Império (09/1868-05/1869)



²²⁵ Até 1847 os ministros eram nomeados pelo imperador. Nessa data foi criado o cargo de presidente do conselho de ministros, e, a partir de então, “os membros do gabinete eram escolhidos por este, com a anuência do Imperador”. BARBOSA, Silvana Mota. O Conselho de Ministros no Império do Brasil. *Locus: revista de história*, Juiz de Fora, v. 13, n. 1, p. 52-62, 2007, p. 53.

²²⁶ Segundo Carvalho, os ministros, ao lado dos senadores, deputados, conselheiros de Estado e do próprio imperador, compunham a elite política nacional. CARVALHO, 2011, Op. cit., p. 51.

O aspecto mais evidente do gráfico 5 é a proeminência da comunicação com o ministério da guerra em detrimento dos demais ministérios. A pasta foi criada em 1822, mas contava com uma estrutura bastante precária. Apenas em 1841 a secretaria dos negócios da guerra passou por uma reestruturação, passando a operar com três seções responsáveis por assuntos específicos, além de uma “Contadoria Geral da Guerra, que deveria funcionar anexa à Secretaria e seria chefiada por um contador. Nenhuma despesa ou pagamento poderia ocorrer sem a prévia informação à Contadoria”²²⁷.

Estava sob a alçada do ministério da guerra tanto a organização dos corpos do exército, ou seja, a criação e extinção de corpos, recrutamento, baixas, licenças e disciplina, quanto a administração da infraestrutura utilizada pelos mesmo, abarcando todas as questões relativas aos quartéis, arsenais de guerra, armamento e fardamento. Segundo Felipe de Almeida “Não houve um ato formal regulamentando a competência da Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra”, sendo o último regulamento existente o “o alvará de 14 de outubro de 1788, que conferiu a última regulamentação ao órgão antecessor, a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, antes mesmo da transferência da estrutura administrativa portuguesa para o Brasil”²²⁸. Todavia, através dos regulamentos das seções da secretaria do ministério, é possível delinear em termos gerais as competências desse ministério, dentre as quais estava solicitar de diversas autoridades, incluindo os presidentes de província, “as informações e pareceres que necessários forem para inteligência dos negócios”²²⁹.

Assim, não surpreende que o repasse de informações fosse sistemático. O envio de mapas, por exemplo, corresponde a 12% das comunicações expedidas pela presidência da província ao ministério da guerra. Tratavam-se de mapas enviados mensalmente que listavam os objetos existentes nos depósitos de artigos bélicos da província²³⁰. Embora não pertençam exatamente a mesma categoria, outros dois ofícios também tratavam dos

²²⁷ Almeida, Felipe Pessanha de. *A Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra (1821-1889)* [recurso eletrônico]. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2013, p. 15.

²²⁸ ALMEIDA, 2013, Op. cit., p. 41.

²²⁹ BRASIL, Decreto n. 650, de 23 de novembro de 1849. Art. 10 §6º, reeditado em decretos posteriores.

²³⁰ Localizados em Rio Grande, Bagé, Alegrete e São Gabriel, estrategicamente próximos à fronteira e no principal porto da província.

materiais existentes nesses depósitos, incluindo um ofício notificando o ministro do envio de capsulas fulminante e espoletas de fricção para serem testadas na Corte²³¹.

Os recursos financeiros para a sustentação do exército na província dependiam diretamente da destinação de verbas do ministério. As comunicações sobre matérias orçamentárias concentraram-se, majoritariamente, no envio de orçamentos de consertos das edificações utilizadas pelo exército, que foram frequentemente caracterizadas como encontrando-se em muito mau estado ou “em ruínas”, fosse em consequência de temporais ou da passagem do tempo. É necessário sopesar que essas alusões à precariedade das instalações poderiam representar a utilização de um recurso discursivo visando lograr a aprovação de recursos para a execução das obras solicitadas, o que poderia ser uma estratégia do presidente, mas também das autoridades provinciais que reportavam essas informações ao presidente.

Saber se as informações que estavam recebendo correspondiam à realidade era um desafio permanente no cotidiano das autoridades, e era proporcional à posição que elas ocupavam na escala hierárquica governamental. O presidente da província, por exemplo, estava distante da maior parte do território que ele administrava e dependia das informações que recebia das autoridades locais, por meio da intermediação dos seus respectivos supervisores, para tomar decisões. Por isso, empenhava-se em mitigar as dúvidas sobre a fidedignidade das comunicações que recebia, recorrendo aos relatos de outras autoridades locais. Esse processo de verificação das informações foi um mecanismo recorrentemente empregado na esfera provincial e central da administração. Além disso, os presidentes também realizavam viagens pela província, nas quais encontravam-se com os chefes e autoridades locais – posições quase sempre associadas e que eram corporificadas pela mesma pessoa – e também tinham a oportunidade de conhecer empiricamente a situação das paróquias.

Ainda no âmbito das questões financeiras, cabe assinalar que o presidente comunicava ao ministério da Guerra os pagamentos de despesas efetuadas pelo exército e informava as ordens de pagamento que havia dado. Metade das comunicações que reportavam uma ordem de pagamento ou requisitavam aprovação de ordens semelhantes, eram relativas aos pagamentos devidos pela compra de cavalos ou bois para o exército, que precisavam ser constantemente repostos porque estavam sendo empregados no

²³¹ Ofício enviado ao ministro da Guerra. 03/05/1869.

deslocamento do exército em operações, bem como nos enfrentamentos bélicos em si. Batista Vas ressalta que o fornecimento de animais ao longo de todo o conflito dependeu “de arranjos improvisados [...] de acordo com a organização implementada pelos generais e seus comandos”²³².

De fato, alguns desses ofícios nominavam os envolvidos na aquisição desses animais e observamos que, geralmente, os encarregados de encontrar habitantes da província dispostos a vender eram oficiais militares ou da guarda nacional. Essa era uma oportunidade para oficiais militares e presidentes favorecerem seus aliados ou prejudicarem seus desafetos na província, pois, uma vez que o oficial militar entregava ao presidente uma proposta de um possível fornecedor de animais, este encaminhava a proposta ao ministério, acompanhada de sua recomendação. Um aspecto interessante é que, mesmo quando o presidente discordava de uma proposta ou requerimento que lhe era entregue, ele a encaminhava, utilizando-se, nesses casos, de sua prerrogativa de elaborar pareceres aos ministérios para desabonar a proposta.

Encontrar fornecedores de animais era uma tarefa extremamente importante no contexto de guerra, já que o estado dos cavalos influenciava no desempenho das tropas, e que dependia da atuação dos chefes militares, os quais conheciam os criadores, que podiam ser eles próprios ou seus familiares, e sabiam reconhecer a qualidade dos animais, bem como realizar as negociações.

Embora as forças militares da província estivessem subordinadas ao comandante das armas, integrava também o circuito comunicacional do presidente a figura do Comandante em chefe de todas as operações no Paraguai, encarregado de toda a tropa brasileira no teatro da guerra. À época da administração de Pinto e Silva, esse posto foi ocupado pelo Marquês de Caxias²³³ e, posteriormente, pelo genro do imperador, o Conde D’Eu²³⁴, com quem o presidente tratou principalmente de inspeções e licenças (38%). Para além disso, muitos ofícios solicitavam que o comandante enviasse documentos dos

²³² VAS, Braz Batista. *O final de uma guerra e suas questões logísticas: o conde d'Eu na Guerra do Paraguai (1869-1870)*. 1. ed. São Paulo: Cultura Acadêmica; Editora da Unesp, 2011, p.172.

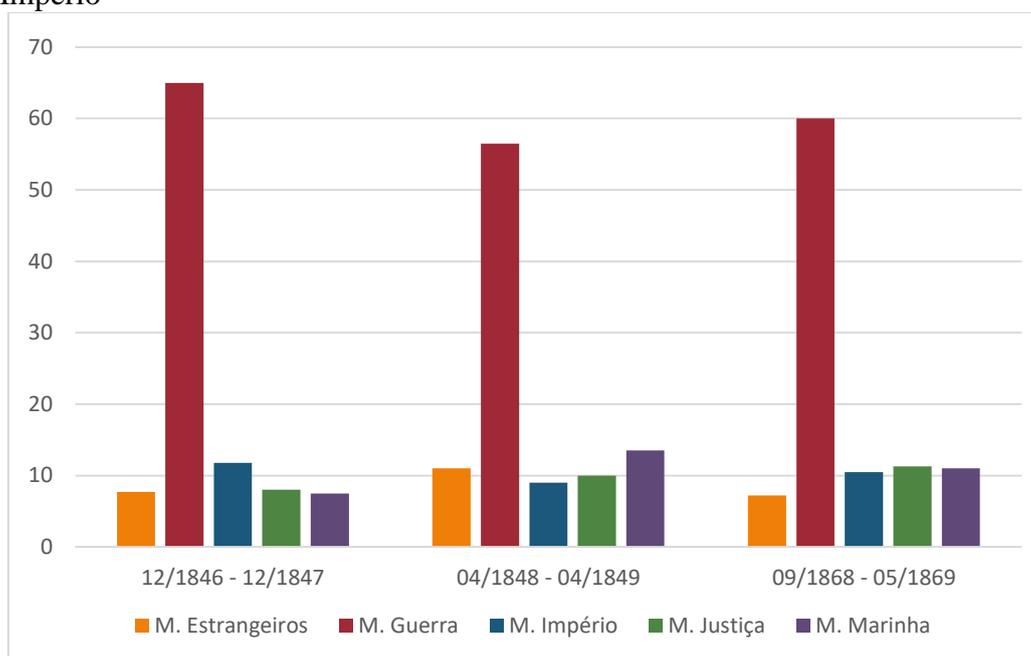
²³³ Caxias liderava as forças brasileiras desde 1866. Contudo, no crepúsculo do ano de 1868, a guerra parecia não ter mais propósito, com o exército paraguaio desmantelado e a capital paraguaia invadida, a guerra continuava apenas para garantir a capitulação do líder Solano López. Caxias, que não concordava com esse procedimento, decide afastar-se do comando do exército.

²³⁴ Luís Filipe Maria Fernando Gastão, o Conde d’Eu, era genro do imperador, casado com a princesa Isabel.

combatentes, comumente utilizados para o requerimento, junto ao governo imperial, de pensões e soldos.

A guerra contra o Paraguai foi um conflito que afetou sobremaneira a província do Rio Grande do Sul. Por essa razão, é oportuno questionarmos o quanto preponderância da interlocução com o ministério da guerra resulta desse contexto e se outros momentos poderiam apresentar panoramas distintos nos padrões da comunicação entre ministérios e presidência. As conclusões do capítulo 2, as quais apontaram que uma série de fatores circunstanciais influenciava nos arranjos políticos que orientavam as escolhas para o cargo da presidência da província, permitiriam ao menos conjecturar que essas variáveis igualmente influenciariam a comunicação política produzida pelos presidentes. Contudo, o gráfico abaixo produzido com base na comunicação enviada pelo presidente de província aos ministérios, em três administrações distintas, sinalizam um padrão que se mantém ao longo das décadas²³⁵.

Gráfico 6: Comunicações expedidas pelos presidentes da província do RS aos ministérios do Império



Idealmente, disporíamos dos registros de comunicações expedidas e recebidas pela presidência da província para todo o íterim em foco. Entretanto, esses dados estão disponíveis nos relatórios presidenciais, como assinalamos anteriormente, apenas entre dezembro de 1846 até abril de 1849, com um breve intervalo de três meses. É preciso

²³⁵ Para a produção desses gráficos recorreremos aos mesmos expedientes da secretaria de presidência anteriormente utilizados.

pontuar ainda que existiam diferenças na estrutura ministerial entre os dois primeiros períodos e o último, posto que em 1860 foi criado o ministério da Agricultura, comércio e obras públicas, o qual absorveu parte das atribuições até então a cargo do ministério da Justiça e do Império. Por outro lado, possuímos os números sobre a interlocução da presidência com o ministério da Fazenda para os dois primeiros períodos, mas não para o último. Dessa forma, os dados que não podiam ser encontrados nos três períodos não foram contabilizados. Todavia, mesmo face à possibilidade de variações nos percentuais do envio de comunicações, o ministério da guerra sobressai como o principal interlocutor da presidência.

Retornando à interlocução da presidência da província com os demais ministérios, observa-se que depois da pasta da guerra, o ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas foi o que mais recebeu comunicações da presidência do Rio Grande do Sul enquanto Pinto e Silva esteve à frente da administração. Diferente dos demais ministérios imperiais que já existiam à época da independência de Portugal²³⁶, a pasta da Agricultura, Comércio e Obras Públicas foi criada em julho de 1860. A lei de terras, aprovada em 1850, foi um importante propulsor para a criação do novo ministério, pois a execução dessa lei demandou a criação de novas estruturas para “demarcar, registrar e fiscalizar as terras e seus processos de compra e venda”²³⁷. Na província do Rio Grande do Sul os presidentes assinalavam que essa lei havia gerado um aumento exponencial de trabalho para a secretaria de governo, o que também ocorreu em nível nacional. Gabler ainda aponta que após a aprovação da lei Eusébio de Queiroz, em 1850, a qual aboliu o tráfico Atlântico de escravos, as opções para substituição da mão de obra escravizada estiveram na ordem do dia, ganhando força a importação de imigrantes²³⁸. Não por acaso essas duas matérias juntas correspondiam a cerca de 41% da comunicação trocada com esse ministério e usualmente andavam lado a lado.

²³⁶ Os ministérios passaram por reformulações e por trocas de nome, muitos se separaram, como o do Império e Estrangeiros, que até 1823 funcionavam juntos sob a designação de “Secretaria dos Negócios do Reino e Estrangeiros”. Além disso, com o passar do tempo, algumas competências foram transferidas de um ministério para outro, é o caso dos negócios eclesiásticos, que passaram a ser da alçada do ministério do Império apenas 1861, sendo antes competência da pasta da Justiça. Cf. Dicionário da Administração Pública Brasileira do Período Imperial (1822-1889)

²³⁷ GABLER, Louise. *A Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas e a modernização do Império (1860-1891)* [recurso eletrônico]. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012. p. 8.

²³⁸ Idem.

Além de administrar as pautas ligadas à imigração, colonização e às terras públicas, a pasta absorveu uma série de outras matérias antes sob jurisdição do ministério do império e da justiça. Obviamente, os assuntos que davam nome ao ministério estavam sob sua jurisdição, mas ainda podemos citar a catequese e aldeamento dos índios, a manutenção e ampliação das estradas de ferro e da rede telegráfica, a navegação fluvial, os correios, etc²³⁹. Todavia, esses assuntos foram objeto de pouquíssimas comunicações, sendo mais recorrente, para além daquelas relacionadas à terra e à colonização, os ofícios que tratavam do provimento de cargos (19%).

O envio de ofícios e correspondências à Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça representou 8% das comunicações encaminhadas aos ministérios, das quais a maior parte aludia a cargos (58%), nomeações, exonerações e prestação de juramentos, e a segunda maior parcela, 19%, abordava assuntos da guarda nacional e da polícia. A lei n. 261 de dezembro de 1841 que reformou o Código do processo criminal estabeleceu uma estrutura hierarquizada à polícia, na qual todo o corpo policial de uma província ficava subordinado ao chefe de polícia. O §3º do Art. 7º dessa lei determinava que aos chefes de polícia competia “Fazer ao Ministro da Justiça, e aos Presidentes das Províncias, as participações que os Regulamentos exigirem, nas épocas e pela maneira neles marcadas”.

Se considerarmos a ampla gama de matérias sob a alçada do ministério da justiça, bem como a relevância das mesmas, parece estranho a diminuta incidência de ofícios expedidos a essa secretaria de Estado, que era encarregada da esfera da justiça, além da guarda nacional e da polícia. Contudo, o diagrama abaixo que representa a estrutura organizacional da justiça, demonstra que o poder judiciário e o poder executivo estavam interligados, mas os assuntos concernentes à aplicação da justiça não sofriam, em tese, a influência do executivo, o que nem sempre era sabido pelos próprios integrantes do poder judiciário. Em dezembro de 1869 o ministério da Justiça expediu um aviso em resposta à um ofício encaminhado por Pinto e Silva, ainda em fins de 1868, no qual o presidente encaminhava uma dúvida do Juiz Municipal e de Órfãos do Termo de S. José do Norte "se deveria ou não dar execução à sentença" proferida pelo júri daquele termo. Na resposta do ministro afirmou

[...] declaro a V. Ex., para o fazer constar ao mencionado Juiz que, sendo a questão de competência do Poder Judiciário, a ele pertence

²³⁹ Idem, p. 10-11.

decidir aplicando a lei aos casos ocorrentes, na conformidade dos Avisos nº 70 de 7 de Fevereiro de 1856 e nº 207 de 17 de junho de 1858²⁴⁰.

Por fim, os ministros da Marinha e dos Estrangeiros eram os destinatários menos preferenciais da comunicação do presidente (Gráfico 5). Em parte, isso se explica pelas atribuições reduzidas que possuíam essas pastas quando comparadas às demais. O ministério da marinha era responsável pelos assuntos referentes “à força naval e suas repartições de administração em terra, como os arsenais, armazéns, hospitais e escolas de formação”²⁴¹, que na província não eram numerosos, lembrando que a flotilha era constituída por apenas quatro vapores de guerra. Por conseguinte, não existiu uma comunicação acentuada com relação à movimentação de pessoal e navios. O que se pode depreender pelos ofícios encaminhados pelo presidente, originados pelas notificações de autoridades como comandantes de divisões navais ou capitão do porto, é que a estrutura da marinha da província carecia de muitos melhoramentos, representando os pedidos de aumento de maquinário necessário ao trabalho – bombas, lanchas e guindastes – e de infraestrutura para abrigar os trabalhadores 19% das comunicações enviadas a esse ministério.

O ministério dos estrangeiros, por sua vez, possuía jurisdição sobre todas as interações com nações estrangeiras, a nomeação de ministros no exterior, a negociação de tratados e sobre as cartas com destino ao exterior²⁴². As comunicações com esse ministério eram bastante diversas e relatavam desde crimes envolvendo estrangeiros, ações de brasileiros nos países vizinhos, informações sobre autoridades consulares, dentre outros. Não obstante, uma variedade de ofício recorrente era aquela que acompanhava o envio de cartas escritas pelos imigrantes das colônias aos seus amigos e familiares

²⁴⁰ BRASIL, Coleção das Leis do Império. Decisões de 1869. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/doimperio>. Acessado em 07/02/2020.

²⁴¹ ALMEIDA, Felipe de Almeida. Verbete Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha. In: Dicionário da Administração Pública – Período Imperial. Disponível em: <<http://mapa.arquivonacional.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/342-secretaria-de-estado-dos-negocios-da-marinha>>. Acessado em 02/12/2019.

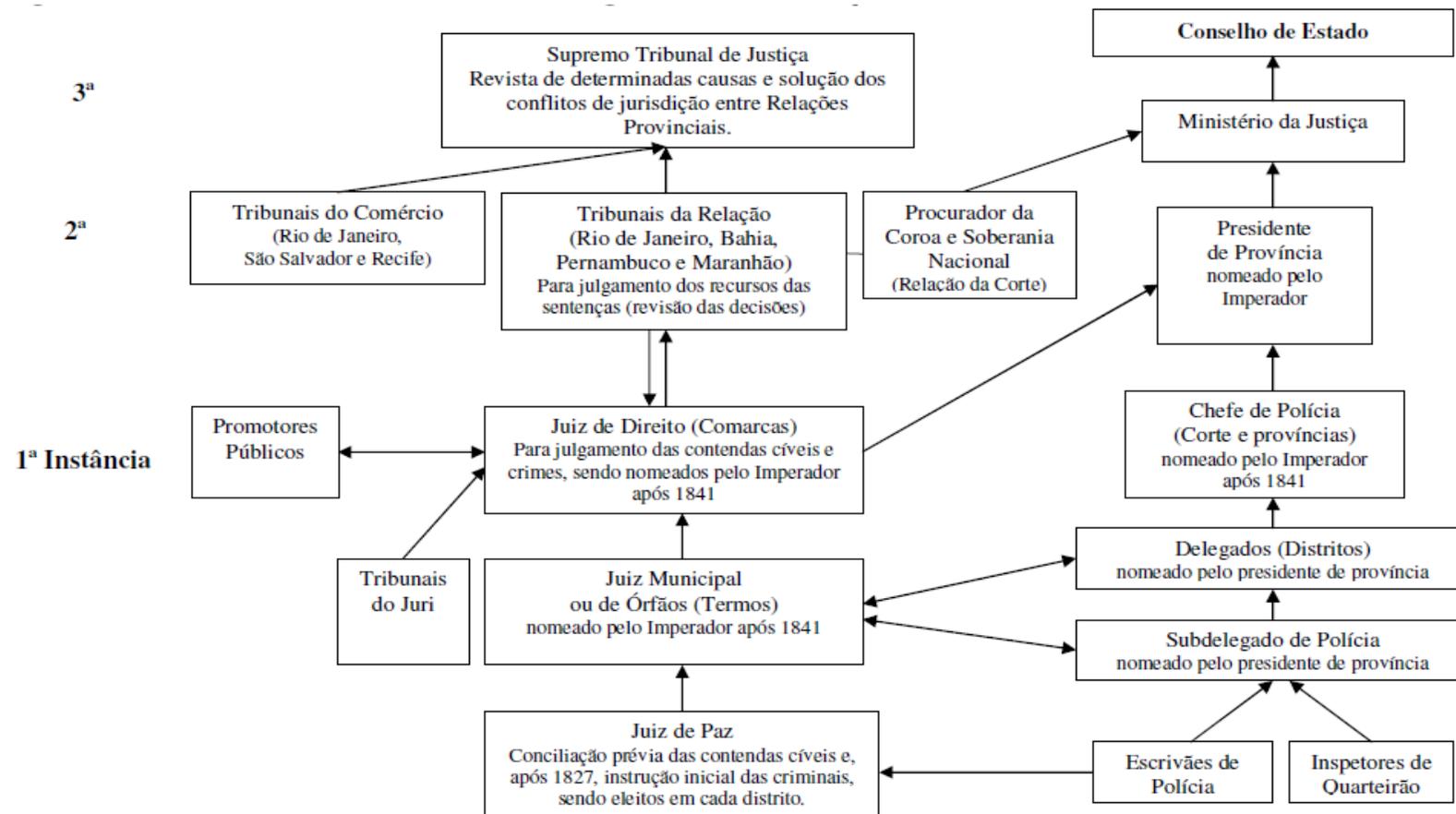
²⁴² GABLER, Louise. *A Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e a consolidação das relações exteriores no Brasil* [recurso eletrônico]. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2013, p. 9. Disponível em: <<http://mapa.an.gov.br/images/publicacoes/CadernoMAPA7/files/assets/common/downloads/publication.pdf>>. Acessado em 01/12/2019.

(16%)²⁴³, que deveriam primeiro ser encaminhadas ao ministério, que daria, posteriormente, o devido destino.

Em contrapartida, o ministério do império possuía uma ampla gama de atribuições, que abrangiam a concessão de graças e mercês, a instrução pública, os negócios eclesiásticos, negócios da administração central e geral. Apesar disso, as comunicações do presidente com esse ministério convergiam majoritariamente para pautas relativas ao processo eleitoral, que somaram 58% das comunicações expedidas.

²⁴³ Os ofícios que acompanharam o envio de cartas dos imigrantes da província correspondem, em números absolutos, a apenas cinco comunicações. Entretanto, cada envio entregava um elevado número de correspondências, chegando a até 103 missivas enviadas de uma única vez.

Figura 2: Organograma da estrutura do poder judiciário.



Fonte: MARTINS, *A velha ordem de governar*, op. cit., p. 28.

Os supremos tribunais de justiça e tribunais da relação²⁴⁴ receberam apenas dez comunicações do presidente Pinto e Silva, parte acompanhando o envio de exemplares (5) e um acusando o recebimento de 15 exemplares de listas de revisão de antiguidade dos juizes de direito da província, enviado pelo presidente do Superior Tribunal de Justiça. Os demais tratavam sobre licenças (concedidas ou encerradas) de magistrados, e apenas um ofício versava sobre a administração da justiça. Isso ocorria porque a aplicação da justiça ficava a cargo do poder judiciário (diagrama), na qual os agentes da primeira instância (promotores públicos, juizes municipais e juizes de paz) respondiam ao juiz de direito, o qual dirigia-se diretamente à instância superior, os Tribunais da Relação, ainda que também pudessem se comunicar com o presidente de província. Desse modo, essa era uma esfera sobre a qual a presidência possuía pouca influência, que, como se verá no capítulo seguinte, era concentrada na fiscalização da atuação dos ocupantes dos cargos, especialmente aqueles que era sua prerrogativa nomear (juizes municipais e promotores).

As autoridades diplomáticas abarcam tanto aquelas pertencentes ao corpo diplomático brasileiro, quanto a outras nações e receberam ao todo 32 comunicações do presidente da província. Quanto aos ofícios destinados a autoridades brasileiras em terras estrangeiras (31%), um teve como endereço o ministro do Brasil em Londres, sendo todos os demais encaminhados à legação brasileira em Montevidéu. Em que pese a guerra que se sucedia, apenas uma comunicação abordava esse assunto, acusando o recebimento das notícias “acerca das vitórias das forças armadas imperiais sobre o inimigo”²⁴⁵. As demais tratavam de assuntos rotineiros, como a fuga de prisioneiros brasileiros para o Estado Oriental do Uruguai ou mesmo o envio de exemplares sobre a província.

Já as pautas com autoridades consulares estrangeiras²⁴⁶ eram diversificadas, ocupavam-se com taxas comerciais, tramitações de heranças, crimes, imigração e nomeações de cônsules. Em suma, qualquer matéria que envolvesse os interesses ou os súditos das nações estrangeiras podiam sofrer interferência dessas autoridades. Em abril de 1869, por exemplo, o presidente atendia à solicitação feita pelo cônsul da Prússia na

²⁴⁴ Presidentes das Relações da Corte, da Bahia, de Pernambuco e do Maranhão, Presidente do Superior Tribunal de Justiça, Presidente dos tribunais da Corte e do Maranhão

²⁴⁵ A-3 06 Aut. Estrangeiras. 21/12/1868. Ofício enviado pelo presidente da província à Legação brasileira em Montevidéu.

²⁴⁶ Agente consular de Portugal, Consul Confederação da Alemanha do Norte, Cônsul da Argentina, Cônsul da Inglaterra, Cônsul da Inglaterra, Cônsul da Prússia, Vice-Cônsul da Espanha em Uruguaiana, Vice-Cônsul da França, Vice-Cônsul da Itália, Vice-cônsul de Portugal, Vice-Cônsul de S. M. Católica em Uruguaiana, Vice-cônsul da Grã-Bretanha e Vice-cônsul do Uruguai.

capital da província para saber do andamento da investigação acerca do ocorrido no município de Passo Fundo. Pelo que consta, Paulina, filha do colono Luiz Kuipheff, fora “seduzida e tirada à força da casa de seu pai”. A esse pedido, o presidente atendeu enviando informações prestadas pelo subdelegado de Passo Fundo ao Chefe de polícia, ao cônsul Wilhehn Brügger, com o qual manteve a comunicação mais intensa durante sua administração: dos 32 ofícios expedidos a autoridades consulares, oito tinham como destinatário o cônsul Brügger.

Por fim, em 26 casos os destinatários dos ofícios integraram o circuito comunicacional do presidente apenas uma ou duas vezes. Tratavam-se principalmente de bibliotecas ou arquivos, mas também houve alguns ofícios para o senado e câmara dos deputados²⁴⁷. A maioria (73%) acompanhava exemplares sobre a província (dos atos expedidos pela presidência e quadros estatísticos e geográficos da província), e um acusava o recebimento de exemplar dos anais da câmara dos deputados.

As autoridades ligadas de alguma forma ao emprego da força foram os principais interlocutores do presidente da província nos circuitos interno e externo. Essa intensa interlocução foi, em parte, uma consequência das reformas administrativas empreendidas pelo governo imperial em meados do século, que afetaram as instituições situadas na província, mas também as secretarias de Estado imperiais. Essas reformas reforçaram o papel do presidente de fiscalizador do funcionamento das estruturas estatais e dos agentes que as operacionalizavam. Ademais, as prerrogativas da presidência no que dizia respeito à nomeação dos agentes da polícia, da guarda nacional e da justiça foram alargados.

No capítulo seguinte, investigaremos quais os temas eram abordados nas comunicações expedidas a essas autoridades.

²⁴⁷ Os destinatários incluídos nessa categoria foram: Câmara dos Deputados e Senado e seus funcionários (secretários, oficial maior), Senadores (Barão do Rio Grande e Marquês de Caxias), Diretor do Arquivo Militar da Corte, Doutor Reitor do Colégio Dom Pedro II, Bibliotecas (Biblioteca da Corte, Diretor da biblioteca Fluminense, Diretor da Biblioteca da Bahia, Diretor da Biblioteca de Pernambuco, Diretor da Biblioteca do Ceará e Diretor da Biblioteca do Ceará), Diretor da Faculdade de Direito de São Paulo, Diretor do Arquivo Público do Império, Presidente da Província de Santa Catarina, Secretários das Províncias do Ceará, Procurador fiscal da Fazenda Nacional e Secretario do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

CAPÍTULO 5: OS TEMAS DA COMUNICAÇÃO

Parte das informações sobre a província e sobre os empregados eram enviadas na forma de listas, tabelas e mapas. Essa modalidade de transmissão da informação abrangia todas as áreas possíveis e era produzida periodicamente: eram mapas dos crimes, dos tribunais do júri, dos nascimentos e falecimentos, do movimento de estrangeiros nos portos da província, dos gêneros importados e exportados, da quantidade de escolas, de professores e de alunos, mapa das forças de polícia, guarda nacional e exército – esses com várias subdivisões, como a força em destacamento e a força da reserva. Somavam-se a esses as listas, que tinham a finalidade de informar as nomeações, exonerações e licenças de empregados, bem como o desempenho dos mesmos, quando eram subordinados à presidência. A sistematização de informações de uma forma objetiva, segundo Brendecke, emerge como uma alternativa para reduzir a necessidade do centro – ou, nesse caso, centros – de confiar na opinião de terceiros para tomar decisões e prover cargos. Todavia, como aponta o autor, isso não resolve o problema, porque continua a depender-se agora “de los informes o libros”, que eram produzidos por autores “munidos de información que proviene de la periferia”²⁴⁸.

Nesse capítulo iremos apresentar os temas que pautavam a comunicação do presidente, comparando-os nos circuitos comunicacionais internos e externos. Identificar os principais temas que permeavam um ato comunicativo não é tão simples. Um mesmo ofício podia abranger múltiplos assuntos, ainda que alguns apenas tangencialmente. Diante disso, empregamos a solução metodológica adotada por outros autores²⁴⁹, que, ao depararem-se com situações semelhantes, optaram por quantificar a incidência dos temas, ao invés de o percentual de um em detrimento de outro. Inicialmente optamos pela classificação dos temas em categorias genéricas e abrangentes, que se dividem em:

- *Força*: Recrutamento para exército, qualificação para guarda nacional, pagamento de soldos e pensões, processos disciplinares, provimento de armamentos, fardamentos e animais, enfermarias militares e fornecimento de medicamentos, obras militares, dispensas e licenças do serviço de destacamento da guarda nacional ou exército, reformas e concessão de patentes, policiamento.

²⁴⁸ BRENDECKE, *Imperio e información*, op. cit., p. 98.

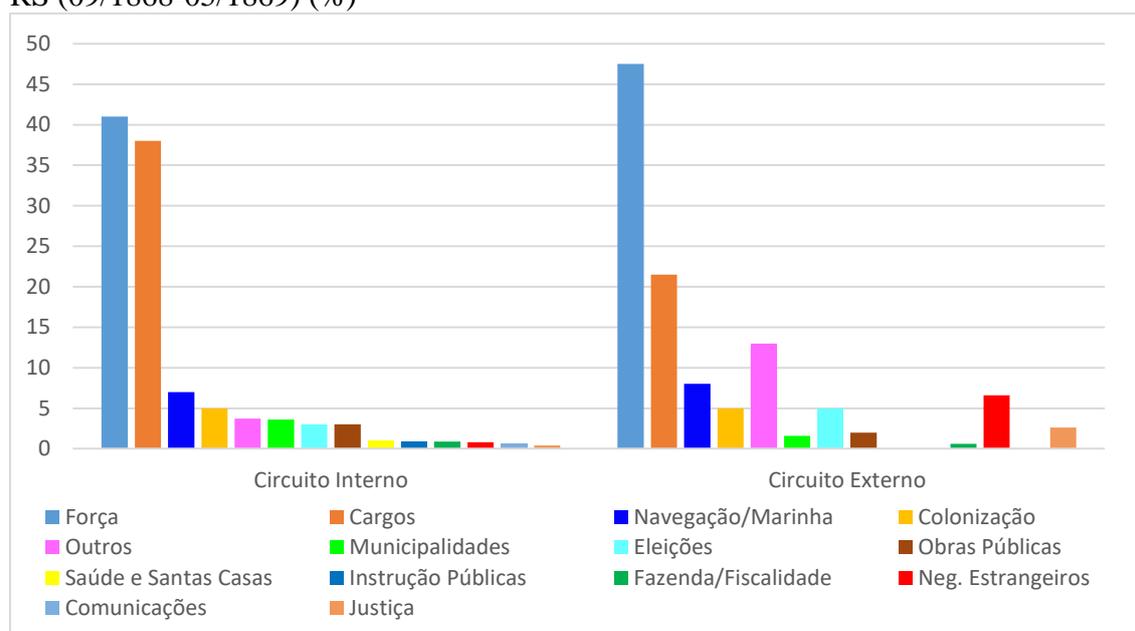
²⁴⁹ CURVELO, *Governar Pernambuco e as “capitanias anexas”*, op. cit.; LOUREIRO, Marcello José Gomes. O Conselho Ultramarino e sua pauta: aspectos da comunicação política da monarquia pluricontinental (1640-1668) - notas de pesquisa. *Nuevo Mundo-Mundos Nuevos*, p. 3, 2013.

- *Cargos*: nomeações e exonerações, provimento de postos, juramento, permutas, transferências, nomeações para comissões, inspeções de saúde e licenças, exames de admissão, gratificações.
- *Navegação e Marinha*: obras para praticagem, reparos em navios, compra de carvão e demais materiais, transporte de pessoas, objetos e correspondências, recrutamento e inspeção de saúde de marinheiros.
- *Colonização*: chegada de colonos, pagamento de custos com transporte e instalação de colonos, estrutura fundiária nas colônias, relações entre colonos (casamentos, conflitos, herança).
- *Negócios estrangeiros*: interações com autoridades de outros países e informações e ações envolvendo os países vizinhos.
- *Eleições*: conflitos envolvendo o pleito eleitoral e a qualificação de eleitores, atas eleitorais, anulação de eleições, estabelecimento de datas e instruções em geral.
- *Municipalidades*: aprovação de arrematação de impostos, fiscalização de obras públicas, fiscalização do processo eleitoral, apreciação temporária de competências da assembleia provincial.
- *Obras públicas*: aprovação e fiscalização de obras, apreciação de orçamentos e liberação de verbas, contratos e concessões para realização de obras.
- *Justiça*: aplicação da justiça.
- *Fazenda e Fiscalidade*: questões relativas a impostos em geral, malha fazendária, instruções às coletorias e tesourarias, conflito entre autoridades da fazenda e outras autoridades.
- *Comunicação*: linha telegráfica e correios.
- *Saúde e Santas casas*: solicitação de relatórios, ordens de pagamento, fornecimento de materiais.
- *Instrução pública*: obras nas escolas, compra de material escolar, conteúdos ministrados pelos professores.
- *Outros*: loterias, praças de comércio, casos que não se encaixam nas categorias anteriores.

O gráfico abaixo expõe a recorrência com que as temáticas aparecem no circuito comunicacionais operados pelo presidente da província. Embora reitere em alguns aspectos as informações discutidas na análise dos principais interlocutores da

comunicação, os dados apresentados abaixo explicitam que os interlocutores não estavam restritos a um único tema. Posteriormente, demonstraremos de que forma esses temas foram tratados pela presidência da província, analisando conjuntamente as comunicações expedidas para o circuito externo e interno. Os temas das *Santas Casas*, das *Comunicações* e da *Instrução Pública* que ocorreram somente nas mensagens enviadas para autoridades provinciais e apresentaram uma incidência extremamente baixa não foram aprofundados. Para além destes, o tema *fazenda e fiscalidade* também não foi examinado, uma vez que foi tratado somente de maneira superficial nos ofícios, os quais apenas mencionavam ordens previamente dadas à tesouraria da fazenda provincial, sem adentrar no tema em si. Por essa razão, embora essas ocorrências tenham sido contabilizadas, não foi possível explorar as nuances desse tema.

Gráfico 7: Principais temas das comunicações expedidas pelo presidente da província do RS (09/1868-05/1869) (%)



5.1. Força

Assim como a assiduidade da comunicação com determinados interlocutores em detrimento de outros era influenciada diretamente pelo contexto, o mesmo, por óbvio, se verifica nos temas que norteiam essas comunicações. Por conseguinte, é justamente o tema *força* o mais recorrente. A abrangência de assuntos sob a temática não é totalmente arbitrária – ainda que toda categorização o seja, em alguma medida –, e decorre da forte

interdependência verificada entre o emprego das forças da guarda nacional, militares e policiais no período em foco, marcado pela guerra do Paraguai.

A guerra contra o Paraguai mobilizou um contingente de combatentes sem precedentes na história do império. O exame da comunicação entre o presidente e as autoridades provinciais evidencia que esse contexto fomentou a interdependência entre as forças da guarda nacional, do corpo policial e das tropas do exército. A milícia cidadã forneceu recursos humanos tanto para o exército, quanto para o corpo policial. Além da movimentação de pessoal, também o repasse de informações dos comandantes da fronteira do Rio Grande do Sul e os comandantes do exército em operações foi uma realidade. Essa teia entre instituições também se reproduzia na comunicação do presidente com os ministérios. Assim sendo, a análise das comunicações que tem como pauta matérias relacionadas à mobilização da força adquirem maior inteligibilidade quando observadas em conjunto. Por essa razão optamos por manter uma grande categoria – *Força* – que abarcou todas essas situações.

À época do início do confronto, o exército brasileiro encontrava-se desprovido de contingente e de estrutura que viabilizasse sua atuação no conflito que prenunciava ser de grande porte. Apesar disso, devido à crença de que seria aquela uma guerra curta, inicialmente o governo direcionou seus esforços para o engajamento de voluntários. A imprensa foi parte fundamental desse esforço, retratando o presidente paraguaio, Francisco Solano López, como um tirano que estava disposto a tudo para conquistar a região do Prata.

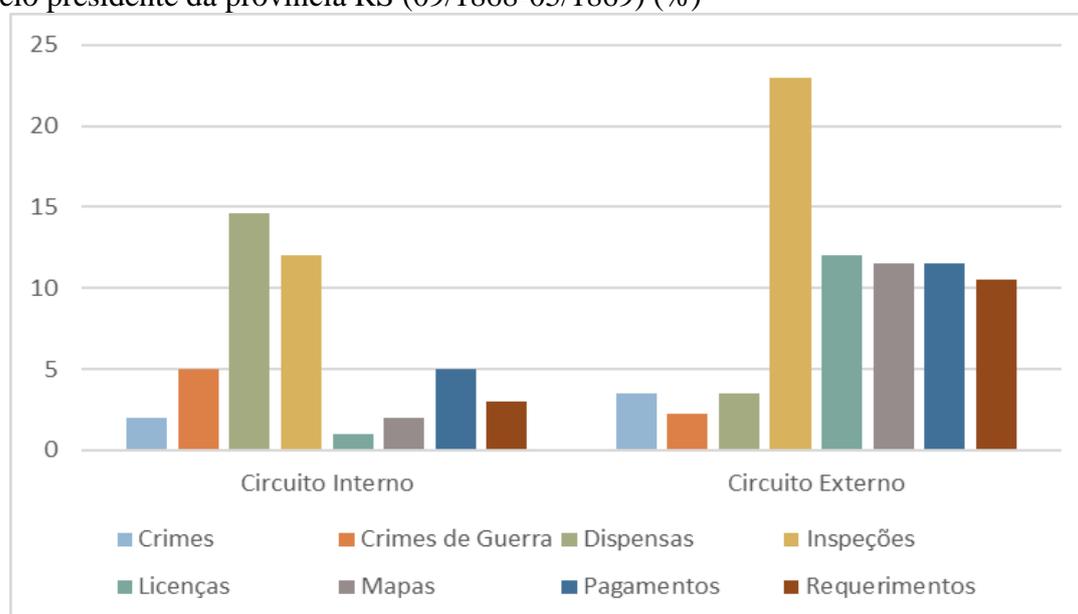
Com o intuito de impulsionar o engajamento voluntário no seio da população, o governo publicou o decreto nº 3.371, de 7 de janeiro de 1865, no qual estipulava uma série de vantagens para os soldados “voluntários da pátria”²⁵⁰. Todavia, a guerra se estendeu muito mais do que o esperado, e o entusiasmo inicial da população com o engajamento foi se desgastando, sendo insuficiente para adensar as fileiras do exército no teatro da guerra. Diante desse cenário, o governo valeu-se do recrutamento forçado para fornecer soldados ao exército.

²⁵⁰ As vantagens se estendiam tanto aos voluntários que eram quanto aos que não eram, mas com algumas distinções. De maneira indistinta, entretanto, os benefícios incluíam “além do soldo que percebem os voluntários do Exército, mais 300 rs. diários e a gratificação de 300\$000 quando derem baixa”. BRASIL, Decreto nº 3.371, de 7 de janeiro de 1865.

Se a guerra não era novidade para os habitantes da província, o conflito em curso desde 1864 certamente tinha algo de diferente. Às tropas regulares da província somaram-se não apenas soldados vindos de outras províncias e efetivos da guarda nacional, mas também voluntários da pátria²⁵¹. Além disso, quando Antônio Pinto e Silva assumiu a presidência do Rio Grande do Sul, a guerra já durava quase quatro anos e onerava sobremaneira a população da província e as finanças imperiais.

É esse contexto que fornece inteligibilidade à maior parte das comunicações referentes ao tema *Força*, que foram pautadas, em larga medida, por inspeções de saúde decorrentes licenças ou dispensas do serviço de guerra, como expresso no gráfico abaixo, que demonstra a incidência dos principais tópicos nas comunicações com essa temática.

Gráfico 8: Incidências dos principais tópicos nas comunicações do tema *Força* expedidas pelo presidente da província RS (09/1868-05/1869) (%)



Uma vez que as comunicações do circuito interno abarcam uma variedade de situações muito maior, o que se verifica mesmo com relação a um mesmo tema, era esperado que a incidência de um mesmo tópico não fosse tão elevada quanto àquela observada no circuito externo. Dessa variedade de assuntos e interlocutores, decorriam algumas diferenças entre os dois circuitos. A maioria das dispensas encaminhadas às

²⁵¹Segundo Vitor Izecksohn, “Até a Guerra contra o Paraguai, os custos da mobilização foram comparativamente baixos, posto que o governo imperial não carecia de uma liberação excessiva de recursos. A utilização quase exclusiva da Guarda Nacional e de pequenos contingentes do Exército regular era suficiente” IZECKSOHN, Vitor. *O cerne da Discórdia*. Rio de Janeiro: E-Papers Serviços Editoriais Ltda, 2002, p. 74.

autoridades provinciais, por exemplo, eram de guardas nacionais e não tratavam de dispensas da instituição ou do serviço da guerra, mas de dispensas do serviço de destacamento da guarda em alguma localidade ou do corpo policial, que, como será demonstrado a seguir, foi fortemente impactado pelo contexto de guerra. Ou seja, no que diz respeito à mobilização da força na província, o presidente atuava amplamente sobre a guarda nacional e o corpo policial, mas possuía menos ingerência sobre as forças militares, que estavam subordinadas ao comandante das forças em operações de guerra.

Ainda assim, o presidente desempenhou um papel importante para a coordenação das forças em serviço de guerra, principalmente no que dizia respeito às inspeções de saúde, que foi a principal matéria das comunicações destinadas ao circuito externo. Nesses casos, a atuação do presidente consistia em encaminhar os resultados dessas inspeções para que o ministro da guerra pudesse decidir sobre o destino do indivíduo inspecionado. De todo modo, as comunicações acerca de inspeções – fossem solicitações, encaminhamentos ou resultados destas – ocuparam lugar de destaque no governo da província, pois tinham influência na mobilização da força para segurança interna e dos militares que compunham o exército em operações²⁵².

Todo esse cenário afetou certamente as famílias da província, como demonstraram as comunicações analisadas no circuito interno. Os casos de soldados que adquiriram “moléstias” que os deixava “sem meios para granjear suas subsistências” eram diversos e eram a justificativa para pedidos de recebimento de soldos ou espólios. Também foram comuns pedidos de dispensa de soldados que serviam “de arrimo de família”, ou seja, a ausência daquele indivíduo colocava as pessoas que dele dependiam em uma situação bastante complicada. Nesses casos, o pedido para a dispensa do serviço era realizado pelo soldado, ou, mais frequentemente, pelas pessoas que dependiam do seu trabalho. Ainda que se considere a possibilidade de que o resultado de algumas inspeções fosse adulterado a fim de lograr “dispensa do serviço da guerra” para um soldado saudável, é fato que a guerra impactou as famílias dos homens que lutaram e também

²⁵² Apesar de importantes numericamente, o processo de inspeção médica não era minucioso. Segundo Dionísio Cerqueira, que se juntou ao exército como voluntário antes mesmo da edição do decreto dos Voluntários da Pátria, a inspeção não passava de uma rápida olhada do médico. Cerqueira narra o diálogo de sua inspeção nas seguintes palavras: “- Dispa-se – roncou o cirurgião. Tirei o fraque e o colete – e parei. – Dispa-se todo; fique nu... O sangue subiu-me às faces – e obedeci. Fiquei de botinas. – Tira os sapatos, tenho mais o que fazer. Olhou-me, mirou-me algum tempo e, sem me auscultar nem fazer pergunta ou exame algum, resmoneou: - Vista-se...”. CERQUEIRA, Dionísio. *Reminiscências da campanha do Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblex, 1950, p. 48.

daqueles que retornaram às suas casas carregando as marcas das batalhas no próprio corpo.

Nos circuitos internos, usualmente as comunicações que tratavam de requerimentos solicitavam mais informações sobre o requerente, ou representavam o encaminhamento à autoridade responsável, normalmente o comandante das armas da província. Já as comunicações desse tema destinadas ao governo central, além de remeter o requerimento em questão, continham uma sumarização da situação, seguida do parecer do presidente informando se julgava o requerente digno ou não de receber a graça que desejava. À título de exemplo, pode-se observar o ofício que acompanhou o envio do requerimento de Dona Agostinha Souza

Pede neste requerimento D. Agostinha Emília de Menezes Souza, viúva do capitão José Vieira de Souza [...], a graça de conceder-lhe S. M O Imperador uma pensão pecuniária com que, acudindo à subsistência e criação de seus quatro filhos menores [...], sirva ao mesmo tempo para a educação destes. Sendo certo que o marido da suplicante morreu no combate de 6 de Dezembro do ano passado e que ela é pobre e vive honestamente, julgo-a por isso digna da graça que implora²⁵³.

A precária situação da requerente e o parecer do presidente não eram os únicos fatores observados. O presidente ainda menciona os demais documentos anexados ao requerimento para que se possa apreciar o pedido. Era comum que as viúvas não dispusessem dos recursos necessários para solicitar cópias desses documentos junto às repartições envolvidas, tamanha a escassez em que viviam.

5.2. Cargos e provimentos

Os assuntos relacionados aos cargos públicos consistiram em um dos principais motes da administração provincial. Segundo Araújo, na monarquia portuguesa, incluindo o governo das conquistas na América, “a matéria era vista como tão fundamental que por vezes foi identificada como sinônimo da própria arte de governar”²⁵⁴. O mesmo cenário foi constatado para as Minas Gerais no pós-emancipação. Em sua investigação, Fernandes indicou que em Minas Gerais, no interstício em que o presidente administrou conjuntamente com seu conselho de presidência (1822-1834), os “empregos públicos”

²⁵³ Presidente da província para o ministro da Guerra. 13/05/1869. AHRS. A -2 45 Ministro da Guerra.

²⁵⁴ ARAÚJO, 2018, Op. cit., p. 180.

representaram “quantitativamente a segunda área mais contemplada em suas decisões”²⁵⁵. Além disso, entre 1825 a 1834 as resoluções atinentes a esse tema mais dobraram.²⁵⁶

Os termos cargo/emprego público são aqui empregados para designar o conjunto de cargos ligados ao Estado imperial. Nesse contexto esses termos não remetiam, portanto, a “uma organização estritamente “burocratizada””²⁵⁷. Todavia, desde meados do século XVIII, verifica-se uma mudança em Portugal, lenta e gradual, concernente à concepção de cargos públicos, que deixam de ser entendidos como uma concessão real em troca de lealdade pessoal, formando-se a ideia de cargos ligados ao bom desempenho do serviço, ou seja, às habilidades daquele que o ocupava, havendo “então, entre outras coisas, uma tendência de redução de tempo das concessões, bem como um esforço maior de ordenamento e delimitação sistemática dos cargos públicos”²⁵⁸.

A prerrogativa de prover os cargos e fiscalizar o desempenho dos ocupantes imbuía o presidente de amplos poderes, uma vez que através desse mecanismo podia influenciar o funcionamento de diversas dinâmicas provinciais. Não por acaso a lei de interpretação do Ato Adicional, em seus reduzidos oito artigos, dedicou dois deles a delimitar a jurisdição das assembleias aos empregos provinciais²⁵⁹, colocando os empregos gerais sob responsabilidade do governo central ou da presidência. Ademais, muitos historiadores que dedicaram-se ao estudo dos padrões governativos demonstraram a relevância da ocupação direta de cargos ou da indicação das pessoas que os ocupariam para a construção e fortalecimento de redes clientelares.

As nomeações e exonerações ocorreram em maior quantidade nos cargos pertencentes à polícia. Essas nomeações não foram incluídas na categoria força porque não influenciavam na mobilização e emprego da força na província ou no teatro da guerra. Outrossim, cada delegado e subdelegado possuía seis suplentes, igualmente nomeados

²⁵⁵ FERNANDES, *As províncias do Império*, Op. cit., p. 427.

²⁵⁶ A autora apresenta os seguintes números: no 1º mandato do Conselho de Governo (1825-1829) as resoluções sobre empregos públicos representaram 15,42%, no segundo mandato (1830-1833) foram 26,28 do total de resoluções, chegando a 32,47 no último mandato (1834). FERNANDES, *As províncias do Império*, Op. cit., p. 428.

²⁵⁷ Idem, p. 427.

²⁵⁸ FERNANDES, *As províncias do Império*, Op. cit., p. 426.

²⁵⁹ Art. 2º. A faculdade de criar, e suprimir Empregos Municipais, e Provinciais, concedida à Assembleias de Província pelo §7º do art. 10 do Ato Adicional, somente diz respeito ao número dos mesmos empregos, sem alteração de sua natureza, e atribuições, quando forem estabelecidos por leis gerais relativas a objetos sobre os quais não podem legislar as referidas Assembleias; Art. 3º. O § 11 do mesmo art. 10 somente compreende aqueles empregados provinciais, cujas funções são relativas a objetos sobre os quais podem legislar as Assembleias Legislativas de Província, e por maneira nenhuma aqueles que são criados por Leis Gerais relativas a objetos da competência do Poder Legislativo Geral.

pelo presidente, o que aumentaria sobremaneira os números. Para se ter uma ideia, as nomeações e exonerações de suplentes representam 60,4% do total das comunicações destinadas às autoridades policiais. Combinando a análise dos principais interlocutores com as principais temáticas, fica patente a dificuldade dos presidentes em conseguirem preencher os postos de suplentes, posto que 77,5% dos ofícios enviados às autoridades policiais, excetuando-se o chefe de polícia, eram justamente enviados aos suplentes e 100% da comunicação com os suplentes tinha por objetivo informar exonerações. É elevado o número de exonerações que ocorreram porque os nomeados não prestaram juramento no prazo determinado pela presidência. Ou seja, muitas vezes os nomeados não tinham interesse em ocupar o cargo, visto tratar-se de um serviço litúrgico.

Quadro 7: Principais áreas de concentração das comunicações relativas a cargos expedidas pelo presidente da província do RS (09/1868-05/1869)

Polícia	35,4%
Instrução pública	20%
Força	20%
Justiça	8,6%
Obras públicas	5,6%
Fazenda	4,3%

A abrangência dessa categoria é sintoma da diversificada gama de prerrogativas que o presidente guardava em relação aos empregos públicos, que não se restringiam às nomeações e exonerações. No tocante aos cargos da instrução pública, por exemplo, integram a categoria as designações dos indivíduos que comporiam a comissão examinadora dos pretendentes ocuparem o posto de professores de primeiras letras. Além dos professores, faziam parte da estrutura da instrução pública o inspetor geral e o conselho diretor, que estavam no topo da hierarquia, a secretaria, composta de dois funcionários, os delegados, com jurisdição paroquial e os diretores de escola²⁶⁰.

As nomeações, exonerações, inspeções de saúde e licenças constituíam 76,4% dos ofícios sobre cargos da instrução pública. Para além desses atos da administração que

²⁶⁰ No relatório da inspetoria geral da instrução pública, anexado ao relatório presidencial, consta que em 1868 existiam 62 delegados e 167 professores nomeados.

perpassaram os cargos de todas as categorias analisadas, existiram atos aplicados apenas aos professores, como a permuta entre professores que desejavam trocar de escola ou localidade, o que representava 3,6% dos ofícios. Outra variedade importante foi a contratação – e demissão – de professores particulares que atuavam na educação primária em locais onde o cargo de professor ainda não havia sido criado. A contratação desses profissionais poderia resultar da notificação do inspetor geral da instrução pública ou das câmaras municipais sobre a necessidade de serem ofertadas aulas públicas em uma localidade. O pedido também poderia vir da própria população interessada, como fizeram os moradores do distrito de Boqueirão, na freguesia de Pedras Brancas, que enviaram uma petição à presidência requerendo a contratação de um professor para “o ensino dos meninos pobres”²⁶¹. A solicitação, que chegou à presidência no dia seis de abril de 1869, teve solução já no dia seguinte²⁶², ordenando o presidente ao inspetor geral que contratasse pessoa habilitada para dar aula naquele distrito pelo prazo de um ano.

A quantidade de postos na instrução pública e o esforço em instituir “aulas públicas” nas mais remotas localidades transparecem a relevância dada a esse tema. Lembrando que competia ao presidente, segundo a lei que deu forma ao governo das províncias em 1823, promover a educação da mocidade. Em 1868 existiam 195 escolas de instrução primária na província, das quais 121 se destinavam ao ensino de meninos e 74 ao ensino das meninas²⁶³.

Outro ponto que merece destaque são as inspeções de saúde, utilizadas tanto como critério para a concessão de licenças, como para a prorrogação ou encerramento das mesmas. As juntas médicas que realizavam essas inspeções eram formadas por médicos nomeados pelo presidente.

A quantidade de cargos no âmbito da justiça era menos expressiva que aqueles destinados às áreas mais representativas. Cada uma das dez comarcas²⁶⁴ da província dispunha de um juiz de direito, nomeado pelo imperador, e de um promotor, nomeado

²⁶¹ A-5 40 Instrução Pública. 07/04/1869.

²⁶² No ofício ao inspetor geral o presidente informa a data na qual recebeu o requerimento dos moradores. A solução rápida é explicada pela grande proximidade entre a capital, Porto Alegre, e o distrito de Boqueirão.

²⁶³ Existiam ainda escolas particulares. Relatório da Inspeção Geral da Instrução Pública, 1869, p. 7. Anexado ao relatório. Disponível em http://ddsnext.crl.edu/titles/182?terms=&item_id=4600#?c=4&m=50&s=0&cv=0&r=0&xywh=-912%2C-143%2C4030%2C2843 Acesso em 06/09/2019.

²⁶⁴ As comarcas eram Porto Alegre, Rio Grande, Rio Pardo, Piratini, São Borja, Alegrete, Caçapava, Santo Antônio da Patrulha, Cruz Alta e Bagé. SODRÉ. 2009, Op. cit., p. 183.

pelo presidente da província. Os juízes municipais, para os quais eram escolhidos seis suplentes²⁶⁵, e os juízes de órfãos eram igualmente nomeados pelo presidente. Contudo, a jurisdição de um juiz municipal era sobre um município ou mais, dependendo da extensão dos mesmos, e o cargo de juiz de órfãos existia apenas nas grandes povoações, sendo nas demais localidades essa função exercida pelo juiz municipal. Guardadas as diferenças quanto ao número de postos a serem providos, as características que pautaram a comunicação sobre os cargos judiciais eram semelhantes àquelas observadas nos cargos policiais: referiam-se majoritariamente a nomeações e exonerações e 79% dessas eram de suplentes de juízes municipais. Aproximadamente 45% dos suplentes foram exonerados por não terem prestado juramento dentro do prazo. Além dessas comunicações, em dois casos o presidente interpelou as câmaras de São Jerônimo e de Cruz Alta se os suplentes nomeados para aqueles municípios haviam prestado juramento no prazo estabelecido, testemunhando o caráter fiscalizador da atuação do presidente da província. Conforme Sodré, a dificuldade em conseguir preencher os postos da justiça eram muitas, de modo que a vacância ou a “ocupação virtual” foram problemas constantes ao longo do segundo reinado. Diante disso, muitas vezes o presidente indicava ocupantes provisórios para as posições vagas, mas “mesmo essas [nomeações] dependiam do referendo imperial”²⁶⁶.

Ao passo que o requisito para o preenchimento dos postos de juízes de direito era os nomeados serem “Bacharéis formados em Direito, que tenham pelo menos um ano de prática de fôro adquirida depois de sua formatura”²⁶⁷, a escolha dos suplentes baseava-se em sua “inteligência e boa conduta”²⁶⁸. Como se tratavam de critérios subjetivos, o presidente precisava recorrer a opinião de terceiros para avaliar se um postulante ao posto de suplente atendia às exigências. Há dois registros em que o presidente requisita a cidadãos a indicação de nomes para ocuparem os postos de suplentes²⁶⁹, mas é mais

²⁶⁵ O posto de suplente foi criado pela Reforma do Processo Criminal, que estabelecia que a nomeação da lista de seis suplentes caberia aos presidentes de província. Art. 18º Quando os Juízes Municipais passarem a exercer as funções de Juiz de Direito, ou tiverem algum legítimo impedimento, ou forem suspeitos, serão substituídos por Suplentes na forma do Artigo seguinte. Art. 19º. O Governo na Corte, e os Presidentes nas Províncias nomearão por quatro anos seis Cidadãos notáveis do lugar, pela sua fortuna, inteligência e boa conduta, para substituírem os Juízes Municipais nos seus impedimentos, segundo a ordem em que seus nomes estiverem. Se a lista se esgotar, far-se-á outra nova pela mesma maneira, devendo os incluídos nesta servir pelo tempo que faltar aos primeiros seis, e em quanto ela se não formar, os Vereadores servirão de Substitutos pela ordem de votação. Lei n. 261 de 3 de dezembro de 1841.

²⁶⁶ SODRÉ, *Op. cit.*, 2009, p. 304.

²⁶⁷ Lei n. 260. Art. 13.

²⁶⁸ Lei n. 260. Art. 19.

²⁶⁹ Um deles é o comendador José Gomes de Freitas, e o outro João Pereira da Silva Borges Fortes, que não ocupava nenhum cargo na magistratura, mas um deles era líder do partido conservador na região da campanha, mesmo partido do presidente. SACCOL, p. 144.

provável que a maioria das indicações ocorresse pelas vias não institucionais, como demonstraremos no capítulo 8, ou que não fossem registradas. Não obstante, Sodré afirma que “na prática, nessas listas [de suplentes] apareciam nomes que nada tinham de habilitados para ocupar a função de magistrados”²⁷⁰

Nas redes de comunicação externas do presidente da província, as matérias concernentes à ocupação de cargos, englobando os aspectos anteriormente elencados, incidiram com menor intensidade quando comparadas à interlocução com os agentes internos da província. Contudo, ao passo que os ofícios e provimentos do circuito interno que tratavam desse tema tinham como finalidade nomear, exonerar e conceder licenças ou dispensas, as interlocuções com o governo central objetivavam, majoritariamente, dar ciência ao governo dos atos da presidência ou, quando necessário, solicitar aprovação para os mesmos. Foram igualmente distintas as principais áreas nas quais se concentraram esse tipo de comunicação.

Quadro 8: Principais áreas de concentração das comunicações relativas a cargos expedidas pelo presidente da província do RS (09/1868-05/1869)

Força	43%
Justiça	33%
Cônsules	7%
Obras públicas	2%

O cenário retratado pela tabela acima reforça a tendência que apontamos de redução na variedade de assuntos que eram motivadores da produção de comunicações, evidenciado pelo maior percentual de comunicações sobre uma mesma área. A principal delas era de comunicações que tratavam sobre cargos no âmbito da *Força*, e majoritariamente informavam ou solicitavam a aprovação para a concessão de licenças. Apesar disso, quando apreciamos a categoria cargos sem segmentações em áreas de concentração, observamos que, no circuito externo pouco mais da metade (56%) informavam nomeações, exonerações, inspeções e licenças, quantidade bastante inferior aos 76,4% que totaliza o circuito interno.

²⁷⁰ SODRÉ, Op. cit., 2009, p. 242.

Nota-se a vultosa incidência de comunicações acerca de cargos no âmbito da força e da justiça expedidas pelo presidente no sentido ascendente, aponta um maior controle do governo central nessas áreas, sobretudo quando comparadas à incidência de comunicações relativas a essas mesmas áreas no sentido descendente. As comunicações sobre os cargos do setor judiciário ilustram essa questão: enquanto no circuito interno esse tema ocorreu em 8,6% dos atos comunicativos, no circuito externo o tema incidiu em 33% das comunicações. Para além das notificações relativamente ao provimento dos cargos (nomeações, exonerações, transferências e licenças), uma parcela dessas comunicações (24%) consistia no repasse de pareceres dos juízes de direito das comarcas sobre como os promotores públicos e os juízes municipais haviam exercido seus cargos até aquele momento. Tais avaliações podiam ser sucintas e formais, escritas na fórmula “o promotor público/juiz municipal cumpre seus deveres com probidade e inteligência”, ou relatar de maneira minuciosa e detalhada a atuação desses agentes do poder judiciário, o que ocorria mais comumente quando a avaliação era negativa.

Ainda podiam denunciar a dificuldade de investir esses cargos com pessoas qualificadas, bem como os empecilhos que se colocavam à administração da justiça. Esse foi o caso do ofício do juiz de direito interino da comarca de Santo Antônio da Patrulha encaminhado como anexo pelo presidente da província ao ministro da Justiça, no qual o dito juiz informa que não prestou as informações obrigatórias antes por ter assumido o juízo da comarca interinamente por dois meses, em virtude de uma licença concedida ao titular do cargo, e que diante disso julgou que essas informações poderiam ser proferidas de forma mais exatas pelo juiz efetivo. Todavia, a licença do juiz efetivo foi prolongada, levando o substituto a prestar as informações requeridas, o que não podia fazer de maneira eficiente, posto que, nas palavras dele

[...] não tendo o Juiz de Direito desta Comarca me feito entrega do respectivo arquivo, quando ultimamente me transmitiu a vara, o que já tive ocasião de levar ao conhecimento dessa Presidência, desconheço em que termos é concebida a mencionada circular de 8 de agosto de 1867, não podendo por esta razão prestar convenientemente a informação nela ordenada²⁷¹.

²⁷¹ IJ1 - 592 Justiça. 07/01/1869.

O envio desses pareceres foi estipulado pelo regulamento n. 120, de três de janeiro de 1842, que regulamentava alguns aspectos da reforma do código do processo criminal de 1841 e é bem especificado em dois artigos do capítulo III:

Art. 37. Os Presidentes de Província enviarão de seis em seis meses à Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça uma informação circunstanciada acerca da maneira por que os Juízes Municipais, de Órfãos, e Promotores que forem que Bacharéis Formados, servem os seus lugares, fazendo especificada menção de todas as queixas, que contra eles houverem recebido, quando fundamentadas e do destino e solução que tiverem tido.

Art. 38. Os Juízes de Direito das Comarcas enviarão nas mesmas épocas aos Presidentes das Províncias (os quais, com as observações que julgarem conveniente fazer, a transmitirão à Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça) uma informação circunstanciada da maneira, por que os sobreditos Juízes Municipais, de Órfãos, e Promotores, que foram Bacharéis Formados, servem esses Lugares, para que no julgamento dos recursos, que lhes forem presentes, nos de crimes de responsabilidade, nas Sessões dos Jurados, e nas Correições que fizerem para o fim indicado tomarão as notas e lembranças, que forem precisas, munindo-se dos necessários documentos²⁷².

O artigo 40 ainda explicava que essas informações eram recolhidas para servir como base para a promoção de “Juízes Municipais, de Órfãos, e Promotores aos Lugares de Juiz de Direito, e bem assim para a sua recondução e melhoramento de Lugar”²⁷³.

Se o provimento dos cargos da esfera judiciária contava com uma grande ingerência do ministério da Justiça, constata-se, por outro lado, que o presidente gozava de maior autonomia para gerenciar o provimento e exercício de cargos em certas áreas. É o caso dos cargos de delegados e subdelegados de polícia, que figuravam como a principal pauta desse tema nas comunicações expedidas no circuito interno (33%), mas não são abordados nos circuitos externos. Essa autonomia estava amparada no regulamento da lei da reforma do código do processo criminal supracitada, segundo a qual “Os Delegados e Subdelegados serão nomeados pelo Imperador na Corte, e pelos Presidentes nas Províncias, sobre proposta do Chefe de Polícia, a qual será acompanhada de todas as necessárias observações, informações, documentos e esclarecimentos”²⁷⁴

Existia, portanto, mais de uma direção possível para a centralização iniciada na década de 1840. Enquanto a centralização da administração dos cargos policiais deu-se em direção ao governo provincial, a administração dos cargos judiciais orientou-se em

²⁷² BRASIL, Regulamento N. 120, de 31 de Janeiro de 1842. Capítulo III, Art. 37 e 38.

²⁷³ Idem, Art. 40.

²⁷⁴ Idem, Art. 25.

direção ao governo geral. Não obstante, mesmo nessas circunstâncias, a participação do presidente foi crucial na articulação de entre atores situados em diferentes esferas da governação. Essa distinção entre o tratamento dispensado a uma ou a outra questão sinaliza o que a mais alta cúpula do governo imperial entendia como essencial para a manutenção da ordem e da unidade territorial. De fato, Martins demonstrou, através das resoluções do conselho de Estado, que seção dos negócios de Justiça foi a que mais recebeu consultas e, segunda a autora,

poderia ser considerada a verdadeira responsável pela construção de uma unidade administrativa e jurídica no país. Funcionando, na prática, como uma instância superior, fixou os limites legais, definiu a compreensão da legislação, reformou-a quando julgou necessário, propôs novas leis e regulamentações. A seção também serviu como árbitro em questões jurídico-administrativas que frequentemente opunham os poderes central e provincial ou, como parecia mais comum, na administração dos conflitos entre as próprias autoridades provinciais²⁷⁵.

As nomeações de cônsules de outros países no império constituíram um assunto abordado apenas no circuito externo. As comunicações desse assunto giravam em torno da nomeação de agentes consulares. O ministério dos negócios estrangeiros podia recorrer à presidência da província para avaliar indicações para nomeações de agentes consulares de outros países no Brasil. Assim ocorreu com a proposta da legação espanhola de nomear Emílio García vice-cônsul daquela nação em Bagé. Diante do pedido, o presidente consultou pessoas influentes da localidade para saber sobre a “posição social e a moralidade” de García²⁷⁶. Após realizar essas consultas, o presidente encaminhou ao ministério os ofícios do Comandante da Fronteira de Bagé e do Juiz de Direito do mesmo lugar, nos quais informavam sobre o candidato. Essa é uma situação que evidencia bem como a presidência da província era encarada pelo governo imperial como um cargo central, a quem se recorria em caso de necessidade de acesso a informações para a tomada de decisão. Também ilustra como o exercício do cargo não pressupõe a subjugação das elites provinciais ao poder central, representado na figura do presidente, mas a capacidade de dispor das informações necessárias à governabilidade.

Por fim, 5% das comunicações expedidas pelo presidente acerca de cargos abordavam a intenção de alguns indivíduos da província de se tornarem agrimensores e,

²⁷⁵ MARTINS, *A velha arte de governar*, op. cit., p. 277.

²⁷⁶ A-2 13 Ministro de Estrangeiro. 03/02/1869

assim, atuarem na mediação de lotes de terras. Nesses casos, esses indivíduos não eram nomeados para um posto, já que a atividade de agrimensor não configurava um cargo, mas o exercício de uma atividade. Todavia, esse era um ofício crucial no processo de medição e comercialização da terra, sobre o qual o governo buscava exercer uma tutela meticulosa e por isso a “habilitação” para praticar a atividade de agrimensor exigia a aprovação do governo central.

5.3. Navegação e marinha

A *navegação* era assunto da maior relevância, posto que o transporte por via marítima e fluvial era essencial para a movimentação de pessoas e mercadorias na província. No ano de 1868, 1.394 embarcações, entre entradas e partidas, movimentaram a barra da província²⁷⁷. Além disso, a navegação interna da província era crucial para o transporte de pessoas, correspondências e periódicos, o que ocorria nos oito vapores que executavam diversos circuitos. Apenas em 1868, esses vapores realizaram 635 viagens, nas quais transportaram 22.689 pessoas, sendo a linha Rio Grande-Pelotas aquela que mais movimentou passageiros (9.621)²⁷⁸. Já a flotilha da província era composta por quatro vapores de guerra, os quais, segundo a avaliação do presidente, não se encontravam em bom estado.

Os ofícios relativos ao tema *Navegação e Marinha* enviados às autoridades da província concentraram-se sobretudo no transporte de pessoas, coisas e correspondências, e, apesar de as definições do que configura a navegação e a marinha, essas categorias foram unificadas porque a interlocução da presidência da província com as autoridades responsáveis tanto por uma, quanto por outra foi pautada em questões majoritariamente semelhantes, qual seja, as ordens do presidente de que fosse concedida a passagem nas embarcações a alguém, as quais corresponderam à 59,5% dos ofícios dessa categoria. A ordem podia ser destinada ao comandante da flotilha, ao capitão de mar e guerra ou aos

²⁷⁷ Dos navios nacionais que chegaram (333), a maioria vinha do Rio de Janeiro (165), seguidos por Pernambuco (63) e Bahia (50). Já os estrangeiros (396) vinham principalmente de Montevideú (116). Daqueles que saíram da província para outros portos do Império (360), os destinos preferenciais também eram Rio de Janeiro e Pernambuco, e para os portos estrangeiros (305), a maioria seguiu para o porto de Falmouth (123), na Inglaterra, e Montevideú (100), mas a variedade de destinos era grande, como Boston, Buenos Aires, Barcelona, Antuérpia, Liverpool, Marseille, dentre outros. Relatório do presidente da província Relatório do presidente da província Antônio da Costa Pinto Silva 20/05/1869, p. 35.

²⁷⁸ Relatório do presidente da província Relatório do presidente da província Antônio da Costa Pinto Silva 20/05/1869, p. 35-36.

agentes das companhias de navegação, que então deveriam dar passagem a bordo dos navios ou vapores a funcionários públicos dos mais diversos setores, a militares, guardas nacionais e policiais que estavam em serviço.

Embora ocorressem, determinações para transportar os familiares dos empregados públicos foram bem menos expressivas. Essa ordem significava que alguma instância do poder público (podia ser a presidência, alguma repartição pública da província ou, ainda, algum ministério) iria arcar com os custos do transporte. Aos empregados públicos eram custeadas a passagem e as comedorias, ao passo que os familiares costumavam ter patrocinadas apenas as passagens. Essa regra, todavia, não era universalmente aplicada. Se, por um lado, o presidente da província oficiou ao comandante das armas censurando a ordem dada pelo comandante da fronteira de Rio Grande de mandar dar passagem e comedorias às famílias de dois oficiais e seus criados²⁷⁹, por outro, mandou dar passagem até Santa Catarina à esposa do marechal de campo, Guilherme Xavier de Souza (comandante do exército na província), bem como aos seus criados²⁸⁰.

As demais comunicações foram pautadas por assuntos muito variados e de difícil agrupamento, como o transporte de prisioneiros, o serviço postal, o fornecimento de alimentos e medicamentos para os vapores²⁸¹, etc. Algumas mensagens abordaram tópicos relativos aos marinheiros (3,4%), como recrutamentos, licenças, inspeções de saúde. Outras referiam-se ao planejamento e execução de obras a fim de aprimorar a navegação na província ou à necessidade de reparos nos vapores de guerra (6%).

Conquanto a navegação interna da província fosse de competência do ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, apenas dois ofícios, aproximadamente 4% do

²⁷⁹ No ofício ao comandante das armas, o presidente informou ter notificado o ministro da guerra sobre a ação do comandante da fronteira, uma vez que, segundo o presidente, o governo concedia passagem quando as famílias acompanhavam o oficial em serviço ou permitia a passagem nos transportes do governo quando houvesse lugares de sobra, mas como cláusula expressa as comedorias ficam por conta das pessoas e nunca se concedem passagens aos criados de serviço”. A-4 35 Comando das Armas, 29/04/1869.

²⁸⁰ À dona Clara Angélica foi concedida passagem de ré e aos criados (um pardo, quatro pretos e quatro menores) passagem de proa, em um dos vapores da Companhia Brasileira de Pacote a Vapor. A-5 117 Autoridades Diversas, 14/01/1869.

²⁸¹ É interessante um conjunto de quatro ofícios que versavam sobre a apreciação da proposta do Doutor Manuel Pereira de Ubatuba, que desenvolveu um produto alimentar, o *extractum carnis*, para ser utilizado nos hospitais da Armada e nos navios de guerra. A proposta chegou ao Ministro da Marinha, o qual, conforme escreveu o presidente ao Doutor Ubatuba, decidiu que seria “necessário proceder a uma experiência em maior escala, da qual se possa reconhecer a conveniência de sua adoção para dietas ou para alimentação subsidiária das guarnições; convém que Vmcê remeta a esta Presidenta 50 latas daquele produto, na inteligência de que o mesmo Senhor Ministro autorizou-me a despender a quantia de 200\$ com a compra delas”. Os três ofícios posteriores tratam da logística para o envio do produto à Corte. A – 5 117 – Autoridades diversas, 13/12/1868.

total dessa temática, foram direcionados a esse ministério, ao passo que 72% foram enviadas ao ministério da Marinha e tratavam ou de assuntos específicos dessa instituição ou da navegação na província. Assim sendo, reputamos pertinente manter esses temas unificados para análise quantitativa.

Se no circuito interno muitos ofícios autorizavam ou ordenavam o transporte de pessoas, apenas três comunicações enviadas no circuito externo tinham essa finalidade. Os principais tópicos da interlocução com os ministérios a respeito desse tema foram o envio de informações sobre a movimentação na barra da província (15%), tanto de navios, quanto de pessoas, e, principalmente o melhoramento da logística e infraestrutura da navegação e da frota de guerra da província (16%).

A estrutura da marinha na província era um tanto precária. Os ofícios relatam pedidos de ampliação dessa estrutura e mesmo aumento da remuneração de funcionários. Esse cenário é o oposto daquele que as comunicações permitem delinear para o exército na província, por exemplo, para o qual o presidente propôs inclusive o fechamento de algumas instalações, como enfermarias militares que, segundo Pinto e Silva, eram subutilizadas e demandavam muitos recursos, e do “centro de recrutamento”, que não teria justificação em continuar operando, visto o pouco sucesso que obtinha no recrutamento de voluntários. Essa diferença de situações entre as duas instituições, marinha e exército, resultava tanto da diferença de orçamentos de cada ministério²⁸², quanto da importância conferida a cada uma delas, visto que o exército usufruía de grande prestígio da província e contava com um contingente numeroso, além, é claro, da importância estratégica que possuía para a defesa da província e do império, o que era amplificado pelo contexto de guerra.

5.4. Colonização

O estabelecimento de colônias de imigrantes alcançou grande destaque na administração do Rio Grande do Sul²⁸³ e configura o único caso em que a incidência de um tema no circuito comunicacional interno e externo são idênticos, consequência do grande número de colônias que eram criadas nessa província. Apenas no período entre

²⁸² Segundo Pessanha, o ministério da Guerra dispunha de um orçamento que ficava atrás apenas do orçamento destinado ao ministério da Fazenda.

²⁸³ Cabe lembrar que o tema esteve presente nos relatórios da presidência ininterruptamente em todos os anos do arco temporal em foco.

1849 a 1889 foram estabelecidas “18 colônias oficiais de imigração, 13 criadas pelo Governo Imperial e 5 fundadas pelo Governo Provincial. No mesmo período, foram criadas 97 colônias particulares”²⁸⁴. Através dos ofícios expedidos pelo presidente para as autoridades responsáveis pela colonização na província é possível perceber a grande ingerência da presidência no assunto. A interlocução ocorria com as autoridades responsáveis pelo controle da imigração e colonização, como o intérprete da colonização e o comissário especial do governo em São Leopoldo²⁸⁵. As colônias particulares também eram supervisionadas e, tal qual as colônias de iniciativa governamental, deviam prestar contas e enviar relatórios. Contudo, essa a interferência da presidência se limitava à solicitação desses relatórios ou à mediação de conflitos entre habitantes ou proprietários dessas colônias com autoridades provinciais. Desse modo, a comunicação do presidente com os empresários responsáveis por essas colônias foi bastante esporádica.

No que diz respeito à comunicação interna, cerca de 8% dos ofícios aludiam à movimentação de imigrantes no interior da província e fora dela. Em dezembro de 1868 o presidente oficiou ao agente intérprete da colonização pedindo que este informasse “com urgência, quantos indivíduos importados ao Império, mediante auxílios prestados à custa do Tesouro Nacional ou do cofre provincial, se tem retirado desta Província para estabelecer-se no território dos Estados limítrofes nos três últimos anos”²⁸⁶. A preocupação era compreensível, dado que o Estado, fosse pelos cofres nacionais ou provinciais, fazia um investimento elevado na instalação dos colonos e as comunicações apontam que as verbas destinadas à colonização não eram suficientes para auxiliar todos os colonos²⁸⁷. Assim, o controle sobre o destino dos imigrantes e o desenvolvimento das colônias consistia em um mecanismo importante para manejar melhor os recursos, tentando evitar episódios como o dos colonos americanos que evadiram da província, após receberem auxílios do governo. Após ser questionado pelo ministro da Agricultura, o presidente Pinto e Silva declarou, depois de averiguar junto às autoridades competentes, que dos “300 colonos americanos que foram remetidos para esta Província por conta do

²⁸⁴ CHRISTILLINO, Cristiano Luís. *Litígios ao sul do Império: a Lei de Terras e a consolidação política da Coroa no Rio Grande do Sul (1850-1880)*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2010, p. 165.

²⁸⁵ Algumas colônias também tinham diretores, mas no relatório da colonização de 1869, o agente intérprete da colonização queixa-se do “diminutíssimo” pessoal de que dispunha nas colônias. Salientamos a presença de uma Comissão Especial do Governo em São Leopoldo, colônia de imigrantes alemães fundada em 1824, e a mais próspera da província.

²⁸⁶ A-5 33 Colônias, 14/12/1868.

²⁸⁷ Em muitos ofícios o presidente informa não haver mais no orçamento vigente verba para auxiliar os colonos.

Governo Imperial, só um existe atualmente em território dela, tendo os outros depois de haver recebido os auxílios e subsídios a que tinham direito, fugido para os Estados limítrofes”²⁸⁸.

A gravidade desse episódio se acentuava diante de um quadro orçamentário nada promissor para o suprimento das despesas com a colonização. Embora na interlocução com o ministério da Agricultura as comunicações sobre verbas e orçamentos tenham sido apenas cinco (15,5%), elas cobrem todo o período da administração de Pinto e Silva e relevam que situação nunca esteve perto de melhorar. Em mais de uma ocasião o presidente solicitou aprovação de créditos que havia “mandado abrir” na tesouraria da fazenda provincial, sob sua “responsabilidade”, a fim de pagar as despesas efetuadas com a “colonização, como o da Comissão Especial do Governo em S. Leopoldo, e com os vencimentos dos empregados da Repartição especial das Terras públicas”. Isso ocorria porque a verba destinada pelo ministério não supria a demanda gerada pelo grande número de imigrantes que chegavam ao porto da província.

Em que pese as restrições orçamentárias do império, agravadas pela guerra da tríplice aliança, as quais acarretavam a insuficiência de verbas para os custos com a colonização, a demarcação das terras continuava como uma prioridade do governo, como explicita o ofício do presidente ao ministro Joaquim Fernandes Leão

De conformidade com as disposições do Aviso que V. Ex. ^a se dignou expedir-me em 7 do corrente ficam expedidas as convenientes ordens para que não se faça mais despesa alguma por conta do Ministério a cargo de V. Ex. ^a, no corrente exercício com a migração e a colonização desta Província, bem como para que a quantia de 30:000\$, com que foi aumentada a verba Terras Públicas e Colonização, seja somente aplicado ao serviço da medição das terras da ex-colônia de S. Leopoldo [...]²⁸⁹

Assim, a comunicação com o ministério sobre terras foi pautada por matérias orçamentárias e pela fiscalização dos trabalhos de medição de lotes. No circuito comunicacional interno esse foi o assunto de maior incidência quando se tratava de colonização. Após a aprovação da lei de terras em 1850, a imigração e a comercialização da terra caminharam lado a lado. Desse modo, as questões relativas à terra foram as mais presentes (33%) e abrangiam a medição de terras, em especial, como era de esperar, dos lotes coloniais, a concessão de lotes, o envio de títulos de posse e as disputas pela terra.

²⁸⁸ A-2 06 Agricultura, comércio e obras públicas, 17/12/1868.

²⁸⁹ Ofício encaminhado pelo presidente da província ao ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. AHRs, A-2 06 Agricultura, comércio e obras públicas, 25/01/1869.

Em decorrência da grande valorização que os territórios próximos às colônias experimentaram, a comercialização dos mesmos instigava disputas entre as partes interessadas, sobretudo ao longo do processo de mediação, que precedia a venda, e definia a extensão da terra a ser comercializada. Por isso, as disputas não ocorriam apenas entre colonos, mas também entre proprietários, agrimensores e autoridades da colonização, o que pode ser verificado, por exemplo, pela denúncia feita pelo agente intérprete da colonização contra o agrimensor Reinaldo Krüger, cujas medições de novos lotes estavam adentrando nos limites de uma série de lotes da colônia provincial de Nova Petrópolis²⁹⁰.

Mais emblemático é o caso das terras postas à venda pelos colonos João Kraemer, pela viúva Catharina Schmidt e seus herdeiros, que eram disputadas pelos colonos, pela sociedade Barão de Jacuí e Cia e pelo governo. Pelo ofício encaminhado ao comissário especial em São Leopoldo, os colonos haviam colocado à venda terras que estavam sendo pleiteadas pelo Barão de Jacuí, possivelmente interessado em comprar ou registrar a posse das mesmas, já que era proprietário da Colônia particular de Marata. A recomendação do presidente foi que, se confirmado que as terras colocadas à venda pelos colonos eram as terras questionadas pelo Barão de Jacuí, deveria o comissário do governo fazer “constar por editais e pelos jornais que tais terras não podem ser vendidas por terem sido julgadas do domínio público e ainda pender do Governo Imperial a decisão final da questão”²⁹¹.

Em que pese apresentarem os mesmos percentuais, as comunicações sobre a colonização apresentavam características diferentes quando circulavam no interior da província ou para fora dela. Ao passo que a interlocução com as autoridades da colonização na província abordava diversos aspectos do cotidiano das colônias e da logística de transporte e instalação dos imigrantes, a comunicação com o ministério da Agricultura estava concentrada nas questões orçamentárias, de demarcação de terras, no envio de correspondências dos colonos para seus países de origens. Apenas três ofícios versavam sobre conflitos nas colônias, sendo um ocorrido na colônia de Santa Maria da Soledad, na qual parte da população não aceitou a eleição do colono Doeblner para pastor “pelos antecedentes do dito colono”, que “casou duas pessoas já casadas”²⁹². O outro incidente tratava-se de um motim dos habitantes da colônia particular de São Lourenço

²⁹⁰ A-5 117 Autoridades diversas, 26/02/1869.

²⁹¹ A-5 117 Autoridades diversas, 11/12/1868.

²⁹² A-2 54 Império, 12/04/1869.

contra o empresário da colônia, que chegaram a atentar contra a vida do dito empresário, por desentendimentos acerca das medições dos lotes de terras^{293 294}.

Houve, por fim, um embaraço entre o diretor da colônia de Santa Cruz e o agente consular da Prússia que nela residia. O diretor da colônia representou ao presidente da província que a conduta desse agente consular estava causando transtornos à ordem pública naquela localidade. Ciente das ocorrências, Pinto e Silva oficiou ao ministro dos Negócios Estrangeiros, o qual deveria arbitrar sobre a situação, posto que envolvia uma autoridade estrangeira sobre a qual o presidente não possuía jurisdição. Apesar disso, o presidente emitiu seu parecer sobre o ocorrido e aproveitou para sugerir ao ministro modificações nas nomeações dos agentes consulares “para as colônias é desnecessária, porque existindo cônsules e vice-cônsules dos principais Estados estrangeiros nas cidades mais importantes desta província, a eles podem os colonos dirigir-se quando por ventura tenham que fazer qualquer reclamação” e explicava que a inconveniência dessas nomeações resultava do fato de ser “muito difícil encontrar-se em pequenos lugares como são em geral as nossas colônias homens que estejam em circunstâncias de ser investidos e bem exercer tão importantes funções”²⁹⁵, dando a entender que tais conflitos tinham uma certa recorrência e decorriam do despreparo dos indivíduos nomeados.

Cabe ainda pontuar que dentre as comunicações incluídas na temática colonização estão contidas aquelas que acompanhavam missivas dos colonos da província com destino ao exterior, mas que primeiro deviam ser encaminhadas ao ministério dos negócios estrangeiros, conforme elucidado no capítulo anterior.

5.5. Negócios estrangeiros

O diagnóstico dos principais interlocutores que compunham o circuito comunicacional externo da presidência demonstrou que as autoridades consulares situadas na província e nos países vizinhos acionavam o presidente em diversas ocasiões, em parte devido às fronteiras que compartilhava com Argentina e Uruguai (conferir

²⁹³ A-2 06 Agricultura, comércio e obras públicas, 20/05/1869.

²⁹⁴ Marcos Tramontini demonstrou que, embora as contendas em torno da posse da terra tenham se agudizado nas décadas de 1850 e 1860, após a aprovação da Lei de Terras, existiram conflitos dessa natureza desde a instalação das primeiras colônias na província. TRAMONTINI, Marcos Justo. A questão da terra na fase pioneira da colonização. In: Naira Vasconcellos, Claudia Mauch. (Org.). *Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade e história*. Canoas: ed. ULBRA, 1994, v. 1, p. 55-64.

²⁹⁵ A-2 13 Ministro de Estrangeiros. 01/12/1868.

Anexo III). Por isso, uma parcela significativa das comunicações desse tema, aproximadamente 30%, ocorreram diretamente com essas autoridades.

Em que pese a centralidade da administração das colônias de imigrantes na província, nas quais residiam agentes consulares, foram poucos os registros de questões cotidianas envolvendo colonos, indicando que as autoridades da colonização foram as mais acionadas para resolver possíveis problemas. É claro que nem todas as comunicações eram registradas pela secretaria da presidência, como os registros policiais bem demonstraram. Todavia, 9% dos ofícios desse tema cuidavam de trâmites acerca do andamento de inventários, heranças ou espólios e, ainda que não contenham nenhuma menção específica, é possível que um ou mais desses processos estivessem relacionados a habitantes das colônias.

Os registros que se ocupavam da ocorrência de violações à lei somaram 14% das comunicações envolvendo autoridades estrangeiras ou brasileiras em outros países. O crime mais recorrente foi o de assassinato de estrangeiros, mas o presidente também tratou da fuga de infratores para os países vizinhos, que buscavam esconder-se das autoridades ao cruzar a fronteira. Esses episódios de fuga pelas fronteiras da província eram também praticados por escravos, conforme registrado nos ofícios²⁹⁶. É provável que o número de casos não apenas de escravos, mas de infratores em geral, que cruzavam a fronteira fugindo das autoridades superasse em larga escala os registrados pela presidência da província. Na maioria dos casos as pessoas lesadas pela ação dos fugitivos e as autoridades locais às quais elas recorriam, podiam lançar mão de relações mais diretas para encontrar bandidos em outros países. A rede de conexões das autoridades rio-grandenses nos outros países da região do prata podia ser um meio muito eficiente, sem a necessidade de emprego da diplomacia²⁹⁷.

Essa teia de relações também foi um recurso estratégico manipulado habilmente pelos potentados locais da fronteira durante a guerra da tríplice aliança. A interlocução da presidência nos dois sentidos dos circuitos comunicacionais apontou que essas conexões entre habitantes de diferentes áreas dessa complexa e porosa fronteira

²⁹⁶ A-3 06 Aut. Estrangeiras, 06/11/1868. O presidente encaminhou ao ministro brasileiro em Montevideu o requerimento de Manoel Batista Teixeira, no qual pedia que o ministro cobrasse das autoridades a captura do seu escravo fugido.

²⁹⁷Cf.: BOTH, Amanda. A vida na fronteira meridional do Império: a presença dos rio-grandenses em terras uruguaias (1870-1880). In: Ironita A. Policarpo Machado; Marcos Gerhardt. (Org.). *História do mundo rural: o sul do Brasil*. 1ed. Passo Fundo: UPF Editora, 2017, v. 1, p. 41-57.

funcionaram como postos avançados de observação das movimentações dos inimigos. Referindo-nos especificamente às comunicações no âmbito dos negócios estrangeiros, encontramos a notificação que o ministro dos negócios estrangeiros recebeu do presidente da província, de uma interação entre uma autoridade uruguaia e o delegado de Santana do Livramento acerca da organização do partido *blanco*.

Analisando a comunicação dos comandantes superiores da guarda nacional, Mügge demonstrou a capilaridade e a efetividade desse mecanismo, que havia sido estruturado muito antes desse conflito e que era constantemente reiterado e rearranjado. Centrando sua investigação na atuação do João da Silva Tavares, o Barão de Serro Alegre, que esteve à frente do Comando da Fronteira de Bagé, Piratini e Jaguarão durante a guerra da tríplice aliança, o autor identificou uma ampla teia de interlocutores diretos e indiretos que se espalhavam pela República Oriental do Uruguai, chegando à fronteira da mesma e compreendia também diversas localidades da fronteira sul da própria província de São Pedro. Através de trocas de correspondências com esses aliados, o Barão de Serro Alegre foi capaz de manter sucessivos presidentes da província informados sobre as movimentações na fronteira uruguaia, bem como capturar inúmeros desertores das tropas imperais que seguiam em direção aos países vizinhos na esperança de escapar ao recrutamento²⁹⁸.

5.6. Eleições

As eleições ocuparam um espaço diminuto nas comunicações, o que não deixa de surpreender se levarmos em conta a historiografia sobre o tema. Contudo, é preciso ponderar alguns aspectos. Em primeiro lugar, a incidência do tema pode ter sido impactada pela ausência de livros de registros da comunicação com a magistratura eletiva, caso tenham existido. Ainda que a interlocução com juízes de paz possa ter diminuído ao longo do tempo, em consequência das reformas no código do processo criminal (1841), como aponta o expediente da secretaria de governo na segunda metade da década de 1840, é certo que estes desempenhavam uma função importante nos pleitos²⁹⁹. Em segundo

²⁹⁸ MUGGE, 2016, Op. cit., pp. 275-288.

²⁹⁹ Há ofícios encaminhados aos juízes de paz. Todavia, não existem livros que registrem exclusivamente essas comunicações, como o expediente da secretaria de governo indica que ocorresse na década de 1840. Tanto a comunicação pode ter diminuído ao ponto de não haver mais a necessidade de um código dedicado apenas à comunicação com essa autoridade, quanto que o código tenha existido, apenas não tenha sido preservado.

lugar, a baixa incidência do tema suscita a reflexão de que a interferência com fins políticos dos presidentes no processo eleitoral se desse principalmente através da nomeação de aliados para cargos que podiam influenciar os resultados eleitorais³⁰⁰. Nessa lógica, convém lembrar que a administração de cargos consistiu em uma das principais áreas de atuação da governança provincial.

No que concerne às atribuições legais, o presidente era o responsável por marcar a data das eleições, tomar as providências necessárias para que as mesmas pudessem ocorrer e resolver as dúvidas e divergências que surgissem ao longo do processo e posteriormente. Dois processos eleitorais marcaram a presidência de Antônio Pinto e Silva. O primeiro foi a eleição para definir os vereadores que ocupariam as câmaras municipais, ocorrida antes ainda de Pinto e Silva assumir a presidência da província, mas que continuou a pautar as comunicações da presidência, a qual dava encaminhamento às reclamações recebidas. O segundo foi as eleições de janeiro de 1869 para escolher os eleitores que iriam votar para preencher as vagas do Rio Grande do Sul na câmara dos deputados, bem como dos eleitores que definiriam os nomes para compor a lista tríplice a partir da qual o imperador escolheria o novo senador da província, em substituição ao Barão de Quaraim. Em relação a este último, o presidente teve uma atuação mais concentrada na organização dos pleitos, mas também na recepção de queixas tanto das votações em si, quanto dos processos de qualificação de votantes e eleitores.

A conduta do presidente nas eleições de 1868, indicada pela análise das comunicações com autoridades paroquiais e cidadãos é muito próxima da conduta adotada pelo presidente em conselho na província de Minas Gerais, demonstrada por Fernandes. A autora constatou que essa atuação se concentrava em “duas diretrizes”: “A primeira delas associava-se propriamente com a organização de pleitos eleitorais”³⁰¹ e, a segunda, era a atuação “na recepção de queixas relativas a eles [processos eleitorais], bem

³⁰⁰ O processo eleitoral envolvia direta e indiretamente muitos atores das paróquias. Tudo iniciava com a formação da junta eleitoral, presidida pelo juiz de paz mais votado da paróquia, que procedia à qualificação dos votantes e eleitores. Para ser votante era preciso ser homem, brasileiro ou naturalizados, ter mais de 25 anos (ou 21 anos caso fosse casado ou oficial militar) e comprovar uma renda anual de 100 mil réis. Já os eleitores, além dos demais critérios, deveriam possuir uma renda anual de 200 mil réis. Os votantes participavam do primeiro turno das eleições, quando escolhiam os eleitores, que então votariam nos candidatos ao posto que estava sendo disputado. Esses critérios foram modificados apenas em 1881, com a aprovação da lei Saraiva, que extinguiu a eleição em dois turnos, definiu o critério censitário em 400 mil réis anuais e instituiu que os eleitores deveriam ser alfabetizados. Também entregou o controle do projeto aos magistrados, extinguindo as juntas de qualificação.

³⁰¹ FERNANDES, *As províncias do Império*, op. cit., p. 540.

como na resolução de dúvidas apresentadas pelas autoridades camarárias e juízes de paz e também por colégios paroquiais ou cidadãos”³⁰².

Apropriando-nos da sistematização proposta por Fernandes, observamos que as comunicações compreendidas na primeira diretriz (34,3%) continham orientações para a junta paroquial, algumas oriundas da própria presidência, outras repassadas pelo governo central ou assembleias provinciais. Foi significativa a quantidade de instruções à guarda nacional, exército e marinha repassando os avisos dos ministérios da justiça, do exército e da marinha quanto à forma de proceder com o recrutamento, especialmente considerando a importância do tema em vista do conflito no Paraguai³⁰³.

Os ofícios que se enquadram na segunda diretriz são a maioria (65,7%) e abrangem as questões ocorridas após o encerramento das eleições, as quais eram essencialmente acerca de queixas sobre os procedimentos da junta eleitoral e dúvidas sobre a incompatibilidade de cargos. No que diz respeito às queixas, as denúncias de irregularidades referiam-se aos mais diversos momentos do processo eleitoral e eram encaminhadas tanto por autoridades, quanto por cidadãos. Contudo, Roberto Saba pondera que essas acusações devem ser avaliadas com cautela, posto que não indicam necessariamente que as eleições eram fraudulentas em todos os seus aspectos, mas que

[...]as denúncias contra abusos eleitorais faziam parte do jogo político do século XIX; a própria ideia de inautenticidade do processo era, muitas vezes, utilizada pelo lado derrotado como um meio de se deslegitimar a vitória dos adversários. Normalmente, os relatos sobre fraude e violência vinham de pessoas diretamente interessadas no resultado das disputas³⁰⁴.

O mesmo pode ser aferido com relação às alegações de incompatibilidade no acúmulo de cargos por um mesmo indivíduo. Posto que as eleições que ocorreram sob a supervisão do presidente Pinto e Silva foram para os postos de vereadores e juízes de paz, em

³⁰² Idem, p. 542.

³⁰³ O ofício orientava que “por Aviso-Circular do Ministério da Guerra de 14 do corrente mês, foi declarado que, não obstante o que determina o Aviso do Ministério da Justiça de 14 de Junho de 1867, nenhum Guarda Nacional designado para serviço militar do exército em operações deve ser compelido por meio de prisão a apresentar-se para aquele serviço, durante os oito dias anteriores e posteriores à eleição primária, apesar de que as necessidades da guerra que sustentamos contra o governo do Paraguai exigem que o dito aviso seja observado afim de se remeterem incessantemente para mesmo exército os contingentes indispensáveis para preencher os clarões nele se abrem”. Ofício encaminhado a todos os comandantes superiores da guarda nacional na província em 29/12/1868.

³⁰⁴ SABA, Roberto N. P. F. “As eleições do cacete” e o problema da manipulação eleitoral no Brasil Monárquico. *Almanack*. Guarulhos, n. 02, 2001. p. 126-145, p. 129.

diversos casos a câmara negou dar posse a novos vereadores por serem estes ocupantes de outros cargos.

Uma vez que as denúncias chegavam ao presidente, ocorriam as averiguações se a mesma procedia. Se fossem consideradas verdadeiras, duas eram as condutas possíveis: caso fossem expressamente previstas em lei, como no caso das incompatibilidades, o presidente deliberava e encaminhava a resolução à autoridade competente com o *cumprase*, já as situações mais complexas que exigiam uma interpretação da lei ou que não possuíam previsão legal eram encaminhadas ao conselho de estado para consulta. Todas as anulações de eleições, mesmo que provisoriamente anunciadas pelo presidente, dependiam da aprovação do governo imperial.

Acrescentamos, ainda, à segunda diretriz, a fiscalização dos pleitos por meio da cobrança e averiguação das atas de todos os processos eleitorais. Esse mecanismo fiscalizador, ao contrário do recebimento de denúncias, demandava uma postura ativa e propositiva da administração. Vejamos a atitude do presidente após as eleições ocorridas em janeiro de 1869: Pinto e Silva enviou uma circular advertindo que algumas câmaras haviam remetido atas eleitorais incompletas ou irregulares e que todas as câmaras deveriam encaminhar as atas de todos os procedimentos eleitorais à presidência na forma da lei. Essas atas eram posteriormente encaminhadas ao governo central e aos senadores.

Evidentemente, todos esses procedimentos podiam ser manipulados pelos indivíduos envolvidos de acordo com os seus interesses e com o grau de influência que possuíam sobre o processo. Reiteramos, contudo, que é nosso propósito investigar, através das comunicações, mecanismos institucionais que constituíram um modo de governar na província, e que, portanto, todos esses interesses se alinhavam ou rivalizavam no interior ou nas brechas dessa estrutura.

No circuito externo as comunicações motivadas pelos pleitos eleitorais não diferiram substancialmente da lógica das comunicações do circuito interno e podem igualmente ser classificadas em duas diretrizes. Contudo, ao passo que no circuito interno são repassadas orientações sobre o processo eleitoral, aqui o presidente apenas reporta o andamento das eleições, frequentemente afirmando que tudo transcorreu “sem perturbação da ordem pública”, mesmo que na frase seguinte descrevesse as perturbações ocorridas.

Os ofícios que abordavam irregularidades nos pleitos ou nos processos de qualificação de votantes e eleitores, bem como a fiscalização dos mesmos foram a maioria (71%). Os documentos encaminhados às autoridades do governo central tinham por intuito a prestação de contas acerca do processo eleitoral, o que era feito principalmente através do envio das atas eleitorais. Assim, compreende-se a postura ativa do presidente da fiscalização das eleições, exigindo incessantemente das câmaras municipais que remetessem corretamente esses documentos produzidos ao longo do processo. Essas atas também acompanhavam as comunicações do presidente que informavam uma deliberação diante de denúncias de irregularidade eleitoral e também as comunicações que apenas encaminhavam essas denúncias. Em ambos os casos as atas eleitorais eram extremamente importantes, já que tanto serviam como fundamentação para as decisões da presidência, quanto forneciam a base de informações ao ministro do império, o mais acionado nesses casos, quando este precisasse deliberar acerca de uma denúncia.

Nos casos de encaminhamento da denúncia, mesmo anexando ao ofício a cópia da acusação, o presidente abria o ofício com um resumo da mesma. A título de exemplo, observemos o encaminhamento ao ministro do Império desse ofício de um cidadão sobre supostas irregularidades praticadas na eleição para vereador e juiz de paz na freguesia de Santana do Livramento, no qual, após a expor as seis queixas, apresenta seu parecer

Passando a emitir minha opinião sobre essas arguições devo declarar a V. Ex.^a que me parece não haver nulidade no juramento prestado pelo 1º Juiz de Paz, quando ainda se achava em serviço de destacamento, por quanto os Avisos citados pelo supp. só vedam o exercício cumulativo do cargo de Juiz de Paz com o de oficial da G.N. e só depois de dispensado do serviço foi que ele assumiu a presidência da mesa Paroquial. Igualmente infundada é a segunda arguição. [...]Relativamente a 6º [arguição] nada há que atender, uma vez que os prejudicados não usaram em tempo oportuno dos recursos legais. Quanto as mais V.ex.^a. apreciando os documentos que o supp. juntou, sobre cujo valor difícil é fazer juízo seguro, não tendo ali autoridade que possa inspirar confiança, visto que todas elas mostraram-se interessadas no pleito eleitoral, ou tomando parte direta, ou prestando-se a dar atestados, resolverá o que for de justiça, cabendo-me acrescentar que a guarda nacional está toda montada no sentido da parcialidade que venceu, e que é hostil à situação dominante e que nesta Província é a guarda nacional que faz a eleição, principalmente na fronteira"³⁰⁵

Nesse caso, o parecer do presidente acerca do requerimento era de que não havia fundamentos para a queixa apresentada. Não obstante discordasse dos requerentes, o

³⁰⁵ A-2 54 Império. 21/10/1868.

presidente encaminhou a comunicação ao ministério do Império, em observância às suas atribuições estipulados na lei de 20 de outubro de 1823, mas sem deixar de fazer uso do instrumento administrativo que dispunha de oferecer ao governo suas impressões sobre as situações ocorridas na província.

Em comum esses ofícios tinham a declaração, usualmente nas sentenças iniciais, de que as eleições haviam transcorrido sem maiores transtornos. O interessante é que essa afirmação constava mesmo nas comunicações que tinham por objetivo reportar denúncias infrações no processo eleitoral. Nos ofícios é possível encontrar a frase “as eleições ocorreram em toda província sem perturbação da ordem pública. Os únicos incidentes se deram...”, fórmula semelhante é empregada no relatório com o qual Pinto e Silva entregou a administração da província em 20 de maio de 1869, no qual ele afirma, referindo-se às eleições de eleitores, que “Ambas estas eleições [de eleitores para escolher os deputados e para a lista tríplice do senado] correram na mais perfeita tranquilidade[...]”, mas prossegue “É verdade que em mais de uma ata lê-se longos protestos contra supostas violências, mas em frases vagas e completamente destituídas de fundamento”³⁰⁶.

5.7. Municipalidades

A interlocução com os municípios ocorreu essencialmente através das câmaras municipais. Assim, os ofícios incluídos nessa categoria ou destinavam-se diretamente às câmaras (94,7%), ou as envolviam diretamente. A título de exemplo, em 15 de março de 1869 o presidente Pinto e Silva advertiu as câmaras de Rio Grande e Porto Alegre que o tesoureiro das loterias da província havia representado “contra o fato de serem ocultamente vendidas nessa cidade bilhetes de loteria de fora da Província, sem que se exija dos vendedores o pagamento do imposto estabelecido”³⁰⁷ e exigiu maior vigilância. No dia 20 do mesmo mês o presidente oficiou ao tesoureiro informando que a câmara de

³⁰⁶ Relatório do Presidente da província do Rio Grande do Sul, Antônio da Costa Pinto e Silva, 20/05/1869. Disponível em http://ddsnext.crl.edu/titles/182?terms=&item_id=4600#?c=4&m=50&s=0&cv=1&r=0&xywh=119%2C1227%2C2117%2C1162 Acessado em 11/12/2019.

³⁰⁷ A-5 15 Câmaras Municipais. 15/03/1869. Destacamos que, nesse caso, o mesmo ofício foi incluído na categoria *Municipalidades e Outros*.

Porto Alegre alegou desconhecer tal fato, solicitando, por isso, do tesoureiro os nomes dos indivíduos que estariam praticando as ilicitudes³⁰⁸.

Contudo, de maneira geral a comunicação com as câmaras concentrou-se na aprovação de arrematações, realização de obras e na vigilância sobre o processo eleitoral, dado que os vereadores deveriam encaminhar as atas do processo eleitoral à presidência, bem como prestar contas do juramento e posse dos novos eleitos na esfera local, fossem vereadores ou juízes de paz. Além disso, as felicitações do presidente as novas composições das câmaras que haviam tomado posse integram essa categoria, perfazendo 14% dos ofícios.

A atuação das câmaras municipais era bastante limitada e todas as suas decisões requeriam a aprovação da assembleia provincial, desde a criação e remuneração de empregos municipais, as propostas para obras, a aprovação do código de posturas municipais. Todavia, as assembleias provinciais reuniam-se uma vez ao ano, resultando disso que, nos longos períodos em que essa instituição não estava funcionando, o presidente incorporava muitas funções desse poder em caráter provisório, desde a aprovação dos códigos de postura até a deliberação sobre pedidos para contratação e pagamento de funcionários municipais. Nenhum assunto, todavia, foi mais recorrente do que a arrematação de impostos e a liberação de verbas.

5.8 Obras públicas

A atuação do presidente no que diz respeito à área das obras públicas estava diretamente vinculado às competências impostas a ele na lei que regulamentava as tesourarias provinciais de 1831. Cerca de 32% das comunicações do presidente nessa categoria informavam ao órgão ou pessoa competente pela execução de uma determinada obra que havia ordenado à fazenda provincial que liberasse as verbas necessárias. A presidência também auxiliou no planejamento e execução das obras através do envio ou solicitação de pareceres, orçamentos e projetos.

A comunicação com a repartição de obras públicas não era numerosa, podendo ser esse fato resultante da ausência de algum códice, mas pode-se inferir que a presidência

³⁰⁸ A-5 117 Autoridades Diversas 20/03/1869.

atuou, também aqui, como intermediária entre as repartições, as comissões de fiscalização e execução e as câmaras municipais. Assim, todas as propostas e orçamentos eram enviadas ao presidente, que as submetia à avaliação da repartição de obras públicas e à fazenda provincial. Essas propostas, uma vez examinada e aprovadas, eram devolvidas à instituição proponente, com as devidas orientações.

Além do desempenho da função de mediador, ressalta-se aqui a vigilância e a regulação exercidas pela presidência, traduzidas não apenas na nomeação de comissões, como expusemos anteriormente, mas na regulação dos contratos firmados. Em alguns casos, o presidente concordou em fazer alterações nos contratos, em outros, autorizava a rescisão de contratos e chegou a instruir a câmara de Porto Alegre, em maio de 1869, poucos dias antes de deixar o cargo, a aplicar uma multa ao empreiteiro contratado para realizar a construção do novo mercado pública da capital, porque a obra estaria “muito atrasada”³⁰⁹.

O presidente também nomeou os indivíduos que integrariam as comissões. Dos 16 ofícios que comunicam a nomeação para comissões de execução e fiscalização das obras, 11 eram destinados a pessoas cujos nomes são acompanhados de distintivos sociais, como padre, cônego, doutor, capitão, tenente. É aqui onde constatamos o maior envolvimento de pessoas privadas nas atividades da administração. Além das atividades de fiscalização e execução, nas comissões ou como arrematantes, alguns habitantes também contribuía com o financiamento das obras. Para a construção de um cais de pedra na capital, por exemplo, no lugar denominado praia de Belas, “os moradores daquele lugar concorreram com a quantia de dois contos de réis, a Baronesa do Gravataí com o aterro necessário para a estrada e alguma pedra e Camilo Mendes com a que a que for necessária que deverá ser extraída por conta da obra”³¹⁰.

5.9. Justiça

A aplicação da justiça foi um assunto pouco presente na interlocução do presidente com qualquer dos agentes que integravam os circuitos comunicacionais da presidência da província. No sentido descendente, a incidência do tema não chegou a um por cento. Como o volume de comunicações acerca de pautas da justiça foi bastante baixo no

³⁰⁹ A-5 15 Câmaras Municipais, 11/05/1869.

³¹⁰ Relatório do presidente da província Antônio da Costa Pinto e Silva, 20/05/1869. p. 28.

circuito interno, era esperado que o presidente tivesse pouco a reportar ao ministério, o que de fato se deu, visto que, na direção ascendente, cerca de 2,6% dos atos comunicativos concerniam à aplicação da justiça ou ao desempenho de funcionários da área.

No entanto, a maior parte dessas comunicações consistia em avaliações do exercício do cargo de juízes municipais e promotores. Essas avaliações, que foram analisadas anteriormente, foram contabilizadas tanto na categoria *cargos*, quanto em *justiça*, uma vez que também apresentam relatos da atuação de juízes e promotores em casos específicos. No relatório com o qual passou a administração ao vice-presidente, Pinto e Silva elencou na seção “administração da justiça” apenas assuntos relativos ao provimento dos cargos. Assim, a apreciação das comunicações emitidas pela presidência reforça a constatação de que a interferência da presidência da província na aplicação da justiça era circunscrita ao gerenciamento de uma parcela dos cargos e ao recolhimento de informações sobre o exercício dos mesmos cargos.

Uma vez que o conjunto documental utilizado para quantificar as emissões da presidência ao ministério da justiça foi composto pelas comunicações recebidas por esse ministério, é possível que a ausência de documentos seja um fator significativo, oferecendo menos segurança do que o *corpus* documental constituído pelo registro das comunicações enviadas pela presidência da província, pelas razões já observadas. Não obstante essa possível lacuna, o levantamento realizado revela que a presidência da província não era uma autoridade à qual os magistrados, promotores ou demais interessados, recorriam para encaminhar dúvidas ou reclamações às instâncias superiores acerca dos processos em curso, ainda que estivessem aptos a tratar dessas questões. Martins ponderou o conselho de Estado, na seção de Justiça, “funcionava como um último estágio para julgamento de recursos”. O percurso que os processos percorriam até chegarem ao conselho de Estado começava

[...]na instância competente do judiciário local, ou seja, subdelegados, delegados, juízes de paz, juízes municipais ou juízes de direito; conforme a natureza da causa, passavam aos tribunais da Relação e, mais adiante, ao procurador da Coroa, cujo parecer encontrava-se quase sempre incluído nos processos. Em princípio, o que deslocava um determinado processo dos trâmites tradicionais do judiciário, na 3ª instância, para o âmbito do Conselho de Estado, era sua caracterização como *conflito de jurisdição*³¹¹.

³¹¹ MARTINS, *A velha arte de governar*, op. cit., p. 279.

Como expusemos anteriormente, o poder judiciário dispunha de órgãos com competência específica para deliberar acerca das questões de justiça que atuavam paralelamente à estrutura executiva. Nos poucos casos em que a presidência ocupou-se dessas questões, a atuação do deu-se no sentido de encaminhar as questões ao ministério da Justiça. A título de exemplo podemos citar o encaminhamento de uma consulta do Juiz Municipal de São José do Norte, quanto à legalidade de uma sentença proferida pelo júri³¹², e a outra tratava-se também de um encaminhamento de um ofício do juiz de direito de Rio Grande, já em resposta a um aviso do ministro sobre um recurso³¹³. A resposta a esses ofícios viria em forma de aviso, que podiam “anular ou alterar decisões de sentenças judiciais”³¹⁴, dado ser a interpretação das leis por parte dos ministros, através da emissão de avisos, uma prática comum.

5.10. Outros

Como primeira autoridade da província, para além das suas competências, era responsabilidade do presidente arbitrar acerca de qualquer ocorrência que tivesse lugar na província e que se encontrasse no âmbito dos *vazios institucionais*³¹⁵, ou seja, para as quais não houvesse qualquer previsão de legal. Esse é um dos fatores que contribuíram para o elevado volume de comunicações enquadradas na categoria *outros*. O ofício enviado a Aníbal Antunes Maciel, futuro Barão de Três Coroas, retrata uma situação realmente excepcional. Segundo o documento, o presidente foi informado que na fazenda nacional do Bojuru, da qual Antunes Maciel era arrendatário, existiam “dois vasos perfeitos contendo ossos humanos pertencendo a indivíduos da tribo de Guarany, informe V. S^a. a respeito, pois que caso afirmativo devem ser esses vasos ser remetidos ao Governo Imperial para depositarem-se no Museu Nacional”³¹⁶. Esse foi, sem dúvida, um dos documentos mais singulares encontrados nesse conjunto documental. Para fins

³¹² IJ1 - 591 Justiça. 19/10/1868.

³¹³ IJ1 - 591 Justiça. 07/10/1868

³¹⁴ COELHO, Fernando Nagib Marcos. *Tipos normativos e separação dos poderes: a função política do aviso ministerial na regência (1831-1840)*. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-graduação em Direito. 2016, p. 175.

³¹⁵ Expressão utilizada por FERNANDES, *O Império e a província*, op. cit., p. 354.

³¹⁶ A-5 117 Autoridades diversas, 05/12/1868.

ilustrativos, poderíamos transcrever uma variedade de situações. Contudo, por ora é suficiente explicitar a diversidade e singularidade temática contida nessa categoria.

Por outro lado, algumas temáticas, embora não únicas como no caso acima, foram o mote de tão poucas comunicações ou de temas de pouco impacto na administração, que a formulação de uma nova categoria perderia o valor explicativo. Por fim, houve um tipo de comunicação bastante numeroso (35,6% da categoria), mas que não poderia ser classificada de outra forma: os ofícios que acompanhavam o envio de exemplares para toda sorte de instituições, autoridades e particulares³¹⁷. Tratavam-se de exemplares sobre a província, podiam ser estatísticos e geográficos, das leis aprovadas pela assembleia provincial, dos atos e decretos do presidente ou ainda dos relatórios da presidência. A ampla distribuição desses materiais indica a importância da difusão dos conhecimentos gerais sobre a província³¹⁸.

O mesmo fenômeno se deu no sentido ascendente: a incidência de comunicações que não se enquadram em nenhuma das categorias anteriormente definida e, assim como verificado no circuito interno à província, os ofícios que acompanhavam o envio de exemplares também foram os mais numerosos dentro da categoria *Outros* (49,4%). Não foram relatados casos tão excepcionais quanto o das ossadas de índios guaranis narrado acima. Os ofícios dessa categoria conduzidos pelo circuito externo abordaram mais usualmente questões pouco recorrentes, mas de competência da presidência, como relatado em um ofício no qual Pinto e Silva participa ao ministro do Império ter mandado a tesouraria provincial pagar sob sua responsabilidade e nos termos da lei, as despesas feitas para socorrer um município da província que estava enfrentando uma epidemia de disenteria³¹⁹.

Incluídos nessa categoria estão também dois pareceres produzidos pelo presidente Pinto e Silva, a pedido do ministro do Império, sobre requerimentos enviados o mesmo ministério solicitando a graça de conceder títulos nobiliárquicos. Em ambos os casos o presidente julgou não serem os requerentes merecedores da mercê que pretendiam. Um deles era o negociante Wenceslau Joaquim Alves Leite, que “alegando os serviços que

³¹⁷ Os exemplares eram enviados diversas autoridades da província, às praças de comércio de Rio Grande e Porto Alegre, aos provedores das Santas Casas de Caridade, às câmaras municipais, ao diretor do arquivo público e também a importantes personalidades, como políticos e médicos.

³¹⁸ Ressalvamos que esses exemplares também eram remetidos a autoridades e pessoas de outras partes do império e da Corte, mas que os registros desses envios não foram contabilizados nesse momento, por estarmos centrados na investigação dos circuitos internos de comunicação.

³¹⁹ A-2 54 Império, 27/04/1869.

prestou em relação à guerra com o Paraguai, pede [...] uma graça”. Pinto e Silva informa que o negociante já havia pleiteado junto ao governo “idêntica petição em março de 1867, que foi indeferida, tendo sido informado por um dos meus antecessores nos termos do ofício incluso por cópia devendo acrescentar que penso que o suplicante, que foi um dos fornecedores do exército”³²⁰. Tal préstimo, entretanto, não foi o suficiente para que o presidente ponderasse a favor do negociante.

Esse ofício dá pistas sobre a dinâmica interna do funcionamento da presidência, considerando-a aqui conjuntamente com a secretaria, e exemplifica a noção de *memória administrativa*. Uma vez chegado o aviso do ministério solicitando o juízo do presidente sobre o requerimento em questão, os papéis passariam por diversos empregados, pelo chefe da respectiva seção, pelo oficial maior, até chegar ao secretário da presidência. O último, o secretário Manuel José de Menezes Prado, era novo naquela secretaria, mas a maioria dos demais empregados já acumulava alguns anos de serviço, ou até décadas, naquela repartição. Assim, ao depararem-se com uma petição já vista aproximadamente dois anos antes, notificaram o presidente.

A governação da província envolvia uma extensa variedade de assuntos, com diferentes graus de complexidade. O esforço em agrupar esses assuntos em categorias nos permitiu apreciar como os mesmos temas eram abordados na interlocução com as autoridades provinciais e com o governo central. Dessa forma, identificamos temas caros à administração, como a mobilização da força da província e o provimento de cargos gerais, e mapeamos as áreas que sofriam maior ingerência do governo provincial, geral ou de outros poderes, como o judiciário. A partir disso, observamos que o movimento efetivado pelo governo imperial nas décadas de 1840 e 1850 para centralizar a estrutura administrativa não ocorreu em direção a um único centro de poder, pois, ao passo que algumas áreas tivera sua administração concentrada nas mãos do governo central, outras ficaram sob a alçada da presidência da província. Nesse sentido, verificou-se uma regionalização da atividade administrativa de matérias relativas à polícia e à guarda nacional, por exemplo. No capítulo seguinte investigaremos como era o repertório de práticas administrativas à disposição do presidente para arbitrar acerca dos temas já analisados.

³²⁰ A-2 54 Império, 31/01/1869.

CAPÍTULO 6: A ATUAÇÃO DO PRESIDENTE NO COTIDIANO DA ADMINISTRAÇÃO

Vistos os interlocutores e os principais temas das comunicações expedidas pelo presidente da província, esse capítulo será dedicado ao mapeamento e análise das principais formas de atuação institucional do presidente nessas comunicações. Desse modo, se observará que algumas ações eram tomadas em direção a uma única esfera de poder, ao passo que outras podiam se dirigir tanto ao sentido ascendente, quanto descendente. Contudo, nesses casos, as diferenças de percentuais evidenciam a diferença de atuação que era desempenhada pelo presidente e revelam seu papel para o governo da província e do império.

Nesse sentido, o presidente ordenava como as autoridades provinciais deveriam proceder ou informava as decisões que já haviam tomado face às situações surgidas. Na outra ponta, constata-se que o percentual de pedido de aprovação junto ao governo central para essas decisões era bastante baixo, apontando para uma certa autonomia da presidência, assim como para a regionalização da administração. Lembrando que, como observado no capítulo anterior, essa constatação se aplica a algumas matérias da governação, enquanto outras, como a justiça, sofriam maior interferência do poder central, tanto do poder executivo, quanto do judiciário. Ademais, ainda que ao presidente estivessem subordinadas todas as autoridades e pessoas que se encontrassem na província, sua atuação se concentrou na esfera civil e militar, mas teve pouca ingerência na esfera eclesiástica, por exemplo. Portanto, tratava-se de uma das várias partes que influenciavam na governança do território, mas uma parte, sem dúvida, relevante.

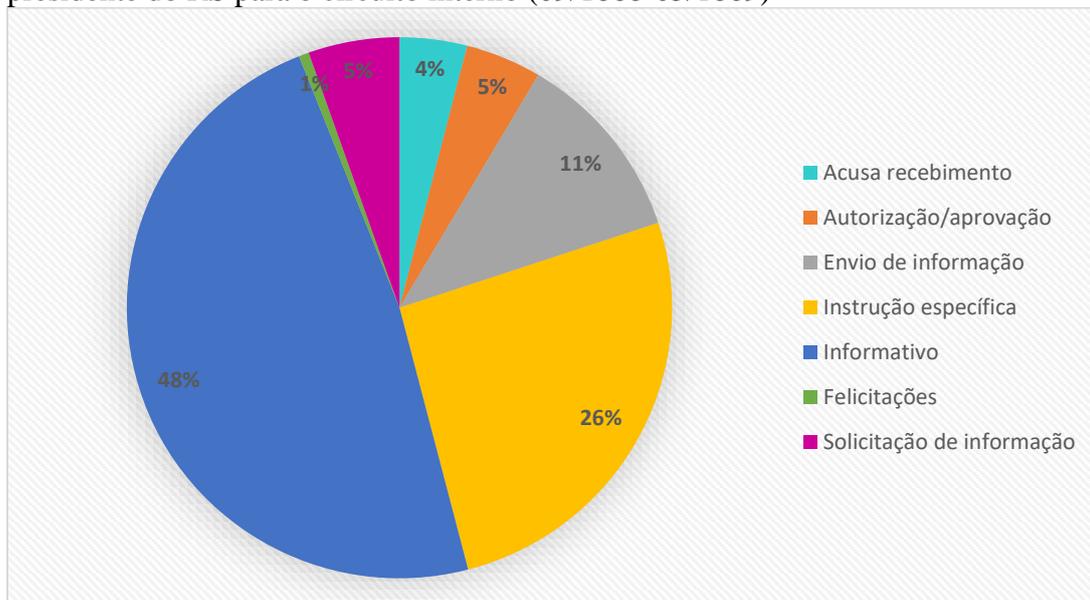
6.1. Atuação no circuito interno

O exame das comunicações como está posto abaixo possui o intuito de demonstrar os diferentes mecanismos disponíveis que compunham o modo de governar da presidência da província, bem como a recorrência dos mesmos em termos quantitativos. Em que pese a pertinência dessa distinção, é preciso ressaltar que o processo de exame e resolução de uma situação específica poderia perpassar diversos desses mecanismos.

Elucidado este ponto, passemos à exposição. As práticas governativas utilizadas pelo presidente nas comunicações podem ser compreendidas a partir de sete tipologias:

- *Informativo*: informava decisões adotou ou ordens que proferiu.
- *Instruções específicas*: determinava a maneira pela qual um procedimento deveria ser feito.
- *Envio de informação*: repassava informações oriundas das instâncias superiores às autoridades provinciais, intermediava a troca de informações entre autoridades provinciais, respondia a consultas sobre a aplicação da legislação.
- *Autorização e aprovação*: apreciava pedidos para realizar alguma ação ou aprovava ações já efetivadas.
- *Solicitação de informação*: autoexplicativo.
- *“Acusa recebimento”*: respondia ao remetente de uma comunicação que estava ciente do que havia sido comunicado.
- *Felicitações*: felicitava alguém pela posse de algum cargo ou por uma atuação bem-sucedida.

Gráfico 9: Ações do presidente da província nas comunicações expedidas pelo presidente do RS para o circuito interno (09/1868-05/1869)



6.1.1. Informativo

A atuação do presidente estava centrada na deliberação acerca de alguma questão ou nas ordens dadas transmitidas para colocar essa deliberação em prática, tipologia que denominamos *informativa*. A maior parte dessas deliberações eram relativas aos cargos e seus ocupantes em diversas áreas (68%), as quais encerravam uma série de situações e

constituíam uma matéria essencial para a governação, como demonstramos na análise dos temas que pautavam a comunicação.

Através da notificação de decisões tomadas face a um pedido ou comunicação que teve origem em ofício enviado por alguma autoridade província, nos é permitido diagnosticar o exemplo mais preciso da relevância da mediação horizontal que o presidente exercia entre agentes e instituições situados na província. É sintomático desse quadro as comunicações que revelam determinações dadas à tesouraria da fazenda provincial. Não é oneroso lembrar que não dispomos de códices de ofícios e ordens enviados à fazenda provincial, de modo que os registros que possuímos de comunicações diretas com agentes dessa repartição são bastante escassos. Apesar disso, é possível encontrar pistas de como era a relação entre presidência e setores da fazenda provincial, as quais estão dispostas, sobretudo, nos ofícios contendo informações de ações já efetivadas pelo presidente. Assim, em 4,5% dessas comunicações o presidente informou haver dado as mais diversas ordens à tesouraria provincial, que compreendiam a liberação de verbas, o pagamento de empregados e o pagamento de despesas diversas, tais como aluguel de prédios, transporte de presos e fornecimento de materiais.

6.1.2. Instruções específicas

As *instruções específicas*, por seu turno, eram transmitidas através de ofícios ou, mais comumente, de ordens, as quais

[...] pressupunham a eminente [sic] execução de uma diligência ou a imediata obediência de um comando, tendo o imperativo como modo verbal predominante. O texto principiava ou vinha encimado com palavras tais como “ordeno” ou “mando”. Contudo, há um outro uso social para as ordens e que está associado à transmissão, ou investidura, de uma autorização ou capacidade ao portador que atua, nesse sentido, com o consentimento e respaldo do Governador³²¹.

As comunicações contendo *instruções* diferenciam-se das comunicações *informativas* porque nessas o presidente informava que deu uma ordem a alguém, ao passo que nas *instruções* ele transmitia uma ordem e o modo como ela deveria ser executada. Nesse sentido, é interessante observar o cuidado em instruir as autoridades a prestar as informações adequadamente. Desse modo, não bastava que a informação fosse

³²¹ CURVELO, *Governar Pernambuco e as “capitanias anexas”*, op. cit., p. 391.

remetida pelas autoridades provinciais, ela deveria ser remetida da forma correta, revelando uma ação normatizadora das instituições e autoridades. Essa preocupação era justificada, dado que parte da autoridade do presidente residia justamente na capacidade que ele possuía de sistematizar e repassar essas informações e um rompimento nessa cadeia de informações prejudicava o funcionamento de todo o sistema administrativo³²². Por isso, o presidente cobrava incisivamente o envio de mapas estatísticos das repartições – como pode-se depreender do ofício enviado ao subdelegado do distrito de Dom Pedrito, informando que as explicações alegadas para não haver o dito subdelegado remetido o mapa da força policial no distrito não eram verdadeiras, devendo ele produzir e enviar o mapa com a máxima brevidade³²³ – e, por vezes, passava instruções detalhadas de como eles deveriam ser produzidos³²⁴.

Caso essas informações não fossem encaminhadas observando as recomendações, o presidente “devolvia” o mapa ou relatório, determinando que os mesmos fossem confeccionados seguindo as orientações. Mas há que se atentar para outro aspecto desvelado por essas ordens: elas expõem o descompasso, ou, mais precisamente, a fricção entre as pretensões normatizadoras e uniformizadoras da administração provincial e a ações baseadas nas realidades e costumes locais, as quais ora se afinavam, ora se opunham, consoante a conjuntura e os interesses pessoais em jogo.

Mais da metade dessas instruções (53%) foram dirigidas às autoridades ligadas à mobilização e logística da força na província³²⁵, consequência tanto do contexto de guerra, quanto da centralidade do tema para o governo. Parte significativa dessas instruções eram ordens para a dispensa de guardas nacionais (cerca de 23%) e militares, o que era sintomático do estágio em que estava o enfrentamento com o Paraguai, que havia vivenciado sua última grande batalha campal em fins de 1868.

³²² BANKS, Kenneth J. *Chasing empire across the sea: communications and the state in the Franch Atlantic, 1713-1763*. p. 215.

³²³ A-5 55 Delegados de polícia, 20/10/1868.

³²⁴ Veja-se o exemplo fornecido pela ordem ao comandante da guarda nacional de Pelotas: "Para que esta Presidência possa dar cumprimento ao disposto no Aviso do Ministério da Justiça de 20 de Julho do ano próximo findo, faz-se preciso que V. S^a remeta com a máxima brevidade um mapa da força da GN desse Superior Comando que marcha para a campanha do Paraguai, devendo esse mapa, que já lhe foi exigido por ofício circular de 17 de Agosto do dito ano, designar não só o nome de praças mas detalhadamente as respectivas graduações, os corpos a que pertencem e aqueles que marcharam". A-4 83 Guarda Nacional Pelotas, 08/02/1869.

³²⁵ Lembrando que na categoria Força estão incluídas autoridades e agentes da guarda nacional, do exército, da polícia, bem como o comandante do exército, o comandante das armas da província e o diretor do arsenal de guerra.

Em segundo lugar estavam as ordens dadas a autoridades e agentes da marinha e da navegação, que quase na totalidade tratavam-se de determinações para que fosse concedida a passagem a bordo das embarcações para empregados do governo – frequentemente a empregados da alfândega e da repartição de obras públicas, mas, majoritariamente, a militares, guardas nacionais e policiais em deslocamento para o cumprimento de uma tarefa. Dentre as instruções restantes, de caráter e destinatários variados, podemos ainda assinalar aquelas enviadas às câmaras municipais (6%), contendo principalmente ditames acerca do processo eleitoral.

Os percentuais das tipologias *instruções específicas* e *informativa* somados ultrapassam a marca dos 70% de comunicações emitidas pela presidência da província. Embora elevado, esse número não causa estranheza, uma vez que dentre as atribuições conferidas ao presidente pelo regimento de 1834 estavam: executar as leis, exigir dos empregados as informações e participações que julgar convenientes para a boa execução das leis e inspecionar todas as repartições e dar as providências necessárias para que estejam, e se conservem segundo as leis³²⁶. Ou seja, uma parcela significativa do exercício da administração consistia em dar as ordens e proceder às verificações necessárias para que os negócios provinciais fossem desenvolvidos em acordo com a lei, visando o “bem comum”.

Em que pese as categorizações analíticas serem distintas das aqui elaboradas, é factível, nesse aspecto, traçar um paralelo com o diagnóstico enunciado por Hugo Araújo acerca da atuação dos governadores-gerais no século XVII e observar a sobrevivência desse padrão governativo. Araújo constatou que a categoria governação, que englobava “instruções e ordens encaminhadas aos oficiais de governo”³²⁷, abrangia mais da metade da correspondência expedida dos governadores-gerais, levando o autor a afirmar que “esses dados nos permitem vislumbrar como o cotidiano das ações de governo concentrava na maior parte de seu tempo para as ações voltadas para a gestão, supervisão e comunicação dos oficiais subordinados”³²⁸. Note-se, assim, a perpetuação de um padrão de governabilidade, no que diz respeito à atuação das autoridades político-administrativas

³²⁶ BRASIL, Lei N. 40 de 3 de outubro de 1834. Artigo 5º, parágrafos 1, 2 e 3, respectivamente,

³²⁷ A essa categoria corresponde 52,62% do total de missivas analisadas pelo autor. ARAÚJO, *Op. cit.*, 2018, p. 164.

³²⁸ ARAÚJO, *Op. cit.*, 2018, p. 165.

situadas em instâncias intermediárias³²⁹, indicando a centralidade das mesmas para a governança do território, não obstante, obviamente, as importantes adaptações e transformações em seu interior.

6.1.3. Envio de informações

A tipologia intitulada *envio de informação* é a que mais acentuadamente deixa entrever a atuação do presidente como intermediário entre autoridades, instituições e população em geral, bem como na difusão de notícias na província. Essa performance mediadora processou-se entre estratos distintos da hierarquia governamental e nos dois sentidos – da província para o centro e vice-versa. Todavia, a análise centrada nos circuitos provinciais favoreceu a observação do repasse de informações e instruções do governo central às autoridades provinciais e locais. De fato, 16% das informações enviadas pelo presidente através do circuito comunicacional interno eram originadas do governo central, nessa porcentagem estão incluídas as transmissões de respostas a consultas feitas ao conselho de Estado, resoluções de questões submetidas à apreciação em diversos ministérios, transmissão de avisos e circulares³³⁰.

Não obstante, muitos questionamentos encaminhados à presidência da província não careciam de consultas a instâncias superiores do governo, sobretudo as consultas que continham dúvidas simples quanto à aplicação da lei em determinada situação. Em fevereiro de 1869, por exemplo, Pinto e Silva respondeu à consulta realizada pela câmara municipal de Taquari, na qual essa questionava, como se pode inferir pela resposta, se poderia a dita câmara funcionar com menos de cinco vereadores³³¹. Os vereadores de São Gabriel também enviaram ao presidente sua dúvida, mas desta vez indagando se estava a câmara autorizada a cobrar impostos das carretas que transitavam pelos distritos do município transportando cargas e pessoas³³². A essa consulta o presidente informou que estavam as carretas sujeitas a impostos.

³²⁹ Não ignoramos a vastidão dos territórios sob jurisdição dos governadores-gerais, ainda assim, eles eram intermediários em uma cadeia de hierarquia entre centro do império português e as autoridades das conquistas.

³³⁰ Convém assinalar que as circulares eram remetidas à presidência da província para que fossem repassadas a várias autoridades (por exemplo: todas as câmaras municipais ou todos os comandos superiores da guarda nacional). Em que pese o conteúdo idêntico, cada envio da uma mesma circular foi contabilizada como uma comunicação, uma vez que são sinalizadores importantes do papel do presidente na difusão de ordens advindas da Corte.

³³¹ A-5 15 Câmaras municipais. 18/02/1869.

³³² A-5 15 Câmaras municipais. 09/03/1869.

Em decorrência dos padrões de fluxo comunicacional já descritos, o presidente desempenhava também uma “mediação horizontal entre os agentes e instituições alocados no território provincial”³³³. Isso significa que raras vezes a comunicação entre esses agentes se dava de forma direta, independente da finalidade. São exemplos as inspeções de saúde realizadas por juntas médicas, frequentemente alocadas na capital da província, em empregados públicos quando iam tomar posse do cargo ou em militares e guardas nacionais quando solicitavam licenças. Concluída a inspeção, a junta enviava o parecer ao presidente que, de posse do resultado, dispunha de dois caminhos: ou fazer uma determinação acerca do destino daquele empregado³³⁴, ou enviar a informação da inspeção para que a autoridade competente decidisse como prosseguir. O mesmo ocorria com outros tipos de pareceres, como orçamentos e plantas que eram aprovados pela repartição de obras públicas e eram enviados ao agente ou comissão responsável pela obra, assim como pareceres da tesouraria da fazenda sobre contratos e orçamentos.

Havia ainda os casos em que o presidente recebia uma denúncia de irregularidades ou de condutas impróprias. Nesse cenário, o presidente comunicava à autoridade denunciada o ofício da denúncia que havia recebido, para dar ciência que teria início um processo de averiguação. Em algumas circunstâncias, como se verá a seguir, essa notificação já era acompanhada de uma exigência de esclarecimentos, de uma *solicitação de informação*, em outras tinha o objetivo apenas de comunicar a recepção queixa³³⁵.

6.1.4. Solicitação de informação

O leque de assuntos sobre os quais eram requeridas informações era abrangente. Dentre os mais numerosos estavam os pedidos de envio de atas do processo eleitoral (17,5%), necessárias para que o presidente fiscalizasse os pleitos e prestasse contas ao governo. Seguiam as solicitações de informações para a produção de relatórios (11%). Essa variedade de solicitação comunicação tinha por finalidade recolher as informações necessárias para a confecção dos relatórios presidenciais, ou, ainda, exigir os relatórios

³³³ FERNANDES, *As províncias do Império*, Op. cit., p. 180.

³³⁴ Nos casos em que o presidente tomava uma decisão com base na avaliação da junta médica, o que ocorreu recorrentemente nas inspeções de militares ou guardas nacionais, e apenas informava essa decisão à autoridade competente, as comunicações foram enquadradas na tipologia *informativo*.

³³⁵ À título de exemplo, transcrevemos o ofício dirigido na câmara municipal de Itaquí, no qual o presidente declara: “Remeto a Vmcê. para informar a inclusa representação que dirigiu a esta Presidência o cidadão José Joaquim de Oliveira queixando-se por não ter essa Câmara expedido as necessárias ordens para presidir a eleição de Juiz de Paz e Vereadores da Freguesia dessa Villa, visto ser ele o Juiz de Paz mais votado”. A-5 115 Câmaras municipais, 01/10/1868.

das repartições administrativas, como da colonização ou instrução pública, para que fossem anexados ao relatório do presidente. Menos expressivas, mas igualmente sintomáticas, foram as ocasiões nas quais o presidente cobrou o envio de informações para a confecção dos relatórios ministeriais.

O presidente recorria a esse recurso para pedir a opinião de autoridades sobre propostas de preenchimento de cargos que havia recebido, para decidir sobre petições e mesmo para avaliar a pertinência de um projeto. Assim, as propostas de modificações na estrutura do corpo policial da província ou nos comandos superiores da guarda nacional eram encaminhadas ao comandante das armas, para que esse desse parecer sobre a conveniência de determinado plano³³⁶. Do mesmo modo, quando recebia comunicados de conflitos ou denúncias de ilicitudes, quer praticadas por autoridades ou por civis, o primeiro passo era requerer explicações dos envolvidos³³⁷.

6.1.5. Aprovação e autorização

As *aprovações* e autorizações referiam-se tanto a ações já realizadas e que foram submetidas à aprovação a posteriori, quanto às proposições que careciam de aprovação do presidente para serem executadas, de maneira que ambos os termos eram empregados como sinônimos. Por outro lado, os pareceres negativos expedidos pela presidência apresentavam uma distinção: quando um requerimento ou petição era negado utilizava-se o termo “indeferido”, ao passo “não aprovado” era aplicado as demais situações.

As aprovações destinavam-se principalmente às ações das autoridades da *força* (38%), da *instrução pública* (19,5%) e das *câmaras municipais* (16,5%), dados condizentes com os resultados obtidos na averiguação dos principais interlocutores da presidência da província, inclusive na mesma ordem de importância percentual. No que concerne às autorizações das atividades desempenhadas pelas autoridades ligadas à força, não existiu um tema predominantes, sendo estas destinadas a dispensas do recrutamento,

³³⁶ As propostas de modificações podiam advir de outras áreas. Em maio de 1869 o presidente pediu opinião do comandante das armas sobre a proposta da fazenda provincial de reduzir o corpo provisório destacado em São Borja. Os comandantes superiores também podiam ser convocados a manifestar suas opiniões sobre projetos anteriores, como ocorreu com o comandante superior da guarda nacional de Rio Grande, que foi questionado sobre a proposta de seu antecessor de extinguir um dos batalhões da reserva daquele comando. A-4 35 Comando das Armas, 07/05/1869 e A-4 85 Comando Superior da Guarda Nacional de Rio Grande, 22/09/1868.

³³⁷ O comunicado da recepção de queixas à parte denunciada, como vimos, podia caracterizar envio ou solicitação de informação. Foram consideradas como solicitação de informações as comunicações que tinham como objetivo obter esclarecimentos sobre a denúncia.

pedidos de forças destacadas, contratos para fornecimentos de medicamentos e alimentos e nomeações. Por seu turno, as autorizações concedidas ao inspetor geral da instrução pública referiam-se à contratação de professores por um período determinado, conforme elucidado anteriormente. É ainda conveniente lembrar que as câmaras necessitavam da aprovação presidencial para iniciarem e prosseguirem com projetos de obras, reparos e qualificações eleitorais. Ademais, as questões relativas a orçamentos e empregos municipais, embora estivessem sob jurisdição da assembleia provincial eram levadas à apreciação do presidente que em caráter provisório as aprovava ou não, quando a assembleia encontrava-se em recesso

6.1.6. Acusa o recebimento

Usualmente, o presidente respondia *acusando o recebimento* e declarando-se “ciente” a comunicações acerca das quais não havia nada a ser feito, que tinham como objetivo unicamente dar ciência ao presidente de um acontecimento ou do cumprimento de uma obrigação previamente definida. Dentre os inúmeros exemplos possíveis, está o ofício enviado à câmara municipal de Porto Alegre “acusando o recebimento do ofício” avisando que os vereadores haviam prestado juramento³³⁸, ou que o chefe de polícia tinha mandado os desertores da guarda nacional e da polícia se apresentarem ao quartel general do comando das armas³³⁹. Excepcionalmente, ofícios com informações relevantes foram respondidos dessa forma, mas essa situação foi verificada apenas três vezes, nas quais o presidente declarava estar ciente das informações prestadas por autoridades acerca dos movimentos nas fronteiras da província. Nesses casos, percebemos que o encaminhamento da questão não respeitava ao remetente.

Por mais insignificante que possa parecer, a resposta do presidente declarando estar ciente de determinada situação cumpria uma função importante na governação e no estabelecimento de uma relação profícua com os empregados públicos e demais agentes do Estado. Essa resposta significava que o presidente havia dispendido atenção àquela comunicação e àquele interlocutor, ao mesmo tempo em que cumpria sua função como governante de manter-se informado³⁴⁰.

³³⁸ A-5 Câmaras Municipais, 03/02/1869.

³³⁹ A-5 52 Chefe de Polícia, 22/10/1868.

³⁴⁰ BRENDENCKE, 2016, Op. cit., p. 113.

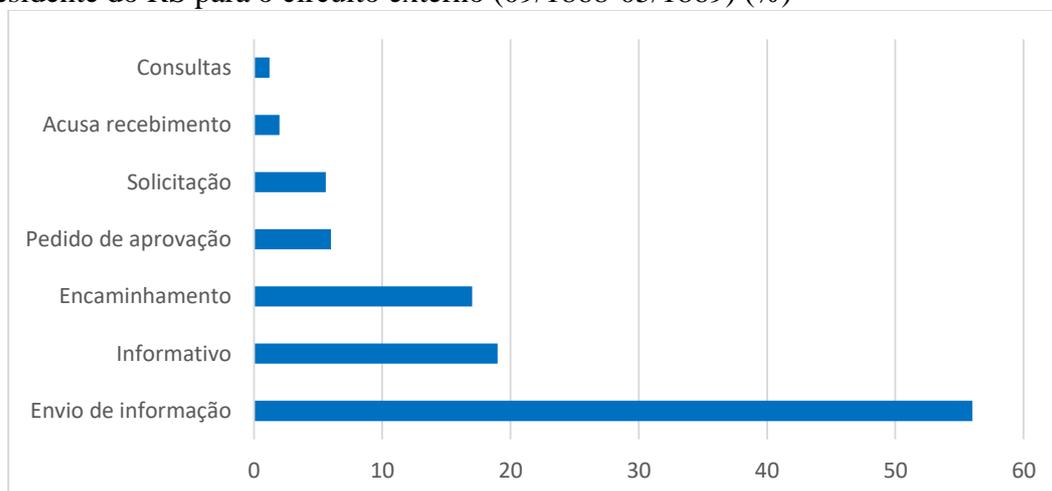
6.2. Atuação do presidente circuito externo

A frequência da interlocução da presidência com as autoridades do circuito externo era inferior à verificada no circuito interno, pelas variáveis já abordadas no capítulo três. Decorria disso que uma parcela da comunicação política que circulava nesse âmbito portava mais de uma finalidade. Por exemplo, um mesmo ofício podia notificar uma decisão da presidência, ao mesmo tempo em que continha uma solicitação. Por essa razão, a observação da atuação do presidente de província em relação à Corte e com as demais autoridades que não estavam sob sua jurisdição, será analisada com base na incidência pela qual determinada ação estava descrita na comunicação política, seguindo a mesma metodologia empregada no exame dos temas da comunicação.

As tipologias *envio de informação*, *acusa recebimento* e *informativo* também estavam presentes nos circuitos comunicacionais externos, ainda que com percentuais bastante distintos dos verificados no circuito interno. Contudo, observa-se modificações nas formas de atuação do presidente que acarretam o aparecimento de novos eixos de atuação, concomitante à ausência de eixos anteriormente verificados. As novas categorias foram

- *Encaminhamento*: direcionava as comunicações que relatavam casos cuja solução ultrapassava a alçada da presidência.
- *Solicitações*: pedidos da presidência ao governo central.
- *Consultas*: apresentação de dúvidas ao governo sobre como proceder diante uma determinada situação.

Gráfico 10: Ações do presidente da província nas comunicações expedidas pelo presidente do RS para o circuito externo (09/1868-05/1869) (%)



6.2.1. Envio de informação

A primeira e mais evidente constatação a partir da apreciação do gráfico é a de que mais de metade das comunicações do circuito externo tinham como finalidade o envio de informações. O significativo descompasso do volume de comunicações em que informações eram enviadas no sentido ascendente e descendente aponta claramente para a diferença de papel que o presidente desempenhava em relação a uma e a outra esfera da governação. A própria definição das atribuições do presidente já antecipava os contornos da sua atuação ora constatados ao anunciar que este deveria “inspecionar todas as repartições” e, ao mesmo tempo, “participar ao governo todos os acontecimentos notáveis”, bem como “Informar com brevidade os requerimentos ou prestações, que por seu intermédio se fizerem ao Governo”.

A remessa de informações ocorria por motivos variados. Em 80% dos casos as informações enviadas davam conta de situações rotineiras da província, sendo o encaminhamento de tais informações frequentemente estipulado em leis e regulamentos. Nesse sentido, nota-se especialmente o impacto da reorganização da estrutura administrativa efetivada pelo governo imperial na década de 1840, que além de definir uma hierarquia de comando para diversas instituições, regulamentou como ocorreria a fiscalização das mesmas. Nesse processo, foi determinado que esses órgãos (polícia, justiça, etc) deveriam enviar quadros estatísticos dos seus respectivos empregados, bem como relatórios sobre seus funcionamentos com periodicidade regular. Não à toa 34% do envio de informações referiam-se ao encaminhamento de mapas estatísticos, ocupação de cargos (nomeações, juramentos, licenças) e ao funcionamento de repartições e instituições.

Esses dados eram encaminhados à presidência, que então os encaminhava aos ministérios responsáveis. Convém lembrar que uma parcela significativa da atuação do presidente consistia, justamente, em exigir das autoridades provinciais o envio correto desses dessas informações. A análise completa do trajeto dessas informações, do recolhimento pela presidência ao envio aos ministérios competentes, revela o propósito desse papel fiscalizador do presidente para o funcionamento da engrenagem administrativa.

Esse âmbito da atuação do presidente contribuía tanto no recolhimento de informação sobre a realidade da província, ainda que sem uma finalidade imediata, quanto

para o controle do exercício de cargos e do emprego de verbas fornecidas pelo governo imperial. Com o passar do tempo, o acúmulo dessas informações tanto na secretaria da presidência, quanto nas secretarias de Estado, possibilitava a construção de uma memória sobre a província.

Para além dessas informações rotineiras, os presidentes também transmitiram informação sobre ocorrências excepcionais que tiveram vez na província em 11% dessas comunicações, compreendendo por excepcionais não apenas casos inusitados, mas também aquelas situações relativas à gestão das repartições e instituições que não eram recorrentes. Essa era uma incumbência do presidente instituída pelo regimento de outubro de 1834, segundo o qual deveria o presidente “Participar ao Governo [...] todos os acontecimentos notáveis, que tiverem lugar a Província ou suas imediações, ajuntando-lhes as reflexões sobre a origem, circunstancias e resultados das mesmas”³⁴¹.

Para melhor esclarecer, podemos recorrer à exposição de um exemplo. Em ofício confidencial sem data, Pinto e Silva relatou ao ministro da justiça que em Jaguarão, município localizado na fronteira sudoeste da província, um indivíduo “testa de ferro” do periódico Atalaia do Sul, publicado naquela localidade, havia sido espancado. Além de anexar um exemplar do jornal narrando os referidos fatos, em suas considerações, o presidente alegava que

Nada sei com certeza a respeito desse fato, e não se poder dar crédito ao que diz o esse jornal, porque é ele dirigido pelo Bacharel Henrique d'Ávila, homem que não recua diante de coisa alguma [...]. Ouvi dizer que o que deu origem a esse fato foi um insulto que esse jornal dirigiu a várias famílias do Jaguarão, mas como já expedi ordem ao Dr. Chefe de polícia para averiguar o fato, logo que me venham informações poderei dizer à V. Ex.^a a verdade do acontecido. Devo, porém, desde já dizer à V. Ex.^a que a pressão que sofrem do governo esses homens de Jaguarão é tal que o 2º e o 3º dos signatários dessa publicação sendo oficiais da Guarda nacional e estando em exercício, nem ao menos tem sido suspensos³⁴².

De maneira geral, o total de comunicações do circuito externo que abordavam a ocorrência de crimes era baixo (3,5%), mas o cenário continha elementos que tornavam a situação mais peculiar, posto que envolvia pessoas e famílias notáveis da localidade,

³⁴¹ BRASIL, Lei N. 40 de 3 de outubro de 1834 – Dá Regimento aos Presidentes de Província, e extingue o Conselho da Presidência.

³⁴² IJ1 - 591 Justiça. Sem data.

bem como a imprensa, o que poderia amplificar a repercussão dos fatos. Por isso não apenas o presidente noticiou os fatos ao ministro, como esforçou-se para demonstrar que já havia tomado as medidas necessárias para controlar a situação.

A determinação de “participar ao governo os fatos notáveis” era uma orientação bastante genérica, que propiciava aos presidentes alargada margem para decidir o que constituía um fato notável ou não. O envio de informações acerca de circunstâncias excepcionais, portanto, embora fosse uma competência marcada em lei, acabavam por depender da iniciativa do presidente. Não obstante essa autonomia, não transmitir uma informação era sempre um risco, já que a notícia poderia chegar ao governo por outros caminhos que não os institucionais. A urgência de Pinto e Silva em prestar esclarecimentos ao ministro da guerra acerca de uma notícia publicada em um periódico provincial deixa patente o cuidado do presidente em não negligenciar seu papel de informante do governo

Tendo o Correio do Sul, jornal que se publica nesta Capital, tendo feito a acusação que V. Ex^a se dignará ver no nº junto, de estar-se devendo às praças da divisão do Brigadeiro Portinho 11 meses de soldo, e sendo provável que se reproduza em alguns dos jornais da Corte essa censura, apresso-me em remeter à V. Ex^a a inclusa cópia da informação que a respeito deu-me o Inspetor da Tesouraria da Fazenda desta Província, a fim de que V. Ex^a veja o quanto tem de infundada a mesma acusação. [...]³⁴³

Além disso, ao noticiar prontamente o ocorrido, Pinto e Silva buscava se afirmar como um interlocutor de confiança do governo na província, demonstrando sua eficiência, ao mesmo tempo em que construía uma narrativa dos fatos que não o prejudicasse. Com base na investigação da administração dos domínios coloniais espanhóis, Brendecke ressalta que em impérios marcados pela grande extensão territorial, a possibilidade de o soberano receber uma informação direta era restrita, aumentando “la importância de la “medialidad”, es decir, de los procedimientos de mediación por parte de las personas”³⁴⁴. A preocupação de Pinto e Silva em enviar informações antes que o caso fosse publicado “em alguns dos jornais da Corte” explicita a agência de outros canais de comunicação. Essa disputa de narrativas acerca do mesmo episódio revela quão mediadas eram as informações que chegavam ao governo, e “por eso no se los [os mediadores] podrá juzgar solamente según el critério de la “transferencia eficiente” o de la

³⁴³ A-2 45 Ministro da Guerra. 29/12/1868.

³⁴⁴ BRENDECKE, *Imperio e información*, Op. cit., p. 26-27.

“información objetiva”, sino como parte constitutiva del proceso de dominio en si, como un elemento político”³⁴⁵.

A transmissão de informações também podia resultar de ordens específicas do governo central, visando fazer frente a demandas da província ou das próprias autoridades do circuito externo, mas esse foi o motivo de apenas 8% dos envios de informação. É plausível admitir que o repasse regular de informações sobre todos os âmbitos da província diminuía a necessidade de solicitação de informações adicionais, ao mesmo tempo, o baixo índice de requisições do governo central, contraposto ao elevado percentual de informações enviadas reforça o papel dos presidentes como agentes ativos nos circuitos comunicacionais. De fato, a análise dessas comunicações indica que a requisição de informações adicionais era gerada por circunstâncias específicas da província ou por interesses do governo. Nesse sentido, três comunicações (13%) encaminhavam os relatórios organizados pelas câmaras municipais atendendo à determinação do ministério da Agricultura, comércio e obras públicas para que essas prestassem informações sobre o estado da agricultura e da indústria em seus respectivos municípios.

Situação distinta se dava quando o governo central recorria ao presidente em busca da sua percepção sobre fatos ou pessoas. Nesses casos, o presidente elaborava um parecer no qual respondia às indagações, que podiam ser específicas ou genéricas, dos interlocutores. Em fevereiro de 1869, por exemplo, Pinto e Silva foi chamado a informar sobre a pertinência de uma proposta feita ao governo por Joan Goisl para fundar uma colônia na província, a qual respondeu que considerava que “não deve ser aceita a proposta do suplicante não só porque não existem terras devolutas nas condições por ele pedidas, como porque ainda que existissem não poderiam ser dadas gratuitamente e sim vendidas [...]”. Além dessas razões, o presidente ainda informou que, segundo o delegado da Repartição Geral das Terras Públicas, o requerente era “um verdadeiro especulador, imoral e dado a crápula, que havendo estado nesta capital ensinando primeiras letras, daqui se ausentou sem se saber para onde, deixando ao desamparo sua mulher e quatro filhos menores”³⁴⁶.

³⁴⁵ Idem, p. 28.

³⁴⁶ A-2 06 Agricultura, comércio e obras públicas. 29/03/1869.

A transmissão de informações e percepções sobre a província dos atores que nela estava - sobre a topografia, o clima, as potencialidades econômicas e a infraestrutura - aos agentes do governo central era a única forma que estes dispunham para conhecer o território da província e seus habitantes. Assim, a experiência, o conhecimento empírico daquela realidade distante e desconhecida da maior parte dos agentes do centro de poder político do império tornava-se um poder estratégico. Arndt Brendecke afirma que o conhecimento empírico tornou-se central para a governabilidade durante a expansão dos impérios modernos. Segundo o autor

El dominio colonial profundizó la necesidad de producir descripciones fiables de realidades lejanas, es decir, de registrar sistemáticamente la empiria, legitimarla mediante métodos o instancias fijas y dispornela de manera tal que sobre esa base se pudieran tomar decisiones en Europa³⁴⁷.

A utilidade dos conhecimentos sobre a província para aqueles que a haviam administrado não cessava com a saída do cargo. Os ex-presidentes possuíam informações e saberes acerca da província provenientes da experiência, o que era bastante valorizado, e podiam ser chamados a dar seus pareceres sobre uma situação mesmo após terem deixado a província. Em meados de 1868, o ministro dos negócios do império consultou, por ofício reservado, o vice-presidente do Rio Grande do Sul em exercício sobre a petição apresentada pelo capitão da guarda nacional de Porto Alegre pedindo a graça de ser nomeado Comendador da Ordem da Rosa. O vice-presidente informou que o suplicante tinha “boas qualidades pessoais”, “fortuna” e que “goza de conceito”³⁴⁸. O ministro, contudo, também recorreu o seu amigo e ex-presidente do Rio Grande do Sul, Francisco Inácio Homem de Mello, que respondeu afirmando que

Não tenho conhecimento algum, nem ainda por informação, de João Afonso de Freitas Amorim, sobre cujas qualidades, posição e conceito se dignou V. Ex. ouvir-me. Durante o espaço de 15 meses, em que administrei o Rio Grande, o nome deste cidadão não figurou nas relações oficiais, e só agora tenho notícia de ser ele oficial da Guarda Nacional, conjecturando que, ou estaria ele ausente, ou pertence talvez à Reserva. Nada, pois, posso ter a honra de informar à V. Ex. sobre o mesmo³⁴⁹.

³⁴⁷ BRENDECKE, *Imperio e información*, Op. cit., p. 19

³⁴⁸ Vice-Presidente Israel Rodrigues Barcellos ao Ministro do Império. 14/08/1868. AN. IJJ9 – 455 Série Interior.

³⁴⁹ Francisco Inácio Marcondes Homem de Mello ao Ministro do Império. Sem Data. AN. IJJ9 – 455 Série Interior.

Quando recebia uma ordem da Corte, o presidente respondia informando ter recebido, já ter tomado providências e indicando retomar a comunicação tão logo obtivesse os resultados dessas providências, que podiam ser tanto determinações efetivas, quanto a averiguação de uma ocorrência. Observe-se, portanto, que não apenas o encerramento de uma questão era comunicado, mas todas as decisões tomadas nesse percurso. Isso, contudo, não deve nos levar a conceber o presidente como “meras correias de transmissão e execução das determinações do centro”³⁵⁰.

6.2.2. Informativo

O procedimento da presidência de *informar* ao governo e demais autoridades do circuito externo uma decisão ou atitude tomados não era recorrente, incidindo em apenas 19% das comunicações. As notificações concerniam, principalmente, à ocupação dos cargos que eram providos pelo presidente (38,4%), como o de promotores públicos e juízes municipais – nomeações, exonerações, juramentos, licenças e dispensas. Também podiam informar que o presidente já havia realizado uma ordem previamente dada pelo interlocutor em questão, embora esses casos tenham sido pouco numerosos. Parte dessas participações incluíam outras ações, como a transmissão de alguma informação, mas, sobretudo, pedidos de aprovação, o que ocorreu em 20% dos casos.

Cotejando os percentuais referentes a essa tipologia nos circuitos interno e externo, verificamos que o presidente dirigia diversas ordens às autoridades provinciais que não eram comunicadas ao governo central. Essa observação corrobora as conclusões elaboradas a partir da análise dos temas da comunicação, qual seja, que em relação a determinadas áreas da administração, o presidente gozava de autonomia para governar.

6.2.3. Encaminhamento

Situações que demandavam deliberações além daquelas de competência da presidência ou para as quais não existia nenhuma previsão legal, eram encaminhadas pelo presidente à esfera competente, o que se verificou em 17% das comunicações. De maneira

³⁵⁰ CURVELO, *Governar Pernambuco e as “capitanias anexas”*, op. cit., p. 233.

geral, a presidência resolvia sobre questões que já haviam ocorrido antes na província ou mesmo em outras províncias, mas diante do surgimento de circunstâncias inéditas ou de casos que exigiam uma interpretação da lei, o presidente encaminhava a questão ao ministério competente. Em uma comunicação ao ministro do Império, Pinto e Silva informava ter recebido diversas reclamações sobre as qualificações para os pleitos eleitorais que ocorreriam em 1869, mas afirmava não se achar apto a resolver tais questões por nunca terem ocorrido antes e por isso recorria ao ministro para chegar a uma solução³⁵¹.

Por vezes, essas questões eram encaminhadas ao Conselho de Estado, que debatia sobre a interpretação da lei, em outros casos podiam ser resolvidas no âmbito do poder executivo. Mas o fato de demandarem deliberações de instâncias superiores não significava, necessariamente, que se tratavam de questões complexas. No caso das questões submetidas à deliberação do Conselho de Estado, por exemplo, Martins afirma que “Nos pareceres das seções [do Conselho] observa-se que tal controle era exercido independentemente da gravidade intrínseca do objeto em questão”³⁵².

Cerca de 16% eram petições apresentadas por habitantes da província, usualmente requerendo pensões por serviços prestados ao império na guerra contra o Paraguai ou em outras campanhas, ou a dispensa do serviço da guerra³⁵³. Também eram encaminhados pedidos de medalhas de reconhecimento e até mesmo de pensão como recompensa pelos “serviços que tem prestado ao País, na instrução da mocidade”, como fez Dona Laurinda Leopoldina de Figueiredo Lobo, “viúva de João Pedro Ladislau de Figueiredo Lobo, Diretora do Colégio particular União”³⁵⁴. Apesar do predomínio de petições individuais,

³⁵¹ A-2 54 Império, 02/12/1868.

³⁵² MARTINS, *A velha arte de governar*, op. cit., p. 306.

³⁵³ É digno de nota o modo pelo qual o presidente Pinto e Silva encaminhou a petição de Francisco Antônio dos Santos, que pedia “a graça de lhe serem conferidas às honras do posto de Tenente, em cuja qualidade prestou serviços na atual campanha do Paraguai”. Segundo o presidente, apresentada a petição, era seu dever informar ao ministro da Guerra que “o suplicante foi Tenente das forças dissidentes, sendo anistiado por ocasião da pacificação desta Província, e, tendo-se oferecido para ir servir na Divisão ao mando do Brigadeiro David Canabarro quando em 1865 houve a invasão das forças paraguaias marchou e assistiu à rendição do inimigo em Uruguaiana, depois do que pediu e concedeu-lhe dispensa do serviço de campanha”. Por esses motivos, recomendou o presidente que não fosse concedida ao requerente a graça solicitada. Importa apontar que esse pedido de Francisco dos Santos se deu mais de vinte anos depois do término da guerra civil na província (1845) e seu apoio aos revoltosos farroupilhas continuava a ser um fator condicionante das possibilidades de ascensão social que a ele se apresentavam. Além disso, importa lembrar que alguns funcionários da secretaria de governo, como o oficial maior José de Miranda e Castro, já serviam nessa repartição no período em que teve início a guerra civil na província, podendo ter informado ao presidente sobre a posição do requerente à época do conflito. A-2 45 Ministro da Guerra. 03/02/1869, AHRs.

³⁵⁴ A-2 54 Império, A-2 54 Império.

houve algumas petições oriundas de instituições, como câmaras municipais e irmandades religiosas.

A atividade peticionária podia ser o palco de disputas entre diferentes instituições e corporações. Foi o caso da disputa ocorrida entre a irmandade Nossa Senhora da Boa Morte e a Santa Casa de Misericórdia do município de Pelotas. Em meados do ano de 1868, a referida irmandade recebeu uma licença do governo imperial para comprar um terreno, a fim de construir um cemitério para enterrar os membros falecidos. Contudo, já existia no município um cemitério público administrado pela Santa Casa, a qual, sabendo das intenções da irmandade, enviou um requerimento à presidência, no qual suplicava que fosse revogada a licença concedida atendendo “as conveniências públicas que aconselham a existência de um único cemitério geral”. Além dessa petição, o presidente ainda anexou ao seu ofício cópia de outro documento que “acaba de apresentar-me a mencionada irmandade”, pedindo “permissão para vender um terreno” sem as devidas autorizações legais, para com o dinheiro fazer a compra para a qual havia recebido a licença. A irmandade certamente esperava adquirir o terreno e fundar o cemitério antes que a petição da Santa Casa fosse apreciada, contudo, não apenas Pinto e Silva emitiu parecer favorável à petição da Santa Casa por dispor o cemitério público de espaço para a irmandade e “convindo pelas considerações de polícia e higiene pública que os enterramentos se efetuem somente na localidade estudadamente escolhida para cemitério público”, como informou ao ministro que não despacharia sobre o pedido entregue pela irmandade até que o mesmo decidisse a respeito³⁵⁵.

Fica patente que a presidência da província configurou-se como uma instância de poder acionada não apenas pelas autoridades, mas também por corporações e instituições variadas. A irmandade tentou, inclusive, utilizar a autoridade do presidente a seu favor, pleiteando uma permissão para agilizar o processo de aquisição do terreno, indicando que essa era uma instância investida de legitimidade suficiente para autorizar que se colocasse os ritos legais de lado sem o risco de grandes consequências. Para além disso, note-se como funcionava a função da presidência de canalizador das demandas locais: em uma única comunicação o presidente resumiu a situação, explicou as leis provinciais envolvidas, manifestou seu parecer e anexou cópias das duas petições. Assim, quando a

³⁵⁵ A-2 54 Império, 22/12/1868.

secretaria dos negócios do império tinha contato com o caso, já estava também munida das informações necessárias para arbitrar a respeito.

6.2.4. Pedido de aprovação

É mister sublinhar que as *aprovações* encontradas em comunicações expedidas para o circuito comunicacional interno diferem dos *pedidos de aprovação*, dado que as primeiras referem-se as autorizações concedidas pelo presidente às autoridades provinciais tuteladas por ele, ao passo que as segundas consistiam em aprovações solicitadas pelos presidentes para a execução de uma ação ou ato já realizado. A maioria dos *pedidos de aprovação* era precedida de uma exposição dos motivos que levavam ao pedido e, por vezes, também as ações já tomadas que justificavam o pedido, nesse caso, era frequente que o pedido girasse em torno da aprovação de novos créditos para satisfazer a uma atividade.

Assim foi quando a presidência, informada pela câmara municipal de Cruz Alta que grupos de indígenas saídos de aldeamentos e das matas estavam causando “graves danos aos moradores daquele lugar, lançando mão dos seus gados e lavouras para satisfazer suas necessidades, por isso que vivem a sua habitual indolência”, mandou ao Diretor interino dos Índios que recolhesse os indígenas novamente ao aldeamento de Nonoay. Quando comunicou o ocorrido ao ministro da agricultura, informou que o diretor dos índios já havia resolvido a situação, mas que necessitava que o ministério liberasse uma verba para arcar com os custos do transporte dos indígenas, bem como “com o vestuário dos referidos índios, que se acham em completa nudez, segundo declara o referido Diretor”³⁵⁶.

Pelo que é possível observar nas respostas anotadas nas comunicações que chegavam aos ministérios, não era comum que os atos da presidência fossem revogados. A revogação gerava, certamente, o estremecimento da autoridade do presidente, sobretudo se a decisão beneficiasse ou prejudicasse diretamente um terceiro. Em contrapartida, a aprovação poderia “legitimar os impactos das ações tomadas *in loco* [...], contribuindo para reforçar o seu poder no terreno”³⁵⁷. Há de se considerar que era pouco provável que um presidente sistematicamente tomasse decisões que corriam o risco de

³⁵⁶ A-2 06 Ministro da Agricultura, comércio e obras públicas, 14/04/1869

³⁵⁷ CURVELO, *Governar Pernambuco e as “capitanias anexas”*, op. cit., p. 287.

serem rejeitadas pelo governo. O baixo percentual de decisões informadas, aliado ao número ainda menor daquelas que demandavam a aprovação do governo indica a autonomia e a legitimidade da presidência para administrar a província.

6.2.5. Solicitações

As *solicitações* consistiam em pedidos da presidência do fornecimento dos meios necessários para a governação, quando estes envolviam algum processo que ultrapassava a jurisdição da presidência, demonstrando que as hierarquias jurisdicionais moldavam a forma dos circuitos comunicacionais que operavam além dos limites da província. Foram frequentes as solicitações para que o Comandante do Exército em operações enviasse documentos sobre algum soldado, a fim de que a presidência pudesse determinar o pagamento do soldo ou espólio correspondente, ou ainda executar medidas como inspeções de saúde ou dispensas. Por isso, à exceção de uma comunicação, todas as demais que continham solicitações relacionavam-se com o tema *força*, isso porque não era da alçada da presidência realizar qualquer tipo de cobrança a qualquer oficial ou soldado em serviço de guerra.

Exemplifica essa situação o ofício destinado ao Marquês de Caxias, então comandante das forças brasileiras, sobre o pedido de dispensa do serviço da guarda nacional de Abrhão Cassel Filho. Segundo o requerente, em 1867 ele havia “dado por si um substituto que libertou para assentar praça em 1ª linha de nome João, o qual seguiu para o Exército em companhia do Capitão Duarte José de Oliveira, [...] levando o mesmo oficial a respectiva carta de liberdade”. Alegando o presidente que essa declaração do requerente não era o suficiente para conceder a dispensa que suplicava, rogava ao comandante que “se digne expedir suas ordens, a fim de se verificar se consta feito aquele substituto, depois de julgado apto para o serviço militar, assentou praça na 1ª linha”³⁵⁸.

A estrutura dessas comunicações é similar a das instruções específicas que o presidente dirigia às autoridades provinciais a ele subordinadas. Todavia, apresentam peculiaridades decorrentes do endereçamento a autoridades hierarquicamente superiores. Essas comunicações continham uma minuciosa exposição dos motivos que amparavam aquela solicitação, seguida da frase “por isso rogo à Vossa Excelência [...]”.

³⁵⁸ A-4 38 Comando do Exército, 31/12/1868.

6.2.6. Acusa recebimento.

Os ofícios que acusavam o recebimento de uma comunicação advinda do circuito externo representaram apenas 2% do total de documentos expedidos pela presidência. O presidente respondeu dessa forma sobretudo a notificações de alterações na titularidade de cargos ou a comunicados de licença. Contrariamente do que se verificou nessa categoria no sentido descendente, nenhuma comunicação contendo uma informação relevante foi respondida dessa forma.

6.2.7. Consultas

As *consultas* realizadas pelo presidente da província só poderiam, obviamente, ser observadas nos circuitos comunicacionais externos, mas mesmo nessa esfera foram bem raras, não ultrapassando 1% das comunicações. Embora o ato de consultar as instâncias superiores possa parecer similar ao encaminhamento de questões, no primeiro caso o presidente dirigia dúvidas aos ministérios para que pudesse decidir acerca de uma situação, ao passo que o ato de encaminhar uma questão implicava que a mesma seria julgada pelo interlocutor.

Por fim, um aspecto que merece destaque na atuação do presidente em relação ao governo central é que muitas comunicações eram acompanhadas do parecer do presidente acerca da matéria abordada, procedimento que não estava restrito à uma tipologia de atuação específica, embora fosse mais comum nos encaminhamentos. Nem sempre os pareceres tinham peso determinante para a decisão do governo. Em outubro de 1868, Pinto e Silva encaminhou a proposta do comandante superior da guarda nacional da capital da província para preenchimento do lugar vago de major ajudante de ordens, afirmando que o indicado, o alferes Frederico Duval, era uma boa escolha, pois reunia “todas as condições. É negociante estabelecido nesta capital, onde é geralmente estimado por suas excelentes qualidades. Submetendo à consideração de V. Ex.^a a proposta, só tenho a dizer que me parece digna de merecer a aprovação de V. Ex.^a”³⁵⁹. Uma anotação no verso do ofício dizia “Não guardou a ordem gradual do acesso recomendada pela lei”, seguida de outra anotação realizada com diferente caligrafia “Responda-se neste sentido

³⁵⁹ IJJ9 – 451 Série Interior. Ofício do presidente da província ao ministro do Império. 13/10/1868.

ao presidente”, demonstrando claramente que a proposta não agradou, levando à recusa da mesma.

Uma característica da atuação do presidente na província é que ela era quase sempre responsiva a uma demanda apresentada. Por outro lado, as comunicações enviadas no sentido hierárquico ascendente eram majoritariamente de iniciativa do próprio presidente, assinalando que o fluxo comunicacional tendia a ser iniciado pelas autoridades situadas nas posições mais baixas da cadeia hierárquica, ao passo que as autoridades cimeiras respondiam às demandas que lhes eram apresentadas. As respostas às demandas eram usualmente precedidas de uma apresentação das razões que levaram aquele que escrevia a comunicação a fazê-lo. No caso do presidente, isso ocorria quando ele respondia às autoridades da província, e também quando ele encaminhava uma situação ao governo. Brendecke assinala que essa fórmula epistolar, baseada em tradições da Idade Média, tinha a intenção de representar que aquele que escrevia estava apenas reagindo a uma situação que havia sido apresentada. O objetivo desse comportamento era prover as autoridades do centro – no caso aqui analisado, *centros* – de legitimidade, uma vez que, dessa forma, estavam apenas reagindo, não interferindo ativamente nas dinâmicas locais³⁶⁰.

A seguir, nos dedicaremos ao exame de outra modalidade de comunicação política: os relatórios presidenciais. Esses documentos, que consistiam em uma sumarização do estado dos negócios provinciais, eram elaborados a partir de informações que circulavam nos circuitos comunicacionais que investigamos ao longo dos três últimos capítulos.

³⁶⁰ BRENDECKE, *Imperio e información*, Op. cit., p. 113-114.

CAPÍTULO 7: A ADMINISTRAÇÃO NOS RELATÓRIOS DOS PRESIDENTES DE PROVÍNCIA

Era tarefa do presidente informar ao governo central e à assembleia provincial o estado dos “negócios da província”, bem como os atos de sua administração. Para cumprir essa disposição, anualmente os presidentes de província produziam ao menos um relatório, o qual era apresentado na abertura dos trabalhos dos deputados provinciais. Além disso, quando um novo presidente era nomeado, recebia a administração do seu antecessor também com um relatório. Ao relatório era anexada uma série de outros relatórios e mapas produzidos pelas repartições e instituições provinciais, tais como mapa da força policial, dos corpos da guarda nacional, do quadro de professores, escolas e alunos, dos crimes e dos júris, dos nascidos e falecidos na província, dos produtos importados e exportados, da arrecadação e das despesas, etc, visando apresentar um retrato da província que serviria como base para a elaboração de políticas e destinação de recursos. Assim sendo, esses documentos são a expressão mais evidente e difundida da atuação da presidência da província no recolhimento de informações acerca dos negócios provinciais.

Esses relatórios eram enviados não apenas aos órgãos do governo central, mas também aos presidentes de outras províncias, às bibliotecas, às faculdades, ao senado e à câmara dos deputados. Ou seja, eram um tipo de ato comunicativo que veiculava uma série de informações sobre a província. Para além disso, ao relatarem os desafios encontrados naquela província, compartilhavam também as medidas empregadas para os solucionar, ou, ainda, as providências que não foram frutíferas. Dessa forma, propiciavam uma circulação de saberes que permitia a construção de modos de governar compartilhados por diferentes presidentes³⁶¹.

A dimensão da relevância que a sistematização de informações sobre a província possuía pode ser avaliada pela análise empreendida por Ivan Vellasco sobre como a criminalidade passa, ao longo do século XIX, especialmente na segunda metade, a figurar como um problema de Estado. Segundo o autor, até a Reforma do Código do Processo Criminal que engendrou “a formação de uma burocracia de polícia, com uma estrutura

³⁶¹ OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. Circulação de saberes e de práticas governativas: caminhos de articulação da política no Brasil, 1845-1860. ALMANACK, p. 248-288, 2018

hierarquizada e submetida a um controle centralizado, tendo inclusive atribuições específicas com relação a produção e centralização das estatísticas”³⁶², o governo possuía apenas uma dimensão local do problema da criminalidade, atinente à Corte, “até mesmo pela inexistência de dados que eram repetidamente reclamados e nunca obtidos”³⁶³. Evidenciando, assim, a importância da organização dessa informação para a atuação do governo, posto que os relatórios oferecem a sistematização dos dados da província em um único documento disponível a todos os ministérios.

Ao esquadriarmos esse documento é crucial ter em mente que se tratava de um tipo de comunicação e, portanto, abrigava o propósito de entregar uma mensagem a determinados interlocutores, notadamente a assembleia provincial e o governo central. Assim, ao pintar esse quadro da província, os presidentes se empenhavam fortemente em encontrar um ângulo que lhes fosse favorável, porque tratava-se também do registro do seu desempenho à frente da administração da província.

Voltando ao perfil dos presidentes construído no capítulo 2, recordaremos que, embora a nomeação para presidência de uma província pudesse se apresentar como uma oportunidade para obter visibilidade diante do governo e criar ou fortalecer laços vantajosos, parte significativa dos indivíduos enviados para administrar o Rio Grande do Sul já integrava a elite imperial no momento de sua nomeação. Ainda assim, eles dedicavam-se a apresentar a situação da província e, simultaneamente, demonstrar sua habilidade e esforço para governar a província, provando-se merecedores da confiança daqueles que lhes haviam indicado para tão importante empreitada. João Lins Cansação Sinimbu, antes de elencar os crimes ocorridos na província, eximia-se de qualquer responsabilidade dizendo que “O mais decidido esforço empregado por esta Presidência para a repressão do crime, não pode ainda obter os efeitos desejados”³⁶⁴

Os relatórios eram perpassados do início ao fim por dados e estatísticas, que eram produzidos a partir das comunicações entre diversas autoridades, com base em “padrões de observação, classificação, formas de registro, protocolos” que possibilitavam

³⁶² VELLASCO, *Op. cit.*, 2004, p. 302.

³⁶³ *Idem*, p. 301.

³⁶⁴ Relatório do presidente João Lins Vieira Cansação Sinimbu. 02/10/1854. Disponível em <http://ddsnext.crl.edu/titles/182/items> Acessado em 06/04/2019.

“organizar o que está disperso e dar visibilidade ao que talvez estivesse oculto”³⁶⁵. Conforme demonstrado anteriormente, nem sempre esses padrões eram seguidos pelas autoridades que deveriam repassar a informação e, nesses casos, o presidente procurava normatizar a atuação dessas autoridades para que elas redigissem suas comunicações consoante às orientações repassadas. Também ocorria de as informações não serem enviadas como uma atitude de resistência à fiscalização da presidência ou de oposição a um presidente específico. Independente das razões, essas ausências eram registradas nos relatórios ou apenas ignoradas.

Ao mesmo tempo, o relatório era utilizado como uma prestação de contas da performance do presidente à frente da administração daquela província, demonstrando sua capacidade em desempenhar não apenas as funções designadas em lei, como também aquelas que eram centrais para a província em questão. No caso do Rio Grande do Sul, o cuidado com a mobilização e organização das instituições ligadas ao emprego da força, sem dúvida, constituiu um tema central, tanto pelo posicionamento fronteiriço, quanto pelo papel que a capitalização de homens e armas desempenhou na estruturação e hierarquização da sociedade da província desde o início da ocupação europeia.

A abrangência e a sistematização segundo a qual esses documentos eram organizados permitem delinear um quadro geral da administração da província, ilustrando o grande número de instituições, repartições públicas e situações que eram objeto da fiscalização da presidência. Além disso, por proporcionar um olhar diacrônico, a análise dos relatórios indica tendências e expõe os efeitos de conjunturas específicas. No entanto, enfatizamos que essas fontes não constituem uma fotografia da administração provincial, sendo indispensável considerar o seu contexto de produção.

Não obstante, a observação diacrônica dos relatórios presidenciais desvela o alargamento de incumbências do presidente em decorrência das novas circunstâncias e leis correspondentes a essas, do que são representativas a lei de terras, as leis de guarda nacional, da reforma do código do processo, etc. Todavia, ainda que o leque de matérias sob competência do executivo provincial tenha sido alargado, levando ao aumento da estrutura administrativa, o presidente manteve-se essencialmente como o regulador e

³⁶⁵ GIGLIO, Célia Maria Benedicto. Leitura e escrita no governo de homens e coisas. Província de São Paulo - Século XIX. CADERNOS DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO (ONLINE), v. 18, p. 640-655, 2019.

fiscalizador do funcionamento dessas estruturas. Assim, as modificações legais e sociais não alteraram significativamente as funções de governo.

No interstício de 1845 a 1889 apenas para os anos de 1845 e de 1884 não foram encontrados relatórios, totalizando 43 anos para os quais existem um ou mais relatórios. Dado que o objetivo desse capítulo consiste em averiguar as conjunturas, os temas estão dispostos anualmente, sem especificar os presidentes. No gráfico 11 estão expostas as categorias, nas quais foram agregados os tópicos citados nos relatórios, acompanhados pela frequência com que apareceram nos relatórios no decorrer do período.

Embora parte das categorias seja semelhante àquelas empregadas para a análise das comunicações expedidas pela presidência, no seu conjunto elas não são totalmente iguais. Isso decorre da diferença entre os contextos em que cada conjunto documental foi produzido. Enquanto as comunicações expedidas cotidianamente pela presidência eram o meio através do qual o presidente administrava a província e, portanto, abrangiam os temas e os interlocutores que mais se afinavam com o exercício de suas atribuições, os relatórios deveriam apresentar o quadro geral do estado da província, incluindo áreas que sofriam pouca interferência da presidência, como a religiosa, por exemplo.

Essas categorias explicativas remetem, em alguns casos, a um conjunto de temas, haja vista que os relatórios incluem uma vasta gama de assuntos, com variações ao longo dos anos, das quais algumas serão exploradas a seguir. Assim, o levantamento dos dados não aborda a totalidade de todos elementos apresentados em todos os anos, e teve por base 1) as competências dos presidentes definidas por lei e 2) a recorrência dos temas. A única exceção diz respeito aos assuntos que surgem apenas nos períodos em que a província estava envolvida em conflitos bélicos.

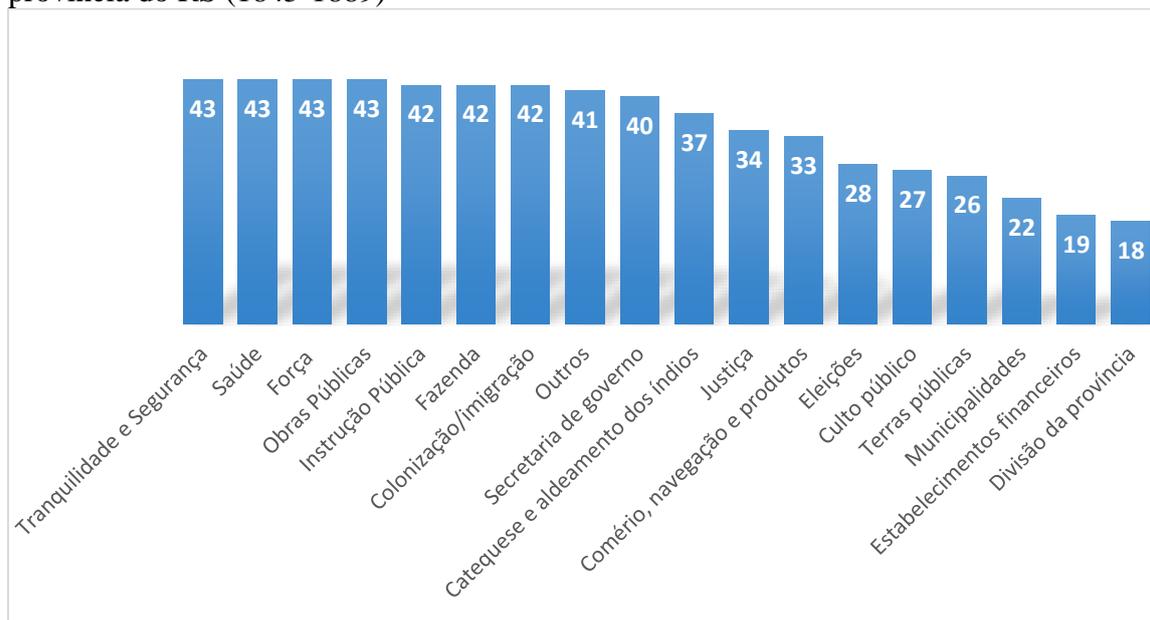
Quadro 9: Categorias analisadas a partir dos relatórios dos presidentes da província do RS (1845-1889)

Tranquilidade e Segurança	Principais perturbações internas e externas
Saúde	Medidas sanitárias, Santas Casas e asilos
Forças de segurança e ordem	Polícia, guarda nacional, exército e relacionados (arsenal de guerra, recrutamento, provimento, etc), Comando das Armas, Comando da fronteira, alistamentos, indultos, presos
Obras Públicas	Obras estudadas, em execução e concluídas; funcionamento da repartição de obras públicas

Instrução pública	Provimento de professores e dos cargos na inspetoria da instrução pública, escolas públicas e partículas, alunos matriculados, matérias ministradas, inspeção do ensino
Fazenda	Receita e despesa, Repartições fiscais (mesas de rendas, coletorias, tesouraria, alfândega), moeda falsa
Colonização/imigração	Colônias particulares, colônias provinciais, funcionamento da repartição
Outros	Enchente, seca, telefone, linha telegráfica, registros, correios, faróis, iluminação pública, loterias
Secretaria de Governo	Expediente, empregados e despesas
Catequese e Aldeamento	Situação dos aldeamentos de indígenas
Justiça	Provimientos dos postos e aplicação da justiça
Comércio, navegação e produtos	Produção agrícola e pecuária, minas, exportação e importação de produtos
Eleições	Descrição do processo eleitoral, qualificação de votantes e eleitores, logística das eleições
Culto público	Corpo de sacerdotes, obras nas igrejas
Terras públicas	Funcionamento da repartição das terras públicas, medição de terras
Municipalidades	Questões restritas aos municípios
Estabelecimentos financeiros	Banco da província, caixa econômica
Divisão da província e limites	Limites entre os municípios, divisão civil, divisão eclesiástica, divisão judiciária, linhas divisórias com países vizinhos

Algumas categorias além de terem sua situação e principais eventos narrados pelo presidente, eram expostas de forma minuciosa em relatórios produzidos pelas respectivas repartições públicas competentes e que eram anexados ao relatório do presidente. Era o caso da instrução pública, da polícia, das obras públicas. O gráfico abaixo apresenta demonstra quais foram a incidência das categorias nos relatórios.

Gráfico 11: Incidência das categorias temáticas nos relatórios dos presidentes da província do RS (1845-1889) *



* Gráfico em números absolutos.

Como fica exposto, as atribuições estipuladas em lei, na prática, se desdobravam em diversos segmentos que foram se transformando ao longo do tempo pelas demandas suscitadas pela complexificação da estrutura social. Ademais, a criação, regulamentação ou extinção de outras instituições também afetaram a atuação do presidente de forma direta ou indireta. Esse foi o caso da Lei de Terras (1850), que levou à criação da Repartição Geral das Terras públicas, responsável por medir e conservar as terras devolutas de cada província, da lei de reorganização da Guarda Nacional (1850), ou ainda do Regulamento do Corpo policial da província (1860), no qual foi definido que o corpo policial ficaria imediatamente sujeito ao presidente.

Os temas que foram elencados de forma ininterrupta estavam diretamente relacionados às competências dos presidentes, definidas ou pela lei que dava forma ao governo das províncias (1823) ou pelo regimento dos presidentes (1834), eram elas: *força, obras públicas, saúde/salubridade e segurança e tranquilidade pública*. Além de retratarem o desempenho do presidente, os relatórios também muniam a assembleia provincial das informações necessárias, sobretudo dados e estatísticas, para definirem importantes questões, como a cobrança de impostos, as verbas destinadas a quais áreas, quais municípios se encontravam em maior urgência, o quanto as forças de defesa e ordem careciam de verbas provinciais. Note-se que essas são questões ligadas diretamente ao bem comum dos habitantes da província.

Por segurança e tranquilidade pública os presidentes compreendiam sobretudo o controle de agitações que poderiam pôr em risco a ordem e a segurança de propriedade. Por isso, nesse segmento dos relatórios narravam as movimentações nos países vizinhos, disputas partidárias que julgavam com potencial de inflamar os ânimos do povo, bem como as possíveis causas de descontentamento de um grupo de pessoas ou segmento social. Quando precisavam narrar algum distúrbio, tratavam logo de dizer que “à despeito dos esforços da presidência” ou que “não por falta de empenho da presidência” a paz na província estava abalada.

Também era indicado o grau de segurança à propriedade privada e à segurança individual. A esse respeito, os presidentes elencavam os crimes graves que ocorriam na província ou um conjunto de crimes que afligia uma localidade. O presidente Joaquim Antão Fernandes Leão escreveu que

Apesar de todos os esforços, que tenho empregado, para que sejam processados e punidos os autores e cúmplices dos diversos homicídios, e crimes graves, no que tenho sido eficazmente auxiliado pelo digno Chefe de Polícia, ainda assim alguns zombam das autoridades, pela facilidade com que se evadem para os Estados vizinhos, e pela falta de força, que auxiliem a ação das autoridades³⁶⁶

A reclamação sobre a falta de efetivo policial permanente é uma constante nos relatórios. Ainda assim, o presidente Fernandes Leão aproveita a oportunidade para destacar os bons serviços prestados pelo chefe de polícia. Nesse momento, é interessante pontuar o quanto essas questões, que quase sempre abriam os relatórios, eram consideradas essenciais ao governo da província e eram exploradas em mais de uma categoria, uma vez que, todos esses pontos retratados nessa categoria seriam novamente abordados durante a exposição da situação do corpo policial, dos crimes cometidos, dos julgamentos ocorridos na província, nos conflitos que ocorriam nas municipalidades, na exposição dos episódios que haviam ocorrido durante o processo eleitoral, etc.

É preciso considerar também que a maioria desses relatórios eram proferidos diante dos deputados provinciais na abertura dos trabalhos anuais da assembleia legislativa e, dessa forma, tornavam-se o registro público de que determinadas áreas deveriam ser alvo de mais atenção que outras no que dizia respeito à criação de empregos ou à destinação de verbas. Nessa ocasião, portanto, o presidente influenciava os debates

³⁶⁶ Relatório do presidente da província Joaquim Antão Fernandes Leão. 05/11/1860.

que ocorreriam na assembleia provincial, atuando de forma direta nos rumos da política institucional da província.

Pelo que foi dito sobre a formação da sociedade rio-grandense até o momento, sabemos que a história da província se confunde com as guerras de conquista dos domínios das coroas ibéricas na América e, posteriormente, com as guerras que perpassaram o processo de construção dos Estados nacionais nos territórios da região do Prata, o que ameaçava a unidade imperial e também a segurança interna da província, especialmente a segurança de propriedades.

Desse contexto decorreu que, na província, a mobilização de forças militares e milicianas com objetivo de defesa externa e também interna foi um processo permanente. A localização fronteiriça da província, como apontou o presidente Fernandes Leão no relatório supracitado, tornava difícil a tarefa de disciplinar e controlar a população da província, inclusive sua elite, que sabia manejar a fronteira³⁶⁷. Em consequência disso, a categoria forças de segurança e ordem é bastante alargada, abarcando vários tópicos permanentes e outros intermitentes, que normalmente eram incluídos pelas demandas de períodos de conflito ou de agravamento das tensões.

No que diz respeito à saúde pública e salubridade os relatórios concentraram-se especialmente na atuação da presidência no controle de epidemias, que podiam rapidamente alastrar-se. Para se ter uma ideia, no relatório de 1869, o presidente Antônio da Costa Pinto e Silva afirmou que “a providência divina” preservou a província de sofrer com epidemias no ano anterior. “Apenas em Taquari”, disse o presidente, “apareceu a disenteria”, a qual “felizmente não desenvolveu-se de modo aterrador”. O que foi considerado pelo presidente um controle bem-sucedido dessa epidemia teve os seguintes números: 170 pessoas foram afetadas pela disenteria, “faleceram somente 15”. O perigo de epidemias era tamanho que 15 óbitos era considerado um bom resultado das ações de controle da administração. Os relatórios sempre apresentavam os dados sobre a quantidade de habitantes que haviam sido vacinados contra a varíola.

A população que necessitava de socorros médicos recorria às Santas Casas de Misericórdias. Essas eram instituições administradas por irmandades religiosas e que,

³⁶⁷ FARINATTI, Luís Augusto E.; THOMPSON FLORES, Mariana F. da C. A fronteira manejada: apontamentos para uma história social da fronteira meridional do Brasil (século XIX). In: HEINZ, Flávio (org.). *Experiências nacionais, temas transversais: subsídios para uma história comparada da América Latina*. São Leopoldo: Oikos, 2009. p. 145-177.

além da assistência médica, prestava assistência aos pobres doentes, àqueles que não podiam mais ser curados, mas confortados³⁶⁸.

A temática das Obras Públicas foi uma constante ao longo do período. Embora não estivesse assim descrita, a lei de 20 de outubro de 1823 instituía que ao presidente competia “5º Propor obras novas, e concertos das antigas, e arbítrios para isto, cuidando particularmente na abertura de melhores estradas e conservação das existentes”³⁶⁹ e eram precisamente esses itens, dentro da categoria obras públicas, que recebiam mais atenção. A conservação e ampliação das vias de transporte era importante sob o ponto de vista econômico para promover a integração entre as regiões e o escoamento da produção, mas também eram imprescindíveis para o estabelecimento de circuitos de comunicação necessários para a administração, facilitando a circulação de informação, a fiscalização e a tributação de todos os recantos da província.³⁷⁰

Dolhnikoff demonstrou como as obras de infraestrutura, sobretudo as estradas, eram o destino da maior parte da arrecadação da província. Nesse ponto, expõe a autora, os interesses das assembleias provinciais e dos presidentes coincidiam, posto que ambos desejavam a ampliação e aprimoramento da malha viária, promovendo o desenvolvimento econômico e possibilitando que a autoridade, tanto dos deputados provinciais quanto do presidente, chegasse às localidades mais distantes³⁷¹.

Explicadas as categorias perenes nos relatórios, no gráfico abaixo é possível ver ocorrência das demais categorias ao longo do tempo.

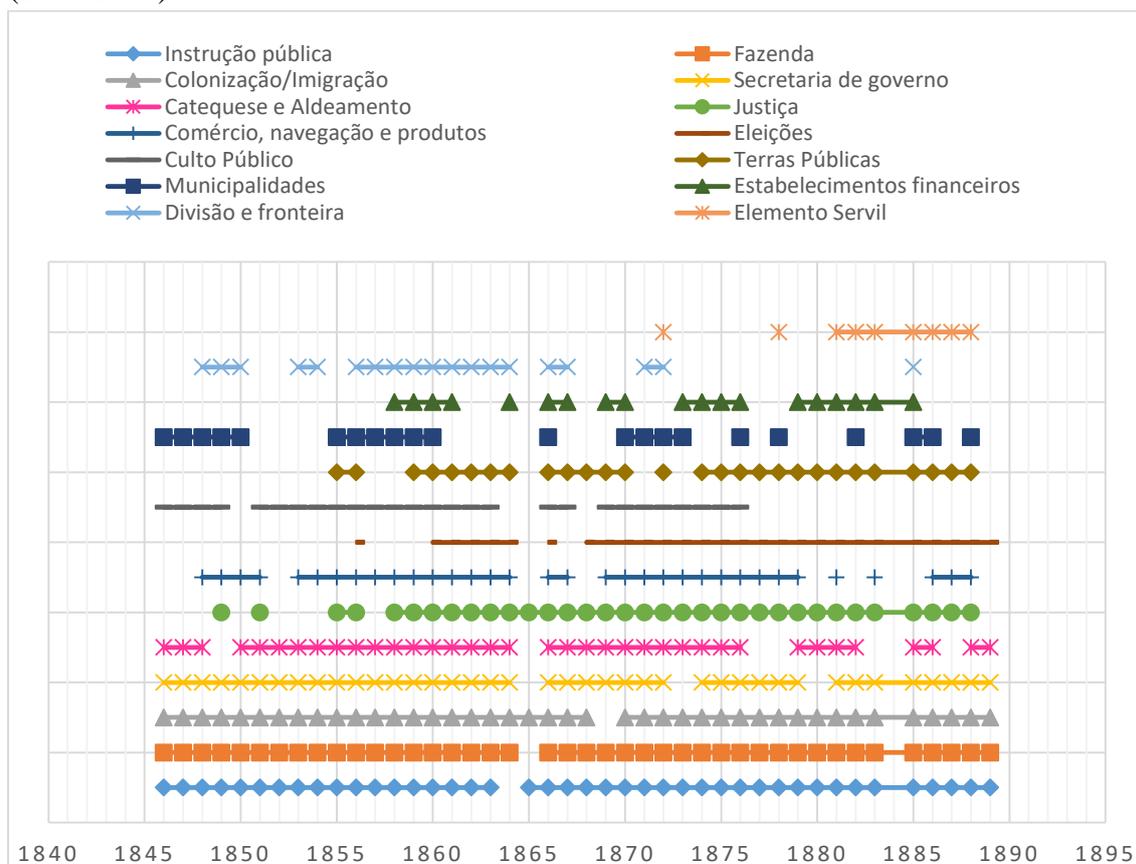
³⁶⁸ ROSSI, Daiane Silveira. *Assistência à saúde e à pobreza no interior do sul do Brasil (1903-1913)*. 2019, p. 57.; QUEVEDO, Éverton Reis. “Uma mão protetora que os desvie do abismo”: sociedade portuguesa de beneficência de Porto Alegre e seu hospital (1854-1904). 2016, p. 58-59.

³⁶⁹ A Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras públicas foi criada apenas em 1860 e foi regulamentada em 16 de fevereiro de 1861.

³⁷⁰ Renata Fernandes relata um episódio, em 1830, no qual, em meio a debates sobre o melhor destino para uma verba recebida pelo Conselho de Governo em Minas Gerais, Bernardo Pereira de Vasconcellos arguia que “entre “as muitas necessidades públicas”, sobressaía a “das pontes dos rios que estão a cargo das câmaras, pois que sem estas não [poderia] haver comunicação sem grandes dificuldades””. FERNANDES, *As províncias do Império*, p. 396.

³⁷¹ DOLHNIKOFF, *O pacto imperial*, Op. Cit., p. 112.

Gráfico 12: Ocorrência das categorias nos relatórios dos presidentes da província do RS (1845-1889)



Em primeiro lugar, conforme mencionamos, os relatórios eram documentos produzidos com a finalidade de serem publicizados. Assim sendo, não devem ser compreendidos como um resumo da administração de um presidente, mas como um quadro das informações que o presidente desejava ou precisava enfatizar. Viviane Morais destacou o uso político que os presidentes faziam desses relatórios, enunciando argumentos em favor de obras que beneficiariam seus interesses ou de seus aliados³⁷². Por outro lado, em alguns casos a introdução de um tema correspondia, de fato, ao papel que tal matéria passava a ocupar na administração provincial. A questão do “elemento servil”, como era chamada a mão-de-obra escravizada, embora constasse ainda na lei de 1823, não era vista com a mesma prioridade que outros temas que foram recorrentes em todos os anos, haja vista o “elemento servil” constou em um relatório pela primeira vez em 1872. Entretanto, foi na década de 1880 que o assunto passou a ser recorrentemente tratado nos relatórios presidenciais, justamente quando a discussão em torno da abolição do trabalho escravo tomou grande proporção no Rio Grande do Sul, bem como no Império

³⁷² Morais (2010) enfocou a importância da construção de estradas interprovinciais e como esse processo engendrava relações conflituosas entre as províncias e estas com o governo imperial.

como um todo. Diante do quase inexistente empenho dos presidentes no sentido de “Vigiar o tratamento dos escravos e facilitar sua emancipação” é emblemático que, na correspondência diária dos presidentes, os escravizados fossem objeto de atenção sobretudo nas correspondências trocadas com as autoridades policiais.

Um passo importante no que diz respeito à circulação de informação foi a instalação da linha telegráfica na província. O telégrafo elétrico chegou no Brasil em 1852 e foi mencionado pela primeira vez no relatório apresentado em 1858 pelo presidente interino Patrício Corrêa da Câmara. Todavia, o telégrafo óptico funcionava no Brasil desde 1808

[...] inicialmente sob a jurisdição do Ministério da Guerra e, desde 1838, sob a administração do Ministério da Justiça. [...] Desde então até a introdução elétrico em 1852, os relatórios informam as reiteradas tentativas de sucessivos ministros da Justiça de ampliar a utilidade deste serviço, como elemento cooperador da polícia, por exemplo³⁷³.

A linha telegráfica, incluída na categoria *Outros* é mencionada pela primeira vez em 1858. Contudo, é a partir do ano de 1866, já em meio a Guerra do Paraguai, que a questão surge com mais recorrência nos relatórios³⁷⁴. Segundo Maciel, é nesse período que o telégrafo conquista a sociedade, pois “foi a experiência extrema da guerra que tornou evidente a necessidade de comunicações ágeis para a administração do território”³⁷⁵.

Acerca de alguns pontos não é possível reconhecer uma tendência que indique aumento ou diminuição de importância, o reflexo de mudanças estruturais ou de legislação, como ocorreu com a Escravidão ou com as Terras Públicas. Isso ocorria porque nos relatórios, além de prestar contas dos temas que eram diretamente de sua competência, o presidente também oferecia um panorama da província em geral e do

³⁷³ MACIEL, 2001, p. 130.

³⁷⁴ O presidente Pereira da Cunha, em seu relatório referente ao ano de 1866, informa que: Linha telegráfica: Resolvendo o Governo o Governo Imperial mandar construir a linha telegráfica ao Sul do Império [...] O friso telegráfico de cinco milímetros está esticado em toda esta província e mesmo em grande parte da de Santa Catharina. [...] Em breve pois a província, com especialidade comércio d’esta capital começará a usufruir este importante melhoramento. Cabe aqui informar a V. Ex. que tendo o comerciante da cidade do Rio Grande João Prowdfoot pedido o privilegio para estabelecer uma linha telegráfica entre aquela cidade e a de Pelotas, julgou o governo Imperial não dever deferir seu pedido, visto que a construção da linha telegráfica ao sul do Império trata a necessidade de ligar a esta capital com aquelas importantes praças comerciais, e a conceder-se o privilegio solicitado, podia de futuro embaraçar a ação do governo, que seria forçado ou a comprar o privilegio ou a entroncar a sua linha em outra particular, o que de modo algum podia convir”. Relatório do Presidente da Província do Rio Grande do Sul. 1866.

³⁷⁵ MACIEL, 2001, p. 31.

desempenho das demais repartições provinciais. A assembleia provincial, por exemplo, a qual foi incorporada aos relatórios apenas esporadicamente, não era subordinada ao executivo provincial. Por essa razão, foi mencionada, em geral, apenas quando o presidente precisou adiar a convocação da sessão de trabalho por alguma razão³⁷⁶. Em 1885 o atraso de alguns deputados para chegar à capital levou o presidente José de Albuquerque Barros a retardar a convocação da assembleia, o que foi informado no relatório. Esse atraso, contudo, teve consequências para as câmaras municipais para as quais não foram enviados recursos, haja vista que o orçamento era estimado e votado pelos deputados provinciais. Diante desse cenário, Albuquerque Barros prorrogou “autorizado pelas Imperiais Resoluções de 15 de novembro de 1836, 20 de outubro de 1851, 18 de agosto de 1859 e 06 de maio de 1862, a lei do orçamento municipal n. 1433 de 8 de janeiro de ano findo, até que a mesma assembleia vote na sua próxima reunião a referida lei”³⁷⁷. Outrossim, sendo o presidente a primeira autoridade da província, em situações emergenciais, onde não havia tempo hábil para esperar as instruções das instâncias competentes, o presidente poderia intervir provisoriamente em assuntos que estavam fora da sua alçada.

Distinto é o cenário em que se insere o tema das Terras públicas. Abrangendo três tópicos (Lei de Terras, Terras Públicas e Repartição de Terras Públicas), o tema é primeiramente arrolado fazendo referência à Lei de Terras, aprovada pelos senadores do Império em 1850, com o objetivo de regulamentar a posse da terra e modificar o regime de acesso, a partir de então feito exclusivamente pela compra. Apesar disso, a lei foi regulamentada apenas em 1854, quando foi criada a Repartição Geral das Terras Públicas.

A execução dessa lei nas províncias acarretou num alargamento significativo dos poderes dos presidentes, responsáveis por arbitrar acerca da compra e da legitimação da posse das terras, que ocorria a partir da averiguação de pareceres enviados pelos empregados da repartição especial de terras públicas nos municípios. Na província do Rio Grande do Sul a Repartição Especial de Terras Públicas, órgão responsável pela aplicação da lei nas províncias e diretamente subordinado ao presidente, foi criada em 1855. De acordo com Dairossi,

³⁷⁶A convocação da sessão anual da assembleia provincial era realizada pelo presidente de província, ocasião na qual ele dirigia uma fala aos deputados e apresentava o relatório.

³⁷⁷ RIO GRANDE DO SUL, Relatório do presidente de província José Julio de Albuquerque Barros. 19 de Janeiro de 1885, p. 205-206.

A Repartição Geral das Terras Públicas foi a principal instituição imperial totalmente direcionada à administração da distribuição, colonização e conservação das terras devolutas durante o Segundo Reinado. Instalada na Corte, era subordinada ao ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império e formada por um diretor geral, um chefe e um fiscal nomeados por decreto imperial. [...] Nas províncias, os presidentes foram encarregados de decidir as questões mais importantes que envolviam os serviços da Lei, como o deferimento da venda de terras devolutas [...] Eles [presidentes] não dispunham de um órgão ou autoridade que lhes fiscalizasse as decisões relacionadas à aplicação da Lei, salvo se fosse interposto recurso. Além disso, definiriam os prazos para a execução dos trabalhos de regularização fundiária, aplicariam multas a empregados e requerentes inadimplentes e analisariam recursos interpostos por posseiros e sesmeiros acerca das decisões dos juízes comissários em processo de medições e demarcações de terras³⁷⁸.

Contudo, quando da publicação dos relatórios correspondentes ao ano de 1855, a Repartição Especial das Terras Públicas ainda não havia sido criada e os dois presidentes que administraram a província nesse ano protestaram nos respectivos relatórios contra a demora das autoridades locais em enviar à presidência as informações necessárias para aplicação da lei. Assim, a aparição dessa categoria nos anos de 1855 e 1856 foi sob o título de “Lei de Terras”. Apenas a partir de 1859 a questão será referida pelos presidentes como *Terras públicas*. A execução da lei de terras explicita o quanto a intervenção do presidente nos assuntos da província foi sendo empurrado para além das margens estabelecidas pelo regimento de 1834.

A imigração visando a criação de colônias foi um dos fatores decisivos para o sucesso da aplicação da Lei de Terras na província do Rio Grande do Sul, uma vez que

O avanço da área colonial propiciou uma grande valorização das terras próximas aos primeiros núcleos. Logo, as Companhias de Colonização, os comerciantes e os próprios fazendeiros locais iniciaram a comercialização dessas terras aos imigrantes. Um negócio lucrativo que acelerou a aquisição ou a apropriação das terras que propiciassem a venda de lotas a imigrantes³⁷⁹.

Esse interesse na colonização fez com que, apesar das transformações que perpassaram o processo imigratório no período em foco, apenas em 1869 esses tópicos não aparecessem nos relatórios. Entre 1848 e 1870 a criação de colônias passou responsabilidade do poder provincial. Contudo, como pontuou Christillino, cerca de 84% das colônias fundadas no segundo reinado, no Rio Grande do Sul, eram de particulares,

³⁷⁸ DAIROSSI, 2017 p. 72-73

³⁷⁹ CHRISTILLINO, *Litígios ao sul do Império*, op. cit., p. 156

mas nem por isso menos referidas na documentação³⁸⁰. Em termos de detalhes, que se traduziam em quantidade de páginas, em poucas ocasiões algum tema ocupou mais espaço nos relatórios presidenciais que as *obras públicas* e a *colonização/imigração*.

O impacto da guerra do Paraguai na província fica evidenciado nos relatórios dos presidentes, sobretudo no ano de 1865 o qual contém apenas quatro das categorias aqui abordadas, refletindo a canalização de esforços e recursos para as questões relacionadas, direta ou indiretamente, ao enfrentamento bélico. De fato, as circunstâncias excepcionais tornavam desnecessária a observância dos ritos oficiais na elaboração dos documentos, como declarou João Marcelino de Souza Gonzaga, ao passar a administração para seu sucessor, em relatório datado de agosto de 1865:

Ao entregar a administração da província, cumpre-me apresentar à V. Ex. o relatório a que se refere o aviso-circular de 11 de março de 1848. Em uma administração como a desta província e nas atuais circunstâncias, V. Ex. há de reconhecer que não é possível satisfazer o determinado aviso no prazo por ele marcado. Prescindindo, porém, do sistema admitido pela prática em peças oficiais desta ordem, apresentarei sucessivamente as informações sobre os mais diversos ramos do serviço público, dando a precedência àqueles de maior importância e de mais imediato interesse da atualidade³⁸¹.

É sintomático dessa conjuntura o aumento de itens dentro da categoria *força* que 1854 e 1864 apresentava uma média de 3,5 itens por ano, e no período de conflito (1864-1870) a média atinge 8,3 itens por ano³⁸². Assim, a prestação de contas a respeito de questões consideradas importantes como a instrução pública, o culto público e a colonização foram postas em segundo plano em algum momento no transcurso do conflito. As alterações na província foram tamanhas, que mesmo os assuntos relacionados à Fazenda provincial deixaram de constar no relatório, mas apenas no primeiro ano da guerra. Por outro lado, a situação das pagadorias militares (incluídas na categoria Força) continuou descrita.

Relativamente à fazenda provincial, um de seus principais órgãos era a tesouraria provincial, criada pela lei de 04 de outubro de 1831, que era responsável, dentre outros

³⁸⁰ Idem. p. 164.

³⁸¹ Relatório do presidente da província João Marcellino de Souza Gonzaga. 04/08/1865. Disponível em http://ddsnext.crl.edu/titles/182?terms=&item_id=4555#c=4&m=39&s=0&cv=0&r=0&xywh=150%2C568%2C1724%2C1216 Acessado em 05/08/2019.

³⁸² Diversos itens são descritos pela primeira vez em 1865-1866, como Indultos, Reunião das forças da Guarda Nacional, Corpo Provisório da Província, Prisioneiros de Guerra e Abastecimento do de víveres ao exército.

aspectos, pela fiscalização da “arrecadação das rendas provinciais, administração, distribuição, e contabilidade das rendas da Província”³⁸³. Aos presidentes competia a fiscalização desse órgão, já que deveriam informar ao Tribunal do Tesouro qualquer “abuso ou desvio que observarem na administração, arrecadação, e distribuição das Rendas Gerais, e poderão suspender interinamente a transação prejudicial à Fazenda Pública quando o Inspetor da Tesouraria não a corrija”³⁸⁴. Ademais, o presidente deveria intermediar a comunicação entre a tesouraria provincial e o Tribunal do Tesouro, situado na Corte. Cabe pontuar que o tribunal do tesouro era um órgão subordinado ao ministro da Fazenda que “possuía diferentes atribuições, mas que, no geral, pode ser visto como um órgão consultivo, onde o ministro de Estado será auxiliado em suas decisões pelos funcionários que atuam diretamente em diferentes matérias”³⁸⁵, não sendo o único órgão responsável pela administração das rendas do império. De acordo com Fábio Barcellos, a secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda possuía uma estrutura um tanto diferente das demais, pois não era dividida apenas em seções ou diretorias que se encarregavam de diferentes assuntos sob competência da secretaria, pois a secretaria da fazenda em si era “conjunto de órgãos subordinados ao secretário da Fazenda”³⁸⁶.

Em 1850, o então ministro da Fazenda e presidente do Tribunal do Tesouro Nacional, Joaquim José Rodrigues Torres, publicou o decreto nº 736 que reorganizou toda estrutura, mas manteve as mesmas competências do presidente de província quanto à fiscalização e comunicação das tesourarias ³⁸⁷. Note-se que esse era um órgão diretamente subordinado ao poder central, já que as tesourarias estavam diretamente subordinadas ao tribunal do tesouro, e com uma estrutura já bastante centralizada, mas que mantinha as comunicações entre província e Corte mediadas pelo presidente, reiterando a relevância dessa figura como principal canal formal de comunicação entre as províncias e a Corte e como fiscalizador das repartições públicas, mesmo aquelas que não estavam inteiramente sob sua jurisdição.

³⁸³ BRASIL, 04 de outubro de 1831

³⁸⁴ BRASIL, Art. 85, 04 de outubro de 1831

³⁸⁵ BARCELOS, Fábio Campos. *A Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda e o Tesouro Nacional*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2014, p. 9. (Publicações Históricas; 109) (Cadernos Mapa; 9 – Memória da Administração Pública Brasileira). Disponível em: <<https://goo.gl/xnJ2pw>>. Acesso em 06/07/2019.

³⁸⁶ Idem, p. 38.

³⁸⁷ O decreto versou sobre todos os âmbitos do funcionamento desse órgão, passando pelo provimento do cargo, que exigia concurso para demonstrar a aptidão para as funções, os dias de trabalhos (todos os dias, exceto domingos, feriados e dias santos), as horas de trabalho por dia, etc.

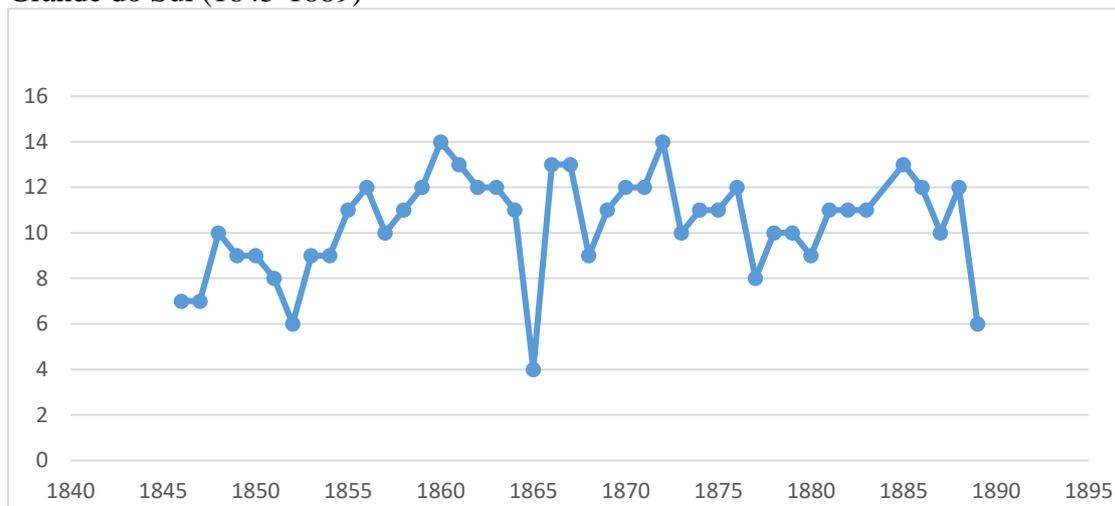
No entanto, ao observarmos os avisos da secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda no período entre 1868 a 1871 constatamos que eles não se destinavam aos presidentes das províncias, mas aos inspetores das tesourarias provinciais. Visando aferir se a comunicação direta entre tesourarias provinciais e o tribunal do tesouro nacional havia sido uma peculiaridade das administrações do período selecionado ou da província do Rio Grande do Sul, examinamos todos os avisos da pasta da Fazenda publicados na Coleção das leis do império do Brasil do ano de 1848 e apuramos que, ao contrário das comunicações expedidas pelas demais pastas que apenas excepcionalmente dirigiam-se a outras autoridades da província que não o presidente, as comunicações entre tesourarias e tribunal do tesouro raramente contavam com a intermediação da presidência da província, o que ocorreu em apenas 10,4% dos casos³⁸⁸.

7.2. Imediatos auxiliares da administração: a secretaria de governo e seus empregados.

O gráfico 12 demonstrou a intermitência de alguns temas ao longo do período em foco, bem como a introdução de novos temas. Diante disso, poderíamos supor que haveria uma curva crescente na quantidade total de temas elencados. O gráfico 13, todavia, aponta para um quadro distinto, no qual, exceto pelos declínios que correspondem a momentos de enfrentamento bélico (Guerra do Paraguai dez/1864 – março/1870) ou imediatamente posterior (Guerra Farrroupilha set/1835 – março 1845) e o último ano do regime monárquico (1889), não é possível identificar um padrão nítido. Esse cenário poderia corroborar o enunciado de diversos autores – e dos contemporâneos – de que o pouco tempo no cargo e o desconhecimento acerca da realidade da província por parte dos indivíduos nomeados para a presidência, constituíam obstáculos intransponíveis à organização da administração.

³⁸⁸ BRASIL. *Coleção das leis do Império do Brasil*. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/doimperio> Acessado em 05/02/2020.

Gráfico 13: Total de tópicos por ano nos relatórios dos presidentes de província do Rio Grande do Sul (1845-1889)



Seguindo esse raciocínio, seria plausível que os anos nos quais os relatórios foram mais circunscritos, excetuando-se os períodos de guerra, seriam fruto de administrações breves. Contudo, entre 1873 e 1875 o Rio Grande do Sul foi administrado pelo mesmo presidente, João Pedro Carvalho de Moraes, e nesses anos a quantidade de temáticas nos relatórios variou entre 10 e 11, ao passo que nos anos imediatamente anterior e posterior, os relatórios somavam 14 e 12 tópicos, respectivamente. Desse modo, é preciso considerar outras variáveis, como o fato de não existir um modelo para a confecção dos relatórios, de maneira que eles não eram padronizados e os assuntos novos não eram somados aos antigos.

A administração provincial, contudo, não se resumia ao presidente. Existia uma estrutura que viabilizava o exercício da presidência, que abarcava desde os funcionários responsáveis por escrever os despachos, entregar as correspondências ao presidente, informar ao presidente acerca das leis pertinentes à determinada questão, manter os registros dos empregos provinciais e arquivar os documentos produzidos e recebidos pela presidência, até a dimensão material que passava pela compra dos suprimentos - papel, pena, tinta – e pelos gastos com a publicação dos relatórios e leis provinciais e com a remuneração dos funcionários. Essa estrutura era a *secretaria de governo*³⁸⁹, responsável por organizar o expediente, dar publicidade aos atos do governo e arquivar os documentos

³⁸⁹ Estudos como os de Maria de Fátima Gouvêa (2010), Pedro Puntoni (2005) e Arthur Cuvelo (2017) demonstraram o papel estratégico ocupado pelos secretários dos governadores das conquistas americanas, bem como o papel que desempenhavam no suporte à materialidade da governança. Se, por um lado, as pesquisas acerca desse segmento da administração, bem como dos oficiais da escrita, representaram importantes contribuições para as explicações dos modos de governar da América lusa, por outro lado estudos com enfoque similar são bastante escassos para o período imperial.

resultantes dessas ações. Assim, “O trabalho do secretário confundia-se, nesse sentido, com a própria atuação do governo da província, já que dava a ele suporte e exercia as funções instrumentais de expediente, publicidade e arquivamento”³⁹⁰.

7.2.1. A estrutura da secretaria de governo

A já mencionada lei de 20 de que definia os primeiros contornos dos governos das províncias e estipulou de forma bastante sucinta a organização administrativa das províncias, como pode ser observado nos artigos transcritos abaixo

Art. 2º. Será o Governo das províncias confiado provisoriamente a um Presidente e Conselho.

Art. 3º. O Presidente será o executor e administrador da Província, e como tal estritamente responsável: será da nomeação do Imperador, e amovível, quando o julgar conveniente.

Art. 4º Para o expediente terá um Secretário, que será também o do Conselho, mas sem voto, nomeado igualmente pelo Imperador, e amovível, quando o julgar conveniente

Além da criação do cargo de presidente de província e do conselho um conselho de presidência, foi determinado que haveria secretário que seria compartilhado por ambos. Sabemos das modificações que ocorreram nas décadas seguintes nesse desenho institucional. O cargo de secretário, porém, manteve-se e, após a extinção do conselho de presidência, passou a auxiliar apenas o presidente de província. Ainda essas estruturas administrativas dos governos provinciais apresentassem contornos semelhantes nas diferentes províncias, elas não eram homogêneas em todo império, posto que o Ato Adicional aprovado em 1834 delegava às assembleias provinciais a “jurisdição” para criar e regular empregos provinciais³⁹¹. Mesmo após a lei de Interpretação do Ato Adicional de 1840 ter retirado algumas prerrogativas das assembleias, elas continuaram responsáveis pelos empregos provinciais.

Na província do Rio Grande do Sul, em 1846, a secretaria de governo era composta por um secretário, um primeiro oficial, seis segundos oficiais, um porteiro e um contínuo³⁹². No relatório apresentado à assembleia nesse mesmo ano, o presidente Caxias afirmava serem esses funcionários, apesar de empenhados, insuficientes para a quantidade de tarefas que se acumulavam na repartição. Por essa razão, sugeriu aos

³⁹⁰ FERNANDES, *As províncias do Império*, Op. cit., p. 182.

³⁹¹ DOLHNIKOFF, 2005, Op. cit.

³⁹² Relatório do Presidente da Província do Rio Grande do Sul, Conde de Caxias, 01/03/1846, p. 6-7.

deputados provinciais uma reforma que ampliasse o quadro de funcionários e criasse novas funções, como a de amanuense e de arquivista.

No caso citado, as alterações propostas pelo presidente Caxias foram aprovadas da assembleia. No entanto, como as assembleias reuniam-se em média por um período de dois meses a cada ano, por vezes o presidente adotava medidas em caráter provisório, que seriam aprovadas ou não pelos deputados provinciais na próxima reunião da assembleia legislativa. Em consonância com essa prerrogativa, o presidente podia admitir um funcionário para uma vaga que não estava prevista em lei ou conceder gratificações, conforme as demandas. Essa prática foi constantemente empregada pelos presidentes, assim como a utilização de *colaboradores*, que auxiliavam os funcionários com as tarefas da secretaria de governo sem, entretanto, serem funcionários da mesma. Houveram diversos casos de colaboradores que posteriormente foram contratados pelos presidentes, mas sem passar pelo mesmo processo de seleção que os demais empregados.

A secretaria de governo era responsável pela organização do expediente, publicidade e arquivamento dos documentos relativos aos atos do governo³⁹³. O papel fundamental desempenhado por essa repartição no suporte ao exercício administrativo era reconhecido pelos presidentes que, nos relatórios, não se furtavam em reconhecer os valiosos serviços prestados pelos empregados dessa repartição, com frequência arguindo em favor do aumento de salários para os mesmos.

Os relatórios deixam patente o esforço dos empregados da secretaria no sentido de sistematizar os documentos de forma inteligível, apesar das dificuldades encontradas, tornando fácil a busca de documentos por índices, conferindo maior agilidade à administração. Esse aspecto fica visível no relatório do presidente José Antônio Pimenta Bueno, de 1850, no qual ele recomenda que, ao ser realizada uma revisão do regulamento da secretaria de governo, deve destinar especial atenção ao arquivo, dado que

[...] ele demanda sistema meditado, e classificação metódica; e não dirigido unicamente pela ordem do tempo, das localidades, ou da categoria dos empregos. É mister que a correspondência e documentos de certos serviços forme corpo integral desde seu nascimento até sua conclusão, para que transmitam às administrações que se sucedem esclarecimentos prontos, e completos, para que se possam em qualquer época ser apreciados em sua totalidade³⁹⁴

³⁹³ ALDBALDE, Taiguara Villela. *A presença do arquivo nos relatórios dos presidentes de província no Brasil (1835-1889)*. Dissertação (Mestrado em História) – USP, São Paulo, 2010, p. 11.

³⁹⁴ Relatório do presidente da província José Antônio Pimenta Bueno, Porto Alegre, 01/10/1850.

No relatório de junho de 1849, Francisco Soares de Andrea, futuro Barão de Caçapava, explicava que o trabalho da secretaria começava “outra vez a atrasar-se (sic), particularmente agora pela invasão de mil e oitocentos ofícios feitos em viagem”, razão pelo qual defendia um aumento no número de funcionários. Uma fotografia mais precisa dos trabalhos realizados por essa repartição é oferecida pelos demonstrativos do expediente da secretaria de governo, anexados aos relatórios dos presidentes Manuel Antônio Galvão, de 5 de outubro de 1847³⁹⁵, do vice-presidente João Capistrano de Miranda e Castro, de 4 de março de 1848³⁹⁶ e do presidente Francisco José de Souza Soares de Andrea, de 1º de junho de 1849³⁹⁷. Os números apresentados não correspondem ao total de documentos produzidos pela secretaria, posto que não incluímos as cópias produzidas para acompanhar o encaminhamento de ofícios ou para serem armazenadas na secretaria. Ainda assim, como se pode observar, os dados são bastante expressivos:

Quadro 10: Expediente da secretaria de governo da província do Rio Grande do Sul

Período	11/12/1846-30/09/1847	01/10 - 31/12/1847	10/04/1848 -30/04/1849
Nº de ofícios	7069	2283	10057

As novas demandas faziam com que a organização da secretaria fosse reformulada com bastante frequência. O primeiro regulamento para a secretaria de governo da província do Rio Grande do Sul foi publicado em 15 de maio de 1848, no qual se instituiu que os nove funcionários que então compunham o quadro da secretaria seriam divididos em duas seções, a fim de “regular o serviço e facilitar o expediente”³⁹⁸. Assim, à 1ª Seção pertencia “além do expediente para a Corte, e as Províncias do Império, a correspondência da Tesouraria da Fazenda, Comando das Armas, Colonização, e obras públicas”,

³⁹⁵ Relatório do presidente da província Manuel Antônio Galvão, Porto Alegre, 05/10/1847. Anexo 2, p. s/n.. Consta o expediente de 11/12/1846 a 30/09/1847. Acessado em 09/09/2019. Disponível em <http://ddsnext.crl.edu/titles/182?terms&item_id=4533#?c=4&m=7&s=0&cv=20&r=0&xywh=0%2C-67%2C4383%2C3092>

³⁹⁶ Relatório do vice-presidente da província João Capistrano de Miranda Castro, Porto Alegre, 04/03/1848. Anexo nº 2, p. s/n.. Consta o expediente de 01/10 a 31/12/1847. Acessado em 09/09/2019. Disponível em <http://ddsnext.crl.edu/titles/182?terms&item_id=4534#?c=4&m=8&s=0&cv=21&r=0&xywh=-306%2C0%2C4066%2C2868>

³⁹⁷ Relatório do presidente da província Francisco José de Souza Soares de Andrea, Porto Alegre, 01/06/1849. Consta o expediente de 10/04/1848 a 30/04/1849. Anexo s/n, p. s/n. Acessado em 09/09/2019. Disponível em <http://ddsnext.crl.edu/titles/182?terms&item_id=4536#?c=4&m=10&s=0&cv=36&r=0&xywh=-1312%2C0%2C4751%2C3351>

³⁹⁸ Relatório do Presidente da Província do Rio Grande do Sul Francisco José de Souza Soares Andréa, Porto Alegre, 04/03/1848, p. 25.

enquanto a 2ª Seção seria “encarregada de todo o mais expediente do interior da Província”³⁹⁹. O documento versava sobre as competências de cada ofício, a hierarquia da repartição, bem como as ordens de substituição e as habilitações requeridas para os indivíduos que fossem preencher os postos de oficiais, amanuenses, porteiro e contínuo⁴⁰⁰.

A principal função do secretário era fornecer os meios para que o presidente pudesse administrar, o que abrangia comunicá-lo das ocorrências da província, informando-o sobre a existências de casos semelhantes e das leis que abordavam assuntos relacionados, ou seja, instrumentá-lo com as informações necessárias para que ele pudesse arbitrar. Cabia também ao secretário cobrar das demais autoridades e repartições públicas provinciais que enviassem informes à secretaria sobre os seus trabalhos.

As atribuições de todos os demais funcionários era garantir que as informações e documentos entregues ao secretário estivessem em dia. Assim, o oficial maior fiscalizava o trabalho dos chefes de seção, que por sua vez fiscalizavam o trabalho dos oficiais e amanuenses. Havia, portanto, uma materialidade que dava suporte à governança, e que passava pelos funcionários da secretaria. Eram eles que pesquisavam as leis, organizavam arquivos, escreviam despachos e correspondências e publicavam as decisões da presidência.

A secretaria ganhou diversas conformações ao longo do tempo. Se em 1848 contava com 15 funcionários, em 1851 eram 21 funcionários distribuídos em 2 seções, além do arquivo e da portaria. A partir de 1860 os relatórios deixam de apresentar o quadro completo de empregados, passando informar apenas as modificações e licenças concedidas, ou somente tecendo alguns comentários acerca dos chefes de seção. Apesar disso, é possível constatar que em 1878 a secretaria era composta por 5 seções, o que certamente traduziu-se em um aumento significativo no número de funcionários.

Além do aumento do número de funcionários desempenhando funções já existentes, houve a criação dos cargos de Oficial de Gabinete e Diretor Geral.

³⁹⁹ Idem.

⁴⁰⁰ ART 12. A vaga de oficial será preenchida pelo Amanuense, que se distinguir por sua inteligência e aptidão; tendo preferência, em iguais circunstancias de mérito, o mais antigo; ART 13. Para os lugares de Amanuense só serão admitidos os cidadãos Brasileiros, maiores de 20 anos, que, além de honesto comportamento, e discrição, provarem em concurso que possuem o grau de instrução apropriada para o emprego que vão exercer [...] como seja Gramatica Latina, Francês e Geometria. ART 14. O Porteiro, e continuo serão versados em primeiras letras.

Não encontramos referências à criação desses postos, mas as primeiras menções aos seus ocupantes são do início da década de 1870.

7.2.2. Memória administrativa e padrões de governabilidade

Os dados a respeito da secretaria de governo não estão expostos de maneira homogênea ao longo do tempo nos relatórios presidenciais. Ao passo que determinados relatórios veiculam tabelas informando todos os funcionários que compunham a pasta, suas graduações e vencimentos, outros limitam-se a participar o andamento do expediente na secretaria e elogiar ou censurar o comportamento de determinados funcionários. Há casos ainda em que alguns funcionários são mencionados, mas sem indicações da seção a que pertenciam ou qual função desempenhavam.

Apesar dessas limitações impostas à quantificação universal dos dados, alguns aspectos podem ser apontados. Existiram diferenças entre a rotatividade no cargo de secretário - que era de nomeação do Imperador - e nos demais postos, que eram preenchidos pela indicação do presidente da província. Os secretários nomeados eram geralmente bacharéis em direito, sendo alguns naturais de outras províncias, mas foi comum a atuação de funcionários da secretaria como secretários interinos, às vezes por longos períodos. Entre 1879 e 1888⁴⁰¹ o posto de secretário de presidência foi ocupado interinamente por Francisco Pereira da Silva Lisboa (1879-1883) e Frederico Ernesto de Villeroy (1885-1888), função que acumularam, nos respectivos períodos, a de Diretor Geral da secretaria⁴⁰².

A importância dos empregados de governo, em especial do secretário que trabalhava lado a lado do presidente, para o exercício administrativo pode ser mensurada pelas palavras de João Alfredo Correia de Oliveira, um proeminente político de Pernambuco, que, em 1869, foi nomeado presidente da província do Pará. Tendo tomado posse do cargo em 2 de dezembro daquele ano, apenas quatro dias depois já enviava

⁴⁰¹ Não encontramos relatórios correspondentes ao ano de 1884, não sendo possível, portanto, verificar o ocupante do cargo de secretário para esse ano.

⁴⁰² Thiago da Silva faz referência à importância dos demais funcionários das secretarias de governo na América lusa. O autor adverte que esses funcionários podem parecer menos relevantes no desempenho das atividades das secretarias, mas “foram fundamentais na condução dos papéis desta instituição, dado que em diversos momentos assumiram inclusive o controle das secretarias, especialmente quando da falta do titular”. Em sua dissertação, o autor explora a grande proeminência da secretaria de governo, especialmente dos secretários, para a formação a construção de uma memória administrativa. SILVA, Thiago Rodrigues da. *Secretários de Governo no centro-sul da América portuguesa - 1768 -1750 - Burocracia, segredos e missões*. Dissertação (Mestrado em História) - UFF, Niterói, 2013. p. 45.

notícias ao baiano Barão de Cotegipe, que era ministro da marinha do gabinete conservador de 16 de julho de 1868, pelas quais informava a situação da província, o estado de espírito dos paraenses, que se queixavam do governo “porque os esquece”. Correia de Oliveira afirmava ainda não ter “opinião formada sobre os negócios da província e suas necessidades”, mas que estava “estudando” e “fazendo esforços” para ficar inteirado o mais rapidamente possível. Encerrava a missiva com a promessa de mandar mais notícias em breve e dizia: “Sou soldado novo, e atropelo-me. Além disto todo o trabalho está pesando sobre mim, que tenho péssima secretaria, e ainda não tenho secretário que me ajude”⁴⁰³.

Esta era a primeira vez que Correia de Oliveira era colocado à frente da administração de uma província. Até então, havia exercido apenas mandatos legislativos de deputado provincial e deputado geral, em cujo exercício se encontrava quando foi nomeado presidente. A inexperiência do presidente pernambucano, aliada à ausência de um secretário e de uma secretaria de governo eficiente certamente aumentavam sobremaneira a carga de trabalho de Correia de Oliveira.

Por vezes, a nomeação de um secretário era realizada concomitantemente à nomeação de um novo presidente. Quando José Antônio Pimenta Bueno chegou ao Rio Grande do Sul para assumir a presidência em março de 1850, desembarcou no porto da cidade de Rio Grande, “a bordo do vapor Imperatriz”, acompanhado de seu secretário, o doutor José Maurício Fernandes Pereira de Barros⁴⁰⁴. Não obstante os secretários fossem substituídos com frequência inferior à dos presidentes, é a conservação dos demais funcionários na secretaria que mais chama atenção. O oficial-maior João da Cunha Lobo Barreto, por exemplo, ocupou o cargo por 21 anos, até o seu falecimento em 1871. Contudo, seus serviços ao governo da província precedem o período aqui em foco. No relatório apresentado à assembleia em 1837, em meio à revolta Farroupilha, Lobo Barreto já se encontra listado entre os empregados da secretaria⁴⁰⁵. No interstício de 1845 a 1871, Lobo Barreto atuou como oficial-maior na administração de 20 presidentes que passaram pelo Rio Grande do Sul.

⁴⁰³ João Alfredo Correia de Oliveira ao Barão de Cotegipe. 08/12/1868. Disponível em <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/22031> Acessado em 13/01/2020.

⁴⁰⁴ O Riograndense. Ano 1850, Edição 583. Disponível em <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acessado em 16/01/2020.

⁴⁰⁵ João Lobo Barreto lutou ao lado do exército imperial contra os farrapos.

Da mesma forma, Germano Severiano da Silva e José da Miranda e Castro também já atuavam na secretaria em 1837. Os dois não apenas permaneceram por um longo período, como também circularam por diversos postos no interior da repartição. Devido a esses fatores - permanência e circulação interna - a incorporação de novos funcionários ocorreu apenas após a expansão da secretaria. Apesar disso, alguns sobrenomes de famílias bastante tradicionais da província são destaque.

Em janeiro de 1867, o General Manoel Luís Osório, um dos líderes militares e políticos mais influentes da província do Rio Grande, enviou ao então presidente da província Homem de Melo uma correspondência reservada, onde alertava o presidente para um conchavo entre diversas autoridades militares e da guarda nacional com a finalidade de conseguir dispensas ou reformas para aliados, independentemente de estarem enfermos ou não⁴⁰⁶. Osório também preveniu ao presidente que dentro da própria secretaria de governo havia cúmplices dessa prática. Segundo Osório, José de Miranda e Castro, que àquela altura atuava interinamente como oficial-maior, era “acérrimo agente nessa Repartição dessa política de aldeia, que tanto prejudica o serviço público”⁴⁰⁷. Poucos dias depois, Homem de Melo respondeu ao General informando ter acatado todas as sugestões que ele havia dado para impedir a prática das dispensas falsas. Contudo, José Miranda e Castro continuou a integrar a secretaria de governo.

A experiência de José Miranda e Castro na secretaria era extensa⁴⁰⁸. Entre 1851 a 1859 foi Chefe da 2ª Seção e, pouco tempo depois, em 1866, foi nomeado secretário de governo, cargo que voltou a ocupar em 1868, até outubro, quando comunicou, por correspondência com atestado médico anexo, ao recém empossado presidente Antônio da

⁴⁰⁶ A denúncia de Manoel Osório era especialmente grave nesse contexto, no qual o império brasileiro encontrava-se em guerra com o Paraguai e Homem de Melo havia sido nomeado para a presidência do Rio Grande do Sul precisamente para dar novo fôlego ao recrutamento na província, uma vez que tinha sido bem-sucedido nessa tarefa quando presidiu a província do Ceará, em 1865. Sobre as tensões e negociações envolvendo o recrutamento nesse contexto cf. IZECKSOHN; MÜGGE, A criação do Terceiro Corpo do Exército, op. cit.

⁴⁰⁷ Carta de Manoel Luís Osório a Francisco Inácio Marcondes Homem de Melo. 20/01/1867. OSÓRIO, Luís Joaquim; OSÓRIO, Fernando Luís. *História do General Osório*. Pelotas: Typografia do Diário Popular, v. 2. 1915, p. 312-315.

⁴⁰⁸ A família Miranda e Castro teve grande inserção no governo da província do Rio Grande do Sul. Pelo menos três de seus integrantes atuaram na secretaria de governo, um deles, João Capistrano de Miranda e Castro foi também Diretor da Fazenda Provincial. Referindo-se à proeminência e influência de João Capistrano, Jonas Vargas afirmou que ele era “respeitado cidadão na Província e acumulou um currículo invejável: foi juiz municipal, advogado, deputado provincial, presidente da Província [interino], mas talvez os principais cargos tenham sido o de diretor da Fazenda Provincial (por longos trinta anos) e secretário do Governo, ou seja, Miranda e Castro era o especialista das finanças na Província e nada passava pela Fazenda Provincial sem lhe ser consultado” VARGAS, *Entre a paróquia e a Corte*, op. cit.

Costa Pinto que por estar afetado por uma bronquite aguda não poderia trabalhar. Mas já em 1875 foi nomeado secretário novamente, tendo antes, em 1871 e 1872, ocupado a posição de oficial maior da secretaria.

O que esses casos apontam é uma relativa estabilidade do quadro de funcionários que integravam a secretaria de governo, que balanceava, em alguma medida, a intensa rotatividade verificada no principal cargo de presidente da província⁴⁰⁹. Esse fator pode ter sido extremamente relevante para a construção de um modo de governar a província do Rio Grande do Sul.

Guardadas as diferenças entre os períodos, as conclusões de Arthur Curvelo acerca da atividade dos oficiais da escrita para o governo de Pernambuco, nos séculos XVII e XVIII, podem ser apropriadas para a análise do governo das províncias no Império. Curvelo argumenta que

Todavia, se deslocamos o problema da “continuidade” para o desafio de perpetuar padrões de governabilidade numa escala temporal, assumimos que a constituição de memórias governativas em múltiplos níveis da administração era essencial para que os oficiais ou magistrados adventícios tivessem acesso às experiências acumuladas nos mandatos de seus antecessores. Nesse sentido, os Secretários de Governo afirmam-se com acentuada preeminência, pois, ao gerir os arquivos, cartórios, ou papéis produzidos pela governança, bem como as informações neles contidas, não só oficializavam os padrões textuais, mas controlavam o acesso à memória institucional acumulada por anos e, como visto, arquitetavam os seus próprios saberes políticos⁴¹⁰.

Esse cenário relativiza a descrição um tanto caótica que uma parcela da historiografia produziu sobre a administração das províncias, segunda a qual cada substituição ministerial ocasionava a troca de comando na presidência da província⁴¹¹, seguindo-se uma onda de demissões e nomeações de funcionários visando preencher os cargos públicos com apoiadores que auxiliassem a garantir a vitória nas eleições. Nas palavras de Buarque de Holanda “A falta de continuidade na administração tornava-se especialmente sensível nas províncias, onde os presidentes, expedidos da Corte, só

⁴⁰⁹ No Rio Grande do Sul, no ínterim de 1845 a 1889 foram nomeados 39 presidentes, número que cresceria se incluíssemos os vice-presidentes que assumiram interinamente o cargo.

⁴¹⁰ CURVELO, Arthur. Os Oficiais da Escrita no Governo de Pernambuco: Governadores, Secretários e Notários na construção da governabilidade - Séculos XVII e XVIII. *NUEVO MUNDO-MUNDOS NUEVOS*, v. 2017, p. 17.

⁴¹¹ Cf. GRAHAM, *Clientelismo e política*, op. cit.; HOLANDA, *Capítulos de História do Império*, op. cit.

permaneciam tempo necessário para assegurar a vitória ministerial”⁴¹². Se os ocupantes de alguns cargos eram rapidamente substituídos com a chegada de um novo presidente, por que os empregados da secretaria de governo não o eram? Uma das possibilidades é que a experiência desses funcionários fosse realmente importante ao exercício da governança, sobretudo quando levamos em consideração o tempo que um novo funcionário levaria para se familiarizar com a organização dos documentos na secretaria, o ritmo do expediente e com a gama de leis provinciais e situações do passado.

⁴¹² HOLANDA, *Capítulos de História do Império*, op. cit , p. 169.

CAPÍTULO 8: A CIRCULAÇÃO DE NOTÍCIAS E INFORMAÇÕES ATRAVÉS DE CIRCUITOS COMUNICACIONAIS INFORMAIS.

A expectativa em torno da remoção de um presidente e da nomeação de um novo titular provocava a formulação por parte da elite provincial de estratégias de aproximação ou de oposição ao presidente. O desembarque do presidente no porto de Rio Grande era assistido por muitas pessoas, incluindo alguns chefes provinciais que viajavam até lá ou até a capital da província para encontrarem com o presidente, a fim de se apresentarem e colocarem o presidente a par do estado de coisas. Era a chance de informar o presidente sobre a província e seus habitantes segundo uma perspectiva que lhes beneficiasse, antes que outros o fizessem.

Contudo, nem o presidente desconhecia totalmente a província, nem a elite desconhecia o presidente. Como demonstraremos, além dos casos em que os presidentes recém-nomeados já conheciam membros da elite rio-grandenses de experiências anteriores, havia um mecanismo de recomendações, no qual uma pessoa que conhecia o novo titular do cargo, ou a sua reputação, escrevia aos seus contatos na província oferecendo as credenciais do novo presidente. Essas recomendações difundiam-se através de redes de comunicação de maneira que, quando do desembarque do presidente, parte das alianças ou oposições que ele enfrentaria já estava definida, ainda que a mudança fosse sempre terreno fértil para possíveis rearranjos.

Mais que identificar a existência de vínculos entre os presidentes e as elites provinciais e imperiais, nos interessa compreender os mecanismos através dos quais essas relações eram estabelecidas e como elas influenciavam a conformação de práticas governativas. Desse modo, demonstraremos que os vínculos entre essas duas partes funcionavam como redes de comunicação, nas quais a informação fluía nos dois sentidos. Essas redes informais operavam concomitantemente ou integrando-se aos circuitos comunicacionais anteriormente estudados pela necessidade de se recorrer à institucionalidade para atingir um objetivo. Ao mesmo tempo, para cumprir determinada função institucional o presidente igualmente buscava nesses circuitos comunicacionais as informações que o ajudariam a cumprir suas tarefas de forma profícua. As razões que levavam o operador dessa institucionalidade pender para um lado ou para outro estavam relacionados à influência dos indivíduos que constituíam a rede, bem como aos próprios

objetivos pessoais do operador, já que não necessariamente as relações eram de amizade. Assim, a governabilidade de um presidente passava pela constituição de diversos tipos de relações.

Os documentos que serviram de base para as conclusões expostas nas páginas que seguem são correspondências, majoritariamente de caráter pessoal, trocadas entre presidentes da província do Rio Grande do Sul e habitantes da província e do governo central, além de missivas que abordavam a relação desses habitantes com os presidentes.

8.1. A expectativa.

Como vimos, a rotatividade dos titulares no posto de presidente era elevada, o que causava agitações na elite provincial, que se perguntava qual seria o próximo nome indicado pelo gabinete para governar a província e, quando tomava conhecimento que um novo presidente estava a caminho, começava a projetar qual seria a conduta desse indivíduo nomeado.

Nem sempre, contudo, os prognósticos confirmavam-se. Em maio de 1872, o Visconde da Graça desculpava-se com seu amigo Barão de São Borja por ter se “enganado nas previsões que externei à V. Ex.^a em outubro, sobre a administração da província”⁴¹³. As previsões as quais se referia o Visconde foram feitas relativamente à chegada de José Martiniano Figueira de Melo para governar a província, em outubro de 1871, e afirmavam que eles podiam “contar com alguma reorganização e com a sua política mais acertada [...]”, porque era Melo “possuidor de toda confiança do gabinete, [ilegível]enérgico e capacitadíssimo de levar a bom porto esta barca”⁴¹⁴.

De fato, em uma missiva datada de 23 de junho de 1872, o Visconde da Graça demonstrava seu profundo descontentamento com a administração de Figueira de Melo, qualificando-a como “imprudente e apaixonada”, causadora de graves danos “às fileiras do partido” conservador. O Gabinete do Visconde do Rio Branco foi o responsável pela elaboração da Lei do Ventre Livre, em setembro de 1871, que determinou que as crianças

⁴¹³ Correspondência de João Simões Lopes ao Barão de São Borja. 22/05/1872. IHGB. Fundo ABSB, Lata 450, Documento 9.

⁴¹⁴ Correspondência de João Simões Lopes ao Barão de São Borja. 20/10/1871. IHGB. Fundo ABSB, Lata 450, Documento 9.

filhas de mães escravas nascidas a partir daquela data seriam consideradas livres⁴¹⁵. Indicado pelo gabinete Rio Branco e assumindo a administração da província em outubro do mesmo ano, Figueira de Mello enfrentou a desconfiança de uma parcela dos conservadores rio-grandenses, que julgavam ser esse governo prejudicial ao partido, porque muitos conservadores não aceitaram que um gabinete conservador aprovasse medidas da agenda liberal⁴¹⁶. Em discurso na assembleia provincial, o deputado conservador Antônio Seve Navarro maldizia o presidente da província

S. Exa., aliando-se em corpo e alma ao ministério [Rio Branco], que em parte desposara ideias liberais e rasgara a bandeira do seu partido, tentando a todo custo manter-se no poder à sombra da reforma social do elemento servil, não pode deixar de ser suspeito ao partido conservador da província⁴¹⁷.

Esse contexto fez com que as divergências existentes no seio do partido conservador desde 1870 fossem extremadas, levando à cisão do partido em duas correntes: os lobos, que se consideravam conservadores puros, e os cordeiros. Essa situação, segundo Piccolo, “tornou-se insustentável, levando o gabinete de Rio Branco a substituí-lo [o presidente]”⁴¹⁸. A notícia da substituição do presidente pelo conservador José Fernandes da Costa Júnior dava esperanças aos amigos Visconde da Graça e Barão de São Borja, que buscavam traçar uma estratégia: “Em tão séria emergência, penso ser de grande conveniência que V. Ex. e eu, tivéssemos a chegada do Presidente uma conferência com ele a fim de estudarmos o modo melhor de salvarmos alguns colégios [eleitorais]”⁴¹⁹. A preocupação era justificada, uma vez que a cisão e a consequente desarticulação das estratégias eleitorais do partido levaram a uma grande vitória dos liberais em 1872⁴²⁰.

⁴¹⁵ A liberdade, contudo, não era imediata, pois, o Art.1º, §1º estabelecia que “Os ditos filhos menores ficarão em poder o sob a autoridade dos senhores de suas mães, os quais terão obrigação de criá-los e tratá-los até a idade de oito anos completos. Chegando o filho da escrava a esta idade, o senhor da mãe terá opção, ou de receber do Estado a indenização de 600\$000, ou de utilizar-se dos serviços do menor até a idade de 21 anos completos [...]”. A liberdade efetiva de qualquer escravizado através dessa lei seria alcançada apenas 21 anos depois da sua aprovação. Ainda assim, parte dos conservadores revoltaram-se com a lei.

⁴¹⁶ VARGAS, 2010, Op. cit.,

⁴¹⁷ Discurso de Antônio Caetano Seve Navarro. Sessão da Assembleia Provincial de 06/04/1872 apud PICCOLO, Helga. *A política rio-grandense no II Império (1868-1882)*. 1974, p. 52.

⁴¹⁸ PICCOLO, *A política rio-grandense*, Op. cit., p. 52.

⁴¹⁹ Correspondência de João Simões Lopes ao Barão de São Borja. 23/06/1872. IHGB. Fundo ABSB.

⁴²⁰ De 1873 até a queda do império, os liberais conquistaram a maioria de deputados provinciais, à despeito dos presidentes de província conservadores.

A movimentação que precedia a chegada de um novo presidente e o acompanhava pelos primeiros dias de governo, quando todos empenhavam-se em descobrir qual rumo teria a nova administração tem origem na amplitude de prerrogativas da presidência. Assim, habilidade de influenciar as decisões do presidente tornava-se um recurso estratégico e muito cobiçado por aqueles que desejavam manter ou ampliar seu domínio na província.

8.2. As recomendações e as amizades.

Por mais que os líderes da província utilizassem todas as oportunidades para propagar que os males da província eram causados pelo desconhecimento dos forasteiros que chegavam para administrá-la, o peso da naturalidade dos presidentes era em muito amenizado pelas relações que esses mantinham com a elite da provincial ou com amigos em comum entre presidentes e elite.

Uma parcela dessas relações tinha início após o recebimento de recomendações acerca dos presidentes, as quais usualmente incorporavam menções às habilidades dos mesmos: inteligente, prudente administrador e racional, bem como referências concernentes ao caráter: respeitável, perfeito cavalheiro, severo e nobre. Existiam também as recomendações negativas, como as feitas por Gaspar Silveira Martins sobre Alencar Araripe: “é o maior patife”⁴²¹.

Por vezes a carta de recomendação era acompanhada de uma carta do próprio presidente empossado, que aproveitava a ocasião para iniciar um canal de comunicação. Quando João Cansação Sinimbu chegou à província em dezembro de 1852, ele escreveu a Manuel Luís Osório

Dirigindo a V. S. a carta inclusa do nosso amigo comum e muito digno Sr. Conselheiro Candido Batista de Oliveira, com quem tantas ocasiões tive de falar a respeito de V. S.; prevaleço-me também da ocasião para apresentar-lhe meus respeitos [...] e poder também alcançar ser por V. S. auxiliado no único empenho que me trouxe a esta província, de fazer-lhe o bem [...]

⁴²¹ Correspondência de Manuela Osório à Manuel Osório, 28/03/1876. IHGB. Notação: DL22976.

⁴²² João Lins Vieira Cansação de Sinimbu a Manuel Luís Osório. 07/12/1852. Osório, Op. cit., p. 532-533.

Gribauidi adverte que é preciso cautela para analisar a prática da recomendação, quase sempre associada às noções de clientelismo e nepotismo. O autor italiano não descarta essas chaves explicativas, mas alerta que elas não são aplicáveis a todas as situações. Além dessas expressões que referenciavam o caráter dos nomeados, a principal recomendação consistia justamente do fato de que estavam sendo avalizados por um amigo. As palavras escolhidas pelo Visconde de Taunay para apresentar o recém nomeado presidente ao Visconde de Pelotas, ilustram precisamente a relevância dos vínculos para demonstrar a “qualidade” de um indivíduo.

Aproveito a ida do meu muito particular e estimado amigo Dr. José Antônio de Azevedo Castro para dirigir estas linhas a V. Ex.^a. Tenho certeza que V. Ex. há de apreciar o caráter severo e nobre do atual administrador da província a que V. Ex.^a. É o mais brilhante ornamento. Com isso folgarei deveras, porque a amizade que me une a ele data de longos anos e cada vez mais tem estreitado [...]⁴²³.

O amigo em comum, Batista de Oliveira, era natural da província, e à época era senador do império pela província do Ceará, e em sua missiva declarava que “[...] para aí segue o novo Presidente [...] dir-lhe-hei, somente, que quando V. S. tiver de trata-lo de perto, achará nele o homem de saber, o prudente administrador e o perfeito cavalheiro”. Uma vez informados das credenciais do novo presidente, o receptor tratava de propagar as notícias e comunicava os amigos. Osório, respondendo a uma correspondência do Visconde de Pelotas de maio do mesmo ano afirmava “Também em alegrei de saber que o novo presidente é homem probo e digno. Será um alívio para nossa terra”⁴²⁴

Embora geralmente as credenciais do novo presidente fossem apresentadas por algum amigo, rio-grandense ou não, através de correspondências, a continuidade de um vínculo podia ser arranjada pelo próprio presidente que estava prestes a deixar o cargo. Em julho de 1872, Vitorino José Carneiro Monteiro, o Barão de São Borja⁴²⁵, recebia da presidência da província a seguinte missiva

O conselheiro Jerônimo Martiniano Figueira de Mello cumprimenta o seu amigo o Exm. Marechal Barão de São Borja, e tem a honra de convidá-lo, bem como sua senhora e filha, para jantar amanhã no

⁴²³ Correspondência do Visconde de Taunay. Rio de Janeiro, 01/03/1875. FPJCC. IHGRS.

⁴²⁴ Manuel Luis Osório ao Visconde de Pelotas. 10/06/1875. FPJCC. IHGRS

⁴²⁵ Era um “militar e estancieiro em Alegrete, era “um homem justo e bom, leal a seus companheiros, excelente chefe de família, sob cuja proteção vivem pobres e necessitados. E eram todos os que a ele recorriam”. ALMEIDA, Antônio da Rocha. Vultos da Pátria apud VARGAS, 2010, Op. cit., p. 187.

palácio em companhia do Exm. Senhor Dr. José Fernandes da Costa Pereira, Presidente nomeado dessa província⁴²⁶.

Esse convite, em tom bastante cordial, pode soar suspeito se considerarmos as correspondências anteriores enviadas por João Simões Lopes ao Barão, nas quais ele chamava a administração de Figueira de Mello desastrosa. Contudo, diante da cisão do partido conservador, os amigos parecem ter adotados posturas diferentes. O Barão, pelo que as cartas deixam entrever, permaneceu apoiando o presidente, dentre outras razões, possivelmente visando assegurar sua permanência no posto de comandante das armas. Note-se que o Barão não havia sido apenas um aliado durante a administração de Figueira de Melo, mas um “amigo”. O fato de ser o Barão e sua família convidados para um jantar no palácio do governo demonstra o interesse de Figueira de Mello em assegurar a continuidade da proximidade da presidência com esse importante chefe da província, sobretudo porque a indicação de Fernandes da Costa Pereira para assumir a presidência havia partido do próprio Figueira de Mello⁴²⁷.

Por outro lado, a oposição de Simões Lopes era ostensiva e chegou aos ouvidos do governo. Antes da exoneração de Figueira de Mello, que foi efetivada em julho de 1872, o assunto já era discutido. Em maio do mesmo ano o ministro do império enviou um bilhete ao Visconde do Rio Branco perguntado se já deveria publicar a exoneração do presidente Figueira de Mello, ponderando, entretanto que, caso o fizesse, a administração passaria a João Simões Lopes, como 1º vice-presidente, e ele aproveitaria “os dias, horas e minutos”, indicando que Simões Lopes pertencia à facção conservadora que se opunha à política do gabinete. O Visconde do Rio Branco, concordando que essa situação seria desastrosa, respondeu “Não publique”⁴²⁸.

Ao analisar parte da atividade epistolar da família do Barão de São Borja, Vargas afirmou que não foi possível identificar precisamente a posição da família em relação ao gabinete do Visconde do Rio Branco. Segundo o historiador, as relações da família com o gabinete “jamais foram de total cooperação”⁴²⁹. Contudo, a chegada de um novo

⁴²⁶ Correspondência de Jerônimo Martiniano Figueira de Melo ao Barão de São Borja. 09/07/1872. IHGB. Fundo BSB, Lata 450, Documento 31.

⁴²⁷ “Em resposta declaro a V. Ex^a. que o governo satisfaz o desejo que manifesta naquela carta, sendo indicado para substituí-lo o Dr. José Fernandes da Costa Pereira”. João Alfredo Correia de Oliveira. 12/06/1872. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/>. Acessado em 31/01/2020.

⁴²⁸ João Alfredo Correia de Oliveira. 25/05/1872. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/>. Acessado em 31/01/2020.

⁴²⁹ VARGAS, *Entre a Paróquia e a Corte*, Op. cit., p. 233.

presidente à província no apagar das luzes do ano de 1872 parece ter modificado esse cenário⁴³⁰.

8.3. Redes governativas e tipos de vínculos

Os vínculos com a elite rio-grandense podiam ser de amizade, resultando até em casamentos ou podiam ser formais, de subordinação, mas embasados na confiança de bons préstimos. O tempo de permanência à frente da presidência não foi um fator determinante para a formação de laços. O matrimônio do presidente Francisco Xavier Pinto de Lima com a filha do Barão de São José do Norte foi articulado nos sete meses em que este governou a província (11/1870 – 05/1871)⁴³¹. O jornal *O constitucional* em sua edição de dezembro de 1871, noticiava um banquete oferecido a Pinto e Lima, meses após ele ter partido para a Corte em junho de 1871, afim de assumir seu lugar na abertura dos trabalhos legislativos da câmara dos deputados. O seu regresso à província se deu para efetivar o matrimônio. José Júlio de Albuquerque Barros (07/1884 – 09/1885) também contraiu matrimônio na província com Maria Francisca da Costa, filha do Barão de Arroio Grande, charqueador em Pelotas.

Existiam outros tipos de vínculos, que envolviam um grau menor de afeto, mas igualmente importantes, Segundo Araújo,

a capacidade de nomear e prover pessoas para os mais variados ofícios se convertia não só em uma importante ferramenta para exercício de influência, mas também propiciava a formação de vínculos de subordinação que poderiam ser acionados para interferir no cenário político estabelecido⁴³².

A relação entre o general Osório e o presidente da província Barão de Muritiba é ilustrativa de como atuavam os vínculos de subordinação. Manuel Vieira Tosta, o Barão de Muritiba, tomou posse da presidência do Rio Grande em setembro de 1855. Chegou à província com uma carta escrita por um rio-grandense que era senador e se achava na Corte⁴³³, na qual este recomendava o novo presidente a Manuel Luís Osório, futuro Barão

⁴³⁰ Essa alteração, de maneira alguma, é contraditória à luz do caráter dinâmico das relações interpessoais. Nesse sentido, convém mencionar que o conjunto de missivas analisadas por Vargas corresponde majoritariamente ao ano de 1872, portanto anteriores ao início da administração de João Pedro Carvalho de Moraes.

⁴³¹Correspondência de João Simões Lopes. 20/10/1871. IHGB. Fundo BSB, Lata 450, documento 9.

⁴³² ARAÚJO, 2019, Op. cit., p. 290.

⁴³³ Correspondência de Cândido Batista de Oliveira a Manuel Luís Osório. 02/09/1855. História do General Osório v. 1. P. 557-558

do Herval (1866), que naquele momento ocupava a posição de comandante da fronteira. A partir de então, estava aberto o canal de comunicação para que Osório procurasse o presidente, ou para que esse recorresse a Osório. Assim, quando o posto de comandante superior de Missões ficou vago, em decorrência do falecimento do titular, Osório escreveu ao presidente recomendado que fosse essa posição preenchida pelo capitão Joaquim da Silva Lago. A essa recomendação o presidente respondeu que agradecia as informações prestadas, afirmando que

Se V. S. não tivesse, com seu costumado zelo pelos interesses públicos, prevenindo à esta Presidência com tais informações, receberia por este correio um convite para fazê-lo, porque, ainda que eu não tenho [sic] a satisfação de conhecer pessoalmente a V. S., os serviços por V. S. prestados ao país me habilitam a depositar em V. S. a mais perfeita confiança. Eu me apresso em demonstrá-lo, fazendo a nomeação interina do Capitão Lago para o dito Comando Superior. Estimei muito ter esta ocasião de abrir correspondência com V. S. a quem peço que a continue, procurando dar-me todas as informações acerca do estado dessa fronteira e do outro lado dela [...]⁴³⁴

Ainda que não tenha data, pode-se supor que Muritiba ocupava o cargo há alguns dias, mas ainda não havia se encontrado pessoalmente com o Osório, embora fosse usual que as lideranças da província buscassem se apresentar aos novos presidentes assim que estes desembarcavam em solo rio-grandense. Apesar da ausência desse contato, o presidente empenhou-se em demonstrar a Osório que valorizava seus conselhos e incentivou-o a manter a “correspondência” que havia sido “aberta”. Não encontramos mais correspondências entre os dois durante o período da administração de Muritiba⁴³⁵, mas a carta enviada por este quando retirava-se da presidência do Rio Grande indica que a colaboração entre eles manteve-se, provavelmente através da atividade epistolar. Por isso, Muritiba agradecia a Osório pelo “apoio leal e profícuo” e encerrava colocado-se à disposição: “Se V. S. entender que lhe posso, em alguma coisa, ser útil no Rio de Janeiro, para onde sigo, pode com franqueza dar-me suas ordens”⁴³⁶.

Observe-se que, embora Osório e Muritiba tenham mantido uma relação de cooperação ao longo dos sete meses de administração deste, eles não estabeleceram um

⁴³⁴ Presidente da província Barão de Muritiba a Manuel Luís Osório. Sem data. Grifo nosso. História do General Osório v. 1. p. 559.

⁴³⁵ Contudo, uma vez que Osório ocupava o comando da fronteira, sabemos que ele manteve interlocução regular com o presidente pelos através dos circuitos comunicacionais institucionais.

⁴³⁶ Presidente da província Barão de Muritiba a Manuel Luís Osório. 28/04/1856. OSÓRIO, 1894, Op. Cit., p. 574.

vínculo de amizade, o que pode ser constatado pelo conteúdo da missiva e também pela forma: a expressão utilizada para abrir a carta era “Ilustríssimo Senhor Coronel”. Embora a formalidade fosse um dos traços da amizade no período, é perceptível a existência de nuances mesmo dentro dos padrões. A abertura das missivas geralmente denunciava a natureza da relação. Também alguns elementos como a preocupação com os familiares dos interlocutores indicavam intimidade. De todo modo, é certo que eles constituíram uma aliança política, pautada na lealdade e na reciprocidade, como atestam as palavras de Muritiba.

Do mesmo modo, outros militares proeminentes eram usualmente abordados pelos novos presidentes. Em princípios de junho de 1875, o presidente José Antônio de Azevedo e Castro aproveitou a vinda do Visconde de Pelotas à capital para pedir que “Se não fosse incômodo à V. Ex.^a rogar-lhe-ia o obséquio de me aparecer agora no palácio para objeto de serviço público. Desculpando a importunação, tenho a honra de apresentar-me”⁴³⁷. O desejo dos presidentes em aproximarem-se desses líderes militares justificava-se tanto pela influência política que os mesmos exerciam na sociedade rio-grandense, amplificada no período posterior à guerra do Paraguai, quanto pela importância atribuída aos militares como peças estratégicas na segurança da província, especialmente da fronteira, que era a pedra de toque para uma administração bem-sucedida.

A leitura da correspondência desses importantes líderes militares da província apresenta um quadro constante de tensões sobre as movimentações nas fronteiras do Rio Grande do Sul. Poucos anos após o término da guerra do Paraguai, por exemplo, Pelotas e seus amigos perguntavam-se se a guerra estava próxima⁴³⁸. Osório foi instruído a seguir para a fronteira da província mais de uma vez, a fim de avaliar se as movimentações nos países vizinhos sinalizavam perigo iminente e, portanto, a necessidade de organizar forças para a defesa da província⁴³⁹.

Esses temores eram fomentados por boatos de todo tipo que corriam a província e a fronteira. Contudo, as autoridades não podiam ignorar possíveis ameaças às fronteiras

⁴³⁷ José Antônio de Azevedo Castro ao Visconde de Pelotas. 10/06/1875. FJPCC. IHGRS.

⁴³⁸ Em 1875 o Visconde de Taunay indagava o Visconde de Pelotas “Acredita V. Ex.^a que a guerra se aproxima?”. 01/03/1875. FJPCC. IHGRS.

⁴³⁹ Em trabalho anterior, destacamos como os rio-grandenses utilizavam o seu conhecimento da fronteira e dos seus habitantes como um recurso político, demonstrando ao governo que eram eles os mais habilitados a interferir se necessário. BOTH, *A trama que sustentava o Império*, Op. cit., p. 106-110.

do império e, por isso, ordenavam que os rumores fossem investigados⁴⁴⁰. Em alguns momentos, como por um período após a revolta farroupilha, o governo temia que ex-rebeldes que haviam migrado para o Estado Oriental se unissem aos membros do partido *blanco* contra o império. Em 1847 o governo recebeu notícias de que o ex-líder farroupilha Antônio Souza Neto estaria de “inteligência com Oribe”, chefe do partido *blanco*, para “surpreender Pelotas, insurgir a escravatura e declarar a independência da Província”. Recebendo essas notícias da Corte, o presidente da província, Manuel Antônio Galvão, deu ordens ao comandante das armas para que mandasse ao Estado Oriental “pessoa de confiança que examine se transpira ou não alguma coisa a respeito de semelhante reunião de força por Neto. Ao Tenente-Coronel Osório bem desejava eu que fosse dada tão importante comissão”⁴⁴¹.

Osório aceitou a tarefa e seguiu para o Estado Oriental. Ao retornar da empreitada, em janeiro de 1848, relatou ao comandante das armas o itinerário sua missão, informando o que testemunhou, bem como o que seus enviados haviam observado. Afirmava Osório que para averiguar a movimentação de Neto em sua fazenda naquele país, havia mandado

[...]ali um sargento, que por motivos particulares não pode vir ao Brasil, sondar se se aproximava o momento de agir com forças, e foi-lhe respondido que, por ora, não se tratava disso. Mandeí à vila de Taquarembó [também no Estado Oriental] outro sargento a título de levar suprimento ao pai que ali tem e também nada observou de mau⁴⁴².

A proliferação de informações evidencia que versões de uma mesma notícia circulavam nos vários circuitos comunicacionais existentes e que os integrantes de um circuito buscavam moldar a informação ao seu favor⁴⁴³. Por isso, era essencial ao presidente contar com aliados de confiança na província, aos quais pudesse recorrer para se certificar da veracidade das informações que recebia. Interessante sublinhar neste caso que a comunicação política percorreu uma cadeia institucional de comando, e que as

⁴⁴⁰ A comissão podia ser desempenhada por um pequeno grupo de pessoas ou, dependendo das circunstâncias, por tropas inteiras, como foi o caso do exército de observação formado alguns anos antes do início da guerra da tríplice aliança.

⁴⁴¹ Manuel Antônio Galvão. 17/07/1847. OSÓRIO, 1894, Op. cit., p. 444.

⁴⁴² Manuel Luís Osório ao Comandante das Armas da Província, 20/01/1848. OSÓRIO, 1894, Op. cit., p. 446-447.

⁴⁴³ Essa manipulação da informação poderia ocorrer em diversos pontos do circuito comunicacional. Quanto maior era o território a ser administrado por um centro – seja da província, seja do império –

informações são recolhidas pelos militares de baixa patente, que teriam maior facilidade de circulação no território, realizando uma expedição discreta⁴⁴⁴.

Mas os boatos sobre um possível levante organizado por Antônio Souza Netto continuaram anos depois. Durante a guerra civil uruguaia (1839-1851), capitaneada em torno da disputa entre *blancos* e *colorados*, envolvendo também o apoio de facções “argentinas”, Manuel Oribe, líder do partido *blanco*, empreendeu uma série de medidas visando fomentar o crescimento econômico do Estado Oriental. Dentre elas estava o confisco de bens, principalmente terras e gados, dos brasileiros que habitavam aquele lado da fronteira⁴⁴⁵. Em 1848, os proprietários brasileiros no Uruguai sofreram outro forte abalo quando Oribe proibiu a passagem de gado através da fronteira. Essas medidas prejudicaram seriamente charqueadores e estancieiros rio-grandenses, que eram proprietários de vastas porções de terra naquela região, onde criavam gados e possuíam estabelecimentos para produção de charque. Diante desse cenário, muitos foram os pedidos para que o governo imperial interviesse no Estado Oriental, apoiando os *colorados*. O império, contudo, decidiu abster-se de qualquer interferência, deixando de atuar em defesa dos interesses da elite da província.

Nesse contexto, Francisco Pedro de Abreu, o Barão de Jacuí, organizou incursões ao território uruguaio, chamadas de *califórnicas*, a fim de saquear o gado⁴⁴⁶ e revidar as ações de Oribe. Essas incursões foram de encontro à posição do governo imperial, o que levou o presidente da província a tomar medidas no sentido de interromper as *califórnicas* e prender o Barão de Jacuí. Estava à frente da presidência Francisco Soares de Andréa, o Barão de Caçapava, que já havia governado a província brevemente em meio à guerra civil (de julho a novembro de 1840), e, em 1850, já cumpria o segundo ano de governo. Todavia, sua ineficiência em combater as forças do Barão de Jacuí e acalmar os anseios

⁴⁴⁴ O uso de espiões na fronteira para o recolhimento de informações, como nos demonstra Comissoli, foi uma prática muito utilizada pelos impérios ibéricos no final do século XVIII e início do século seguinte, mas também foi identificada em outros períodos e contextos históricos. Para o autor, esses espiões (também chamados de bombeiros ou vaqueanos), que atuavam como *go-betweens*, foram fundamentais para a administração dessa longínqua fronteira do império português na América. COMISSOLI, Adriano, “Bombeiros, espias e vaqueanos: agentes da comunicação política no sul da América portuguesa (Rio Grande de São Pedro, sécs. XVIII-XIX)”, *Revista de Indias*, LXXVIII/272 (Madrid, 2018): 113-146.

⁴⁴⁵ VARGAS, *Pelas margens do Atlântico*, Op. cit., p. 296.

⁴⁴⁶ O apresamento e saque de gado dos inimigos era uma prática difundida na fronteira e empregada antes mesmo da ocupação lusa dos territórios correspondentes à província do Rio Grande do Sul, como mencionado no capítulo um. O saque do gado era um recurso importante também no recrutamento de homens livres para a guerra, posto que a promessa do butim de guerra consistiu em poderoso estímulo para adesão de homens às forças dos líderes guerreiros. Ademais, essa prática havia contribuído significativamente para a construção das fortunas de parte da elite rio-grandense. Cf.: FARINATTI, 2010; MENEGAT, 2015.

dos riograndenses suscitaram críticas à sua administração, tanto de uma parcela de riograndenses, quanto do governo imperial, o que levou a sua substituição. Assim, em março de 1850 tomava posse José Antônio Pimenta Bueno como presidente do Rio Grande do Sul, renovando as esperanças da elite provincial em uma solução para a situação.

Em meio a essa conjuntura, João Antunes Ribas, que era charqueador em Pelotas, respondia a uma carta recebida do Duque de Caxias⁴⁴⁷, que à época era senador, afirmando concordar com as opiniões de Caxias sobre a possibilidade de deflagração de uma guerra interna e externa. Para Antunes Ribas, a guerra externa seria uma preocupação apenas se não se aproveitasse

as boas oportunidades quando elas se apresentam, bem como agora, que está mesmo convidando, porque a gente da província está ganosa (sic) de se vingar de tantos vergonhosos ultrajes; já o sofrimento está esgotado, e é preciso que o governo se apresente, que tome a dianteira, para santificar as desobediências que tem aparecido e, se não toma já a iniciativa, não vamos bem⁴⁴⁸.

Ribas atribuía a possibilidade da guerra à insistência do império em não defender os interesses dos rio-grandenses, mas também à falta de punição às desobediências, como as que eram praticadas pelo Barão de Jacuí. Esse estado de coisas, segundo o charqueador, era resultado da administração do presidente Andreia que era “grosseiro, arrogante, já ninguém o temia: suas ideias com respeito aos males que os riograndenses estavam sofrendo dos orientais, eram completamente opostas. Suas pataratas eram fofas. Enfim, estamos livre dele, e na esperançosa ideia do Sr. Pimenta Bueno”⁴⁴⁹. Ribas prosseguia informando que

[...] Canabarro escreveu o mês próximo passado ao Andréia, contando-lhe o que havia pela fronteira e instigando-o a ir até lá, porém o sujeito fez-se de surdo, e cá de longe sempre contentou-se em escrever ao Jacuí, dizendo-lhe que se retirasse preso para Porto Alegre [...]. O grande caso é que foi um sargento e um soldado da polícia com os ofícios e até hoje nem notícias, fazem (sic) dez dias, sem dúvida ficaram na gente do Jacuí [...]. Disse meu cunhado que chegou de fora, que por todo o campo se encontram grupos a procura de Chico Pedro ou dos califórnia. A gente está desesperada para ir aos castelhanos.

⁴⁴⁷ Caxias possuía uma forte vinculação com a província por ter sido o responsável por negociar os termos do final da revolução farroupilha e, posteriormente, ter ocupado a presidência do Rio Grande, por escolha dos próprios revoltosos, como previa o tratado de Ponche Verde.

⁴⁴⁸ Correspondência de João Antunes Ribas ao Duque Caxias. 07/03/1850. In: VIANNA, Helio. *Vultos do Império*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968, p. 165-166.

⁴⁴⁹ Idem.

Se, por um lado, o missivista queixava-se da falta de empenho do presidente em punir o Barão, que “desobedecia”, dando margem para o crescimento das *califórnicas*, por outro explicava que a motivação dos rio-grandenses para se juntarem a esse movimento era a falta de posicionamento do império. Esse posicionamento deveria vir logo, e não era esperado que se desse por vias diplomáticas, pois, como proferiu Ribas, “esses negócios com Oribe e Rosas não se arranjam com palavras”.

As ações do Barão suscitaram uma série de questões. Em primeiro lugar, despertavam nas autoridades centrais o receio de que uma grande movimentação de homens armados, buscando resolver por conta própria e à despeito da orientação do governo um problema que envolvia tratados internacionais, pudesse ser propulsora de uma nova rebelião contra o império. Simultaneamente, pressionavam o governo imperial abandonar a postura neutra que havia adotado.

Circulavam muitos rumores sobre possíveis alianças que o Barão de Jacuí podia selar com o ex-líder farroupilha Antônio Souza Netto. Segundo Menegat, “Distinguir quais [boatos] eram mais confiáveis era difícil. A questão, porém, era que na fronteira um indivíduo podia contar com uma complicada rede de apoios e, nem sempre Andrea parecia dar conta de acompanhar todas as ramificações possíveis”⁴⁵⁰. Existiam, portanto, circuitos comunicacionais concorrentes, o que dificultava a ação da presidência que não sabia quais interlocutores eram confiáveis. Justifica-se, assim, a demanda do comandante da fronteira Canabarro, para que o presidente visse com os próprios olhos o que se passava na fronteira e pudesse agir de forma mais incisiva e certa para frear o Barão.

Esses momentos de acirramento dos ânimos ajudam a compreender a correlação de forças que pautavam as relações entre centro e periferia. Ao que tudo indica, a tradição rebelde da província e a grande capacidade de mobilização militar foram fatores que contribuíram com o poder de barganha da elite rio-grandense. Assim, se os conflitos, internos e externos, traziam um grande ônus à província, também geravam oportunidades e capital social para os envolvidos.

⁴⁵⁰ MENEGAT, Carla. “*Transportando fortunas para povoar deserta e inculta campanha*”: atuação política e negócios dos brasileiros no norte do Estado Oriental do Uruguai. (ca. 1845-1865). 2015. 336 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015, p. 275.

Se a capilaridade e a qualidade dos circuitos comunicacionais eram essenciais para a uma boa negociação com as elites locais e, por consequência, para a manutenção da governabilidade, por vezes, em momentos de crise, esses circuitos precisavam ser encurtados. O tempo da administração diminuía em benefício da manutenção da ordem e da garantia de apoio. A guerra contra o governo do Paraguai (1864-1870) foi um desses momentos que permitem ao historiador visualizar relações sociais e institucionais levadas ao limite.

O início da guerra não foi uma surpresa, posto que as animosidades entre os países da região do Prata iam atingindo patamares cada vez mais elevados. Ademais, em abril de 1864 a assembleia havia aprovado uma intervenção brasileira no Estado Oriental do Uruguai, alegando a necessidade de atender às reivindicações de longa data brasileiros, majoritariamente rio-grandenses, que lá viviam. Somava-se a isso o desejo do império brasileiro de depor do governo o partido *blanco*, através do apoio ao *colorado* Venancio Flores.

A missão diplomática liderada por José Antônio Saraiva comunicava-se com o presidente da província, o paulista João Marcelino de Souza Gonzaga (05/1864 - 06/1865), para mantê-lo informado do andamento das negociações com o governo uruguaio, e instruí-lo sobre a necessidade de organizar as forças da província. Em seu relatório, Gonzaga dizia que “comunicando-me a missão especial o malogro das negociações para a paz no Estado Oriental, e qual era o estado das relações diplomáticas daquele país, deliberei chamar ao destacamento mais 2.418 praças da guarda nacional formando seis corpos provisórios”⁴⁵¹. Em dezembro, poucos dias antes do início do conflito, ainda era possível receber ordens antecipadas do governo imperial. Assim, quando chegaram à província “em meados de dezembro os primeiros anúncios das disposições bélicas do Paraguai”, o presidente não foi pego de surpresa, pois o ministro dos estrangeiros já havia lhe enviado uma comunicação dando parte do estado de coisas e, por essa razão, já havia mandado reforçar a guarnição da fronteira das missões⁴⁵².

Contudo, quando o estado de guerra foi efetivamente declarado, acelerou-se o ritmo dos acontecimentos, e o intervalo de tempo entre a expedição das ordens da Corte

⁴⁵¹ Relatório do presidente da província João Marcelino de Souza Gonzaga. 04/08/1865. Disponível em http://ddsnext.crl.edu/titles/182?terms&item_id=4554#?c=0&m=39&s=0&cv=0&r=0&xywh=789%2C%2C3576%2C2522 Acessado em: 24/01/2020.

⁴⁵² Relatório do presidente da província João Marcelino de Souza Gonzaga. Op. cit.

e sua recepção na província tornava-se um entrave à organização das forças, como explicava o presidente Souza Gonzaga ao ministro da guerra:

[...] Quanto às nomeações dos majores ajudantes de ordens das brigadas, competindo estas ao poder executivo, ao presidente compete provisoriamente fazê-las [...] Declaro, porém, que em uma ocasião destas eu não faço questão de atribuições e de bom grado cederia ao general em chefe para fazer todas essas nomeações. Mas a força da circunstância tem me obrigado a fazer algumas dessas nomeações, no que tenho sido tão parco, que são só cinco as que tenho feito, quando tenho mandado organizar sete brigadas.

Para conciliar exigências locais e para evitar grandes desgostos, que podem trazer em resultado grande dificuldade na organização dos corpos, tenho sido forçado a fazer essas nomeações, sem poder esperar que o governo imperial as faça, porque demorar-se-ão pelo retardamento da comunicação⁴⁵³.

O presidente, que já estava à frente da província há sete meses, sabia que neste momento não deveria ignorar as “exigências locais”, posto que a reunião de homens para integrarem as fileiras do exército dependia essencialmente do empenho dos potentados da província. Diante da “força da circunstância” o presidente entendeu que era imperativo fazer as nomeações imediatamente, não sendo possível esperar as instruções da Corte⁴⁵⁴. A distância entre o centro e a periferia tornava-se aqui um propulsor para a regionalização das decisões. Até porque mesmo as ordens partidas da presidência demoravam a serem efetivadas, como atesta um trecho do relatório de Souza Gonzaga, no qual o presidente afirmava que a reunião dos corpos da guarda nacional não deu-se a tempo de estarem estes organizados quando do início da guerra, sendo que “chamados [os corpos] a destacamento em Novembro e Dezembro para guarnecer e defender as fronteiras de Bagé e Jaguarão, [...] só puderam chegar ao seu destino em Fevereiro”⁴⁵⁵.

Esses diferentes circuitos comunicacionais, compostos por laços de naturezas variadas, necessariamente se entrelaçavam pela necessidade de recorrer ao *recurso institucional* do governo. Ou seja, a necessidade de operar os meandros da institucionalidade fazia com que um agente dessa estrutura acionasse outros agentes, fossem eles integrantes da estrutura estatal ou não, bem como um grupo de indivíduos

⁴⁵³ João Marcelino de Souza Gonzaga para o ministro da guerra, Henrique Pedro Carlos de Beaurepaire-Rohan. 14/01/1865. IHGB. Fundo General Osório, Notação: 249.008. Grifo nosso.

⁴⁵⁴ Segundo Jean-Pierre Poussou, no caso francês, o alargado tempo das comunicações entre o governo central e os prefeitos acabou por conferir uma margem de ação mais ampla a estes do que originalmente estava previsto, margem que crescia em situações que demandavam decisões urgentes. POUSSOU, 2014, Op. cit., p. 237.

⁴⁵⁵ Relatório do presidente da província João Marcelino de Souza Gonzaga. Op. cit.

que se mobilizasse com um objetivo comum precisaria acessar o recurso institucional. Maria de Fátima Gouvêa lança mão dessa explicação para explicar a constituição de redes governativas:

Destaca-se o recurso de qualificar essas redes enquanto governativas com o intuito justamente de chamar atenção para a importância do recurso institucional da governação como um poderoso elemento constituidor de conexões e fluxos de troca gerados a partir da própria instância administrativa⁴⁵⁶.

Ao mesmo tempo, a operação da institucionalidade dependia, em grande medida, das informações e saberes que chegavam ao presidente, que era o principal operador e fiscalizador do funcionamento da estrutura institucional, e do comportamento dos seus integrantes. Por isso, as estratégias traçadas paralelamente à estrutura institucional precisavam chegar até o presidente, para que ele lançasse nos circuitos comunicacionais a ordem que faria toda essa engrenagem funcionar. Isso era verificado em pequenos planejamentos e em estratégias complexas.

Um exemplo de um processo simples que precisava da interferência do presidente pode ser observado em uma troca de correspondências entre o general Osório e o ministro da guerra. Osório havia sido ferido na guerra e era sabido em toda a província e na Corte o seu mau estado de saúde. Ainda assim, ao assumir o posto de comandante das forças no Paraguai, o Conde d'Eu pediu o retorno de Osório. Ao saber da notícia, Osório escreveu confidencialmente ao ministro da Guerra, Barão de Muritiba, com que já havia estreitado laços quando esteve à frente da província do Rio Grande do Sul, informando que estava sofrendo com os ferimentos de guerra, mas que se lhe fornecessem as condições, dentre elas o acompanhamento de um médico, ele seguiria para o teatro da guerra. Ao saber da gravidade dos ferimentos de Osório, o ministro ponderou que talvez não fosse a melhor decisão atender ao chamado do Conde d'Eu, mas que, caso o general experimentasse alguma melhora em seu estado de saúde e decidisse seguir para o Paraguai, o ministro havia dado todas as ordens necessárias para esse fim,

[...] Podendo, porém, acontecer que V. Ex. tenha experimentado melhoras a ponto de poder suportar a viagem, dei ordem ao vapor que esta [correspondência] conduz para receber a V. Ex. e sua comitiva até Montevidéu, de onde subirá para Assunção em outro [navio] qualquer

⁴⁵⁶ GOUVÊA, Maria de Fátima. “Redes governativas portuguesas e centralidades régias no mundo português, c. 1680-1730. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. (Orgs.) *Na trama das redes: Política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 181-182.

do Governo, que ali possa achar-se. [...] Ao presidente da Província escrevo no mesmo sentido; e o autorizo a providenciar convenientemente⁴⁵⁷.

Osório e o ministro da guerra, Marquês de Muritiba, mantiveram contato monitorando a saúde do general Osório, que se encontrava bastante fragilizada pelos ferimentos da batalha e pelas más condições dos acampamentos militares brasileiros. Osório desejava atender ao chamado do Conde d'Eu, mas para deslocar-se ao teatro da guerra, efetivando os acertos que havia feito com Muritiba, era necessário que as autoridades competentes dessem as ordens necessárias. Como qualquer ordem da Corte demorava para chegar, Muritiba reduziu o tempo administrativo, já orientado o presidente Pinto e Silva.

Ainda que Osório se correspondesse com uma autoridade superior à presidência, a vontade de ambos, discutida nos circuitos pessoais de comunicação, não seria efetivada sem a ordem da presidência, a autoridade máxima que se encontrava na província. Eles dependiam do recurso institucional da governação.

Outros procedimentos, mais complexos, envolviam mais que o cumprimento de uma ordem oriunda das instâncias superiores por parte dos presidentes. As estratégias eleitorais, por exemplo, podiam ser elaboradas a partir de um profundo conhecimento dos meandros da administração e envolver o acionamento de mais de um mecanismo institucional. Uma comunicação do presidente da província informando que o 2º suplente de juiz municipal de Bagé “se tinha ausentado deste termo a pretexto de uma licença” se apresentou como uma oportunidade ao juiz municipal titular, José Francisco de Freitas. Sendo o dito suplente da facção rival, Francisco de Freitas oficiou ao presidente informando que a licença havia expirado, configurando a ausência do suplente “abandono do cargo”. Simultaneamente, o juiz Francisco de Freitas escreveu ao Visconde de Pelotas, uma liderança do partido liberal, para que se “interessasse” sobre o assunto junto à presidência da província, porque

sendo de grande interesse que este indivíduo não continue no exercício de semelhante cargo, porque como juiz substituto que é terá de tomar conhecimento do recurso da qualificação [de eleitores], que foi feita sob minha presidência, como juiz municipal, lembraram-se os nossos amigos, por meu intermédio, solicitar a V. Ex^a o importante serviço de interessar-se por este assunto, entendendo-se a respeito com a presidência da província, a fim de

⁴⁵⁷ Correspondência do ministro da Guerra a Manuel Osório. 06/05/1869. História do General Osório v. 2. P. 577

que seja suspenso, quanto antes, o 2º suplente Galdino Felix de Souza e em seu lugar nomeado o Dr. José Francisco de Azevedo Pena. Esta medida é urgentíssima, por que tendo no dia primeiro de dezembro, o Dr. Juiz de Direito de entrar no gozo de uma licença de três meses, tenho eu, na qualidade de juiz municipal de assumir a vara, mas achando-me impossibilitado de conhecer do recurso da qualificação assim como o 1º suplente, por termos funcionado na junta municipal, neste caso, sendo suspenso o segundo suplente será juiz do recurso o Dr. João Alonso de Souza, 3º suplente, nosso companheiro ou o Dr. Azevedo Pena, e então a qualificação como se acha feita não sofrerá alteração alguma”⁴⁵⁸.

Esses diferentes mecanismos constituíam facetas de um mesmo processo e, a fim de melhor observá-los, iremos reduzir a escala de análise à administração de um presidente a fim de investigar com maior riqueza de detalhes alguns aspectos apontados até aqui, além de observar as singularidades. Nesse caso, a escolha do presidente que serviu como fio condutor dessa observação aproximada foi baseada na disponibilidade de fontes. Durante o tempo em que permaneceu à frente da presidência do Rio Grande do Sul, João Pedro Carvalho de Moraes correspondeu-se quase diariamente com o Barão de São Borja, membro da elite rio-grandense e comandante das armas da província. Esse conjunto de missivas encontram-se do fundo documental do Barão, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Ao mesmo tempo, encontramos também correspondências trocadas entre esse presidente e membros do gabinete ministerial. Dessa forma, analisando alguns aspectos do governo de Carvalho de Moraes, foi possível identificar os circuitos comunicacionais não institucionalizados no sentido ascendente e descendente.

8.4. A administração de João Pedro Carvalho de Moraes

Ainda durante o gabinete Rio Branco, e no cenário de divergências internas aguçadas do partido conservador rio-grandense, a província recebeu um novo presidente, era ele João Pedro Carvalho de Moraes. Formado bacharel pela faculdade de São Paulo em 1853, onde conviveu com diversos rio-grandenses, como o já mencionado Henrique d’Ávila (1855), que apoiou seu governo, bem como Gaspar Silveira Martins (1855), um dos mais importantes chefes do partido liberal na província à época da administração Carvalho de Moraes, Felisberto Pereira da Silva e Antônio Ferreira Viana (1855). Formaram-se em períodos próximos ainda Félix Xavier da Cunha (1854) e Ildefonso

⁴⁵⁸ José Francisco de Freitas ao Visconde Pelotas. 20/11/1879. FPJCC. IHGRS

Simões Lopes (1852)⁴⁵⁹. Assim, o presidente chegava à província já familiarizado com alguns dos mais importantes integrantes da elite política do Rio Grande.

Nascido no Rio de Janeiro, Carvalho de Moraes tinha 41 anos quando tomou posse da administração do Rio Grande. Antes disso havia sido empregado da secretaria dos Negócios estrangeiros, além de secretário em duas missões diplomáticas no Rio da Prata: a primeira em 1864, sob chefia do Visconde do Rio Branco “para o fim de se resolverem dúvidas entre o Brasil e o Estado Oriental do Uruguai”, e a segunda em 1871, numa missão chefiada pelo Barão de Cotegipe, “para conclusão do tratado de paz entre Brasil e Paraguai”⁴⁶⁰. Cabe apontar que a nomeação de Carvalho de Moraes para presidência do Rio Grande do Sul se deu durante o gabinete chefiado pelo Visconde do Rio Branco (março/1871 - junho/1875), com quem havia convivido durante a missão diplomática o que deve ter contribuído para a escolha do fluminense, não apenas pela relação mantida entre os dois, mas também pela certeza de que Carvalho de Moraes estava habituado com as complexas questões envolvidas na vigilância da fronteira da província.

Sua administração enfrentou oposição dos liberais, como era esperado, e também de alguns conservadores, que, como explanado anteriormente, encontravam-se divididos em duas correntes, o que seguramente colocava entraves à governabilidade para um presidente conservador. Assim, em meados de 1873, pouco mais de seis meses depois de iniciada sua presidência, Moraes escrevia a seu antigo conhecido e chefe do conselho de ministros, Visconde do Rio Branco, e também ao ministro do império, João Alfredo Correia de Oliveira, pedindo sua demissão.

O motivo alegado era que o “Constitucional, jornal que tem sido órgão do grupo cordeiro declarou-se em oposição no dia 8 do corrente reproduzindo as acusações que as correspondências do jornal do Comércio tem-me feito de favorecer aos liberais e de destruir o partido conservador”⁴⁶¹. Nessas correspondências, Carvalho de Moraes descreveu detalhadamente as acusações, as quais afirmou serem falsas, e apresentou seu relato sobre as razões que levaram os conservadores “cordeiros” a retirar seu apoio à

⁴⁵⁹ FRANCO, Sérgio da Costa. *Gaúchos na Academia de Direito de São Paulo no século XIX*. Revista Justiça & História. Porto Alegre: CEMJUG, 2001, p. 107-129.

⁴⁶⁰ BLAE. Augusto Victorino Alves Sacramento. Dicionário Bibliográfico Brasileiro, quarto volume, Rio de Janeiro, 1898. Disponível em: <https://archive.org/stream/diccionariobib101unkngoog#page/n26/mode/2up> Acessado em 05/01/2020

⁴⁶¹ Correspondência de João Pedro Carvalho de Moraes ao Visconde do Rio Branco. Porto Alegre, 12/07/1873. Repositório digital da UFPE. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/16025> Acessada em 20/01/2020.

administração. As razões incluíam algumas nomeações e exonerações, bem como a negativa, por parte da presidência, de renovação de um contrato com o proprietário da tipografia responsável pela publicação do expediente da presidência.

No que dizia respeito às nomeações, o principal desacordo deu-se em torno do titular da inspetoria da repartição de instrução pública, da qual foi retirado da direção o conservador cordeiro José Bernardino Bittencourt - que havido sido nomeado pelo próprio Carvalho de Moraes logo que este assumiu a presidência⁴⁶², e substituído pelo Dr. Fausto de Freitas e Castro, conservador “lobo”. Assim explicou o presidente essa nomeação: “Entendi porém que não devia repelir os lobos e acertei o seu consenso sem no entanto tomar compromisso e se nomeei o Dr. Fausto de Freitas e Castro para substituir o Dr. Bitencourt foi por não ter escolha no partido conservador”⁴⁶³. Assim, o presidente demonstrava que havia tentado conciliar as duas principais facções existentes no interior do partido conservador.

Além de narrar esse caso, Carvalho de Moraes enviou aos ministros uma relação de todas as nomeações que havia feito desde que assumiu a presidência. Segundo ele, havia acatado os nomes sugeridos pelas repartições, a fim de seguir com a orientação que recebera do ministro do império, João Alfredo de Oliveira, quando de sua nomeação que sua “comissão nas circunstâncias em que se achava a província era mais administrativa que política”⁴⁶⁴. Expondo todos os fatos e oferecendo as informações sobre as acusações que pesavam contra ele, o presidente esperava apresentar “dados [...] suficientes para que V. Ex^a verifique por si e com pleno conhecimento de causa que não estou fazendo inversões na província em favor dos liberais” e colocava-se como um interlocutor confiável, ao afirmar estar declarando informações precisas e isentas.

Ademais, nas palavras do presidente, poucos eram aqueles que efetivamente seguiam o Dr. Bernardino Bittencourt, que “por interesse próprio prefere que o partido continue dissindido”⁴⁶⁵ e, apesar de colocar o cargo à disposição, Carvalho de Moraes informava ter “elementos para resistir à oposição que se levanta”. De fato, as explicações

⁴⁶² Relatório do presidente da província João Pedro Carvalho de Moraes de 01/03/1873, p. 9. Disponível em http://ddsnext.crl.edu/titles/182?terms=&item_id=4563#?c=4&m=61&s=0&cv=1&r=0&xywh=-1382%2C-1%2C4731%2C3338 Acessado em 21/01/2020.

⁴⁶³ Correspondência de João Pedro Carvalho de Moraes ao Visconde do Rio Branco. Porto Alegre, 12/07/1873. Repositório digital da UFPE. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/16025> Acessada em 20/01/2020.

⁴⁶⁴ Idem.

⁴⁶⁵ Idem.

oferecidas pelo presidente, aliadas aos vínculos do mesmo com os membros do gabinete garantiram a permanência de Carvalho de Moraes, que continuou à frente da província até quase a queda do gabinete⁴⁶⁶.

Certamente também contribuía para o bom relacionamento entre presidente e gabinete o fato de que aquele prestava informações regularmente ao governo. Sabemos que existiam circuitos comunicacionais institucionais que garantiam esse fluxo de informação. Contudo, no caso de Carvalho de Moraes, e possivelmente da maioria dos presidentes, esse fluxo era reforçado por um circuito não oficial que não era moldado por leis e regulamentos. Antes, era esculpido pelos vínculos de amizade ou interesse pré-existentes à vinculação hierárquica institucional, ou arquitetados pelo desejo de uma das partes, ou de ambas, de conceber um laço. Esse comportamento podia ocorrer em relação aos interlocutores do governo central e também da província.

Assim, no primeiro vapor que partir da província em direção à Corte após o ocorrido e apenas um mês depois do seu pedido de demissão não aceito pelo governo, Carvalho de Moraes escrevia ao ministro do império apenas para informar que “não tem lugar nenhuma alteração na situação política na província”⁴⁶⁷. Ou seja, comunicava-se para informar que tudo estava igual.

Em outra comunicação de dezembro de 1873, o presidente encaminhou ao ministro do império uma série de recortes de jornal, incluindo periódicos de Pelotas e Jaguarão, com intuito de notificar quais eram os debates que ocupavam a imprensa da província naquele momento. O presidente justificou o elevado número de recortes afirmando que embora a discussão entre o “Rio Grandense” e a “Reforma” tivesse abordado apenas “questões de interesse local e sem importância real”, era possível que a “Reforma”, jornal impresso na Corte, viesse a tratar “dos mesmos assuntos e transcreva artigos de sua [ilegível] e homônima desta cidade, na previsão de que assim suceda, as respostas dadas aqui facilitarão as contestações que aí couber apresentar”⁴⁶⁸. Deixar o governo ciente do que se passava nas províncias incluía o debate na imprensa, tarefa que

⁴⁶⁶ Carvalho de Moraes foi substituído em março de 1875. O gabinete ministerial de Rio Branco durou apenas por mais três meses, sendo substituído por Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias.

⁴⁶⁷ Presidente da província João Pedro Carvalho de Moraes ao ministro do império. 16/08/1873. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/16151/1/JA_CR_001.488.pdf Acessado em 22/01/2020.

⁴⁶⁸ Presidente da província João Pedro Carvalho de Moraes ao ministro do império. 31/12/1873. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/16292> Acessado em 20/01/2020.

constituía uma prática governativa compartilhada entre presidentes de diferentes províncias⁴⁶⁹. O olhar atento ao que se passava na imprensa, tanto das províncias, quanto da Corte, era fundamental, pois os jornais de oposição e de situação eram um ingrediente crucial para inflar ou acalmar os ânimos.

O monitoramento da imprensa era realizado com bastante afinco. Ainda que não houvessem leis ou regulamentos que atribuíssem aos presidentes de província essa tarefa, relatar ao governo o “estado de espírito” da província fazia parte da tradição governativa. Segundo Poussou, essa era uma função também desempenhada pelos prefeitos dos departamentos franceses, aos quais cabia a função controlar toda a vida política da província, inclusive a opinião pública e a imprensa⁴⁷⁰.

Analisando a correspondência entre presidentes de algumas províncias - Pernambuco, Alagoas, Mato Grosso e Minas Gerais - e dois ministros do império - Nabuco de Araújo e do Visconde de Olinda -, Oliveira identificou a preocupação desses agentes angariar espaços maiores na imprensa, entendendo a publicação de notícias e editoriais favoráveis ao grupo político que se encontrava no poder como uma das ferramentas essenciais à construção da governabilidade⁴⁷¹.

Voltado à questão da situação da presidência de Carvalho de Moraes, desde o princípio seu período na presidência não havia sido nada fácil e a atuação dos seus opositores não ficou restrita à imprensa. Um dos nomes mais empenhados em fazer frente ao governo foi o liberal Gaspar Silveira Martins, que nas eleições de 1872 havia sido eleito deputado geral pela província do Rio Grande do Sul e aproveitou sua circulação pela Corte para protestar junto ao gabinete contra o nomeado para presidência de sua província. Ao Visconde de Pelotas, correligionário e também rio-grandense, Silveira Martins revelou que, após atacar Carvalho de Moraes e seus aliados na província, ouviu promessas de que o gabinete Rio Branco iria “tirá-los se eu não os atacasse”, mas o deputado manteve-se decidido a derrubar o presidente e respondeu que “cada um fizesse o seu dever, que os atacaria e se os conservassem tanto pior para eles”. Ainda segundo Martins, o Visconde do Rio Branco teria lhe confidenciado, em particular, que “o presidente era homem apreensível e que não teríamos ocasião de desembainhar a espada contra ele, pois ia remediar”⁴⁷². As palavras do presidente do conselho de ministros

⁴⁶⁹ OLIVEIRA, 2018, Op. cit., p. 280.

⁴⁷⁰ POUSSOU, 2014, Op. cit., p. 236.

⁴⁷¹ Idem.

⁴⁷² Gaspar Silveira Martins ao Visconde de Pelotas. 1873. FPJCC. IHGRS.

certamente tinham a finalidade de acalmar o ímpeto do deputado liberal, já que tudo indica que Carvalho de Moraes contou com o amparo do governo.

Ademais, ao que parece o presidente de fato conseguiu remediar as críticas dirigidas a sua administração, inclusive angariando o apoio de alguns liberais, como o jaguarense Henrique d'Ávila, que, como mencionado no capítulo um, apoiava publicamente o presidente na imprensa e também na tribuna da assembleia provincial⁴⁷³. Esses dois espaços públicos de debate, a imprensa e a assembleia, eram essenciais à governabilidade da província. Era esperado que todos os presidentes recebessem críticas da oposição, mas quando elas começavam a impedir o andamento da administração, a situação tornava-se mais complicada.

Era crucial, nesse sentido, que a presidência e assembleia legislativa encontrassem algum grau de acerto, que normalmente envolvia negociações e concessões de ambos os lados, mas sobretudo por parte do presidente, que era o mais suscetível às mudanças de conjuntura⁴⁷⁴. Por isso, ao explicar a situação em que se encontrava seu governo, Carvalho de Moraes expôs aos ministros que tinha condições de enfrentar a oposição levantada por alguns membros do partido conservador, porque contava com o apoio da maioria dos integrantes desse partido e também porque a assembleia, de maioria liberal, o tolerava, pois, “O partido liberal deixou-me atravessar a sessão da assembleia sem molestar-me e tendo-me dado os meios de administrar é obrigado a deixar-me aplicá-los”⁴⁷⁵. Os meios para administrar consistiam principalmente na decisão do orçamento e das leis que seriam aplicadas pela presidência, o que era feito pelos representantes da elite provincial nas assembleias⁴⁷⁶.

Para além dos arranjos institucionais, o presidente buscava manter uma relação ao menos pacífica com a elite provincial. As correspondências recebidas por José Antônio Correia da Câmara, o Visconde de Pelotas, permitem dimensionar, ainda que de maneira bastante fragmentada, o quanto as relações pessoais e os círculos de sociabilidade que as

⁴⁷³ Obviamente que esse posicionamento de Henrique d'Ávila foi intensamente reprovado por seus correligionários, que acusaram-no de “semear a discórdia” no interior do partido liberal. BOTH, *A trama que sustentava o Império*, Op. cit., p. 92.

⁴⁷⁴ Outros presidentes também buscaram formas de atender, ao menos parcialmente, a oposição. Em Abril de 1876 o filho do general Osório escrevia informando ao pai o comportamento do novo presidente, Tristão de Alencar Araripe: “O presidente vai por enquanto sancionando as atas da sancionando as atas da assembleia, mas por outra parte está nomeando assassinos e perversos para cargos policiais”. Fernando Osório. 21/04/1876. Arquivo do General Osório. IHGB. Notação: DL22714.

⁴⁷⁵ João Pedro Carvalho de Moraes ao Ministro do Império. 15/07/1873. Disponível em <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/13424> Acessado em 20/01/2020.

⁴⁷⁶ DOLHNIKOFF, *O pacto imperial*, Op. cit.

englobavam - ou não - constituíam um arranjo de forças e alianças fino e volátil. Como se sabe, os liberais faziam oposição ao governo Carvalho de Moraes. Diante disso, é curiosa a missiva do presidente ao Visconde, datada de março de 1873, que acompanhava o envio de alguns periódicos, sobretudo pelo final em que declara “Não me foi possível enviá-los ontem”, indicando que esse contato entre os dois era recorrente, a ponto de Pelotas estar esperando pelo envio dos jornais.

Não logramos determinar a natureza dessa relação, é possível que tenham se conhecido no Rio de Janeiro, onde morava Carvalho de Moraes e para onde seguia o Visconde esporadicamente. Também podem ter se encontrado durante as missões diplomáticas de Carvalho de Moraes no Prata, ou por outros meios que desconhecemos. Fato é que, embora Pelotas não tenha feito declarações públicas de apoio ao presidente, a relação deles era de conhecimento de, pelo menos, alguns integrantes do partido liberal rio-grandense. Manuel Osório, por exemplo, aproveitou-se dessa proximidade para escrever ao amigo Visconde colocando

[...] sob a proteção de V. Ex^a, junto à presidência da província e à repartição de obras públicas, a proposta dos nossos correligionários José Henrique Mariante, Francisco Chaves Campelo e Antônio Chaves Campelo, para o estabelecimento de um sistema completo de despejos, esgotos de materiais fecais, águas servidas e pluviais, das cidades de Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas⁴⁷⁷.

Assim como os presidentes precisavam negociar permanentemente os termos de sua administração com a parcela da elite da elite representada na assembleia provincial, mas também com outras facções da elite provincial, as elites provinciais, quando mobilizadas em torno de um determinado fim, muitas vezes dependiam da capacidade de influenciar, direta ou indiretamente, o presidente. Nesse sentido, é ilustrativa a carta de Bento Martins, o Barão de Ijuí, ao seu amigo Visconde de Pelotas, na qual escreveu que a “Assembleia provincial deve agora nesta sessão criar mais dois lugares de escrivão em Uruguaiana, para um deles peço todo o valimento do amigo perante o presidente da província e mais pessoas para a nomeação de Antônio Orlando de Oliveira Jaques”⁴⁷⁸.

⁴⁷⁷ É digno de nota as razões apontadas por Osório para solicitar esse favor: “A proposta que apresentam nossos amigos é a mais justa em preço, e a única que trata cabalmente da parte científica e trabalho, portanto a preferência em favor dos componentes é um ato de justiça, que reverte em benefício público. Esperando que V. Ex. se empenhe com esforço a bem dos pretendentes”. Manuel Luís Osório. 20/07/1873. IHGRS. FPJACC.

⁴⁷⁸ Barão de Ijuí ao Visconde de Pelotas, 14/03/1877. IHGRS. FPJACC.

A influência dos chefes locais, para ser efetiva em âmbito regional, não podia ficar restrita aos seus representantes na assembleia, mas precisava chegar até o presidente da província, pois, se aquela criava os empregos provinciais, este os preenchia. Constituir-se como uma liderança na província dependia de resolver essa equação. Há que se ter em conta, é bem verdade, que havia aquelas pessoas que o presidente não poderia ignorar, posto que governar com a oposição ostensiva de um importante chefe tornaria essa uma árdua tarefa. Esses casos, evidenciam, sobretudo, o imperativo da negociação. Se a revolta Farrroupilha demonstrou aos rio-grandenses que o caminho mais efetivo seria integrar o governo, também demonstrou ao governo central e aos seus representantes que não era prudente desagradar demasiadamente as elites da província.

8.4.1 O Presidente e o Barão

O presidente Carvalho de Moraes era tributário da confiança do gabinete do Visconde do Rio Branco. Essa confiança era, em parte, pautada na relação preexistente entre o Visconde e o presidente, mas isso por si só não seria o suficiente para manter Carvalho de Moraes à frente de uma província tão crítica aos objetivos do império na região do Prata, e que havia sustentado os empreendimentos bélicos do império com seus recursos materiais e humanos. Nesse sentido, não devemos desprezar os laços que ligavam a família Carvalho de Moraes à família imperial. Dona Maria Amália de Azambuja havia sido dama da princesa Dona Leopoldina⁴⁷⁹.

Não é possível precisar se tratava-se da mãe ou da esposa do presidente da província, posto ambas possuíam o mesmo nome e sobrenome quase idênticos⁴⁸⁰, mas sabemos que, mesmo após deixar de servir à D. Leopoldina, D. Maria Amália manteve o contato com a mãe da princesa, a Imperatriz Teresa Cristina. Já de posse da administração da província do Rio Grande do Sul, quando Carvalho de Moraes se correspondia com os ministros na Corte, ele enviava as cartas de D. Maria Amália, bem

⁴⁷⁹ AGUIAR, Jaqueline Vieira de. *Princesas Isabel e Leopoldina: mulheres educadas para governar*. Curitiba: Appris, 2017, p. sem número. REZZUTTI, Paulo. *Pedro II: o último imperador do Novo Mundo revelado por cartas e documentos inéditos*. São Paulo: LeYa, 2019.

⁴⁸⁰ A mãe de Carvalho de Moraes chamava-se Maria Amália Nascentes de Azambuja Carvalho de Moraes, enquanto a esposa chamava-se Maria Amália Azambuja Carvalho de Moraes. As fontes, incluindo o decreto de nomeação de D. Maria Amália como Dama de palácio honorária apresentam o segundo nome, apontado para a esposa. Contudo, um decreto imperial de 1861 concede pensão à D. Maria Amália Azambuja Carvalho de Moraes, “viúva do encarregado dos Negócios do Brasil da Bélgica”, ou seja, utilizava o nome para referir-se à mãe do presidente. Desse modo, a nomeação para Dama podia referir-se tanto a uma, quanto a outra. Decreto N. 1.131 de 06 de julho de 1861; AGUIAR, *Princesas Isabel e Leopoldina*, Op. cit.

como agradecia o envio de missivas da Imperatriz. Esse fato também não permite decifrar qual das D. Maria Amalia que era dama da princesa, posto que tanto a esposa, quanto a mãe de Carvalho de Moraes o acompanharam ao Rio Grande⁴⁸¹.

Para além das conexões com o mundo da Corte, o presidente também se aproximou de homens muito influentes na província. Não encontramos um conjunto documental que nos permitisse identificar a capilaridade das relações do presidente Carvalho de Moraes na província. Contudo, é plausível supor que ao longo dos quase 26 meses em que administrou o Rio Grande⁴⁸², além do contato que ele teve com rio-grandenses antes de ser nomeado presidente, como era o caso dos colegas da academia de direito, Carvalho de Moraes tenha mantido-se próximo a outros habitantes da província⁴⁸³. Dentre as que fomos capazes de identificar, está a boa relação com Vitorino José Carneiro Monteiro, futuro Barão de São Borja, com quem correspondeu-se regularmente ao longo da sua administração, e a quem sempre chamava de “compadre” e “amigo”.

Vitorino Monteiro era natural de Recife, na província de Pernambuco. Foi enviado ao Rio Grande do Sul para combater os rebeldes farrapos⁴⁸⁴ e “acabou casando-se com a filha de seu comandante, o marechal Bento Manuel Ribeiro, rico estancieiro e figura militar de grande destaque”⁴⁸⁵. Posteriormente, combateu na guerra do Paraguai, comandando o 3º regimento de cavalaria, na divisão comandada pelo então brigadeiro Manuel Osório⁴⁸⁶. Findada a guerra, em março de 1870, Vitorino foi agraciado com o título nobiliárquico de Barão de São Borja em maio do mesmo ano. No ano seguinte, foi

⁴⁸¹ Em resposta a uma missiva recebida do rio-grandense Barão de São Borja, Carvalho de Moraes afirma que leram a carta com ele sua mãe e sua esposa. Fundo BSB, IHGB, Lata 150, documento 57.

⁴⁸² Uma administração longa, se considerarmos que a maioria dos presidentes do Rio Grande do Sul ficou no cargo de 6 a 10 meses.

⁴⁸³ Uma das possibilidades é que tenha se aproximado do conservador José Miranda e Castro, a quem teceu elogios em seu relatório, empregado da secretaria desde 1850 e que assumiu, interinamente o cargo de secretário da presidência, após o pedido de exoneração do titular. Miranda e Castro permaneceu no cargo de secretário interino até o seu falecimento em janeiro de 1875. Fala à assembleia legislativa do presidente da província João Pedro Carvalho de Moraes. 03/03/1875. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/182?terms=&item_id=4608#c=4&m=64&s=0&cv=0&r=0&xywh=188%2C798%2C1666%2C1175 Acessado em 24/01/2020.

⁴⁸⁴ VASCONCELOS, Barão de.; VASCONCELOS. Barão Smith de. *Archivo Nobiliarchico Brasileiro*. Lausanne: Imprimerie La Concorde, 1918, p. 435-436. Disponível em: <https://archive.org/details/archivonobiliarc00vascuoft/page/n5/mode/2up> Acessado em 02/01/2020.

⁴⁸⁵ VARGAS, *Entre a Paróquia e a Corte*, op. cit., p. 216.

⁴⁸⁶ Vargas demonstra como a circunstância da guerra e a necessidade de esforços para o recrutamento fez com que antigos rivais se tornassem companheiros de batalhas. Foi esse o caso de Vitorino Monteiro e Manuel Osório, que, segundo Vargas, “logo que a guerra acabou, passaram a lutar em campos opostos”. VARGAS, *Entre a Paróquia e a Corte*, op. cit., p. 206.

nomeado comandante das armas da província. Ao ocupar esse cargo, como vimos nos capítulos anteriores, o Barão tinha sob seu comando todas as forças da província.

É provável que essa amizade não existisse antes da chegada de Pedro de Moraes à província, posto que em uma missiva de outubro de 1873, portanto quase um ano depois do início da sua presidência, recebeu uma carta do Barão de São Borja, na qual este descrevia os serviços que já havia prestado ao império. Em resposta, Carvalho de Moraes escreveu: “Agradeço à V. Ex. o prazer que proporcionou-me dando a conhecer inteiramente a sua longa vida de serviços e sacrifícios. Entretanto, nada mais vi do que a confirmação do juízo que fazia de V. Ex.”⁴⁸⁷.

A aproximação entre os dois possivelmente resultou do intenso contato que precisavam manter em consequência dos cargos que ocupavam. Não é oneroso lembrar que as autoridades da categoria *força* consistiram nos principais interlocutores da presidência da província e, dentre as autoridades que integravam essa categoria, o comandante das armas foi o que mais recebeu comunicações da presidência. Para se ter ideia, ao longo dos 8 meses de administração do presidente Antônio Pinto e Silva, ele enviou 634 comunicações ao comandante das armas da província, uma média de 2,6 comunicações por dia. No caso do presidente Carvalho de Moraes, a essas comunicações se somavam outras, de caráter pessoal enviadas ao comandante,

Além da necessidade de interlocução regular entre os dois, que criava um cenário favorável para o florescimento de uma amizade, verifica-se que distância geográfica também influenciava no tecimento de novos laços, posto que a relação do presidente e do barão provavelmente não se tornaria tão próxima se ambos não residissem na capital da província. Em uma correspondência o presidente desculpava-se por ter interrompido o fluxo dessa comunicação: “Estou há quatro dias sobrecarregado de trabalho, e deixei por isso de escrever a V. Ex. Escrevo simplesmente para anunciar-lhe que responderei hoje aos seus ofícios, e mandarei a resposta em tempo de produzir seus devidos efeitos, isto é, hoje ou amanhã”⁴⁸⁸, indicando que quatro dias sem comunicações já era fora do comum, o que certamente seria diferente se o Barão se encontrasse no interior da província.

⁴⁸⁷ Correspondência do presidente João Pedro Carvalho de Moraes ao Barão de São Borja. 22/10/1873. IHGB. Lata 150, documento 57.

⁴⁸⁸ Correspondência do presidente João Pedro Carvalho de Moraes ao Barão de São Borja. 22/10/1873. IHGB. Lata 150, documento 57.

A relação bastante próxima fica atestada em diversas correspondências que demonstram o interesse do presidente na saúde do Barão, bem como naquelas em que são desejados “votos pela saúde de toda sua família”⁴⁸⁹. Quando possível, os amigos procuravam se encontrar para acertar trâmites institucionais a serem efetivados, usualmente atendendo aos desejos do Barão, aos quais o presidente empenhava-se fortemente em saciar, como se constata de uma missiva na qual o presidente pede que o Barão confira uma lista por ele confeccionada “comparando-a com as indicações da carta que me fez o favor de mostrar, se a lista aqui inclusa está exata. Receio algum equívoco nos apontamentos que tomei”⁴⁹⁰. As notícias dessa amizade chegavam até o gabinete ministerial. O presidente do conselho de ministros, Visconde do Rio Branco, escreveu ao presidente “V. Ex^a está em boa relação com o Comandante das Armas, e julgava conveniente a sua conservação, o que muito estimo. É ele homem leal, honrado e bravo”⁴⁹¹.

Não à toa o presidente do conselho de ministros apreciava a proximidade entre o barão e o presidente. Considerando-se apenas o cargo ocupado pelo Barão, uma boa relação entre ele e o presidente já tornaria muito mais fácil os trabalhos da presidência da província. Mas, para além disso, o barão integrava uma poderosa família, que concentrava sua atuação principalmente na fronteira da província, um dos pontos mais sensíveis para qualquer presidente que intentasse passar pelo governo do Rio Grande do Sul sem sobressaltos.

O início da década de 1870 foi especialmente generoso com a família do barão. Além de sua nomeação para o comando das armas da província, os seus cunhados ocupavam os comandos superiores da guarda nacional de Uruguaia e Alegrete e também de Quaraí e Livramento. A família possuía outros integrantes espalhados pela província que correspondiam-se com o Barão frequentemente, como um outro cunhado que era estancieiro em Pelotas⁴⁹². Assim, mesmo estando na capital, o Barão recebia *informações seguras*⁴⁹³ de diversas localidades, tornando-se um aliado muito importante para o

⁴⁸⁹ Correspondência do presidente João Pedro Carvalho de Moraes ao Barão de São Borja. 24/10/1873. IHGB. Lata 150, documento 57.

⁴⁹⁰ Correspondência do presidente João Pedro Carvalho de Moraes ao Barão de São Borja. 26/07/1873. IHGB. Lata 150, documento 57.

⁴⁹¹ Correspondência do presidente João Pedro Carvalho de Moraes ao Barão de São Borja. Sem data. IHGB. Lata 150, documento 57.

⁴⁹² VARGAS, *Entre a Paróquia e a Corte*, op. cit., p. 217.

⁴⁹³ Idem., p. 225.

presidente, posto que as informações, ao lado dos apoios, constituíam-se nos principais recursos necessários à governabilidade da província. Vinculando-se ao Barão, Carvalho de Moraes tinha acesso a um alargado circuito comunicacional.

Não causa surpresa, portanto, que um dos aspectos mais relevantes dessa amizade, do ponto de vista de como ela influenciava o governo da província, consistisse no fato de que o presidente solicitava os conselhos do Barão. A busca por recomendações envolve dois aspectos importantes: o primeiro é que se recorre ao aconselhamento de alguém que possui informações relevantes, o segundo é que a pessoa que aconselhava precisava, necessariamente, ser alguém confiável. O aconselhamento podia ter origem em qualquer um dos sentidos da relação, visto que os interlocutores possuíam saberes e informações diversos entre si. De acordo com Pedro Cardim, no mundo ibérico moderno, o aconselhamento era uma tarefa usualmente relacionada à amizade, característica que parece perpetuar-se nos relacionamentos afetivos existentes em uma sociedade forjada nas tradições lusas⁴⁹⁴. Contudo, diferentemente do que ocorria no contexto observado por Cardim, o presidente da província contava com uma estrutura administrativa que permitia-lhe governar o território. Desse modo, constata-se que os vínculos afetivos desenvolviam-se ao lado e a partir da estrutura administrativa.

O presidente recorreu diversas vezes ao Barão para obter informações acerca de recomendações. A dinâmica ocorria da seguinte forma: o presidente recebia a indicação de um nome para prover um cargo vago, por vezes formalmente, outras de maneira informal, e interpelava o barão sobre as credenciais daquela pessoa e se as informações que lhe haviam sido passadas eram verdadeiras, como se pode observar abaixo:

O Dr. Evaristo de Araújo Cintra, Juiz de direito de Uruguaiana, indicou-me os nomes dos Srs. Manuel Cavalheiro do Amaral, Wenceslau José Barbosa e o Tenente Coronel João da Costa Leiria, para serem nomeados suplentes do juiz municipal daquele termo. Rogo a V. Ex^a o obséquio de informar-me o que souber a respeito destes e o conceito que deles forma.

Nota: Não será o Leiria o mesmo que V. Ex^a passou-me? ⁴⁹⁵

Tratava-se de uma proposta feita pelos canais institucionais e atendendo a uma competência dos juízes de direito definidas pela lei. Nesse caso, circuitos

⁴⁹⁴ CARDIM, 1999, Op. cit., p. 51.

⁴⁹⁵ João Pedro Carvalho de Moraes ao Barão de São Borja. 03/09/1873. IHGB. Fundo BSB, Lata 150, documento 57.

comunicacionais institucionais e informais se interligavam através da atuação do presidente. Em outra oportunidade, pedia ao Barão confirmasse se a nomeação do Doutor Abraão de Sá para juiz municipal e auditor de guerra em São Borja era “acertada”, pois havia sido informado que esse cidadão “prestou bons serviços na magistratura e que é conceituado no lugar onde vive. Creio que suas circunstâncias de fortuna não são boas atualmente em consequência de prejuízos que sofreu durante a invasão paraguaia.”⁴⁹⁶.

Segundo Graham, “O preenchimento de cargos para um país tão extenso como o Brasil implicava uma grande dependência, por parte de protetores e clientes, da correspondência privada na gestão de trocas de favores”⁴⁹⁷. Em outras palavras, as redes clientelares, ajudavam a dar sustentação ao Estado imperial, operavam essencialmente através de redes de comunicação, que por vezes funcionavam paralelamente aos circuitos comunicacionais institucionais, às vezes concorriam com estes, mas, inevitavelmente, acabavam por cruzar-se com estes para atingir seu fim. Os pontos de contato e de afastamento entre esses circuitos, frequentemente operados pelas mesmas pessoas, dependiam das circunstâncias e dos atores envolvidos. Não é possível idealizar redes relacionais e circuitos comunicacionais funcionando de maneira engessada ao longo do tempo, é imprescindível analisá-los à luz da dinamicidade que lhes era tão característica.

Na medida em que integrantes da estrutura estatal que interagiam através dos circuitos comunicacionais institucionais desenvolviam também um vínculo afetivo, verificava-se um desejo de colaboração. Assim, ao manejarem canais de comunicação de naturezas diferentes, aumentavam as chances de conseguirem informações de qualidade, necessárias aos interesses de ambas as partes envolvidas. Por outro lado, quando duas autoridades criavam uma relação de animosidade, era provável que mesmo o fluxo comunicacional institucional fosse prejudicado, sofrendo interrupções e atrasos.

Os interlocutores que manejavam mais de um circuito comunicacional podiam conceber a existência de uma diferença entre a comunicação institucional e a privada, ainda que essas abordassem os mesmos assuntos. Em uma ocasião, o Barão remeteu ao presidente uma correspondência de um amigo, a qual o presidente respondeu

⁴⁹⁶ João Pedro Carvalho de Moraes ao Barão de São Borja. 14/12/1873. IHGB. Fundo BSB, Lata 150, documento 57.

⁴⁹⁷ GRAHAM, *Clientelismo e política*, op. cit., p. 278.

O coronel Ferreira tem razão de queixar-se, mas não sabe conter-se. V. Ex^a pode dar-lhe alguns conselhos para que se modere principalmente na sua linguagem oficial. Para esta que ele evite alguns termos que não são próprios da correspondência com autoridades superiores⁴⁹⁸

Em outra ocasião, Carvalho de Moraes dirigiu o mesmo conselho ao Barão, “Há no ofício de V. Ex^a de 8 do corrente frases que, como amigo de V. Ex^a desejaria poder suprimir porque não influem sobre o alcance de sua comunicação, e não correspondem à gravidade e integridade do seu caráter”. De forma afetuosa, procurava alertar o amigo que suas palavras poderiam comprometer seu futuro “V. Ex. é mais moço que eu, e deve, portanto, ser mais prudente”⁴⁹⁹, uma vez que a correspondência oficial não passava apenas pelas mãos do presidente, mas por diversos empregados da secretaria de governo, além de, eventualmente, serem enviadas por cópia a outras autoridades da província ou do governo central. Importa destacar que Carvalho de Moraes utiliza seu conhecimento sobre as características dos diferentes circuitos comunicacionais para orientar o amigo, lembrando que o presidente havia nascido na Corte, frequentado a academia de direito de São Paulo e integrado os círculos de sociabilidade da família real, de modo que era um profundo conhecedor do vocabulário e dos hábitos da alta sociedade imperial.

Ademais, essas advertências de Carvalho de Moraes demonstram uma separação do que cabia aos círculos privados e aos públicos, bem como que a preocupação com a forma da comunicação podia andar lado a lado com a preocupação com o conteúdo. Ao mesmo tempo, esse choque entre o modo de pensar e agir de indivíduos oriundos de mundos muito diferentes anunciava o quanto esses diferentes modos conviveriam, ora conflitando, ora se afinando, no interior da sociedade imperial. Convém pontuar que não existia uma noção refinada e amplamente apropriada de distinção entre esferas públicas e privadas, mas a existência de circuitos comunicacionais distintos entre os mesmos interlocutores indica a percepção de que certas coisas que podiam ser ditas em um, não seriam ditas em outro. Por essa razão, a análise isolada dos ofícios e correspondências produzidos pelo presidente da província não oferece quase nenhum indício das possíveis alianças ou inimizades deste.

Assim como a concretização de objetivos dependia da capacidade de intervenção na estrutura institucional, essa estrutura acabava por delimitar o quanto era possível ser

⁴⁹⁸ João Pedro Carvalho de Moraes ao Barão de São Borja. IHGB. Fundo BSB, Lata 450, Documento 57.

⁴⁹⁹ João Pedro Carvalho de Moraes ao Barão de São Borja. IHGB. Fundo BSB, Lata 150. Sem data.

feito, mesmo para aqueles que detinham uma grande quantidade de prerrogativas amparadas pela legislação que moldava toda aquela estrutura. Nesse sentido o presidente Carvalho de Moraes comunicava ao Barão que nada podia fazer quanto ao pedido que esse havia feito, em função de uma determinação do ministro da guerra⁵⁰⁰.

Ao estreitar laços com o Barão de São Borja, o presidente acabava por vincular-se também aos amigos e aliados deste, como o próprio coronel Ferreira do caso acima. Outros pedidos também chegaram ao presidente através da intermediação do Barão, o que indicava o reconhecimento público desse vínculo, dado que ao invés de dirigirem-se diretamente ao presidente, os integrantes daquela rede de relações entendiam ser mais profícuo recorrer à mediação do Barão. Esse era o caminho escolhido mesmo entre importantes chefes da província, como Joca Tavares, o Barão de Itaqui, líder conservador em Bagé e comandante daquela fronteira, o qual expressou sua preocupação com a nomeação de seu aliado Dr. Lacerda ao amigo Barão de São Borja, que manifestou a situação ao presidente⁵⁰¹. Esse caminho foi percorrido por Joca Tavares outras vezes, possivelmente em decorrência do êxito que atingido através desse circuito comunicacional mediado pelo barão⁵⁰².

Assim como ocorria entre Carvalho de Moraes e os ministros, as relações que o presidente mantinha no interior da província também eram caracterizadas pelas trocas de informação. A troca de informações ocorria nos dois sentidos dessa relação. O presidente enviava ao barão os jornais que recebia da Corte e de outros países “Mando a V. Ex^a os últimos números da “Nação” e jornais de Montevideú”⁵⁰³. Contudo, o recurso mais importante era o acesso às informações seguras sobre a própria governação da província. Podemos afirmar, portanto, que o presidente tinha em torno de si uma rede de informações que auxiliava no exercício governativo.

Nesse cenário fluido, no qual os atores se movimentavam o tempo todo, quais eram os mecanismos de governar que se perpetuam à despeito das mudanças no elenco?

⁵⁰⁰ João Pedro Carvalho de Moraes ao Barão de São Borja. 29/09/1873. IHGB. Fundo BSB, Lata 150, documento 57.

⁵⁰¹ O presidente assegurou ao Barão que a nomeação estava garantida: “Pode tranquilizar S. Ex. a respeito do Dr. Lacerda. A nomeação dele está feita e não há razão para desfazer”. João Pedro Carvalho de Moraes ao Barão de São Borja. Sem data. IHGB. Arquivo BSB, Lata 450.

⁵⁰² Como indica a abertura da missiva “Devolveo a V. Ex. uma das cartas do Barão de Itaqui”. Idem.

⁵⁰³ João Pedro Carvalho de Moraes. ao Barão de São Borja 26/07/1873. IHGB. Fundo BSB, Lata 150, documento 57.

Em outras palavras, quais os saberes compartilhados e mecanismos empregados por todos esses atores ajudaram a conformar um modo de governar a província? O primeiro deles, como já vimos, era a certeza de cedo ou tarde haveria uma mudança. Como anunciamos ao analisarmos as nomeações dos presidentes, a rotatividade que marcou o cargo de presidente de província contribuiu para a estabilidade política da província, porque as elites da província sabiam que haveria um próximo presidente e que, caso a situação na província ficasse inviável, comprometendo a governabilidade da mesma, o governo imperial trocaria o presidente, sempre temeroso em repetir o episódio das revoltas regenciais em geral, e da farroupilha em especial. O segundo era a manipulação dessas relações para acessar informações e construir uma base que sustentasse o governo na província. Contando com o apoio dos aliados e com uma oposição que operasse dentro de certos parâmetros, os quais, no limite, eram demarcados pela ameaça à estabilidade política e social. O que nos leva ao terceiro mecanismo, que era a negociação. Quando os interesses dos integrantes dessa grande engrenagem não coincidiam, a forma utilizada para chegar a um ponto de equilíbrio era a negociação, que podia se tornar mais tensa e suscitar até mesmo o uso da força, mas dentro de um limite que não ameaçasse a unidade territorial e o *status quo*. Por fim, todos esses mecanismos são conformados a partir e no interior da institucionalidade, pois os recursos necessários à operação da institucionalidade engendravam o estabelecimento desses mecanismos.

CONCLUSÃO

O questionamento que deu origem a essa pesquisa foi: afinal, o que os presidentes faziam tomavam posse da administração de uma província? Como a província era governada? Como os problemas que surgiam eram resolvidos? Diante dessas perguntas, demos início a investigação cujos resultados encontram-se elaborados nessa tese. Nosso principal objetivo era mapear os meandros do cotidiano administrativo de uma província.

Um dos aspectos que certamente influenciava o exercício administrativo era a política de nomeação dos titulares da presidência da província, que, de fato, era caracterizada por uma elevada rotatividade. Essa rotatividade, contudo, não era necessariamente um sinal de instabilidade do sistema monárquico. Ao contrário, a troca de presidentes podia ser um fator que contribuía para a estabilidade do sistema, pelo horizonte de expectativa que gerava. A seguir, adentramos no exame das comunicações políticas, priorizando àquelas que circulavam nos circuitos comunicacionais institucionais, mas sem preterir a relevância dos demais canais de comunicação.

Através do esforço que empreendemos para responder a esses objetivos, concluímos que a informação foi um dos principais instrumentos que possibilitou a governação das províncias e do estado do Brasil. Ao longo desta tese procuramos demonstrar que a presidência da província, que tinha como principal expoente o presidente, mas que era composta também pela secretaria de governo – um órgão fundamental para a administração, posto que fornecia as bases para essa governação através do conhecimento acumulado na repartição –, era uma peça fundamental da engrenagem que era a estrutura administrativa imperial.

A prática governativa do presidente concentrava-se, majoritariamente, em recolher, sistematizar e armazenar as informações sobre todos os âmbitos da vida na província, e em repassar ao governo central as informações que julgava mais relevantes, juízo que podia considerar diversos fatores, inclusive interesses pessoais. Além disso, há que se considerar que as informações não são neutras, podendo ser manipuladas por aqueles que as detêm. Ao mesmo tempo, a presidência gerenciava e arbitrava uma série de questões, algumas que precisavam da aprovação do governo central e outras que eram de competência do presidente. Contudo, mesmo no caso de assuntos de competência do governo central, o tempo administrativo era conformado pelo tempo que as comunicações

demoravam para chegar ao destino pretendido, e, em situações emergenciais, a necessidade de encurtar esse tempo conferia maior margem de decisão ao presidente.

Após emancipação do Brasil do império luso, a proeminência que as instâncias intermediárias entre as localidades e o centro de poder onde estava o monarca haviam adquirido, alçou as unidades territoriais do recém-criado império ao posto de protagonistas do debate acerca da melhor forma de arquitetar a administração, visando garantir a unidade de todo território correspondente à América portuguesa. Nesse contexto, as províncias receberam sua primeira organização, ainda em 1823, e desde então passaram a contar com um presidente, nomeado e amovível pelo imperador. As leis e regimentos aprovados, assim como as modificações realizadas na constituição outorgada em 1824, definiram as competências do presidente, que era a autoridade máxima da província, que não foram substancialmente modificadas ao longo do tempo. As muitas competências dos presidentes de províncias, acerca de várias matérias, estabelecidas nos textos legais preconizavam uma atuação fiscalizadora da presidência relativamente ao provimento e/ou ao funcionamento dos cargos, repartições públicas e instituições existentes na província, caracterizando uma administração interventiva da presidência.

Os indivíduos que assumiam esse cargo dotado de tantas e tão importantes atribuições eram cuidadosamente escolhidos pelos integrantes do gabinete ministerial. As variáveis envolvidas em uma nomeação eram diversas. Ainda assim, traços gerais puderam ser apontados, dentre os mais recorrentes figurava a formação em direito, com uma leve superioridade dos bacharéis diplomados pela academia de São Paulo, e uma carreira desenvolvida majoritariamente nos cargos político-administrativos. Para além disso, as substituições na titularidade da presidência estiveram bastante ligadas a mudanças conjunturais no cenário provincial e imperial.

Apesar da rotatividade dos ocupantes do cargo de presidente, identificamos práticas governativas que foram usadas pelos diferentes presidentes e conformaram um *modo de governar* a província. Ao explorarmos as comunicações políticas emitidas pelo presidente da província, foi possível reconstruir as rotas comunicacionais operadas por esse agente, e assim identificar as características do fluxo comunicacional, os principais interlocutores e os temas mais caros à administração da província e ao governo central. Sem dúvidas, as autoridades que tinham sua função ligada ao uso e organização das forças da província foram as mais acionadas, tanto nos circuitos comunicacionais internos à província, quanto nos circuitos externos. Ademais, um aspecto central à construção da

governabilidade da província residiu na prerrogativa dos presidentes de proverem e concederem licenças a diversos cargos estratégicos, bem como de fiscalizarem a atuação de seus ocupantes, requisitando informações periodicamente, as quais eram remetidas ao governo central.

Entretanto, nem todas as informações recebidas pelos presidentes eram encaminhadas aos ministérios. A diferença entre o volume de comunicações enviados no sentido ascendente e descendente dos circuitos, somada às nuances da atuação do presidente relativamente a um e a outro sentido, indicaram que uma parcela importante das informações recebidas era armazenada na secretaria da presidência, sendo enviadas ao governo apenas mediante solicitação. Ao mesmo tempo, constatamos que, quando o presidente recebia a notificação de uma ocorrência importante, ele tomava decisões e proferia diversas ordens antes de comunicar a autoridade superior competente. Ademais, entre a expedição de uma comunicação e o momento em que ela chegava às mãos do destinatário final, o presidente poderia inclusive arbitrar em questões que estavam além da sua alçada em caráter provisório. Esses aspectos sinalizam uma certa autonomia da presidência, assim como para a regionalização da administração.

Esses circuitos comunicacionais institucionais, que seguiam caminhos e periodicidades pré-estabelecidos, eram um dos principais instrumentos da governação provincial porque promoviam a interlocução constante da presidência com as autoridades provinciais responsáveis pelas forças militares e civis, pela instrução pública, pela colonização, pela aplicação da justiça, etc., fornecendo os meios para o acesso às informações necessárias ao cotidiano administrativo.

Os relatórios presidenciais eram um outro tipo de ato comunicativo, amplamente utilizado por historiadores para os mais diversos fins, mas que resultavam de todas as interações comunicativas analisadas nos capítulos anteriores. Parte importante da atuação dos presidentes consistia justamente em exigir dos seus subordinados o envio das informações e dados que seriam utilizados na confecção dos relatórios. A publicação desse documento era precedida de uma série de interações e tensões entre o presidente e as autoridades provinciais. Analisando os temas expostos nesse documento, observou-se o impacto que o contexto de produção tinha na escolha dos presidentes do que seria ou não incluído no relatório, bem como na construção da narrativa acerca dos episódios narrados e, até mesmo, dos dados apresentados.

Mas existiam outros circuitos comunicacionais, como, por exemplo, aqueles formados por redes de comerciantes, por congregações religiosas, por redes de reciprocidade e amizade. Através desses circuitos também circulavam informações e também eram acumulados saberes. Ao longo da administração de um presidente, ou, como demonstramos, até mesmo antes da sua chegada à província no caso dos presidentes naturais de outras regiões, o presidente estabelecia vínculos com alguns indivíduos, talvez por terem sido colegas nas faculdades de direito do império, ou por terem sido apresentados por algum amigo em comum que dava o pontapé inicial para a nova relação ou também como uma consequência da relação hierárquica que tinham dentro da estrutura institucional, de modo que os vínculos de subordinação tecidos podiam encaminhar-se para uma amizade mais afetiva ou não.

Quando os presidentes chegavam na província, os integrantes das facções provinciais já haviam planejado diversos movimentos estratégicos para se aproximarem ou para fazerem frente ao presidente recém-nomeado, fato que tomavam conhecimento pelos jornais vindos da Corte, ou, mais rapidamente, através dos contatos que tinha junto à elite imperial. Da mesma forma, por meio do exame das correspondências pessoais depreendemos que antes de embarcarem rumo à província, os presidentes recebiam orientações do ministério sobre o comportamento que deveriam sustentar frente à administração, além de conferenciarem com seus correligionários, conterrâneos, amigos ou colegas de câmara, senado e, em alguns casos, até de conselho de Estado, que conheciam a província do Rio Grande do Sul e seus habitantes. Assim, quando o encontro acontecia, nenhuma das partes encarava algo completamente desconhecido. Contudo, o contato pessoal e o desenrolar dos acontecimentos sempre podia modificar os arranjos encaminhados antes da posse.

A vinculação do presidente aos habitantes da província que faziam parte de uma rede de relacionamentos – independente da sua natureza –, fazia com que o mesmo se inserisse em outros circuitos comunicacionais, por onde circulavam informações e saberes que podiam reforçar, ser diferentes ou até conflitantes daqueles dos circuitos institucionais. É interessante que, por vezes, dois indivíduos podiam comunicar-se por mais de um circuito, tratando dos mesmos assuntos. Como procuramos demonstrar, essas rotas comunicacionais que operavam em esferas diferentes, acabavam por se entrelaçar na presidência da província, pela necessidade do recurso à institucionalidade do cargo.

Nesse sentido, convém reiterar que não advogamos que a estrutura institucional tivesse mais impacto na organização da sociedade e do estado imperial que as organizações tradicionais, ancoradas em práticas de lealdade e reciprocidade, que igualmente consistiam em princípios estruturantes da sociedade brasileira do Oitocentos. O que buscamos realizar foi uma investigação que deslocasse a perspectiva do funcionamento dessas estruturas, observando-as pelo viés institucional. Assim, esperamos que em um futuro próximo, outros pesquisadores se aventurem nessa senda de pesquisa, examinando as mais diversas faces da institucionalidade de outras províncias, para que, aliados aos estudos sobre a atuação das elites provinciais, possamos nos aproximar de uma compreensão dos mecanismos que estruturavam o Estado brasileiro, a partir das múltiplas realidades que o compunham.

FONTES E OBRAS DE REFERÊNCIA

Fontes Publicadas

BRASIL. *Coleção das leis do Império do Brasil*.

CERQUEIRA, Dionísio. *Reminiscências da campanha do Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblex, 1950.

CORRÊA, Carlos Humberto. *Os governantes de Santa Catarina de 1739 a 1982: Notas biográficas*. Florianópolis: Ed. UFSC, 1983.

FIRMO, João Sereno; FIRMO, Octaviano Nogueira. *Parlamentares do Império*. (Obra comemorativa ao sesquicentenário da instituição parlamentar no Brasil). Brasília: Centro gráfico do Senado Federal, 1973.

FRANCO, Sérgio da Costa. *Gaúchos na Academia de Direito de São Paulo no século XIX*. Revista Justiça & História. Porto Alegre: CEMJUG, 2001.

OSÓRIO, Fernando Luís. *História do General Osório*. Rio de Janeiro: Typografia de G. Leuzinger & Filhos, 1.º volume, 1894.

OSÓRIO, Fernando Luís. *História do General Osório*. Pelotas: Typografia do Diário Popular, 2º volume., 1915.

VASCONCELOS, Barão de.; VASCONCELOS, Barão Smith de. *Archivo Nobiliarchico Brasileiro*. Lausanne: Imprimerie La Concorde, 1918.

Fontes Manuscritas

1. AHRS – ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL

1.1. Documentação dos Governantes – Secretaria de Governo: caixa 3, maço 4 e 5.

1.2. Códices de documentos emanados dos Governadores do Rio Grande do Sul

Referência	Destinatário	Caixa
A – 2 06	Ministro da Agricultura, Comércio e Obras públicas	83
A – 2 13	Ministro dos Estrangeiros	70
A – 2 45	Ministro da Guerra	42
A – 2 54	Ministro do Império	71
A – 2 59	Ministro da Marinha	72
A – 3 06	Cônsules, Vice-cônsules e Encarregados dos negócios brasileiros no exterior	78

Referência	Destinatário	Caixa
A – 4 08	Arsenal de Guerra	76
A-4 35	Comando das Armas	53
A-4 44	Comando de Guarnição e Fronteira	74
A – 4 74	Comandos Superiores da Guarda Nacional	136
A – 4 75	Comando Superior da Guarda Nacional de Quaraí e Livramento	137
A – 4 76	Comando Superior da Guarda Nacional de Bagé	138
A – 4 77	Comando Superior da Guarda Nacional de Cachoeira e Caçapava	138
A – 4 79	Comando Superior da Guarda Nacional de Cruz Alta	138
A – 4 80	Comando Superior da Guarda Nacional de Jaguarão	138
A – 4 81	Comando Superior da Guarda Nacional de Quaraí e Livramento	137
A – 4 82	Comando Superior da Guarda Nacional de Passo Fundo	138
A – 4 83	Comando Superior da Guarda Nacional de Pelotas	138
A – 4 84	Comando Superior da Guarda Nacional de Piratini e Canguçu	137
A – 4 85	Comando Superior da Guarda Nacional de Rio Grande e São José do Norte	137
A – 4 86	Comando Superior da Guarda Nacional de Rio Grande e São José do Norte	137
A – 4 87	Comando Superior da Guarda Nacional de Rio Pardo e Encruzilhada	138
A – 4 88	Comando Superior da Guarda Nacional de Santa Maria da Boca do Monte e São Martinho	137
A – 4 89	Comando Superior da Guarda Nacional de Santo Antônio da Patrulha	138
A – 4 90	Comando Superior da Guarda Nacional de São Borja e Itaqui	138
A – 5 15	Câmaras Municipais	70
A – 5 32	Comissário Especial do Governo em São Leopoldo	-
A – 5 35	Diretores de Colônias	-

Referência	Destinatário	Caixa
A – 5 40	Inspetoria Geral da Instrução Pública	-
A - 52	Chefe de Polícia	121
A – 5 55	Delegados de Polícia	121
A – 5 116	Diversas Autoridades	85
A – 5 117	Diversas Autoridades	65
A – 6 14	Ordens e Portarias	67
A – 6 23	Provisões passadas pela Secretaria de Governo	84

2. IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

2.1. Arquivo do General Osório

DL229030

DL 22976

DL 249008

DL 22714

2.2. Fundo do Barão de São Borja

Lata 450, Documentos: 9, 31, 57

Lata 150, Documento: 57

3. AN – Arquivo Nacional

3.1. Fundo IJJ9 – Série Interior: Negócios de províncias e estados (Rio Grande do Sul), Nº 451, 455

3.2. Fundo IJ1 – Série Justiça – Gabinete do Ministro: Ofícios do presidente da província (Rio Grande do Sul), Nº 856, 591, 592.

3.3. Fundo IG1 – Série Guerra – Nº 196.

4. Repositório Digital da Universidade Federal de Pernambuco - Memorial Denis Bernardes. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/22031>

JA_CR_001.488

JA_CR_001.489

JA_CR_001.557

JA_CR_001.49

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder: bacharelismo liberal na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- AGUIAR, Jaqueline Vieira de. *Princesas Isabel e Leopoldina: mulheres educadas para governar*. Curitiba: Appris, 2017, p. sem número. REZZUTTI, Paulo. *Pedro II: o último imperador do Novo Mundo revelado por cartas e documentos inéditos*. São Paulo: LeYa, 2019.
- ALDBALDE, Taiguara Villela. *A presença do arquivo nos relatórios dos presidentes de província no Brasil (1835-1889)*. Dissertação (Mestrado em História) – USP, São Paulo.
- ALMEIDA, Carla Maria Carvalho. *Homens ricos, homens bons: Produção e hierarquização social em Minas Colonial: 1750-1822*. Tese de doutorado. Niterói. ICHF/UFF, 2011.
- ALMEIDA, Felipe Pessanha de. *A Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra (1821-1889)* [recurso eletrônico]. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2013.
- ALMEIDA, Felipe. Verbete Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha. In: Dicionário da Administração Pública – Período Imperial. Disponível em: <<http://mapa.arquivonacional.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/342-secretaria-de-estado-dos-negocios-da-marinha>>.
- ALMEIDA, Pedro Tavares. *A construção do Estado Liberal*. Elite política e burocracia na “Regeneração” (1851-1890). Dissertação de Doutorado. Universidade Nova de Lisboa, 1995.
- ANDRADE, Leandro Braga de. A formação econômica de Minas Gerais e a perspectiva regional: encontros e desencontros da historiografia sobre os séculos XVIII e XIX. *Caderno Caminhos da História* (Universidade Severino Sombra), v. 6, p. 1-19, 2010.
- ARAÚJO, Hugo André Flores. *A construção da governabilidade no Estado do Brasil: perfil social, dinâmicas políticas e redes governativas do governo-geral (1642-1682)*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018.
- BANKS, Kenneth J. *Chasing empire across the sea: communications and the French State in the French Atlantic, 1713-1763*. Montreal: McGill-Queen’s University Press, 2006.
- BARCELOS, Fábio Campos. *A Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda e o Tesouro Nacional*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2014, p. 9. (Publicações Históricas; 109) (Cadernos Mapa; 9 – Memória da Administração Pública Brasileira). Disponível em: <<https://goo.gl/xnJ2pw>>. Acesso em 06/07/2019.
- BOTH, Amanda. A vida na fronteira meridional do Império: a presença dos rio-grandenses em terras uruguaias (1870-1880). In: Ironita A. Policarpo Machado; Marcos Gerhardt. (Org.). *História do mundo rural: o sul do Brasil*. 1ed. Passo Fundo: UPF Editora, 2017, v. 1, p. 41-57.
- BRENDECKE, Arndt. *Imperio e información: funciones del saber en el dominio colonial español*. Madrid: Iberoamericana, 2016.

- CABRAL, Flavio José Gomes. Os efeitos da revolução do Porto na província de Pernambuco e a crise do sistema colonial no Nordeste do Brasil. *FRONTERAS* (Instituto Colombiano De Cultura Hispanica), v. 11, p. 377-400, 2006.
- CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- CARVALHO, Marcus J. M. de. Os nomes da revolução: lideranças populares na Insurreição Praieira, Recife, 1848-1849. *Rev. Bras. Hist.*, São Paulo, v. 23, n. 45, p. 209-238, Julho de 2003.
- CHRISTILLINO, Cristiano Luís. *Litígios ao sul do Império: a Lei de Terras e a consolidação política da Coroa no Rio Grande do Sul (1850-1880)*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2010.
- COELHO, Fernando Nagib Marcos. *Tipos normativos e separação dos poderes: a função política do aviso ministerial na regência (1831-1840)*. Tese (Doutorado). UFSC. Florianópolis, 2016.
- COMISSOLI, Adriano. *A serviço de Sua Majestade: administração, elites e poderes no extremo meridional brasileiro (1808c. – 1831c.)*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, UFRJ, 2011.
- COMISSOLI, Adriano. *Os “homens bons” e a Câmara municipal de Porto Alegre (1767-1808)*. Porto Alegre: Gráfica da UFRGS, 2008.
- COMISSOLI, Adriano; MEDEIROS, Clarissa Prestes. Governadores e generais: comunicação, inteligência e defesa no Rio Grande de São Pedro Português. *Revista Navigator: subsídios para a história marítima do Brasil*. Rio de Janeiro, V. 13, n o 26, 2017.
- CORRÊA, Carlos Humberto P. *A presidência de província no Império*. Anais do XXII Simpósio Nacional de História, 2003.
- CORREA, Maria Letícia. Para uma leitura teórica da historiografia sobre a formação do Estado no Brasil. *Acervo* (Rio de Janeiro), v. 25, p. 17-30, 2012.
- COSENTINO, Francisco e MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Grupos corporativos e comunicação política. In: MONTEIRO, Nuno Gonçalo e FRAGOSO, João (orgs). *Um reino e suas repúblicas no Atlântico: comunicações políticas entre Portugal, Brasil e Angola nos séculos XVII e XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- COSENTINO, Francisco et al. Governadores reinóis e ultramarinos. Em *Um reino e suas repúblicas no Atlântico: comunicações políticas entre Portugal, Brasil e Angola nos séculos XVII e XVIII*. Org. Monteiro, Nuno Gonçalo e Fragoso, João. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017
- CUNHA, Mafalda Soares da; MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Vice-reis, governadores e conselheiros de Governo do Estado da Índia (1505-1834): recrutamento e caracterização social. *Penélope – Fazer e Desfazer a História*, 15, Celta Editora, 1995.
- CURVELO, Arthur. Circuitos internos de comunicação política: Os Governadores de Pernambuco e as Capitanias do Norte (1654-1746). In: ALMEIDA, Carla Maria de C. (org.) *Diálogos com o império: câmaras ultramarinas e comunicação política na*

- monarquia pluricontinental portuguesa (séculos XVII e XVIII). Belo Horizonte: Fino Traço, 2019.
- CURVELO, Arthur. *Governar Pernambuco e as “capitanias anexas”*: O Perfil de Recrutamento, a Comunicação Política e as Jurisdições dos Governadores da Capitania de Pernambuco (c.1654-c.1756). Tese de doutoramento, 2019.
- DOLHNIKOFF, Miriam. *História do Brasil Império*. São Paulo: Contexto, 2017.
- DOLHNIKOFF, *O Pacto Imperial*: origens do federalismo no Brasil. São Paulo: Globo, 2005.
- DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra*: nova história da Guerra do Paraguai. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- DUMOLYN, Jan. Political Communication and Political Power in the Middle Ages: A conceptual Journey. *Edad Media. Revista de Historia*, 13, 2012.
- FARINATTI, Luís Augusto E.; THOMPSON FLORES, Mariana F. da C. A fronteira manejada: apontamentos para uma história social da fronteira meridional do Brasil (século XIX). In: HEINZ, Flávio (org.). *Experiências nacionais, temas transversais*: subsídios para uma história comparada da América Latina. São Leopoldo: Oikos, 2009.
- FARINATTI, Luís Augusto; VARGAS, Jonas Moreira. Alargados horizontes: estratégias familiares da elite política regional entre a Fronteira, a Corte e a Europa (Rio Grande do Sul c.1830 - c. 1850). *Lócus (UFJF)*, v. 23, p. 123-147, 2017.
- FERNANDES, Renata Silva. *As províncias do Império e o “governo por conselhos”*: o Conselho de Governo e o Conselho Geral de Minas Gerais (1825-1834). Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2018.
- FERNANDES, Renata Silva. *O governo das províncias do Império do Brasil*: os Conselhos de Governo e os Conselhos Gerais de Província nos debates parlamentares (1823-1834). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2014.
- FERTIG, André. *Clientelismo político em tempos belicosos*. A Guarda Nacional da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul na defesa do Império do Brasil (1850-1873). Santa Maria: Ed UFSM, 2010.
- FLORES, Moacyr. *Revolução Farroupilha*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1985
- FLORY, Thomas. *El juez de paz y el jurado en el Brasil Imperial, 1808-1871*: control social y estabilidad política en el nuevo Estado. México: Fondo de Cultura Económica, 1986;
- FRANCO, Sérgio da Costa. *Gaúchos na Academia de Direito de São Paulo no século XIX*. Revista Justiça & História. Porto Alegre: CEMJUG, 2001.
- GABLER, Louise. *A Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas e a modernização do Império (1860-1891)* [recurso eletrônico]. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.
- GIGLIO, Célia Maria Benedicto. Leitura e escrita no governo de homens e coisas. Província de São Paulo - Século XIX. *CADERNOS DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO (ONLINE)*, v. 18, p. 640-655, 2019.

- GOUVÊA, Maria de Fátima. “Redes governativas portuguesas e centralidades régias no mundo português, c. 1680-1730. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. (Orgs.) *Na trama das redes: Política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- GOUVÊA, Maria de Fátima. *O Império das Províncias: Rio de Janeiro, 1822-1889*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2008.
- GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Capítulos de História do Império*. Fernando A. Novais (Org). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- IZECKSOHN, Vitor. *O cerne da Discórdia*. Rio de Janeiro: E-Papers Serviços Editoriais Ltda, 2002.
- IZECKSOHN, Vitor; MÜGGE, Miquéias Henrique. A criação do Terceiro Corpo do Exército na província do Rio Grande do Sul: conflitos políticos resultantes da administração militar nos anos críticos da Guerra do Paraguai (1866-1867). *Revista Brasileira de História*, v. 36, p. 1-25, 2016.
- KIRKENDALL, Andrew J. *Classe Mates – Male student culture and the making of a political class in 19th century Brazil*. Lincoln & London: University of Nebraska Press, 2002.
- KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n.10, 1992, pp. 132-135.
- LEITMAN, Spencer. *Raízes Sócio-econômicas da Guerra dos Farrapos*. Rio de Janeiro: Graal, 1979
- LIMA, Henrique Espada. *A micro-história italiana – Escalas, indícios e singularidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- LOUREIRO, Marcello José Gomes. O Conselho Ultramarino e sua pauta: aspectos da comunicação política da monarquia pluricontinental (1640-1668) - notas de pesquisa. *Nuevo Mundo-Mundos Nuevos*, 2013.
- MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.
- MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *Das racionalidades da História: o Império do Brasil em perspectiva teórica*. *Almanack*. 2012, n.4.
- MARTINS, Maria Fernanda. Conduzindo a barca do Estado em mares revoltos: 1808 e a transmigração da família real portuguesa. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. (Org.). *O Brasil Colonial, 1720-1821*. 1ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, v. 3, p. 685-727.
- MATTOS, Ilmar Rohloff. *O tempo saquarema*. São Paulo: HUCITEC/INL, 1987.
- MENEGAT, Carla. “Transportando fortunas para povoar deserta e inculta campanha”: atuação política e negócios dos brasileiros no norte do Estado Oriental do Uruguai. (ca. 1845-1865). 2015. 336 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

- MIRANDA, Marcia Eckert. *A estalagem e o Império: crise do Antigo Regime, fiscalidade e fronteira na província de São Pedro (1808-1831)*. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, 2006.
- MIRANDA, Marcia Eckert. Ao Sul das Cortes: a Independência na Província do Rio Grande de São Pedro do Sul. *NUEVO MUNDO-MUNDOS NUEVOS*, v. 1, p. 65334-20, 2013.
- MIRANDA, Marcia Eckert. *Continente de São Pedro: a administração pública no período colonial*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do RS/ Ministério Público do Estado do RS/CORAG, 2000.
- MUGGE, Miquéias Henrique. Sobre pacificação e reorganização: a Guarda Nacional e a província do Rio Grande do Sul após a Revolução Farroupilha. *Oficina do Historiador*, v. 7, p. 1472-1494, 2014.
- NASCIMENTO, Patrícia Emanuelle. *Elites políticas e projetos de integração em Goiás (1822-1855)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, 2003.
- NEVES, Lúcia M. Bastos P.; MACHADO, Humberto Fernandes. *O Império do Brasil*. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- OLIVEIRA, Carlos Eduardo França de. *Construtores do Império, defensores da província: São Paulo e Minas Gerais na formação do Estado nacional e dos poderes locais, 1823-1834*. Tese (Doutorado em História) – USP, São Paulo, 2014.
- OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. Circulação de saberes e de práticas governativas: caminhos de articulação da política no Brasil, 1845-1860. *ALMANACK*, p. 248-288, 2018.
- PICCOLO, Helga. *A política rio-grandense no II Império (1868-1882)*. 1974.
- PINTO, Clarice de Paula Ferreira. A política de obras públicas na Província do Rio de Janeiro e a construção da hegemonia saquarema (1836-1840). In: *Anais do XVII Encontro de História da Anpuh – Rio*. Rio de Janeiro, 2016.
- POUSSOU, Jean-Pierre. La création et l'évolution d'un modèle d'organisation administrative territoriale: la France, de la Révolution française à la III République. In: SOUSA, Fernando de. *Os Governos Civis de Portugal e a Estruturação Político-Administrativa do Estado no Ocidente*. CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, 2014.
- PUJOL, Xavier Gil. Centralismo e localismo? Sobre as relações políticas e culturais entre capital e territórios nas monarquias europeias dos séculos XVI e XVII. *Penélope*, nº 6, 1991, p. 119-144.
- QUEVEDO, Éverton Reis. “Uma mão protetora que os desvie do abismo”: sociedade portuguesa de beneficência de Porto Alegre e seu hospital (1854-1904). 2016, p. 58-59.
- ROSSATO, Monica. *Relações de poder na região fronteira platina: família, trajetória e atuação política de Gaspar Silveira Martins*. Dissertação (mestrado). UFSM, 2014.
- ROSSI, Daiane Silveira. *Assistência à saúde e à pobreza no interior do sul do Brasil (1903-1913)*. Tese (Doutorado). 2019.

- SABA, Roberto N. P. F. “As eleições do cacete” e o problema da manipulação eleitoral no Brasil Monárquico. *Almanack*. Guarulhos, n. 02, 2001. p. 126-145.
- SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. A curva do tempo: as transformações na economia e na sociedade do Estado do Brasil no século XVIII. In: João Luís Ribeiro Fragoso; Maria de Fátima Gouvêa. (Org.). *O Brasil Colonial*, volume 3. 1ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, v. 1, p. 307-338, Nota 7.
- SCHUARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial 1550-1835*. Tradução Laura Teixeira Motta São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- SELLERS-GARCÍA, Sylvia. *Distance and documents at the Spanish Empire's Periphery*. Standford: Standford University Press, 2014.
- SENA, Ernesto Cerveira de. Além do eventual substituto. A trama política e os vice-presidentes em Mato Grosso (1834-1857). *Almanack*. Guarulhos, n.04, p.75-90, 2º semestre de 2012.
- SERRA JÚNIOR, Arnaldo Soares. *Delegados régios e magistrados eletivos em tempos de construção do Estado Nacional: as relações entre os chefes do executivo provincial e os juízes distritais do Maranhão (1827-1841)*. Dissertação (Mestrado). São Luís, 2015.
- SILVA, Augusto da. *O governo da ilha de Santa Catarina e sua terra firme: território, administração e sociedade (1738-1808)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2013, p. 97-98.
- SILVA, Thiago Rodrigues da. *Secretários de Governo no centro-sul da América portuguesa - 1768 -1750 - Burocracia, segredos e missões*. Dissertação (Mestrado em História) - UFF, Niterói, 2013.
- SLEMIAN, Andréa. *Sob o Império das Leis: Constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1822-1834)*. São Paulo: Hucitec, 2009.
- SODRÉ, Elaine Leona de Vargas. *Disputa pelo monopólio de uma força (i)legítima: Estado e Administração Judiciária no Brasil imperial (Rio Grande do Sul, 1833-1871)*. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de História, PUC/RS, Porto Alegre, 2009.
- STONE, Lawrence. *Prosopography*. Daedalus, 1971.
- SUBTIL, José. As mudanças em curso na segunda metade do século XVIII: a ciência de polícia e o novo perfil dos funcionários régios, p. 66. In: STUMPF, Roberta & CHATURVEDULA, Nandini (orgs.). *Cargos e ofícios nas monarquias ibéricas: provimento, controlo e venalidade (séculos XVII e XVIII)*. Lisboa: Centro de História de Além-Mar: Universidade Nova de Lisboa: Universidade dos Açores, 2012.
- SUBTIL, José. O direito de polícia nas vésperas do Estado liberal em Portugal. In: FONSECA, Ricardo Marcelo (coord.). *As formas do direito: ordem, razão e decisão*. Curitiba: Juruá Editora, 2013.
- TRAMONTINI, Marcos Justo. A questão da terra na fase pioneira da colonização. In: Naira Vasconcellos, Claudia Mauch. (Org.). *Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade e história*. Canoas: ed. ULBRA, 1994, v. 1, p. 55-64.

- VARGAS, *Entre a paróquia e a Corte: os mediadores e as estratégias familiares da elite política no Rio Grande do Sul*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História – UFRGS. Porto Alegre, 2007.
- VARGAS, Jonas M. *Entre a Paróquia e a Corte: a elite política do Rio Grande do Sul (1850-1889)*. Santa Maria: Ed. UFSM, 2010.
- VARGAS, Jonas Moreira. Capitães, comendadores, negociantes: a primeira geração de charqueadores de Pelotas e a sua elite (1790-1835). *Revista Latino-Americana de História*, v. 3, p. 1-23, 2013.
- VARGAS, Jonas Moreira. Entre Jaguarão e Tacuarembó: os charqueadores de Pelotas (RS) e os seus interesses políticos e econômicos na região da campanha rio-grandense e no norte do Uruguai (c. 1840 - c. 1870). *Estudios Históricos* (Rivera), v. 11, p. 1-22, 2013.
- VAS, Braz Batista. *O final de uma guerra e suas questões logísticas: o conde d'Eu na Guerra do Paraguai (1869-1870)*. 1. ed. São Paulo: Cultura Acadêmica; Editora da Unesp, 2011.
- VELLASCO, Ivan de Andrade. *As seduções da ordem: violência, criminalidade e administração da justiça: Minas Gerais – século 19*. 1º. ed. Bauru/São Paulo: EDUSC/ANPOCS, 2004.

ANEXO I – Ano e local de formação dos presidentes da província do Rio Grande do Sul e rio-grandenses bacharéis em direito.

Faculdade de São Paulo		
Turma (ano da colação)	Rio-grandenses	Presidentes
1832	3	1
1833	3	
1834	7	
1835	2	
1836	6	
1837	9	
1838	2	
1839	3	
1841		1
1842	1	
1845	2	1
1846	1	
1847	1	
1849		1
1850	3	
1852	2	
1853		1
1854	1	
1855	4	
1856	2	1
1857		2
1858		1
1859	1	1
1860	2	
1861	4	
1862	4	1
1864	3	
1865	5	

Faculdade de São Paulo		
Turma (ano da colação)	Rio-grandenses	Presidentes
1866	3	
1867	5	
1868	6	
1869	2	
1870	3	
1871	1	
1872	1	
1874	1	
1875	1	
1876	3	
1877	3	
1878	2	
1879	4	
1880	5	
1881	4	
1882	8	
1883	8	
1884	6	
1886	10	
1887	2	
1888	3	

Faculdade de Pernambuco		
Turma (ano da colação)	Rio-grandenses	Presidentes
1832	1	1
1833		
1834		1
1835		1
1836	1	

Faculdade de Pernambuco		
Turma (ano da colação)	Rio-grandenses	Presidentes
1837		
1848	1	
1850	1	
1851	1	1
1853		1
1854	1	
1856	1	
1857		1
1858		1
1859		
1860		
1861	2	
1863	1	
1864	1	
1869	2	
1870		
1871	1	
1873	2	
1874	1	
1875	1	
1876	1	
1877	1	
1878	1	
1883	1	
1884	3	
1886	1	

*As cédulas em azul indicam os casos em que consideramos que os presidentes possivelmente conheceram os rio-grandenses.

ANEXO II - Cargos ocupados pelos presidentes da província do Rio Grande do Sul antes e depois da nomeação.

Presidente	Cargos ocupados antes da nomeação	Data da nomeação	Cargos ocupados depois da nomeação
Manuel Antônio Galvão *	PP de AL (1829), PP do ES (1830), PP de MG (1831)	Dezembro/1846	PP da BH (1835), Sen. BH (1844), Min. Justiça (1844), CE (1848)
Francisco José de Souza Soares de Andrea (Barão de Caçapava) *	PP do PA (1836), PP de SC (1839)	Abril/1848	PP de MG (1843), PP da BH (1844), CE (1856), DG pelo RJ (1843)
José Antônio Pimenta Bueno	DG (1848), Min. Negócios Estrangeiros (1848)	Março/1850	CE (1859), Sen. SP (1853)
Pedro Ferreira de Oliveira		Novembro/1850	
Luís Alves de Lima e Silva (Barão de Caxias) *	PP do MA (1841)	Novembro/1842 e Junho/1851	Sen. RS (1845), Min. Guerra (1855 e 1861), CE (1870)
João Lins Vieira Cansanção Sinimbu	DG por AL (1838, 1843)	Dez./1852	DG por AL (1853), Sen. (1857), CE (1882)
Manuel Vieira Tosta (Barão de Muritiba)	PP da BH (1842), PP do SE (1843), PP de PE (1848), Min. Marinha (1849) Sen. BH (1851)	Setembro/1855	Min. Justiça (1859), PP de SC (1870), CE (1866)
Jerônimo Francisco Coelho	DP de SC (1835, 1842) PP do PA (1848), Min. Guerra (1844)	Abril/1856	Min. Guerra (1857)
Ângelo Muniz da Silva Ferraz	DP pela BH (1838), DG pela BH (1843), Sen. BH (1856)	Outubro/1857	Min. Fazenda (1859), Min. Guerra (1865), CE (1866)
Joaquim Antão Fernandes Leão	DG por MG (1845)	Maió/1859	Min. Agricultura (1868), PP da BH (1861), Sen. MG (1871)
Francisco de Assis Pereira Rocha		Março/1862	DG pela PB (1869), PP de PE (1868)
Esperidião Elói de Barros Pimentel	DG por AL (1861)	Janeiro/1863	PP de AL (1865), PP do RJ (1866), PP da BH (1884)
João Marcelino de Souza Gonzaga	PP de AL (1863)	Maió/1864	PP do RJ (1880)
Francisco do Rego Barros (Conde da Boa Vista)	PP de PE (1837), Sen. PE (1850)	Julho/1865	
Francisco Inácio Marcondes Homem de Mello	PP de SP (1864), PP do CE (1865)	Janeiro/1867	DG por SP (1867, 1878), PP da BH (1878), Min. Do Império (1880)
Guilherme Xavier de Souza	DP por SC (1864)	Julho/1868	
Antônio da Costa Pinto e Silva	DG por SP (1857-1866)	Setembro/1868	DG por SP (1869, 1877, 1882), PP de SP (1870), PP da PB (1885), PP do RJ (1885)
João Sertório		Junho/1869	
Francisco Xavier Pinto de Lima	DG pela BH (1857 – 1877)	Novembro/1870	DG pela BH (1886-1889) PP de SP (1870), PP do RJ (1878)
Jerônimo Martiniano Figueira de Melo	DG pelo CE (1834, 1861, 1869), DG por PE (1841-1850), Sen. CE (1870), PP do MA (1843)	Outubro/1871	

Presidente	Cargos ocupados antes da nomeação	Data da nomeação	Cargos ocupados depois da nomeação
José Fernandes da Costa Pereira Junior	PP do ES (1861), PP do CE (1871), PP de SP (1871)	Julho/1872	DG pelo ES (1872, 1877, 1886), PP de PE (1885), Min. Agricultura (1873), Min. Império (1888)
João Pedro Carvalho de Moraes		Dezembro/1872	
José Antônio de Azevedo Castro		Março/1875	
Tristão de Alencar Araripe	DG pelo CE (1869-1889)	Abril/1876	PP do PA (1885)
Francisco de Faria Lemos	PP de PE (1872), PP do CE (1876)	Maior/1877	PP de MG (1886)
Américo de Moura Marcondes de Andrade		Março/1878	
Felisberto Pereira da Silva	DP do RS (181862, 1873)	Janeiro/1879	DG pelo RS (1882)
Henrique Francisco d'Ávila	DP do RS (1861)	Abril/1880	DG pelo RS (1880), Sen., RS (1882), Min. Agricultura (1883), PP do CE (1889)
Francisco de Carvalho Soares Brandão	DG por PE (1878), PP de AL (1878)	Maior/1881	PP de SP (1882), Sen. Por PE (1883), Min. Negócios Estrangeiros (1883)
José Leandro de Godoi e Vasconcelos	DG por PE (1864)	Março/1882	PP do RJ (1882), PP do MA (1884)
José Antônio de Sousa Lima (Barão de Sousa Lima)	DG pelo RJ (1878), PP de PE (1881)	Outubro/1882	
José Júlio de Albuquerque Barros	DG pelo CE (1867), PP do CE (1878)	Julho/1883	
Henrique Pereira de Lucena (Barão de Lucena)	PP de PE (1872), PP da BH (1877)	Outubro/1885	DG por PE (1886)
Manuel Deodoro da Fonseca		Maior/1886	
Miguel Calmon du Pin e Almeida **	PP do CE (1886)	Novembro/1886	
Bento Luís de Oliveira Lisboa	DP do RJ (1862), PP do RJ (1872)	Janeiro/1887	
Rodrigo de Azambuja Vilanova	DP do RS (1871, 1883)	Abril/1887	
Joaquim Galdino Pimentel	PP de MG (1886)	Dezembro/1888	
Gaspar Silveira Martins	DP do RS (1861), DG pelo RS (1871, 1878), Min. Fazenda (1878), Sen. RS (1880), CE (1889)	Julho/1889	

Legenda: PP: presidente de província, DP: deputado provincial, DG: deputado geral, Sen.: senador, Min.: ministro, CE: conselheiro de Estado.

* Foram nomeados mais de uma vez para a presidência da província do Rio Grande do Sul. Nesses casos, todos os cargos ocupados após a primeira nomeação foram considerados posteriores.

Manuel Antônio Galvão foi nomeado pela primeira vez em 1831.

Francisco José de Sousa Soares de Andrea foi nomeado pela primeira vez em 1840.

Luís Alves de Lima e Silva foi nomeado pela primeira vez em 1842, mandato que se estendeu até 1846.

** Faleceu pouco tempo após assumir a presidência.

ANEXO III – Mapa da província do Rio Grande do Sul (1872).



Fonte: Mapa retirado do Atlas socioeconômico do Rio Grande do Sul e adaptado pela autora. Disponível em: <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/evolucao-administrativa-1809-a-2013>

ANEXO IV - Fluxo dos circuitos comunicacionais do Presidente de Província - RS

